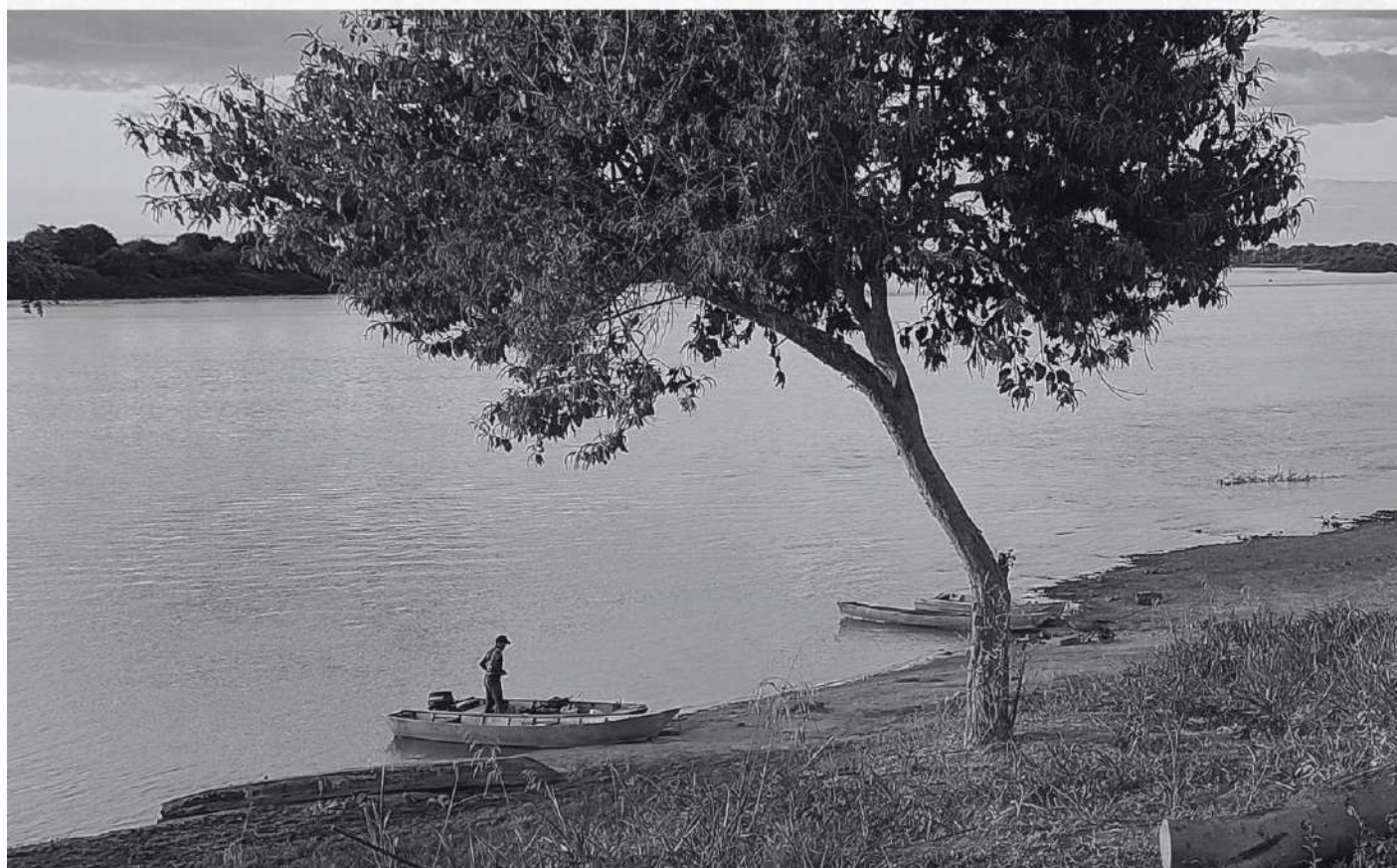


Maria Cecília Cordeiro Pires

SABER ANDAR, LÁ E CÁ:



VIDAS EM MOVIMENTO NO SISTEMA VAZANTEIRO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MARIA CECÍLIA CORDEIRO PIRES

SABER ANDAR, LÁ E CÁ: VIDAS EM MOVIMENTO NO SISTEMA VAZANTEIRO

MONTES CLAROS - MG

2025

MARIA CECÍLIA CORDEIRO PIRES

SABER ANDAR, LÁ E CÁ: VIDAS EM MOVIMENTO NO SISTEMA VAZANTEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES/MG, como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Social.

Orientadora: Dr.^a Andréa Maria Narciso Rocha de Paula.

MONTES CLAROS – MG

2025

P667s Pires, Maria Cecília Cordeiro.
Saber andar, lá e cá [manuscrito]: vidas em movimento no sistema vazanteiro / Maria Cecília Cordeiro Pires – Montes Claros (MG), 2025.
282 f. : il.

Bibliografia: f. 271-282.
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula.

1. Sistema vazanteiro - São Francisco, Rio. 2. Territorialidade. 3. Movimentos migratórios. 4. Minas Gerais, Norte - Usos e costumes. 5. Resistências. I. Paula, Andréa Maria Narciso Rocha de. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: vidas em movimento no sistema vazanteiro.

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

MARIA CECÍLIA CORDEIRO PIRES

Tese intitulada “SABER ANDAR, LÁ E CÁ: VIDAS EM MOVIMENTO NO SISTEMA VAZANTEIRO”, de autoria de Maria Cecília Cordeiro Pires, examinada pela banca de professores.

MEMBROS DA BANCA:

Dr.^a Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES - Orientadora)

Dr. Douglas Mansur da Silva (UFF - Avaliador externo)

Dr.^a Felisa Cançado Anaya (UNIMONTES - Avaliadora interna)

Dr.^a Jamille da Silva Lima-Payayá (UNICAMP - Avaliadora externa)

Dr.^a Rita de Cássia Maria Neves (UFRN - Avaliadora externa)

*Aos companheiros do Quilombo de
Praia, Quilombo da Lapinha, Pau
Preto e Pau de Légua!*

Ao meu filho amado, Enzo!

AGRADECIMENTOS

João Guimarães Rosa disse que “*as coisas mudam no devagar depressa dos tempos*”. O doutorado me fez experienciar esse “*devagar depressa*”, de momentos, como a pandemia, que pareciam não ter fim e, “de repente”, o chegar de sua conclusão.

A pesquisa que acredito tem muito esforço e abdições pessoais, mas não se faz sozinha. Agradeço aos queridos companheiros do Quilombo de Praia, Quilombo da Lapinha, Pau Preto e Pau de Légua. Tantas pessoas inspiradoras que abriram seus lares e memórias para mim. Seria difícil citar todos os nomes, já que muitos são os rostos, sorrisos e lágrimas que carrego comigo. Minha eterna gratidão a todas as mulheres, homens, crianças, jovens e idosos, inclusive àqueles que já partiram: Seu Marciano, presente! Dona Nazinha, presente! Dona Raimunda, presente! Sem vocês, este trabalho não existiria.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo auxílio concedido por meio da bolsa de estudos, permitindo dedicação ao doutorado. Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, pelo apoio e experiências adquiridas através dos projetos: “Sertão Afora: rotas e redes acionadas por trabalhadores do norte de Minas Gerais” (APQ - 01453-18)”, “Memórias de Resistência: Articulação de Saberes e Análise dos impactos de grandes empreendimentos em Comunidades Tradicionais do Norte de Minas Gerais” (APQ - 01217-23) e “Dinâmicas territoriais em terras tradicionalmente ocupadas no Brasil e em Portugal” (APQ - 04978-24).

Com muito afeto, expresso minha gratidão à minha orientadora, professora Dr.^a Andréa Narciso, minha querida Déa. Obrigada por mais essa etapa vivida juntas, por tantos momentos compartilhados ao longo de mais de doze anos, pelo seu exemplo acadêmico e pela sua amizade. Que venham novos ciclos, e que possamos seguir juntas.

Agradeço aos professores das bancas de qualificação e defesa: Prof. Dr. Douglas Mansur da Silva; Prof.^a Dr.^a Felisa Cançado Anaya; Prof.^a Dr.^a Maria Dione Carvalho de Moraes; Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Maria Neves e Prof.^a Dr.^a Jamille da Silva Lima-Payayá, pela disponibilidade, leitura atenciosa, partilha e importantes colaborações ao meu trabalho.

Com muito carinho, expresso minha gratidão aos pesquisadores, professores e estudantes do OPARÁ-MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco; do NIISA: Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental e da Rede Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA. Obrigada pela oportunidade de fazer pesquisa com vocês, pelo incentivo, apoio, leituras, discussões teóricas e momentos de afeto, partilha e amizade.

Nas pessoas de Adinei, Ana Flávia, Maria Clara, Matheus, Fernando e Cecília, agradeço aos amigos que a Universidade me presenteou. Obrigada pelo apoio!

Agradeço à Universidade Estadual de Montes Claros, onde desenvolvi toda a minha formação. Aos professores e colegas do Departamento de Política e Ciências Sociais. Aos funcionários, docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, e de modo especial aos meus colegas da turma 2021.

À minha família e amigos, agradeço por estarem nos bastidores desta pesquisa, me sustentando e sendo refúgio em meio às dores e delícias da vida durante esses anos. Em vocês encontrei ombros, ouvidos, mãos e sorrisos à disposição.

Agradeço aos meus pais, Gilberto e Dôra, pelo amor incondicional e por não medirem esforços para que diferente deles, eu trilhasse os caminhos da Universidade e me tornasse a primeira de nossa família a ser doutora. Essa vitória vem das mãos calejadas e sujas de graxa, dos *bicos* nas oficinas, dos trabalhos temporários nas fazendas, e dos cuidados de uma mãe que abdicou de tudo para cuidar e apoiar. Amo vocês!

Ao meu irmão Roberto, aos meus sobrinhos Francisco Jorge e Guilherme, e à minha cunhada Aira, por se fazerem presentes, mesmo à distância.

Ao meu filho Enzo, meu companheiro de vida e durante toda minha trajetória acadêmica, desde a barriga até hoje, aos seus onze anos. Obrigada pelo seu carinho e preocupação, por ter me desligado dos meus momentos difíceis com sorrisos e suas perguntas sempre tão sagazes. Você é minha melhor escolha. Te amo mais que tudo!

Gratidão às amigas queridas, Jacsônia, Millena, Nadinne e Laís, por estarem comigo sempre que precisei.

À minha terapeuta, por ter colaborado para que esse processo, mesmo intenso e desafiador, não fosse adoecedor.

Foram muitas as pessoas especiais que, de inúmeras formas, me ajudaram a chegar até aqui. Sinto por não conseguir citar todas, mas expresso minha profunda gratidão.

“Todo caminho da gente é resvaloso. Mas também, cair não prejudica demais. A gente levanta, a gente sobe, a gente volta!” (Guimarães Rosa). Levantei e consegui!

RESUMO

Esta tese buscou compreender as vidas em movimento no Sistema Vazanteiro, suas mobilidades, dinâmicas e sentidos. A análise dos movimentos partiu, primeiramente, da fluidez do modo de vida Vazanteiro e das mobilidades que ocorrem conforme os tempos do rio, suas cheias e vazantes. A partir disso, houve a compreensão da abertura aos chegantes, expressa no acolhimento e na aceitação, dentro do “*sistema*”, de sujeitos vindos do Nordeste brasileiro e nas relações com outras comunidades norte-mineiras. Também foram analisados os movimentos para fora do território tradicional, por meio das histórias de migrações para o trabalho, que destinam “*cidades grandes*” e o “*trecho*”, saídas para plantações e colheitas de café. A pesquisa empírica foi realizada junto às comunidades Vazanteiras da região do Médio São Francisco, no Norte de Minas Gerais. O diálogo foi estabelecido com o Quilombo de Praia, localizado no município de Matias Cardoso, e com comunidades por eles denominadas “*irmandades da luta*”: o Quilombo da Lapinha e a Comunidade Vazanteira de Pau Preto, também situados em Matias Cardoso, na margem direita do Rio São Francisco; e a Ilha de Pau de Légua, à margem esquerda do mesmo rio, no município de Manga. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico e abordagem multissituada, com trabalhos de campos realizados nas comunidades, em atividades externas aos territórios e por meio de narrativas e contatos, experienciando os movimentos migratórios para as cidades e regiões metropolitanas como Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Patrocínio, no Triângulo Mineiro. Busquei compreender os sentidos dessas mobilidades e como elas atravessam gerações de famílias em contextos de Comunidades Tradicionais que, embora lutem pela manutenção do território, necessitam sair para a reprodução da vida. A pesquisa revelou que tais mobilidades estão profundamente ligadas ao modo de vida que denominam “*Sistema Vazanteiro*” e que, mesmo os movimentos que os levam a “*sair para fora*”, não desarticulam, mas atualizam esse sistema. São formas de resistência e, por isso, a “*luta*” acontece também no movimento.

Palavras-chave: Vidas em Movimento; Sistema Vazanteiro; Territorialidade; Movimentos Migratórios; Resistências; Norte de Minas.

ABSTRACT

This thesis sought to understand the lives in movement in the Vazanteiro System, its mobilities, dynamics and meanings. The analysis of the movements began with the fluidity of the Vazanteiro way of life and the mobilities that occur throughout the times of the river, its floods and ebbs. From this, there was an understanding of the openness to newcomers, expressed in the welcoming and acceptance into the “system” of individuals coming from the Brazilian Northeast and the relationship with other communities in the North of Minas Gerais. The movements outside the traditional territory were analyzed, as well as the stories of migrations for work, heading to “big cities” or outings for coffee plantations and harvests. The empirical research was carried out with Vazanteiro communities in the Middle São Francisco region, in the north of Minas Gerais. The dialogue was established in the Quilombo de Praia, located in the municipality of Matias Cardoso, and in the communities they describe as “brotherhoods of struggle”, namely the Quilombo da Lapinha and Comunidade Vazanteira de Pau Preto, located in Matias Cardoso, on the right bank of the São Francisco River, and Ilha de Pau de Léguas, on the left bank of the same river, in the municipality of Manga. A qualitative ethnographic and multi-sited research was carried out, with fieldwork in the communities, in activities outside the territory and through narratives and contacts, experiencing the migratory movements to the cities and metropolitan regions of Belo Horizonte (MG) and São Paulo (SP), together with Patrocínio, in the Triângulo Mineiro. I sought to understand the meanings of mobilities and how they mobilize families between generations, in the context of Traditional Communities that fight to maintain the territory and that need to leave to reproduce life. It was revealed that the mobilities they carry out are closely linked to their way of life, to what they call the “Vazanteiro System” and that even the movements that lead them to go out do not disarticulate, but update this system, they are forms of resistance and therefore the struggle also takes place in the movement.

Key words: Lives in Movement; Vazanteiro System; Territoriality; Migratory Movements; Resistance; North of Minas.

RESUMEN

Esta tesis buscó comprender las vidas en movimiento en el Sistema Vazanteiro, sus movilidades, dinámicas y significados. Para analizar estos movimientos, partiendo primero de la fluidez del modo de vida Vazanteiro y la movilidad que ocurre durante los períodos del río, sus crecidas y reflujos. A partir de allí, comprendemos la apertura y acogida en el “sistema” de sujetos, viniendo el Nordeste brasileño y otras comunidades del Norte de Minas Gerais. También se analizaron los movimientos fuera del territorio tradicional, las historias de migraciones por trabajo, con destino de grandes ciudades, las salidas a cafetales y haciendas. Se realizó una investigación empírica con las comunidades Vazanteira en la región del Médio São Francisco, en el Norte de Minas Gerais. El diálogo se estableció en el Quilombo de Praia, ubicado en el municipio de Matias Cardoso, y en las comunidades que caracterizan como hermandades de lucha, a saber, el Quilombo da Lapinha y la Comunidad Vazanteira de Pau Preto, ubicada en Matias Cardoso, a orillas del río São Francisco, y la Ilha de Pau de Léguas en la margen izquierda del mismo río, en el municipio de Manga. Se realizó una investigación etnográfica cualitativa de manera multisituada, con trabajo de campo en las comunidades, actividades fuera del territorio y a través de narrativas e historias, experimentando movimientos migratorios a las ciudades y regiones metropolitanas de Belo Horizonte (MG) y São Paulo (SP), junto con Patrocínio, en el Triângulo Mineiro. Buscó comprender los significados de la movilidad y cómo movilizan a las familias entre generaciones, en los contextos de las Comunidades Tradicionales que luchan por el mantenimiento del territorio y que necesitan migrar para la reproducción de la vida. Se reveló que las movilidades están estrechamente vinculadas al modo de vida, al “Sistema Vazanteiro” y que los mismos movimientos que llevan a salir no desarticulan, sino que actualizan este sistema, son formas de resistencia y por tanto a la lucha en movimiento.

Palabras clave: Vidas en Movimiento; Sistema Vazanteiro; Territorialidad; Movimientos Migratorios; Resistencia; Norte de Minas.

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Trabalho de campo em julho de 2022 no Quilombo de Praia, Matias Cardoso.....	38
Foto 2: Trabalho de campo durante a Festa de Nossa Senhora Aparecida (Quilombo de Praia).....	39
Foto 3: Trabalho de campo em fevereiro de 2023 no Quilombo da Lapinha, Matias Cardoso...	40
Foto 4: Trabalho de campo em abril de 2024 no Quilombo da Lapinha, Matias Cardoso.....	41
Foto 5: Trabalho de campo em abril de 2024 com Ilha de Pau de Légua, Manga.....	41
Foto 6: Trabalho de campo em julho de 2024 em Pau Preto, Matias Cardoso.....	41
Foto 7: Trabalho de campo em julho de 2024 no Quilombo de Praia, Matias Cardoso.....	41
Foto 8: Trabalho de campo em julho de 2023 no Quilombo de Praia, Matias Cardoso.....	42
Foto 9: Trabalho de campo em dezembro de 2023 no Quilombo de Praia, Matias Cardoso.....	43
Foto 10: Os irmãos Manoel Caboclo e Maria Luiza, Quilombo de Praia, Matias Cardoso.....	61
Foto 11: Seu Zé Alagoano de Pau Preto, Matias Cardoso.....	68
Foto 12: Seu Benedito, Quilombo de Praia, Matias Cardoso.....	69
Foto 13: Seu Natalino, Ilha de Pau de Légua, Manga.....	70
Foto 14: Seu Camilo, Quilombo de Praia, Matias Cardoso.....	75
Foto 15: O desenho do Caboclo D'água representado no território do Quilombo de Praia.....	79
Foto 16: Zilah de Mattos em Manga (MG).....	89
Foto 17: Vazanteiros do Quilombo de Praia, Quilombo da Lapinha, Pau Preto e Pau de Légua reunidos: as irmandades da luta.....	93
Foto 18: Lugares, pessoas e vivências no Quilombo da Lapinha.....	94
Foto 19: Manoel do Quilombo da Lapinha.....	95
Foto 20: Quilombo da Lapinha homenageando Seu Zuíto.....	96
Foto 21: Lugares, pessoas e vivências em Pau Preto.....	101
Foto 22: Seu Zé Alagoano de Pau Preto.....	101
Foto 23: Lugares, pessoas e vivências em Pau de Légua.....	106
Foto 24: Reinaldo de Pau de Légua.....	106
Foto 25: Lugares, pessoas e vivências no Quilombo de Praia.....	110
Foto 26: Gilberto do Quilombo de Praia.....	114
Foto 27: Os trabalhadores do Jaíba retornando depois de um dia de trabalho.....	136
Foto 28: Genival.....	140
Foto 29: A enxada no trabalho Vazanteiro na Lagoa.....	148
Foto 30: Oseias.....	149

Foto 31: Eudileno.....	153
Foto 32: José Carlos.....	157
Foto 33: Severino.....	167
Foto 34: Manoel Caboclo.....	174
Foto 35: Marli.....	180
Foto 36: Conversando com Rosário.....	190
Foto 37: O crochê de Piana e a celebração de seu aniversário, a Mãe de Pegação de Praia.....	191
Foto 38: Luzia.....	199
Foto 39: Regina.....	203
Foto 40: Maria Luiza.....	206
Foto 41: Sulino.....	210
Foto 42: Rita.....	211
Foto 43: O movimentar das pessoas no Quilombo de Praia.....	244
Foto 44: Dona Anita em oficina de farinha no Quilombo de Praia, Matias Cardoso.....	251
Foto 45: As coisas que se movimentam.....	253
Foto 46: Os movimentos da/na Luta.....	254
Foto 47: Batuque no Quilombo de Praia, Matias Cardoso.....	255

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: As Comunidades Vazanteiras e Quilombolas da Pesquisa.....	70
Mapa 2: Cartografia Social – Articulação Vazanteiros em Movimento.....	73
Mapa 3: Etapas do Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba.....	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Rio São Francisco e seus Ambientes.....	76
Figura 2: Linha do tempo dos encurralamentos dos Vazanteiros e Quilombolas de Matias Cardoso e Manga.....	83
Figura 3: A malha de sentidos das mobilidades para fora do Quilombo de Praia.....	230
Figura 4: Os sentidos e categorias êmicas sobre o Quilombo de Praia.....	231
Figura 5: Os sentidos e categorias êmicas sobre os Destinos.....	232
Figura 6: Os sentidos e categorias êmicas sobre as formas de conseguirem os trabalhos.....	233
Figura 7: Os sentidos e categorias êmicas sobre a decisão de sair.....	234
Figura 8: Os sentidos e categorias êmicas sobre a decisão de voltar.....	234

Figura 9: Os sentidos e categorias êmicas sobre como entendem a migração.....	235
Figura 10: Desenho de Laura sobre sua casa em Patrocínio-MG.....	242
Figura 11: Desenho de Laura sobre o Quilombo de Praia-MG.....	243
Figura 12: A malha de lugares percorridos por Vazanteiros do Quilombo de Praia.....	247
Figura 13: A malha de coisas que se leva e que se traz do Quilombo de Praia.....	248

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Momentos metodológicos da tese.....	26
Quadro 2: Pesquisas concluídas sobre movimentos migratórios do Grupo Opará-Mutum.....	28
Quadro 3: Localidades de trabalho e moradia de Vazanteiros do Quilombo de Praia.....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Sistema de Áreas Protegidas do Projeto Jaíba.....	87
--	----

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS	15
Um olhar migrante para a migração	16
Ser pesquisadora das migrações	18
A Tese: redesenhando o foco, objetivos e problemas	20
 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	22
Uma pesquisa qualitativa, etnográfica e multissituada.....	23
Os movimentos migratórios norte-mineiros através das pesquisas do OPARÁ-MUTUM.....	26
Os trabalhos de campo e os interlocutores	37
Estruturação da Tese.....	44
 PARTE I - TERRITORIALIDADES EM MOVIMENTO	46
 CAPÍTULO I – VAZANTEIROS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO, NORTE DE MINAS GERAIS: “POVOS DAS ÁGUAS E DAS TERRAS CRESCENTES”	47
Transmigração: raízes, continuidades históricas e resistências dos Povos e Comunidades Tradicionais	48
“A primeira morada”: sistemas, movimentos e territorialidades no Campo Negro do Jahyba	56
“Nós somos tudo isso... Se eu sou vazanteiro, eu sou também quilombola”	68
“Tudo tem seu domínio”: a cultura de vazante e os movimentos dentro do território.....	75
“O poder das balas e das cercas”: o encurralamento	80
De volta ao movimento: as resistências dos Vazanteiros em Movimento	88
 CAPÍTULO II – “IRMANDADES DA LUTA”, OS “UMBIGOS ENTERRADOS” E OS “ACEITOS NO SISTEMA”	92
“Irmandades da Luta”	93
Irmandades do Quilombo da Lapinha	94
Irmandades da Comunidade Vazanteira de Pau Preto.....	100
Irmandades da Comunidade Vazanteira de Ilha de Pau de Léguas	105
O Quilombo de Praia	110
Os tempos das lutas: movimentos, confluências, resistências e redes.....	117

ENCHENTES E VAZANTES TEÓRICAS I.....	124
---	------------

PARTE II – VIDAS EM MOVIMENTO: ENCURTAMENTOS, INTRICAMENTOS E SENTIDOS.....	131
--	------------

CAPÍTULO III – “TENTAR A VIDA”: OS MOVIMENTOS PARA “FORA” E PARA DENTRO DO TERRITÓRIO VAZANTEIRO	132
---	------------

As razões de “ <i>sair para fora</i> ”	133
--	-----

Histórias da “ <i>cidade grande</i> ”: trabalhando nas “ <i>firmas</i> ”	139
--	-----

Genival	139
---------------	-----

Oseias	149
--------------	-----

Eudileno	153
----------------	-----

José Carlos	157
-------------------	-----

Severino.....	166
---------------	-----

Manoel Caboclo	173
----------------------	-----

Histórias da “ <i>cidade grande</i> ”: as mulheres e o trabalho doméstico	179
---	-----

Marli.....	179
------------	-----

Rosário	190
---------------	-----

Luzia.....	198
------------	-----

Regina	203
--------------	-----

Maria Luiza	206
-------------------	-----

Histórias do café e do “ <i>trecho</i> ”	209
--	-----

Sulino e Rita.....	209
--------------------	-----

CAPÍTULO IV – “VAI E VEM”: A MALHA, OS SENTIDOS E OS TEMPOS	227
--	------------

Uma pedagogia vazanteira da migração	228
--	-----

Para onde se vai e volta, a circulação das pessoas.....	241
---	-----

Para onde se vai e volta, a circulação das coisas	248
---	-----

O movimento da “ <i>luta</i> ”: as reuniões, os batuques, as viagens	254
--	-----

ENCHENTES E VAZANTES TEÓRICAS II	259
---	------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CAMINHOS.....	265
--	------------

REFERÊNCIAS	271
--------------------------	------------

NOTAS INTRODUTÓRIAS



AUTORA: MARIA CECÍLIA CORDEIRO PIRES

Um olhar migrante para a migração

Na minha vida, a migração está presente antes mesmo de eu vir ao mundo, está na minha ancestralidade. Sou neta de um avô baiano que encontrou, nas baixadas caatingueiras da Serra Geral, sua parceira de vida. Sou fruto do encontro entre a Bahia e o Norte de Minas e, provavelmente, de muitos outros lugares. De Serranópolis de Minas, minha mãe foi para Porteirinha, onde se casou com meu pai e, juntos, tiveram dois filhos.

Minha movimentação no mundo começa na história do meu parto. Quando nasci, minha avó paterna, também baiana, já morava em Montes Claros. Então, minha mãe se deslocou até o município para o meu nascimento. Naquela época, as condições de saúde em Porteirinha eram mais difíceis, por isso essa opção. Meu pai já era um trabalhador migrante há muito tempo. Sempre trabalhou nos “*matos*”, nas zonas rurais próximas, até o dia em que recebeu a proposta de ir para o estado do Pará, trabalhar em umas fazendas. Eu estava nascendo e ele já partia. Retornou meses depois e, como minha mãe conta, eu o “*estranhei*” quando o revi. Na minha certidão de nascimento, consta que sou montes-clarense, mas, para mim, não era de lá, pois foi apenas a passagem para o meu nascimento. Eu me sentia mesmo como sendo de Porteirinha.

Durante toda a minha infância, estive observando e vivendo chegadas e partidas. Vinda de uma família grande, tinha tios e primos espalhados por todo canto: Serranópolis de Minas, Porteirinha, Montes Claros e São Paulo, que vinham nas épocas de festa ou férias. Eram momentos de reencontros entre as pessoas, comidas, lugares e práticas. Outros, como meu pai, sempre iam, mas logo voltavam para ir de novo. Essas mobilidades que vi e vivi são inúmeras. Porteirinha se formou como lugar de passagem de tropeiros, que, em algum momento, ficaram. O nome do município hoje faz muito sentido para mim: uma pequena porteira, que representa passagem, um lugar por onde entramos e partimos, e foi assim com muitos, parentes, amigos, conhecidos, quase todos.

Meus pais não completaram o Ensino Fundamental. Minha mãe trabalhou na roça dos pais até se mudar para Porteirinha, onde passou a cuidar do seu avô. Depois, se casou e viveu em função dos cuidados com a família. Meu pai sempre fez de tudo: trabalhos na roça e, de forma autodidata, aprendeu a consertar carros de todos os tipos, tornando-se mecânico. Dos meus tios maternos, apenas dois conseguiram completar o Ensino Médio. Já as irmãs do meu pai se formaram no Normal Superior e se tornaram professoras.

Mesmo sem terem tido essa oportunidade, estudar sempre foi muito estimulado em nossa casa, pois, para meus pais, era tudo o que poderiam deixar para nós. Porteirinha não tinha muitas escolas – a maioria era pública, e as privadas chegaram nos últimos anos. Não havia

universidade e, até o período em que eu morava lá, existiam apenas cursos superiores a distância, com pouca variedade. Assim, meu destino de sair já estava traçado.

Meu irmão, doze anos mais velho, foi o primeiro a sair. Minha mãe sempre contou que sua mudança para Montes Claros foi clamada por um de seus professores, que reconhecia o seu potencial e conhecia minha avó. Disse que seria importante levá-lo de Porteirinha, e assim o fez. Ele completou o Ensino Médio na casa da minha avó, que depois adoeceu. Então, foi morar na casa de outros parentes, até conseguir um lugar para ele e se formar em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Eu havia ido pouquíssimas vezes a Montes Claros. Algumas, ainda muito nova, não me trazem lembranças. Mas uma delas foi marcante: a formatura do meu irmão. Nunca tinha visto um evento assim. Dentro de nossas possibilidades, buscávamos nos encaixar naquele rito. A cidade me assustava, parecia imensa, com uma vista cercada por casas e prédios altos por todos os lados. Em Porteirinha, de longe, eu avistava a serra e o único e famoso “prédio de Wilson Cunha”, que por muitos anos esteve abandonado. Os rumores diziam que o grande edifício tinha problemas estruturais.

Em vias de ingressar ao Ensino Médio, algumas vezes comentou-se, em casa, da possibilidade de eu também ir para Montes Claros. Todavia, vivíamos um período de maiores dificuldades financeiras, e eu, naquele momento, apenas receava essa partida, de deixar a família, os amigos de infância, meu lar. Ainda não era minha hora de partir, mas ela chegaria.

Foi em 2012 que me mudei para a cidade de Montes Claros para iniciar a graduação em Ciências Sociais na UNIMONTES. Fui morar com outros três estudantes, vindos, como eu, de Porteirinha. Já na organização para a mudança, houve um acionamento e uma movimentação de toda a família para viabilizar aquela saída. Parentes me presenteavam com diferentes utensílios domésticos, em forma de ajuda.

No primeiro semestre do curso vivi um encantamento pelas disciplinas, tendo, principalmente nas leituras de Antropologia, uma curiosidade despertada. Essa experiência me fez desejar um maior envolvimento com a pesquisa antropológica. Foi então que, no segundo período, conheci o trabalho do OPARÁ-MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco (CNPq/Unimontes), liderado pela professora doutora Andréa Narciso, minha orientadora.

Iniciei minha participação no Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária (2013), onde permaneci até o final da graduação, e posteriormente como bolsista de Iniciação Científica/CNPq (2014 a 2016). Diferente de outros graduandos, tive experiências empíricas já no início da graduação, no campo do projeto “Sujeito Agente - Pessoa Sertão: Cultura Popular

e Patrimônio Cultural no Alto Médio São Francisco”. Foi um trabalho de campo realizado em uma semana, em duas comunidades, onde pude dialogar com pesquisadores mais experientes. As técnicas qualitativas utilizadas nas oficinas se revelaram, para mim, como um caminho que gostaria de percorrer, buscando a densidade dos fenômenos que analisaria.

Na Iniciação Científica, comecei a fazer leituras sobre diversas teorias que passavam pelo mundo rural e o campesinato, dentre elas, os trabalhos de Paula (2003, 2009), que abordavam a questão da migração, fenômeno que, naquele momento, chamou minha atenção. Nas escritas de José de Souza Martins (1988, p. 45), reconheci minha história, ao ler que ser migrante temporário é viver contradições como duplicidade, “é estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca”.

Com essas leituras, me conectei com minha trajetória, marcada por um denso ciclo de chegadas e partidas, passando a percebê-la como um processo migratório. Essa identificação se fez factível na Universidade, um caminho percorrido em função dos recursos advindos da trajetória migrante do meu pai. Voltei meu olhar para essa história com novos questionamentos, diferente de quando, ainda criança, falava naturalmente, sem compreender os olhos de espanto de quem me ouvia justificar a ausência do meu pai, em uma apresentação de “Dia dos Pais”, porque estaria no Pará.

A partir de 2013, me envolvi intensamente com diversas pesquisas, juntamente com minha participação no NIISA - Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental. Nossa equipe de pesquisadores realizou diferentes trabalhos de campo em comunidades rurais Norte Mineiras: quilombolas, como em Buriti do Meio; ribeirinhas, como na Barra do Pacuí; geraizeiras, como em Pindaíba; e caatingueiras, como na Comunidade do Touro – onde percebia que as mobilidades sempre aconteciam e apareciam nas narrativas. Portanto, compreendo que essa tese partiu de uma identificação, de alguém que possui um olhar migrante para os movimentos migratórios.

Ser pesquisadora das migrações

Na minha trajetória acadêmica, desenvolvi e desenvolvo pesquisas com Povos e Comunidades Tradicionais sob diferentes perspectivas, mas percebendo a constante presença das mobilidades na vida desses sujeitos. Desse modo, fui tomada por um desejo de me aprofundar nesse estudo, compreendendo que meu percurso acadêmico me formou como uma pesquisadora das migrações.

Na monografia (Pires, 2016), apresentada no curso de Ciência Sociais, “Processo Migratório em Porteirinha-MG: *‘enquanto eu tiver vida e saúde’*”, tive o objetivo de analisar

os processos das migrações temporárias no município de Porteirinha, localizado no norte de Minas Gerais, juntamente com o impacto do programa de transferência de renda Bolsa Família na diminuição (ou não) desses processos.

As principais razões apontadas para a migração estavam ligadas à não inclusão no mercado de trabalho, ou a uma inclusão que proporcionava apenas a sobrevivência, influenciadas também pelas dificuldades nos períodos de estiagem, especialmente entre aqueles que, na maioria arrendatários, necessitavam do trabalho agrícola para o sustento.

O Programa Bolsa Família, até aquele ano e para os entrevistados, demonstrou ser uma ferramenta de reprodução da vida e, portanto, de permanência no lugar de origem. Apesar disso, as migrações temporárias ainda ocorriam, visto que, por meio desses trabalhos, os moradores conseguiam adquirir maiores recursos, e durante a saída, o benefício auxiliava a renda dos familiares que permaneciam.

Em janeiro de 2016, durante os trabalhos de campo para a pesquisa monográfica, procurei o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha (STRP), em busca de materiais, contatos e também para compreender a visão do sindicato sobre as migrações no município. Nessa oportunidade, recebi o convite para participar do curso “Semente e Mudam Crioulas – capacitação de multiplicadores”, realizado no Sindicato e organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).

Foram dias intensos, com vários momentos de reflexão – falas dos organizadores, de membros do Centro de Agricultura Alternativa (CAA/NM), da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e de professores universitários. O mais impactante e esclarecedor foram as falas e os momentos de partilhas com os agricultores familiares, que representavam vários STRs de municípios norte-mineiros. No segundo dia do curso, estava marcada uma visita a uma comunidade localizada no município de Serranópolis de Minas, onde conheceríamos um importante Banco de Sementes Crioulas. Foi assim que conheci a Comunidade do Touro, lugar que se tornaria o *lócus* da minha dissertação.

Isto posto, na dissertação (Pires, 2019), pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS/UNIMONTES, “‘*A Precisão Faz Ir Longe*’: Migração e Des-envolvimento em Comunidade Rural do Sertão Norte Mineiro”, tive como objetivo geral compreender os processos migratórios e sua relação com as políticas públicas de desenvolvimento propostas para o Norte de Minas, por meio de um estudo de caso na Comunidade do Touro. Foi uma escolha importante, já que essa comunidade, localizada no

sopé da Serra Geral, em uma região semiárida e de predominância da caatinga, dentre os eixos de desenvolvimento incentivados para o território, conviveu com a monocultura de algodão.

Os processos migratórios ocorreram e se intensificaram como consequência dos estímulos à monocultura, contexto no qual agricultores familiares que acessaram os créditos bancários, após uma decadência na produção do algodão, precisaram buscar formas de restabelecimento em meio a restrições ambientais (solos desgastados e escassez de recursos hídricos) e socioeconômicas (estavam, em grande parte, endividados e em situação de empobrecimento ascendente).

Essas experiências anteriores contribuíram para instigar questionamentos e ampliar a compreensão do fenômeno migratório para além das generalizações, possibilitando reconhecer os sentidos do migrar entre grupos etnicamente diferenciados, que convivem constantemente com violações de direitos e tentativas de apagamento.

A Tese: redesenhando o foco, objetivos e problemas

A presente tese se construiu por meio de diversos atravessamentos. Um deles ocorreu durante a dissertação, quando conversei com migrantes das primeiras gerações que saíram do território e também filhos e netos desses migrantes. Senti, naquele momento, a necessidade de dar atenção a esse fato. Por isso, num primeiro momento, o recorte do projeto de pesquisa da tese propunha uma análise geracional da migração.

No primeiro ano do doutorado, a partir das disciplinas cursadas e dos eventos dos quais participei, houve uma incitação por uma nova ótica que pensasse as redes formadas entre pessoas e coisas na migração. A disciplina “Colóquio de Tese” foi fundamental para traduzir da melhor forma as questões que me motivavam, resultando em um recorte mais sólido e condizente com minha vontade de aprofundamento mais denso.

Durante minhas experiências como pesquisadora das migrações, as perguntas foram se tornando ainda mais complexas. A cada nova narrativa dos interlocutores da região, surgiam novas indagações: o que significa migrar? Quais sentidos esse processo assume para aquele e aquela que precisa deixar seu lugar? Como essa ação mobiliza as famílias ao longo das gerações, em contextos de Comunidades Tradicionais que lutam pela manutenção do território e que, necessitam partir para garantir a reprodução da vida?

É importante ressaltar que o recorte da tese ocorreu de forma concreta, a partir das leituras realizadas no grupo de estudos do OPARÁ-MUTUM, que instigaram a transferência da discussão sobre migração enquanto uma categoria hegemônica para a discussão enquanto uma vivência que desperta sentidos, traduzidos em categorias nativas, êmicas. O recorte

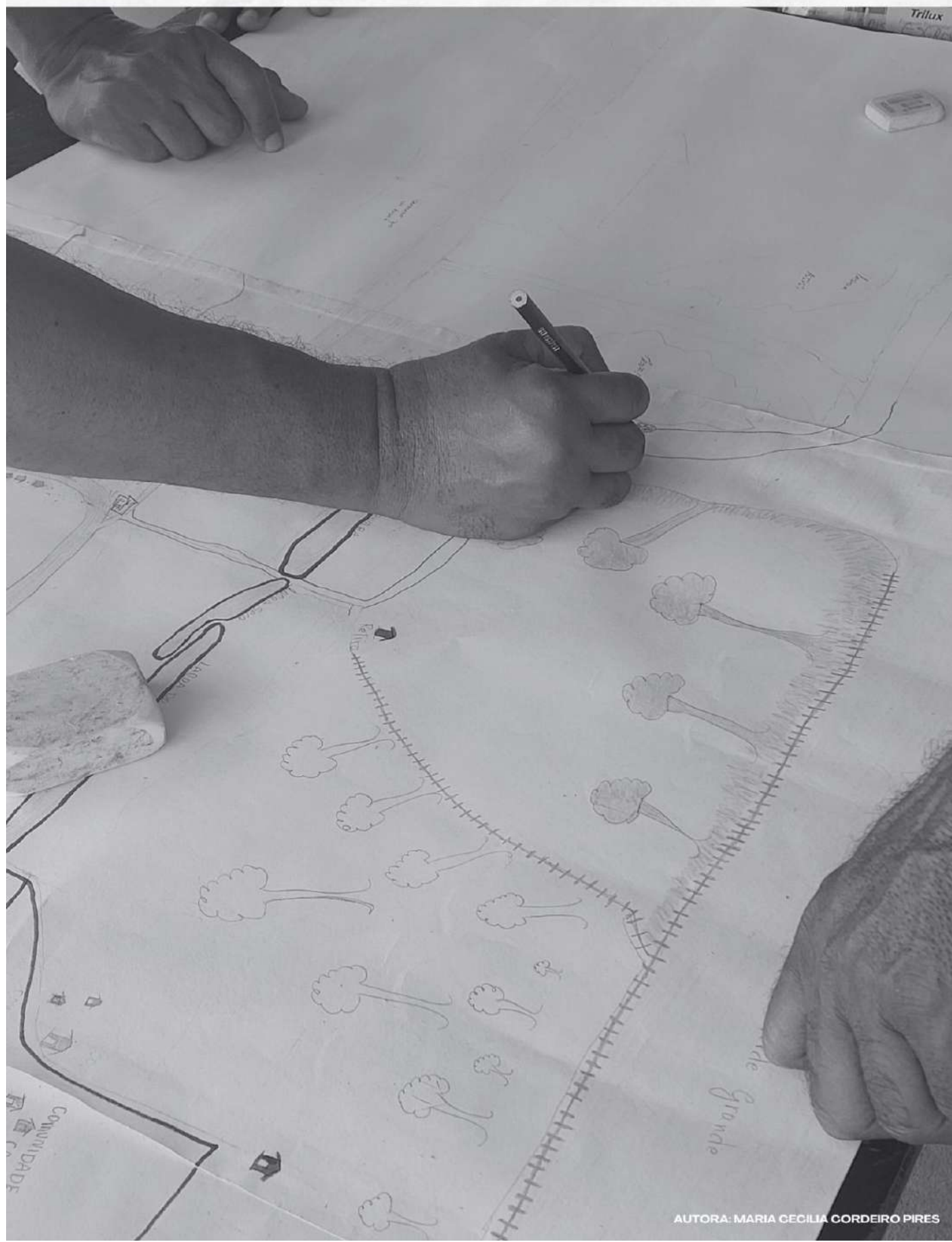
empírico também só foi possível após minha primeira experiência de campo com os vazanteiros, quando percebi o quanto o movimentar faz parte da vida desses sujeitos.

Outro ponto fundamental, que precisa ser evidenciado, é que esse redesenho da tese ocorreu em meio a um contexto mundial da pandemia de COVID-19 (SARS-CoV-2). Quando me inscrevi no processo seletivo do doutorado, em 2020, já vivíamos em pandemia. Por mais que a esperança na ciência me habitasse, eu também tinha conhecimento da imprevisibilidade dessa situação. A pandemia me trouxe de volta para casa, após oito anos vivendo em Montes Claros, me vi ansiosa diante do isolamento social e medo do vírus. Assim, retornei para a casa dos meus pais em Porteirinha, buscando apoio nesse momento difícil.

O primeiro ano do doutorado foi totalmente remoto, e eu permaneci em Porteirinha. Meu retorno a Montes Claros só aconteceu em 2022. Foram longos meses até que as coisas aparentassem, ao menos, retomar alguma rotina. Voltar à sala de aula foi como reaprender a estudar, agora em um contexto diferente, marcado por distanciamentos e pelo uso de máscaras. Vivi muitas incertezas, havia uma flexibilização no uso das máscaras, seguida por novas ondas da COVID, trazendo de volta os medos e inseguranças. Esse constante acaso inesperado, muitas vezes, colocou em dúvida a efetivação da pesquisa de forma etnográfica. Mas vieram as três doses da vacina, a diminuição no número de casos, orientações, aulas, grupos de estudos, até que, enfim, pude realizar o primeiro trabalho de campo. Assim como o primeiro dia de aula, essa experiência me fez sentir que estava reaprendendo o ofício de pesquisadora.

Neste contexto, o objetivo geral da tese foi compreender as dinâmicas e os sentidos do Sistema Vazanteiro e seus movimentos de mobilidade no “*trecho*”, na “*cidade grande*”, na “*luta*” e no “*território*”. Desdobrando como objetivos específicos, busquei: descrever o Sistema Vazanteiro e suas territorialidades em movimento; interpretar a relação de “*irmandades da luta*” entre as comunidades da região do estudo; e analisar as vidas em movimento dos vazanteiros e quilombolas de Praia, descrevendo os movimentos entre o Quilombo e outras localidades, bem como a circulação de pessoas, de coisas e na luta. Cada um desses objetivos específicos foi desenvolvido em um capítulo da tese.

CAMINHOS METODOLÓGICOS



Uma pesquisa qualitativa, etnográfica e multissituada

Refletindo que o caminho de construção de uma tese é de complexidade e passa pelas teorias e métodos a todo momento, é necessário destacar que a metodologia pode ser pensada a partir da teoria, mas só existe na prática. Para esta construção, realizei uma análise interdisciplinar, com aportes da sociologia rural e da antropologia.

Os sujeitos desta pesquisa são os vazanteiros e quilombolas do Médio São Francisco¹, no Norte de Minas Gerais, mais especificamente o Quilombo de Praia, localizado no município de Matias Cardoso, e as “*irmandades*”² do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto, também situados em Matias Cardoso, na margem direita do Rio São Francisco, além da Ilha de Pau de Léguas, localizada à margem esquerda do mesmo rio, no município de Manga. Ressalto que, ao longo do texto, quando utilizo o termo no plural “vazanteiros”, me refiro aos interlocutores da pesquisa. Não foi minha intenção naturalizá-los, pois existem outras comunidades vazanteiras com as quais não tive contato e que podem apresentar diferenças nas questões aqui levantadas.

Esta é uma pesquisa qualitativa, sem desconsiderar a importância dos dados quantitativos, mas reconhecendo que os fenômenos abordados são complexos, dinâmicos e multifacetados, o que justifica a escolha pelas técnicas incorporadas na metodologia qualitativa. Além do estudo bibliográfico, análise bibliográfica e revisão de literatura, realizei trabalhos de campo, considerando-os mais do que um ato puramente científico e sim como a vivência na relação mais diversa.

Nas palavras de Brandão (2007), essa prática representa uma relação de intensa subjetividade, que requer ligação de confiabilidade entre pesquisador e sujeitos da pesquisa. Envolve, portanto, questões éticas desde a forma de inserção na comunidade até as maneiras de conduzir as entrevistas. Nesse contexto, a observação se mostra fundamental, descrevendo a “banalidade do cotidiano”, em que podemos ver e interpretar importantes aspectos.

As técnicas de pesquisa incorporadas ao método etnográfico foram fundamentais para manter vivas e registradas todas as informações ao longo do trabalho de campo, dentre elas, observação participante e notas em diário. Para Magnani (2012):

O método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica, pode-se usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa, ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a

¹ A Bacia do Rio São Francisco divide-se em quatro regiões: Alto São Francisco; Médio São Francisco; Submédio São Francisco e Baixo São Francisco. O Médio São Francisco corresponde à área entre o município de Pirapora até Remanso, no estado da Bahia, com cerca de 1.230 km de extensão (dados do Ministério do Meio Ambiente). Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br>. Acesso em: 14 de junho de 2023.

² Essas três comunidades são mencionadas neste estudo como “*irmandades da luta*”, junto ao Quilombo de Praia. Essa é uma categoria nativa que explica a relação de parceria e parentesco entre elas, sendo aprofundada no Capítulo II.

obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento (Magnani, 2012, p. 17).

A etnografia serviu de inspiração, pois compreendo, segundo Geertz (1989, p. 32), que pesquisadores não estudam “aldeias”, mas sim “nas aldeias”, uma vez que o *lócus* não é o objeto em si, mas a articulação entre os conceitos, que permite ler na “aldeia” as questões da temática. O objeto, então, é uma construção teórica, uma perspectiva teórica metodológica.

Foi no “*estar lá*” que formulei minhas interpretações, embora sendo de “segunda e terceira mão”, pois para Geertz (1989) apenas o nativo faz a interpretação de primeira mão da sua cultura. Assim, procurando estar presente na realidade dos sujeitos de pesquisa, utilizei da observação participante e do registro em diário de campo, amparada em autores como Brandão (2007), Malinowski (1976) e Foote-White (2005).

Dessa maneira, realizei a interpretação da interpretação, mediada pelos sentidos que são dados aos diversos movimentos vazanteiros, representados por meio de práticas discursivas, compreendidas, segundo Spink (2010, p. 27), como “as maneiras pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas”. Através da discussão de sentidos realizada pela autora, compreendo que esses são uma construção social, “um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, [...] constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta” (Spink, 2010, p. 34).

Isso permite entender que ninguém produz sentidos individualmente, estamos produzindo sentidos o tempo todo, de forma coletiva e interativa, em um processo fluido, contínuo e que não se limita às temáticas para fins de pesquisa. Esses apontamentos foram cruciais para apreender os sentidos das mobilidades entre aqueles que as vivenciam, pois, metodologicamente, “nem sempre o termo que define nossa área de interesse [...] faz parte do vocabulário espontâneo do grupo com o qual estamos trabalhando” (Spink, 2010, p. 46). Ouvir a fala espontânea das pessoas que participam do estudo é um caminho que amplia essa compreensão, já que “ser pesquisador é estar em campo o tempo todo” (Spink, 2010, p. 55).

No trabalho de campo, foram realizadas entrevistas em profundidade, segmentadas em três categorias de grupos: pessoas mais velhas; pessoas que já saíram das comunidades; e membros de redes parceiras. Essas entrevistas incluíram moradores do Quilombo de Praia, Ilha de Pau de Léguas, Pau Preto e Quilombo da Lapinha, além de Zilah de Mattos, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que atua como rede de apoio para essas comunidades.

As entrevistas tiveram a intenção de captar, de forma aprofundada, aspectos específicos de interesse da pesquisa, utilizando um roteiro norteador com tópicos-guias e algumas questões abertas para conduzir os diálogos. Ressalto que o roteiro funcionou como uma referência, e não como um manual seguido à risca, pois os interlocutores tiveram a palavra privilegiada. A partir do acionamento da memória, busquei conhecer suas histórias e modos de vida. Dessa maneira, as entrevistas ocorreram de forma dinâmica, adaptando-se à disponibilidade e à abertura de cada pessoa em relação ao tema.

A devida atenção foi dada às transcrições, nas quais as falas dos sujeitos foram respeitadas em seus sentidos e significados, preservando expressões específicas e modos de falar. Ainda assim, foram realizadas algumas adequações na passagem da oralidade para a escrita, procedimento que também adoto em relação à minha própria fala, ao formalizar minha escrita. Por exemplo, é comum que, na pronúncia da palavra “chegou”, não se enuncie o som final /u/, mas isso é uma questão fonética, e não faria sentido escrever “chegô”, forma inexistente na norma padrão de nossa língua. Essa escolha partiu da preocupação em evitar o que Whitaker (2002) chama de caricatura do homem rural, uma reprodução de erros ortográficos que ignora as variações linguísticas, marcadas por diferentes sotaques, especificidades não exclusivas de sujeitos rurais, mas presentes em todos nós.

Também foram realizados registros fotográficos com o intuito de compor um texto visual detalhado do que foi presenciado no decorrer da pesquisa. Reconhecendo que a ação de ser fotografado nem sempre causa um sentimento confortável, foi importante o cuidado para que as imagens representassem as pessoas e seus lugares, realizadas apenas com consentimento.

Essa pesquisa etnográfica ocorreu de forma multissituada (Marcus, 1995), visto que não se restringiu às comunidades, mas acompanhou suas conexões, fluxos e movimentos. Além dos trabalhos de campo realizados nas comunidades, pude acompanhar os sujeitos em outras atividades fora do território e, por meio de suas narrativas e contatos, percorrer seus movimentos. No entanto, é importante frisar que a adoção dessa perspectiva de múltiplos lugares foi desafiadora, pois não foi possível empenhar, da mesma maneira, os compromissos que a etnografia exige. Todavia, essas experiências enriqueceram a pesquisa e o conhecimento sobre a diversidade de mobilidades.

Em síntese, o estudo foi organizado em momentos metodológicos, representados no quadro a seguir:

Quadro 1: Momentos metodológicos da tese

MOMENTO METODOLÓGICO		DESCRIÇÃO
CAMINHO EPISTEMOLÓGICO		
1º	Revisão da Literatura	Realização de levantamento bibliográfico em âmbito local, regional, nacional e internacional sobre os eixos temáticos, com base em teses, dissertações, monografias, artigos, livros, <i>websites</i> e outros.
2º	Análise Teórica	Análise das obras selecionadas para a elaboração do referencial teórico.
CAMINHO EMPÍRICO		
3º	Elaboração de Roteiros	Definição dos objetivos do trabalho de campo e elaboração de roteiros de observação e roteiros semiestruturados para entrevistas.
4º	Trabalhos de Campo	A partir das técnicas que envolvem a etnografia, realização de observação participante, entrevistas, anotações, fotografias, de acordo com os objetivos definidos do trabalho de campo em questão.
5º	Organização, Sistematização e Análise	Análise, organização e sistematização dos dados inter-relacionando-os com o referencial teórico estudado. A partir do que foi fomentado, planejaram-se as próximas idas a campo, em consonância com o processo de escrita da tese.
6º	Apresentação da Tese	Posterior a escrita, apresentação da tese à comunidade acadêmica e civil.

Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2022.

Foi realizado levantamento bibliográfico local, regional, nacional e internacional sobre os eixos temáticos, com o objetivo conhecer as discussões realizadas sobre os temas. A partir disso, foram elaborados os roteiros e realizados os trabalhos de campo, o que possibilitou a análise, organização e sistematização dos dados, inter-relacionando-os com o referencial teórico estudado. Juntamente, foi sendo desenvolvida a escrita da tese até a sua apresentação à comunidade acadêmica e civil.

Essas opções metodológicas derivaram de um campo dinâmico, no qual os momentos da pesquisa não ocorreram de forma linear, mas dialógica. Tratou-se de uma relação contínua durante o processo investigativo, que proporcionou não uma comprovação de hipóteses, mas a imersão no Sistema Vazanteiro, buscando conhecer seus lugares, movimentos e modos de vida.

Os movimentos migratórios norte-mineiros através das pesquisas do OPARÁ-MUTUM

Além dos caminhos metodológicos, esta tese percorreu caminhos teóricos, sendo impossível dissociar os resultados aqui apresentados das construções de pesquisas que fomos desenvolvendo através do Grupo OPARÁ-MUTUM, que possui um foco de análise para a questão dos movimentos migratórios. Ao estabelecermos relações de pesquisas em diferentes Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, fomos compreendendo como os movimentos e deslocamentos estão presentes, representados tanto na formação dos lugares quanto nas

modificações e relações com políticas de desenvolvimento. Sendo um fenômeno tão presente, fomentou curiosidades e a realização de diferentes enfoques de estudos sobre esses aspectos.

Em vista disso, podemos citar os trabalhos de Paula (2003, 2009). Em sua dissertação, ela refletiu sobre a dinâmica interna rural no Brasil, com ênfase no Norte de Minas Gerais, onde estudou a integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho na cidade de Montes Claros. Concluiu que as migrações ocorriam cada vez mais dentro das próprias regiões, em função do crescimento incentivado pelo Estado em algumas cidades e da desilusão com as metrópoles, além de revelar que as relações socioespaciais continuavam marginalizando os trabalhadores oriundos do meio rural, limitando sua inserção no mercado de trabalho (Paula, 2003).

Já em sua tese, Paula (2009) objetivou compreender, no processo migratório, a formação da identidade rural e as estratégias de reprodução camponesa de sujeitos retornados ao lugar de origem. Sua pesquisa foi realizada em uma comunidade tradicional ribeirinha, chamada Barra do Pacuí (Ibiaí), e com os sujeitos/atores/personagens dos romances, contos e novelas de João Guimarães Rosa. Concluiu que o processo migratório modifica e altera os modos de vida e trabalho do campo, mas que os sujeitos possuem uma condição estrutural e simbólica de identidade territorial, de alteridade e de reconhecimento como ser do mundo rural camponês.

As pesquisas de Paula (2003, 2009) representam reflexões instigadas no contexto de inferências das políticas desenvolvimentistas no Norte de Minas, exercendo importante influência na formação de um campo de estudos que, embora não foquem necessariamente na temática da migração, reflete sobre suas relações. Nessa conjuntura, destaco a importância do OPARÁ-MUTUM, que completou mais de 14 anos de trabalhos na região.

O grupo se originou a partir de pesquisas realizadas no Norte de Minas, especialmente após o “Projeto Opará: Tradição, Identidades, Territorialidades e Mudanças entre Populações Rurais e Ribeirinhas no Sertão Roseano” (2007-2010), coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão. Esse projeto foi uma pesquisa coletiva no Norte de Minas Gerais, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e à UNIMONTES. O relatório final foi posteriormente publicado em formato de livro: “Gerais Sertão: Comunidades Tradicionais nos Sertões Roseanos” (Costa e Oliveira, 2012).

Em 2011, o grupo passou a ser reconhecido pelo CNPq, sob o nome de “OPARÁ: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Comunidades Tradicionais no Alto Médio São Francisco”, coordenado pelos professores Carlos Rodrigues Brandão e Andréa Narciso. A proposta deu continuidade às pesquisas do mundo rural norte-mineiro, com o objetivo de pensar, analisar e refletir as culturas patrimoniais e os seus modos de vida cotidianos, seus saberes, valores e práticas, realizados como diferentes dimensões de patrimônios culturais materiais e imateriais.

Buscando interagir junto às Comunidades Tradicionais ao longo do Rio São Francisco, para tornar visto, ouvido e reconhecido os conhecimentos dessas comunidades, foram desenvolvidos projetos de pesquisa como: “Beira Vida, Beira Rio: Cultura, Cultura Popular e Patrimônio Cultural no Alto Médio São Francisco” (2011-2013) e “Sujeito Agente - Pessoa Sertão: Cultura Popular e Patrimônio Cultural no Alto Médio São Francisco” (2012-2015).

Com a continuidade do desenvolvimento das pesquisas de forma coletiva, houve, organicamente, um direcionamento crescente para a temática das migrações internas. Esse novo enfoque ocorreu a partir do momento em que, percorrendo o Norte de Minas, se ouvia inúmeros relatos de sujeitos que migravam para o trabalho. Essa passagem representou a mudança no nome do grupo para OPARÁ-MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco.

Dentre os projetos que abordaram essa temática, cito: “Sair, Ficar, Voltar: um estudo sobre migrações temporárias no sertão Norte-Mineiro” (2014 - 2016), “Do sertão para outros mundos: As redes de relações sociais nos processos migratórios para o trabalho do/no Norte de Minas Gerais” (2016 - 2019) e “Sertão Afora: Rotas e Redes Acionadas por Trabalhadores do Norte de Minas Gerais” (2019-2024).

Trazendo à tona esse histórico, é importante explicitar as reflexões que vêm sendo produzidas sobre os movimentos migratórios no/do Norte de Minas, por meio das pesquisas vinculadas ao OPARÁ-MUTUM, que apresentam uma diversidade de enfoques, como se verifica no quadro a seguir:

Quadro 2: Pesquisas concluídas sobre movimentos migratórios do Grupo Opará-Mutum

AUTOR	ANO	TÍTULO
Monografias		
Thaís Dias Luz Borges Santos	2012	Chegadas e Partidas no Sertão Norte-Mineiro: as migrações 'temporárias' em Barra do Pacuí e Sagrada Família
Juliana de Jesus Alves Silva	2016	Migrações Internas e desigualdades regionais
Laís Pereira Costa	2016	“Migrantes Errantes” as travessias no Quilombo Buriti do Meio
Maria Cecília Cordeiro Pires	2016	Processo Migratório em Porteirinha-Mg: “enquanto eu tiver vida e saúde”
Carla Nadinne Souza	2017	Entre Idas e Vindas, a Ausência: O Processo Migratório vivido por Mulheres Norte-Mineiras
Lucas Vinícius Rocha De Oliveira	2018	"O Ir e Vir": Trajetória de mulheres trabalhadoras norte-mineiras através das redes sociais na migração
Igor Luan Souza Silva	2021	Redes de Migração: o ir e vir na busca por trabalho
Maria Eduarda Souza Oliveira	2023	“Só Não Tenho Saudade do meu Sofrimento”: histórias de uma mulher migrante no sertão Norte Mineiro
Maria Clara Souza Sanches	2023	Espaços e Ausentes: processo migratório em Canaã dos Carajás-PA
Dissertações		
Andréa Maria Narciso Rocha de Paula	2003	Integração dos migrantes no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais: “A Esperança de Melhoria de Vida”
Guélmer Júnior Almeida de Faria	2014	“Do seu lugar para o lugar dos outros”: A migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico

Ana Flávia Rocha de Araújo	2016	Por caminhos de águas e terras: o processo migratório de pescadores artesanais no sertão norte-mineiro
Victória Pinho e Godinho	2018	“A vida ispinicada”: O Processo de Deslocamento de Famílias Atingidas por Barragens
Maria Cecília Cordeiro Pires	2019	“A Precisão Faz Ir Longe”: Migração e Des-envolvimento em Comunidade Rural do Sertão Norte Mineiro
Carla Nadinne Souza	2020	“O Coração Fica Doendo, Porque Lá Nasci E Criei? Mas Tive Que Sair, O Jeito Foi Sair” A Desestruturação dos Modos de Vida e o Processo de Migração Forçada de Atingidos pela Mineração Riacho dos Machados
Jaqueline da Silva Teixeira	2020	“Pra Lá e Pra Cá”: o sentido do lugar e do migrar entre jovens rurais
Daniel Rocha Silva	2022	Refúgio em Trânsito: Um Estudo sobre a Política de Interiorização para Refugiados Venezuelanos em Montes Claros (MG) entre 2019 e 2021
Laís Pereira Costa	2023	Os Herdeiros da Migração
Teses		
Andréa Maria Narciso Rocha de Paula	2009	Travessias - Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais
Gildette Soares Fonseca	2015	Migrações da Mesorregião Norte de Minas/MG: análises o censo demográfico de 2010
Guélmer Júnior Almeida de Faria	2019	“Uma mais uma é sempre mais que duas”: configurações e dinâmicas das redes sociais das domésticas migrantes
Ana Flávia Rocha de Araújo	2024	Memória Migrante: Vidas Entrelaçadas na rota do Norte para o Triângulo em Minas Gerais

Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2023.

Como Trabalhos de Conclusão de Curso, destacam-se as monografias de Santos (2012), Silva (2016), Costa (2016), Pires (2016), Souza (2017), Oliveira (2018), Silva (2021), Oliveira (2023) e Sanches (2023), todas defendidas no curso de Ciências Sociais da UNIMONTES.

Santos (2012) teve o objetivo de realizar uma análise etnográfica dos modos de vida em localidades ribeirinhas, especificamente na comunidade de Barra do Pacuí, município de Ibiaí-MG, e no bairro Sagrada Família, município de São Francisco-MG. Descrevendo o cotidiano, as relações de trabalho e as migrações, concluiu que as idas e vindas modificavam as pessoas e os lugares e, ao mesmo tempo, possibilitavam as realizações de sonhos. Em Barra do Pacuí, as migrações estavam ligadas aos constantes retornos e constituíam uma estratégia de manutenção do território tradicional, onde, mesmo passando períodos na cidade, os sujeitos se afirmavam como tradicionais do lugar. Já no bairro Sagrada Família, a motivação estava ligada à manutenção da casa e o sonho de conseguir trabalho. Em ambos os casos, “os moradores se unem em prol da resistência e a migração continua sendo estratégia de manutenção da vida e suas esferas” (Santos, 2012, p. 60).

Silva (2016), ao realizar um trabalho de revisão de literatura com dados secundários, demonstrou como as migrações internas no Norte de Minas se relacionam com as desigualdades regionais e políticas de modernização.

No Quilombo Buriti do Meio (São Francisco), Costa (2016) realizou uma pesquisa qualitativa etnográfica, por meio da qual foi possível identificar como a mobilidade espacial dessas pessoas modificava suas relações sociais tanto com o lugar de origem quanto com o de destino. A autoria analisou a trajetória sazonal dos migrantes que vão para o plantio e as colheitas do café, descrevendo motivações, causas e impactos na vida desses sujeitos.

Concluiu que a migração temporária no Quilombo constituía-se como estratégia de resistência e de reprodução social. Além do mais, percebeu que os homens eram os principais migrantes, enquanto as mulheres passaram a protagonizar a vida comunitária e circular pelos espaços de luta por reconhecimento, “pelo fato de estarem sempre migrando, indo e vindo, os homens pouco participam das ‘coisas’ do quilombo, das festas e comemorações, das lutas e decisões políticas, mesmo quando retornam não se engajam, cabe às mulheres ficantes assumirem a comunidade em todas as esferas” (Costa, 2016, p. 80).

Também em 2016, a minha monografia (Pires, 2016) foi defendida, na qual analisei os processos das migrações temporárias no município de Porteirinha, a partir dos métodos qualitativos e do trabalho de campo, com enfoque nos relatos pessoais, utilizando técnicas etnográficas. Concluí que as principais razões apontadas para a migração estavam ligadas à não inclusão no mercado de trabalho, ou a uma inserção que proporcionava apenas a sobrevivência, influenciadas também pelas dificuldades durante os períodos de estiagem, especialmente para os que necessitavam do trabalho agrícola.

Foi demonstrado que a maior parte dos migrantes era composto por adultos do sexo masculino. Em relação à escolaridade, a maioria não possuía o Ensino Fundamental completo e, entre os que haviam concluído, nem todos conseguiam finalizar o Ensino Médio. Sobre o programa Bolsa Família, percebeu-se que, naquele período, ele significava uma ferramenta de reprodução da vida para a população pobre do município. Apesar disso, as migrações temporárias ainda aconteciam, visto que, por meio desses trabalhos, os moradores conseguiam adquirir maior renda e, durante a saída, o benefício auxiliava os familiares que permaneciam.

Com recorte de gênero, destacam-se os trabalhos de Souza (2017) e Oliveira (2018). Souza (2017) pesquisou o processo migratório na perspectiva de mulheres do Norte de Minas, buscando compreender os reflexos que a migração temporária ocasionava na vida daquelas que permaneciam no local de origem à espera dos migrantes. Seu recorte empírico abrangeu os municípios de São Francisco e Porteirinha. A pesquisadora interpretou uma possível relação de assimetria de gênero entre homens e mulheres dos municípios, no que tange à divisão do trabalho e às estratégias de manutenção no lugar de origem. Concluiu que, às mulheres, são atribuídos os trabalhos reprodutivos: permanecer em casa, cuidar dos filhos, realizar tarefas

domésticas, entre outros. Com a migração dos homens, elas se tornavam protagonistas de esferas de decisões que antes eram masculinas: fazer a feira, gerir a casa, administrar os recursos financeiros e até mesmo cuidar da roça. Já Oliveira (2018) realizou um estudo da trajetória de mulheres trabalhadoras norte-mineiras a partir das redes sociais na migração. Com base nas narrativas de domésticas, foi demonstrado uma rede de apoio e indicação entre essas mulheres.

Silva (2021) realizou um estudo sobre as redes migratórias ligadas à migração sazonal de trabalhadores homens que partem da cidade de São Francisco para atuar na colheita de batata na empresa ADF RURAL, localizada em Niquelândia (Goiás). Analisou como ocorre a formação e a manutenção da rede migratória, a partir das redes sociais estabelecidas entre os migrantes, não migrantes e representantes da empresa. A metodologia incluiu entrevistas, observação participante e análise de redes sociais de migração. Concluiu-se que a rede migratória se consolidava pela confluência entre duas necessidades: da empresa de contratar mão de obra para dar sequência à sua produção em cadeia; e dos migrantes por trabalho, pois são de uma cidade com elevado índice de população economicamente ativa em desocupação, carecendo de condições econômicas desejáveis para a manutenção da vida e realização pessoal.

Oliveira (2023) buscou compreender a história de vida de uma mulher migrante no Norte de Minas Gerais. A partir de seu relato oral, foi possível compreender o fenômeno da migração feminina com a finalidade do trabalho doméstico, evidenciando os desafios enfrentados: a invisibilização do trabalho, os abusos e a perpetuação dos papéis de gênero.

O trabalho de Sanches (2023) não possui um recorte empírico no Norte de Minas, mas contribui nas discussões sobre os impactos de megaempreendimentos. A autora aborda a migração forçada em Canaã dos Carajás, cidade no Sudeste do Pará, com enfoque na mineração e no garimpo, e suas influências na vida das pessoas na região. A análise parte de um olhar de dentro, para a trajetória de sua família.

Como dissertações, destacam-se as pesquisas de Paula (2003)³, defendida pela Universidade Federal de Uberlândia; de Faria (2014); Araújo (2016); Godinho (2018); Pires (2019); Souza (2020); Teixeira (2020); Silva (2022) e Costa (2023), defendidas pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - UNIMONTES.

Faria (2014), em seu trabalho, buscou compreender as migrações rurais-urbanas de mulheres oriundas do distrito de Muquém (Mirabela-MG), com foco na sua inserção no trabalho doméstico no município de Montes Claros, apontando uma lacuna dos estudos clássicos sobre a migração feminina, contendo uma invisibilidade da categoria gênero. Por meio de uma

³ Trabalho apresentado no início do tópico.

pesquisa qualitativa, realizou entrevistas em profundidade com mulheres migrantes. A pesquisa revelou que essas mulheres se deslocavam de suas comunidades motivadas por razões econômicas, sendo Montes Claros um polo de atração migratória para o trabalho doméstico. Percebeu que, na comunidade, a migração de mulheres para este tipo de trabalho era frequente, assim como as informações trazidas do local de destino, o estilo de vida (condição socioeconômica) e a confiabilidade. Por fim, nota que as mulheres entrevistadas não se reconheciam enquanto migrantes, mas sim pelo trabalho – como domésticas.

Araújo (2016) apresenta um recorte interessante ao tratar das migrações de pescadores artesanais como um processo, abrangendo as representações dos sujeitos que partem e dos que permanecem nos lugares de origem, por meio de uma análise entre os espaços urbano e rural. O *lôcus* de pesquisa foi o Município de São Francisco, com foco no bairro Sagrada Família, caracterizado por concentrar pescadores que realizam o processo migratório.

Apreendendo como espaço rural, o estudo se direcionou à comunidade da Vila dos Baianos, localizada a 30 quilômetros da área urbana e constituída pelo processo migratório de pescadores vindos da Bahia. Apoiada em uma abordagem qualitativa e fenomenológica, compreende que o pescador, ao afirmar suas relações com a natureza, caracteriza sua identidade e seus modos de vida no/do lugar. “A dificuldade em realizar a pesca tem colaborado para que a migração temporária continue ocorrendo entre os pescadores, ocasionando modificações nos lugares de origem e destino. Migrar se tornou uma possibilidade de melhoria de vida” (Araújo, 2016, p. 11).

Já em Godinho (2018), encontramos o estudo do deslocamento de famílias atingidas por barragens. Ressalta que a história da construção dos projetos hidrelétricos no Brasil é marcada pelo discurso desenvolvimentista em prol do crescimento econômico. Neste contexto, estão incluídos os moradores de municípios de abrangência da Usina Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek, conhecida como a Usina de Irapé, que abrange municípios do Norte de Minas e o do Vale do Jequitinhonha. Constata que a implantação da barragem modificou os ciclos das águas e, consequentemente, os ciclos de vida, provocando o deslocamento compulsório e as transformações nas vidas das famílias atingidas.

Conhecendo as famílias que tiveram seus modos de vida transformados, Godinho (2018, p. 9) observa que elas “resistiram e lutaram antes da construção da barragem hidrelétrica e ainda continuam resistindo nos reassentamentos e também fora deles, através da migração”. O deslocamento compulsório provocado pela construção da Usina Hidrelétrica de Irapé deu início a um processo de mudanças e ressignificação dos modos de vida, o que os interlocutores de

Godinho (2018) referiram como estar “ispinicado”, ou seja, espalhou as famílias e continua espalhando por vários lugares.

Em 2019, defendo minha dissertação (Pires, 2019), que teve como objetivo compreender o processo migratório e a relação com as políticas públicas de “des-envolvimento” propostas para o Norte de Minas, a partir do estudo de caso na Comunidade do Touro, em Serranópolis de Minas. Buscando analisar as representações sobre o sertão, descrevendo-o como um lugar de diversidades, questiono as políticas públicas desenvolvimentistas que instauraram visões e ações unificadoras, descrevendo as trajetórias dos migrantes do Touro, que vivenciaram a promessa de progresso com os incentivos à monocultura de algodão. A metodologia adotada envolveu pesquisa bibliográfica e de campo, com ênfase na abordagem qualitativa, utilizando entrevistas em profundidade, observação do cotidiano e fotografias das pessoas e do lugar, privilegiando a vivência e percepções dos moradores.

Os sertões foram construídos discursivamente e, nesse processo, a saída do lugar foi apontada como alternativa para a melhoria de vida ou até mesmo como a única forma de viver. Percebe-se, no entanto, que as políticas que visavam o desenvolvimento e superação dos ditos entraves ao progresso se tornaram ineficazes e desagregadoras, sem contemplar a diversidade e pluralidade dos povos. Tivemos como resultado o estímulo aos deslocamentos populacionais, nos quais as migrações demonstraram ser uma das formas de resistir à expropriação e continuar a luta pelo território.

Souza (2020) realizou uma pesquisa sobre os atingidos da Mineração Riacho dos Machados-MRDM, complexo minerário localizado nos municípios de Riacho dos Machados e Porteirinha. Objetivou compreender o processo de migração dos atingidos das áreas adjacentes às estruturas da mineradora, tendo como recorte temporal a reativação da atividade a partir de 2008. Teoricamente, discutiu o contexto político-econômico do neoextrativismo e o processo de reprimarização da economia na América Latina e no Brasil, caracterizando o Norte de Minas como uma Nova Fronteira Mineral.

Constatou que o processo de migração forçada nas comunidades ocorreu de duas maneiras: os atingidos da comunidade Ouro Fino, localizada a jusante da barragem de rejeitos, migraram compulsoriamente para a área urbana de Riacho dos Machados, com a justificativa de proteção à vida e à saúde. Já os moradores de Piranga, situada a aproximadamente um quilômetro da cava da mina, continuaram convivendo com a mineração e seus efeitos destrutivos, presos a uma condição de sujeição, sem escolhas reais e tampouco meios para tornar possível qualquer escolha. “Estão encurralados e em iminência de expulsão do lugar. Em ambas as situações os atingidos vivem tensões provenientes da *“extrahección”*. São expostos a

situações de vulnerabilidade, mudanças no modo de viver e mudanças nos cenários em que vivem” (Souza, 2020, p. 6).

Teixeira (2020), com um olhar para a juventude, buscou compreender o sentido do lugar e do migrar no processo migratório dos jovens rurais da comunidade de Santana do Mundo Novo, município de Jramento. Realizou entrevistas semiestruturadas com 16 jovens da comunidade, com idades entre 15 e 29 anos, além de membros da família, dirigentes da associação e da escola que atende à comunidade. “Entende que as saídas dos jovens e o retorno ao lugar assumem novas formas de interação e modificam a comunidade” (p. 9). Os jovens partem em busca de melhores oportunidades de trabalho e estudo e, na maioria das vezes, retornam aos finais de semana. “O pra lá e pra cá transforma as pessoas, as famílias, os lugares, e desse modo, a mobilidade passa a fazer parte do modo de vida do lugar” (p. 9).

Silva (2022) inaugurou no grupo uma pesquisa empírica das migrações transnacionais. Analisou a política de interiorização do governo brasileiro para os refugiados venezuelanos em Montes Claros, entre os anos de 2019 e 2021. Tinha como foco os refugiados venezuelanos não indígenas, mas a presença dos venezuelanos indígenas da etnia Warao, a partir de novembro de 2020, tornou essencial a inclusão desse recorte. Buscou compreender os instrumentos de direito internacional e interno que preveem proteção jurídica aos refugiados, identificar os fluxos migratórios venezuelanos e explorar o fluxo em direção ao Brasil. Na esfera local, descreveu as ações de acolhimento em Montes Claros (MG), no âmbito da denominada “Operação Acolhida”, com coordenação do Governo Federal, por meio do Gabinete da Casa Civil.

Desenvolveu uma pesquisa quali-quantitativa, identificando o crescimento do número de refugiados no mundo e apontando a necessidade de que a comunidade científica produza conhecimentos úteis para o aprimoramento das práticas de acolhimento desses indivíduos; para isso, torna-se essencial retratar suas realidades com responsabilidade, evitando expô-los a situações de vulnerabilidade ainda maiores do que aquelas já experienciadas. Verifica que os refugiados venezuelanos, no Brasil, são pessoas sempre em trânsito, “a perda do seu lugar implica a busca incessante de um resgate” (Silva, 2022, p. 155).

Costa (2023) objetivou compreender o fenômeno migratório por meio da trajetória de um jovem casal, enquanto herdeiros da migração. Como recorte empírico, houve uma transição por três *lôcus* principais: a Comunidade Geraizeira Vereda Funda e a cidade de Novorizonte, ambas no Território Geraizeiro do Alto Rio Pardo, no Norte de Minas Gerais; e uma fazenda de café na cidade de Ribeirão Corrente, em São Paulo. “Compreendendo que o processo migratório se constituiu para esses geraizeiros estratégia de resistência e reprodução da vida nos locais de origem” (Costa, 2023, p. 146).

Como teses defendidas, destacam-se os trabalhos de Paula (2009)⁴, pela Universidade Federal de Uberlândia; Fonseca (2015), pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Faria (2019) e Araújo (2024), incluindo também esta tese, pela UNIMONTES.

Pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Fonseca (2015) realizou um estudo do processo migratório no Norte de Minas, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Sua metodologia incluiu levantamento bibliográfico, tratamento dos dados do censo no *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) e elaboração de mapas.

Demonstrou que, na maioria dos municípios, a emigração era superior à imigração; que prevaleciam a emigração e a imigração intraestadual, sendo o maior volume intrarregional; a predominância de interação era com São Paulo, Brasília, Goiás e Bahia, e que Montes Claros se destacava dos demais municípios tanto em relação à emigração quanto à imigração, “pois a cidade exerce a função de polo regional, uma vez que apresenta indústrias, rede de comércio, prestação de serviços especializados em educação e saúde, setor automobilístico, financeiro e jurídico, entre outros” (Fonseca, 2019, p. 6).

Faria (2019) teve como escopo compreender a dinâmica migratória das trabalhadoras domésticas por meio da análise das redes sociais. A mobilidade dessas mulheres para o trabalho doméstico, em cidades como Montes Claros, Belo Horizonte, São Paulo, Brasília e outras, ocorre pelas redes de relações sociais, que abrangem familiares e conterrâneos, tanto no Norte de Minas Gerais quanto nas principais cidades de destino. Sua pesquisa empírica foi realizada com duas redes de domésticas: a primeira, formada por mulheres provenientes das zonas rurais dos municípios norte-mineiros de Mirabela e São Francisco, com destino a Belo Horizonte, São Paulo e Distrito Federal; e a segunda, composta por mulheres oriundas de municípios vizinhos a Montes Claros, residentes no bairro Village do Lago I.

No desenho metodológico, foi utilizada uma “combinação de fontes de pesquisa, entre: oficinas, entrevistas em profundidade, observação direta, questionário “gerador de nomes”, mapa de rede social e o *software* Gephi 0.9.2” (Faria, 2019, p. 8). Dentre os resultados, aponta a centralidade feminina na disponibilidade dos recursos acionados pelas redes.

Portanto, uma característica fundamental desse modo de organização coletiva é o “rápido acionamento, os laços fortes de identificação e o pertencimento. A mobilidade e o compartilhamento da dádiva, reciprocidade, ajuda mútua e apoio são valores que criam e recriam as teias das redes de relações sociais” (Faria, 2019, p. 8).

⁴ Trabalho apresentado no início do tópico.

Araújo (2024) realizou um estudo sobre o movimento migratório do Norte de Minas Gerais para o Triângulo Mineiro, demonstrando que o mercado agroindustrial dessa região demanda significativamente mão de obra norte-mineira. Além disso, esses trabalhadores têm presença expressa em setores como serviços domésticos, restaurantes e construção civil.

A autora acompanhou a rede migratória de um núcleo familiar, o que permitiu observar de forma detalhada as dinâmicas migratórias em Buritizeiro, no Norte de Minas, e em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, possibilitando compreender as motivações para a migração, os tipos de trabalho e as dificuldades enfrentadas. As migrações norte-mineiras ainda se revelam influenciadas por um processo de encurralamento das comunidades, que força as pessoas a deixarem suas terras para resistir.

Entre os anos de 2003 e 2024, foram concluídas nove monografias, nove dissertações e quatro teses com a temática de migração no Norte de Minas, vinculadas ao OPARÁ-MUTUM. Saliento que há pesquisas em andamento que certamente trarão ainda mais embasamento e informações para o adensamento desse campo de estudos, que, assim como o próprio processo migratório, é marcado por movimentos e conexões contínuas. E ainda, houve trabalhos que, embora não tivessem a migração como foco central, evidenciaram o tema por meio da pesquisa empírica, como a monografia de Rodrigues (2013) e a tese de Santos (2020). Conclui-se, assim, que os movimentos migratórios são constantes na região e que as pesquisas realizadas demonstram a complexidade do fenômeno e, portanto, a necessidade de mais pesquisas sobre.

Tendo em vista esse histórico de pesquisas, minha tese dialoga com muitos desses estudos, refletindo um amadurecimento do próprio grupo ao aprofundar, cada vez mais, diferentes recortes. Destaca-se, sobretudo, a revelação da diversidade de formas de movimento, como o deslocamento compulsório, o refúgio, as migrações temporárias e as questões de gênero, entre outras. Além de manter esse diálogo, esta tese, inclusa nos estudos e pesquisas com Povos e Comunidades Tradicionais, inova ao se propor a estudar os movimentos em sua profundidade e diversidade.

A partir das interpretações, narrativas e categorias êmicas do grupo de vazanteiros e quilombolas que compõem o estudo, são refletidas todas as formas de movimento consideradas importantes e destacados por eles (no *“trecho”*, na *“cidade grande”*, na *“luta”* e no *“território”*). Trata-se de um processo em que as teorias e categorias pré-estabelecidas auxiliaram nas discussões, mas cujo foco central esteve nas categorias dos interlocutores, priorizando os sentidos atribuídos por eles.

Os trabalhos de campo e os interlocutores

A prioridade para as categorias que surgiram nos trabalhos de campo e a abertura para olhar os movimentos em suas diversidades – e não apenas para as saídas do território – foi algo que se consolidou a partir dos meus contatos com os interlocutores. Foram eles que despertaram esse recorte. Por esse motivo, fui levada a buscá-los também em movimento, não apenas em contatos esporádicos ou marcados com o intuito de pesquisar para a tese, mas pela necessidade de estar junto em diferentes oportunidades, para compreender, em profundidade, todas as suas formas de movimento.

Retornando ao ano de 2022, quando voltávamos às atividades presenciais na Universidade, ainda não havia definido o recorte empírico. A disciplina Colóquio de Tese me confrontou a voltar a pensar no trabalho de campo, que, naquele momento de avanço da vacinação contra a COVID-19, parecia ser uma opção possível.

Nesse período, iniciei um diálogo com outro pesquisador do NIISA, Adinei Almeida Crisóstomo, que realizava seu doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a perspectiva dos saberes alimentares em comunidades vazanteiras. Foi ele quem me indicou a região que estava, em Matias Cardoso e Manga, com base nos relatos que havia ouvido sobre processos de migrações.

Marcamos, então, um primeiro trabalho de campo, que foi revelador durante a reformulação do projeto de pesquisa e que veio a se firmar como o recorte empírico. A escolha dessas localidades ocorreu conforme apontamentos e contatos de pesquisas anteriores, vinculadas ao NIISA e ao OPARÁ-MUTUM, a partir de um acordo estabelecido entre a pesquisadora e os moradores. A confiabilidade que essas comunidades possuem nos grupos de pesquisa facilitou o firmamento de nossa relação.

Meu primeiro contato direto com o Quilombo de Praia em Matias Cardoso, ocorreu em julho de 2022. Essa imersão nos saberes dos vazanteiros e quilombolas me introduziu ao conhecimento de suas territorialidades em movimento, através da relação com o Rio São Francisco, seus tempos e ambientes, e confirmou a forte presença de mobilidades para fora do território. Desde então, evidenciou-se um intenso fluxo para Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Patrocínio (Triângulo Mineiro), por onde circulam pessoas, coisas e sentidos.

Foto 1: Trabalho de campo em julho de 2022 no Quilombo de Praia, Matias Cardoso



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2022.

Com o tempo, fui estabelecendo contato também com as outras comunidades vazanteiras dessa região: o Quilombo da Lapinha e a comunidade de Pau Preto, em Matias Cardoso, além da Ilha de Pau de Léguas, em Manga. A convivência com esses grupos ampliou meu repertório na compreensão das identidades autoatribuídas e das relações históricas que as comunidades mantêm entre si. Conexões que, em muitos momentos, unificam suas lutas.

Dessa forma, a Parte I desta tese apresenta os aspectos apreendidos no convívio com as quatro comunidades, compreendendo-as a partir da noção nativa de que são “*irmandades da luta*”, conceito desenvolvido no Capítulo II. Já a Parte II, ao buscar explicitar essas vidas em movimento que se conectam a diferentes localidades, foca no Quilombo de Praia, tanto pelo maior número de dados etnográficos sobre a temática quanto pela intenção de contribuir com a visibilidade dessa Comunidade e de suas lutas pelo reconhecimento do território tradicional, considerando que as outras três comunidades já contam com pesquisas publicadas.

Organizo aqui os trabalhos de campo em duas frentes: os realizados com foco na tese e os desenvolvidos em ações dos grupos de pesquisa, subdivididos em atividades nos territórios e fora deles. Foram tempos de pesquisar em grupo e pesquisar para tese. Essa diferenciação não partiu de uma estratégia prévia, mas se configurou de forma natural ao longo do processo. Com o tempo, mostrou-se a melhor opção, pois me permitiu estar junto às comunidades em diferentes momentos e discussões, acompanhando o movimento das atividades vivenciadas por elas.

Meus dois primeiros trabalhos de campo tiveram como foco a tese. O primeiro, em julho de 2022, marcou o início da relação com o Quilombo de Praia – um processo de conhecimento mútuo entre mim e a comunidade. Apresentei-me, expus minha pesquisa e as questões que me motivavam naquele momento, principalmente sobre as saídas do território.

Foi um campo de muita observação, mas também foi possível realizar importantes entrevistas em profundidade, a partir das indicações das lideranças locais, que apontaram moradores com experiências sobre essas mobilidades, cuja interlocução consideravam fundamental para o desenvolvimento do estudo. Ainda nesse campo, foi previamente marcado meu retorno para a Festa de Nossa Senhora Aparecida, uma tradição centenária e muito importante para a comunidade.

Assim, retornei em outubro de 2022 para a festa. O objetivo principal era acompanhar o festejo e as relações que envolve, mas como se trata de um período agitado e de muito trabalho, também estive presente para ajudar nos preparativos. Essa nossa convivência contribuiu para estreitar ainda mais a relação. Após o encerramento da festa, no dia 12 de outubro, permaneci na comunidade por mais alguns dias.

Nesse campo, realizei uma entrevista em Manga com Zilah de Mattos, da CPT – figura importante e parte da rede de apoio das comunidades, frequentemente citada por elas. Nossa entrevista buscou compreender melhor os desafios e as lutas por território nas localidades da pesquisa, já que Zilah possui amplo conhecimento sobre elas e as acompanha de perto. Ela também compartilhou informações sobre a questão das migrações no Médio São Francisco.

Realizei, ainda, uma entrevista com Seu Natalino, liderança da comunidade Ilha de Pau de Léguas, em Manga, que me permitiu conhecer mais sobre as afetações enfrentadas por sua comunidade e as questões relacionadas às mobilidades. Além disso, em Praia, conversei com mais três moradores, conforme me indicaram.

Foto 2: Trabalho de campo durante a Festa de Nossa Senhora Aparecida (Quilombo de Praia)



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, outubro de 2022.

Os demais trabalhos de campo ocorreram em diferentes atividades dos grupos de pesquisa. O terceiro campo foi realizado em fevereiro de 2023, em um evento sobre Protocolos Autônomos de Consulta, dividido em duas partes: uma parte na UNIMONTES, recebendo as comunidades, e outra no Quilombo da Lapinha, juntamente com a participação das outras comunidades: Praia, Pau Preto e Pau de Léguas. Tal campo foi compreendido como uma retomada dos diálogos presenciais com parceiros da academia e de instituições públicas, após o período de isolamento social provocado pela pandemia. O evento introduziu o debate sobre a importância da ferramenta dos protocolos de consulta, visando o respeito à participação das comunidades em qualquer atividade que interfira em seus territórios.

Foto 3: Trabalho de campo em fevereiro de 2023 no Quilombo da Lapinha, Matias Cardoso



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, fevereiro de 2023.

Esse evento tornou oportuna a minha participação em mais dois trabalhos de campo em 2024. Foram oficinas iniciais para a construção dos protocolos dessas quatro comunidades, que até o momento estão em andamento. A dinâmica consistiu em uma retomada das discussões iniciadas no evento de 2023 e contou com a organização da equipe de pesquisadores do NIISA, juntamente com pesquisadoras do Observatório de Protocolos Autônomos, que conduziram parte da oficina, trazendo experiências de outras comunidades.

As oficinas foram bastante informativas, a fim de esclarecer dúvidas sobre o que é esse instrumento e instigar o início das reflexões sobre sua importância e os aspectos que são cruciais para eles. Durante as atividades, foram levantadas muitas histórias de violação do direito à consulta livre, prévia e informada. Um dos campos ocorreu em abril de 2024, dividido entre o Quilombo da Lapinha e a Ilha de Pau de Léguas.

Foto 4: Trabalho de campo em abril de 2024 no Quilombo da Lapinha, Matias Cardoso



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, abril de 2024.

Foto 5: Trabalho de campo em abril de 2024 com Ilha de Pau de Légua, Manga



Em julho de 2024, realizou-se outro trabalho de campo, inicialmente em Pau Preto e posteriormente no Quilombo de Praia. As quatro comunidades participaram de todas as oficinas, tanto em seus territórios quanto nos outros, por meio de seus representantes. Ao final de cada uma, se articularam para planejar as próximas etapas.

Foto 6: Trabalho de campo em julho de 2024 em Pau Preto, Matias Cardoso



Foto 7: Trabalho de campo em julho de 2024 no Quilombo de Praia, Matias Cardoso



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2024.

Outra inserção, por meio dos grupos de pesquisa, ocorreu pela Rede Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA, da qual integramos o Núcleo Norte de Minas. Em julho e dezembro de 2023, foram realizadas oficinas para a construção da cartografia social do Quilombo de Praia.

A primeira etapa, em julho, contou com uma oficina sobre mapas, grupos de diálogos e entrevistas com os mais velhos. A comunidade elaborou o croqui do seu território, desenhando-o da forma que é compreendido e destacando pontos que considera importantes, tanto do ponto de vista cultural quanto sobre conflitos.

Após o desenho do mapa, uma parte da equipe do Quilombo foi a campo para marcar os pontos georreferenciados que são utilizados na sua edição. Nesse dia, permaneci com a outra parte da comunidade, realizando uma roda de conversa para debater temas importantes à sua contextualização. Os temas trabalhados foram: cultura, produção de alimentos, trabalho e migração, além de conflitos e reivindicações, com a participação de cerca de dez pessoas.

Foto 8: Trabalho de campo em julho de 2023 no Quilombo de Praia, Matias Cardoso



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2023.

O campo realizado em dezembro de 2023 visou à validação dos produtos derivados da primeira oficina. Foram revistos pontos que seriam apresentados no fascículo e realizada a correção do mapa georreferenciado. Essa etapa foi fundamental para garantir que as informações produzidas estivessem alinhadas com a realidade do Quilombo e fossem consideradas legítimas pelos comunitários. Os resultados dessas oficinas foram divulgados de forma digital e impressa, por meio de fascículo com as narrativas dos sujeitos sobre a história do Quilombo, registros fotográficos e a versão final do mapa.

Foto 9: Trabalho de campo em dezembro de 2023 no Quilombo de Praia, Matias Cardoso



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, dezembro de 2023.

Essa frente de trabalhos de campo, desenvolvida a partir da minha atuação como pesquisadora dos grupos de pesquisa NIISA, OPARÁ-MUTUM e Rede Nova Cartografia Social – PNCS, me colocou em contato com as comunidades em diferentes atividades ligadas às lutas pelos territórios. Com isso, pude compreender com mais profundidade a diversidade de movimentos empreendidos. As categorias êmicas que auxiliaram minha interpretação não emergiram apenas nas entrevistas, mas também em conversas informais e nos momentos de diálogo entre as comunidades. Foram tempos diferentes de pesquisa, mas que contribuíram igualmente para minha aproximação, em movimento, com a densidade de situações, eventos, estratégias e sentidos vividos pelos parceiros de pesquisa.

Estruturação da Tese

Aponto ao leitor algumas opções feitas na estruturação do texto. Redijo o trabalho na primeira pessoa do singular, mas saliento que a tese é em coautoria com os interlocutores, partindo da percepção da pesquisa enquanto diálogo de saberes; todavia, quaisquer equívocos que possam aparecer são de minha inteira responsabilidade. Grafado em *itálico* estão termos estrangeiros e principalmente as narrativas e categorias nativas, que aparecem também entre aspas e devidamente identificadas; quando há inserção de algo nas falas dos entrevistados, coloco entre colchetes.

A tese está organizada em duas partes, totalizando quatro capítulos. Na Parte I, intitulada “Territorialidades em Movimento”, apresento dois capítulos que discutem as territorialidades dos vazanteiros e a ligação histórica com outros contextos. No Capítulo I, “Vazanteiros do Médio São Francisco, Norte de Minas Gerais: *‘povos das águas e das terras crescentes’*”, analiso historicamente a categoria de Povos e Comunidades Tradicionais, evidenciando a experiência desses grupos em suas múltiplas formas. Por meio de uma abordagem epistemológica e etnográfica, focalizo os grupos vazanteiros que dialoguei, detalhando suas práticas territoriais e a trajetória histórica.

O Capítulo II, “*‘Irmandades da Luta’*, os *‘Umbigos Enterrados’* e os *‘Aceitos no Sistema’*”, apresenta narrativas de sujeitos das quatro comunidades, com suas histórias de vida e luta. Evidencia as relações entre essas comunidades ao longo das lutas, demonstrando a cumplicidade e ligação originadas em ancestralidades comuns e dinâmicas de conflitos semelhantes.

Na parte II, intitulada “Vidas em Movimento: encurtamentos, intrincamentos e sentidos”, também composta por dois capítulos, permaneço relatando sobre os movimentos vazanteiros, mas agora para outras localidades. O Capítulo III, “*‘Tentar a Vida’*: os movimentos para ‘fora’ e para dentro do território vazanteiro”, esboça a representação dos sentidos de “*tentar a vida*”, revelando as constantes movimentações entre o território vazanteiro e outras localidades, explicitando as histórias de “*andanças*”. Descrevo a trajetória daqueles que se deslocam para a “*cidade grande*” e para o trabalho no café, buscando compreender os diferentes significados atribuídos a essas experiências a partir de suas narrativas.

O Capítulo IV, “*‘Vai e Vem’*: a malha, os sentidos e os tempos”, sintetiza a experiência em movimento, revelando os aspectos intrincados dessa vivência em relação ao tempo, à compressão de espaços e aos sentidos, reticulando assim a malha. Aciono as narrativas para demonstrar as categorias que emergem ao descrever esses processos, o que contribuiu para a construção de uma pedagogia vazanteira da migração. Essa pedagogia foi pensada a partir de

uma reflexão feita pela professora Dr.^a Maria Dione Carvalho de Moraes, da Universidade Federal do Piauí, durante minha qualificação, que argumentou que meu objetivo de apresentar uma teoria êmica me levaria para uma pedagogia da migração. Para tanto, o leitor poderá perceber tanto a circulação das pessoas quanto de coisas.

Em cada uma das duas partes da tese, apresento também um tópico de fechamento chamado de “Enchentes e Vazantes Teóricas”. Através das categorias nativas de *enchentes* e *vazantes*, que representam os tempos do Rio e, logo, os tempos dos modos de vida vazanteiros, me propus pensar eixos teóricos importantes como identidade e mobilidade, tendo em vista a movimentação que as teorias possuem, como se relacionam com minha etnografia e o que a experiência vazanteira acrescenta sobre elas. Foi realizado um diálogo entre autores e os mestres do lugar, refletindo sobre a relevância, lacunas e caminhos para o amadurecimento e atualizações de perspectivas.

No “Enchentes e Vazantes Teóricas I”, reflito sobre os tempos, identidades e movimentos dentro de parte do mundo vazanteiro e como foi analisado em outros trabalhos. Em “Enchentes e Vazantes Teóricas II”, trato da circulação de pessoas e coisas e do amadurecimento, nesse sentido, do campo de estudos das migrações, que se abre para mais formas de mobilidades, principalmente a partir das categorias e saberes nativos.

PARTE I TERRITORIALIDADES EM MOVIMENTO



CAPÍTULO I

VAZANTEIROS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO, NORTE DE MINAS GERAIS: “POVOS DAS ÁGUAS E DAS TERRAS CRESCENTES”



Transmigração: raízes, continuidades históricas e resistências dos Povos e Comunidades Tradicionais

Buscando identificar as raízes históricas dos movimentos migratórios no Brasil, fui levada a regressar à invasão colonial portuguesa e ao que ela representou. Poderíamos afirmar que nosso povo foi formado a partir de migrações que provocaram a miscigenação de diferentes etnias. Porém, correríamos o risco de naturalizar esse processo e acobertar o caráter conflitivo que resultou na expropriação de povos indígenas que habitavam o território brasileiro e a escravização dos povos negros de África. A invasão dos portugueses e todas as violências impostas a partir de então, refletem desigualdades que ainda persistem todos os dias. Krenak (2019) alerta que:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (Krenak, 2019, p. 8).

Percebemos um etnocentrismo que legitima apenas uma forma de racionalidade, a do homem, branco, europeu, dito “civilizado”, contra as múltiplas racionalidades e culturas, que, subjugadas, são discursivamente descritas como exóticas e não civilizadas. Mais do que isso, vemos a imposição de “tudo” na vida do outro que é “diferente”.

Dentre os resultados dessa colonização, destaca-se o estabelecimento de uma estrutura fundiária de grande concentração, uma realidade que não foi superada, cujos efeitos persistem até os dias de hoje. São fatores históricos que, desde o século XVI, com o sistema de Capitanias Hereditárias até o mais recente processo de modernização do campo no século XX, provocaram grande desigualdade de distribuição de terras e processos de expropriação.

Fernandes (2001), ao diferenciar a Luta pela Terra e a Luta pela Reforma Agrária, expressa que, no Brasil, esta última surge como pauta impulsionada pelos movimentos sociais a partir da segunda metade do século XX. Já a Luta pela Terra nasce com o latifúndio e trata-se de uma luta dos trabalhadores contra o cativoiro, existente desde a chegada dos colonizadores em 1500, quando, por meio dos sistemas de capitanias hereditárias e as sesmarias, concederam grandes extensões de terra nas mãos de poucos sujeitos privilegiados. As lutas contra o cativoiro da terra são continuamente causadas pelo desenvolvimento do capitalismo.

O modo de produção capitalista provocou expropriações, enquanto os ciclos econômicos favoreceram correntes migratórias. Foi um sistema que causou processos de territorialização, como caracterizados por Oliveira (1998), dentro de contextos intersocietários

marcados por conflitos, o que torna importante acionar o conceito de cosmografia de Little (2004), definido como:

Saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (Little, 2004, p. 254).

Como o autor expressa, vivemos diferentes momentos de expansão de fronteiras tanto no Brasil colonial quanto no imperial. No século XVI, houve a colonização do litoral; entre os séculos XVII e XVIII, a escravização dos indígenas, as expedições das entradas e bandeiras ao interior do país, a ocupação da Amazônia e o estabelecimento das *plantations* açucareiras e algodozeiras no Nordeste, baseadas no uso intensivo de escravizados africanos; a partir do século XVIII, a expansão das fazendas de gado pelo Nordeste e Centro-Oeste e as frentes de mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste; e a expansão da cafeicultura no Sudeste nos séculos XVIII e XIX. Esse histórico revela que “cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e com isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravizados africanos” (Little, 2004, p. 255).

Esses povos foram desenvolvendo cosmografias – maneiras de resistir a essas invasões – por meio de lutas, fugas, rebeliões e outros. De certo modo, entendo que todos resistiram por intermédio de processos de mobilidades, nos quais encontraram maneiras de sobreviver, a procura da terra liberta, a fuga das cercas.

Um grande marco definidor da concentração fundiária no Brasil e das movimentações em busca da reprodução da vida, foi a Lei de Terras em 1850, que instituiu a propriedade da terra a partir da compra e venda, consolidando-a como mercadoria. Wanderley (2014) demonstra que vivemos um lapso de tempo em que vigorava apenas a posse efetiva da terra, desde a fase da legislação fundiária colonial, que perdeu a legitimidade com a independência nacional em 1822, até a promulgação dessa Lei.

“Este ‘vazio’ jurídico favoreceu a ocupação precária destas terras, isto é, sem titulação jurídica, por pequenos agricultores, que nelas produziam para o consumo próprio, mas também para o mercado” (Wanderley, 2014, p. 27). Ou seja, desde sempre, tivemos povos construindo modos de vida e relações de territorialidade. Trata-se, de fato, de um histórico de resistência, em que se formaram grupos de agricultores não patronais e não latifundiários, que exercitaram formas próprias de viver e trabalhar no mundo rural. “Esse conjunto se caracteriza por uma

grande diversidade de situações concretas, que geram múltiplas identidades, com distintas relações com a cidade, com o mercado e com o Estado” (Wanderley, 2014, p. 31).

Como bem demonstra Fernandes (2001), esse processo tornou a terra cativa, pois, apesar de abolirem a escravidão em 1888, supostamente dando fim ao cativo humano, já vivíamos há quase quarenta anos com a instituição do cativo da terra. Processo que abriu brecha para mais expulsões dos povos do campo e ações de invasões, como as grilagens de terras⁵.

Os ex-senhores de escravos transformados em senhores da terra passaram a grilar a terra. E para construírem a trama que dominaria as terras do Brasil, exploraram os trabalhadores. Estes transformaram florestas em fazendas de café ou de gado, mas foram expropriados, expulsos, sempre sem-terra. Assim, nasceu o posseiro, aquele que possuindo a terra, não tem o seu domínio. A posse era fruto do trabalho e o domínio era resultado do poder. As terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores. Assim, os grileiros - verdadeiros traficantes de terra - formaram os latifúndios. Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, depois eram expropriados (Fernandes, 2001, p. 02).

No contexto interno, Vainer (2000) realizou um retrospecto das políticas migratórias no Brasil, revelando as estratégias e intervenções do Estado e distinguindo cinco momentos: (1) transição para o trabalho livre e a estratégia de transformação do escravo liberto em proletário moderno; (2) substituição de trabalho escravo pelo de imigrantes; (3) migrações internas e a estratégia de gestão regional dos excedentes; (4) integração nacional e a estratégia de racionalização territorial dos fluxos migratórios; e (5) fragmentação territorial, violência e a estratégia da gestão social dos migrantes.

Uma das primeiras estratégias de mobilização de pessoas ocorreu durante o período de transição para o trabalho livre. O fim do regime escravo no Brasil foi um processo bastante lento, que sucedeu de uma série de políticas, como a Lei Eusébio de Queirós (1850), a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885). Essas leis tiveram em comum um procedimento que pode até ter tornado os negros libertos, mas não livres (Vainer, 2000). A legislação acabou por constranger esses sujeitos a uma transformação que os passavam de escravizados a proletários modernos, ou seja, forçando os ex-escravizados ao “trabalho livre”.

A Lei do Ventre Livre, por exemplo, determinava que as mulheres escravizadas dariam à luz bebês livres, mas estes poderiam ser mantidos pelos proprietários e submetidos à disciplina da fazenda até os 21 anos de idade. A Lei dos Sexagenários, que libertava os escravizados com 60 anos ou mais, os coibia a permanecer no domicílio por cinco anos, devendo trabalhar; caso

⁵ Grilagem é uma falsificação de documentos para conseguir a propriedade de terras. A história conta que sujeitos deixavam documentos falsificados em uma gaveta fechada com grilos, para que os papéis ficassem com aspecto envelhecido.

contrário, seriam considerados “vagabundos”, apreendidos pela polícia e submetidos a trabalhos forçados em obras públicas. Havia um esforço para controlar os deslocamentos de libertos e escravizados fugitivos e assim mobilizar seus trabalhos. “O fato é que a abolição pretendia libertar os escravos da escravidão, mas não do trabalho” (Vainer, 2000, p. 16).

Todo esse processo foi complexo e conteve relutâncias, além de convivermos persistentemente com o sonho do branqueamento da nação, almejado pelas elites dominantes. No último quartel do século XIX até o final dos anos 1940, passamos por um período de substituição do trabalho de escravizados pelo de imigrantes.

O recorrente sonho da elite por um povoamento do Brasil com pessoas brancas de virtudes industriais, viu-se, de certo modo, como uma necessidade prática de branqueamento e de incremento da produção alimentar, através da necessidade de braços para a lavoura e da urbanização-industrial. “Ao final de alguns anos o Estado brasileiro havia conseguido conduzir a transição ao trabalho livre através de uma dispendiosa, sistemática e complexa intervenção que envolvia propaganda, recrutamento, embarque, acolhida e distribuição de migrantes” (Vainer, 2000, p. 18). Tal como no Império, que instalou colonos brancos nas “terras livres”, a República deu continuidade ao afirmar sua opção racista e branqueadora.

Exemplo disso é o Decreto n.º 528, de 28 de junho de 1890, conhecido como Lei Glicério, sobrenome de Francisco Glicério, político que assinou o decreto que regularizava o serviço de introdução e localização de imigrantes no Brasil. Em seu artigo primeiro, regulamenta que é inteiramente livre a entrada dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, desde que não estivessem sujeitos à ação criminal do seu país de origem. No entanto, o mesmo artigo traz como exceção “os indígenas da Ásia, ou da África” que poderiam ser admitidos somente mediante autorização do Congresso Nacional (Brasil, 1890, Art. 1º).

Junto com essa ação racista, um discurso assimilacionista designava a necessidade de integração do estrangeiro à nacionalidade local, para que esses *outsiders* não representassem riscos. “O imigrante, cujo amor ao trabalho, disciplina e eugenia haviam sido exaltados como salvação da pátria, aparecia, agora, à luz da problemática assimilacionista, como grande ameaça a esta mesma pátria” (Vainer, 2000, p. 19). Havia sentidos manipulados e contradições dentro dessa estratégia, que, conjuntamente, desqualificava o trabalhador nacional para justificar a imigração estrangeira e estigmatizava o imigrante enquanto sujeito estrangeiro, a fim de justificar medidas discriminatórias (Vainer, 2000).

As intervenções do Estado nas mobilidades prosseguiram. A partir de 1950, em um contexto de intensas migrações rural-urbanas e inter-regionais, percebia-se uma mudança nas características do sujeito que estava a migrar, sendo um período mais intenso de migrações

internas – que, vale destacar, sempre ocorreram. Essas migrações, atreladas ao acentuado processo de urbanização que vivíamos, foram “saudadas como um sinal de que o progresso, finalmente, batia à nossa porta. O modelo desenvolvimentista dualista saudava com otimismo o enxugamento do campo e a transferência de grandes contingentes populacionais para as cidades e para as regiões mais ricas” (Vainer, 2000, p. 24).

Passamos de uma fase em que o Brasil era entendido como um extenso território vazio, em processo de povoamento, para outra em que julgavam existir espaços de excedentes demográficos e outros carentes de mão de obra. Ou seja, os incentivos às migrações internas constituíram uma estratégia de “gestão dos excedentes”, articulando regiões superpovoadas e regiões carentes de braços. Nos anos 1950, foram criadas condições para “esvaziar” o Nordeste, região tida como superpovoadas, como forma de amenizar a crise agrária. “Seja do ponto de vista do projeto desenvolvimentista modernizador, seja do ponto de vista da preservação do pacto hegemônico, construído sobre a intocabilidade do latifúndio, as migrações internas apareciam antes como solução do que como problema” (Vainer, 2000, p. 25).

Até aqui, pudemos compreender que, até a metade do século XX, as ações do Estado na questão migratória foram dominadas pelo binômio raça e trabalho, mas também implicaram um discurso sobre território, as disputas e controles sobre ele.

Com o estabelecimento da ditadura militar no Brasil em 1964, a política de desenvolvimento regional seria “substituída pela política de integração nacional, composta de infinitos programas e projetos, polos e regiões que sistematicamente enfatizavam a necessária subordinação funcional da região ao todo” (Vainer, 2000, p. 26), ações controladoras sobre as mobilidades e uma visão centralizada do território nacional.

Um exemplo disso é o Decreto-Lei n.º 1.106, de 16 de junho de 1970, que cria o Programa de Integração Nacional. Entre seus principais objetivos, almejava a ocupação de terras na região Amazônica por meio da imigração de contingentes populacionais da região Nordeste, sob o discurso de desenvolvimento e integração à economia nacional, passando por cima de qualquer diferença regional e de modos de vida dos sujeitos.

No cenário pós-ditadura, passamos por um período que Vainer (2000) designa como neoliberal, com privatização de empresas estatais e grandes projetos de investimento e modernização. Esses grandes empreendimentos envolveram esforços de mobilização de pessoas, que ocorreram tanto pela atração de mão de obra para a implantação de projetos quanto pela desocupação das áreas, fazendo com que os moradores locais fossem vistos como ônus e despesas (Vainer, 2000). Essa etapa revela, por meio das histórias de deslocamentos compulsórios em áreas de implantação de grandes projetos, uma característica marcante: o uso

da violência. Os grandes abusos que essas ações implicam remetem a uma “atualização da tendência global de controles cada vez mais estritos à livre circulação dos indivíduos e ao uso da violência física e/ou simbólica para fechar espaços” (Vainer, 2000, p. 28).

A partir desse retrospecto, considera-se que a presença do Estado foi extremamente forte, por meio de ações e restrições das mobilidades de pessoas, acionando discursos e violências tanto físicas quanto simbólicas. De preenchimento dos vazios do território e da carência de mão de obra, vivemos sob a sombra do almejado desenvolvimento, do discurso que impõe um caminho único, por meio da perpetuação de racismos, da agressividade dos deslocamentos compulsórios, segregações, expulsões e impedimentos sobre o ir e vir.

Assim como Vainer (2000), outros autores empenharam análises que validam essa afirmação de que o Estado sempre esteve presente e operante nas mobilidades que ocorreram no decorrer dos tempos no Brasil. Mais do que isso, autores que corroboram para uma afirmação de que nós possuímos heranças do nosso histórico de escravidão, o que faz com que as populações negras ainda estejam em processos de migrações, como trata a historiadora Beatriz Nascimento por meio da categoria de transmigração.

Regressemos às águas transatlânticas. Nascimento (2022) afirma que os negros foram os mais atingidos no que podemos chamar de projeto de modernidade, pela violência racial, sujeição e subordinação de suas vidas. Tivemos uma diáspora africana por meio das migrações transatlânticas dos africanos ao continente americano, ou melhor, de seus sequestros, quando, além de um deslocamento, viveram a construção de um espaço onde passaram a existir. Por isso, transmigrar é um processo de perda de referência, mas também de uma redefinição, que inclui diversas experiências de contínuas migrações, como da África para o Brasil, da senzala para o quilombo, do campo para a cidade, do Nordeste para o Sudeste, entre outras.

São sujeitos diasporicamente marcados, que fizeram dos quilombos sistemas alternativos à estrutura escravista. O Quilombo de Palmares foi um dos grandes símbolos da resistência negra, que mesmo tendo tido sua dissolução com a decapitação do líder Zumbi de Palmares em 20 de novembro de 1695, difundiu seus conhecimentos. “Continuaram o esforço incessante de manter ao longo da história do Brasil a tradição de Palmares: criar e organizar sociedades em que os negros pudessem se entender como pessoas” (Nascimento, 2021, p. 77). Palmares exerce um papel fundamental na consciência histórica dos negros, “em certa medida aí se desenvolveu o principal fator de coesão grupal que caracteriza o quilombo – a identidade étnica funcionando no seio de uma comunidade” (Nascimento, 2021, p. 85).

As migrações vividas pelas populações negras não são processos isolados do passado, mas sim experiências trazidas para o presente como espaços de existência e memória. Em vista

disso, Nascimento (2022, p. 89) afirma que as mobilidades nas trajetórias negras no Brasil demarcam uma condição de estar sempre em movimento, na procura e construção de lugares de referência, transitórios ou duradouros: “há uma linha de continuidade histórica entre os quilombos como forma de resistência organizada dos negros nos séculos de dominação escravista e suas formas atuais de resistência”, como em comunidades rurais e urbanas. Há uma continuidade enquanto sistema social baseado na autodefesa e resistência como forma política.

Relembrando a configuração fundiária que transcorreu no Brasil, a desigualdade racial sem nenhum indicativo de reparação e a perpetuação das transmigrações ou migrações, me encaminho para refletir sobre a questão étnica, identitária e a construção e aplicabilidade da categoria de Povos e Comunidades Tradicionais. Essa reflexão articula-se com as políticas de direitos a partir da Constituição Federal de 1988, bem como conceitos de terras tradicionalmente ocupadas, proposto por Almeida (2004), de etnicidade, conforme Barth (1998), e com a importância da autoatribuição em identidades coletivas.

Barth (1998) apresenta uma perspectiva de etnia a partir da sua construção nas fronteiras. Assim, as diferentes categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação; ao contrário, as interações levam às identidades. Os grupos étnicos são formas de organização social, utilizando as identidades para categorizar a si e aos outros. Isso ocorre por meio da autoatribuição (atribuir a si próprio) e dos traços diacríticos, com os quais as pessoas buscam elementos diferenciadores.

Pensar identidade nesse contexto é propício para refletir seu caráter situacional e processual, representando organizações de estratégias de defesa territorial endógenas e exógenas. As identidades são construídas na alteridade, no contato com o outro, que, ao destacar traços diacríticos, distingue o que entende ser e como se vive (e convive) em comunidade. Por isso, é importante entender o critério da autoatribuição, visto que, ao tratar de grupos étnicos, precisamos privilegiar o olhar de dentro, e não impor nosso olhar para classificar o que são.

A Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁶, o mais importante tratado internacional sobre os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, presume, em seu artigo 1º, item 2, que “a autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção”. Esse critério foi ratificado, no caso do Brasil, em diversas

⁶ Adotada em Genebra em 27 de junho de 1989 e entrando em vigor internacional em 5 de setembro de 1991. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

legislações⁷. A autoidentificação é essencial para barrar qualquer tipo de ação discriminatória, garantindo o direito à identidade cultural.

O Brasil, além de ratificá-la em julho de 2002, iniciou os primeiros passos para o reconhecimento dos direitos étnicos na Constituição Federal de 1988. Almeida (2004) revela que a Constituição passou a abrir diálogos com o pluralismo jurídico, ou seja, contemplando o direito à diferença. Reconheceu direitos étnicos, com artigos claros sobre os direitos indígenas e quilombolas e, o mais importante, introduziu uma conceituação sobre terras tradicionalmente ocupadas, “que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (Almeida, 2004, p. 9).

As terras tradicionalmente ocupadas, em suas diferentes formações históricas, foram instituídas no texto constitucional e reafirmadas nos dispositivos infraconstitucionais, como constituições estaduais, legislações municipais e convênios internacionais. Firmou-se a compreensão da existência de territórios habitados e construídos coletivamente, com base na territorialidade, definida por Little (2004, p. 253) “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*”.

Assim, a ideia de tradicional não é utilizada para reificar, mas para evidenciar as constantes atualizações que os sujeitos realizam para mantê-la, “incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização” (Almeida, 2004, p. 10).

Embora a Constituição e os dispositivos infraconstitucionais tenham passado a reconhecer os Povos e Comunidades Tradicionais e seus direitos, bem como diferentes identidades acionadas para a resistência – como de vazanteiros, geraizeiros, fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, entre outras – para além da indígena e quilombola, percebemos ainda morosidade e dificuldades na efetivação desses dispositivos legais.

Há tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal, sobretudo porque rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impelem a transformações na estrutura agrária. Em decorrência, tem-se efeitos diretos sobre a reestruturação formal do mercado de terras,

⁷ Decreto n.º 6040/2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais); Decreto n.º 6.177/2007 (Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais); Decreto n.º 4.887/2003 (Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos); Portaria n.º 89 de 15 de Abril de 2010 da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) (Disciplina a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais).

bem como pressões para que sejam revistas as categorias que compõem os cadastros rurais dos órgãos fundiários oficiais e os recenseamentos agropecuários (Almeida, 2004, p. 10).

Esses são aspectos do Brasil sobre as mobilidades, a concentração fundiária, a desigualdade racial e as minorias étnicas. Histórias que, por meio de interseccionalidades, revelam relações, continuidades e como são intrincadas, mas também indicam um campo de vivência complexa, processual e situacional. No Norte de Minas Gerais ocorreram eventos específicos que fundaram os grupos étnicos locais e, no caso deste estudo, as especificidades encontradas na região do Médio São Francisco, junto aos vazanteiros.

“A primeira morada”: sistemas, movimentos e territorialidades no Campo Negro do Jahyba

O Norte de Minas, segundo a regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma mesorregião que compreende 89 municípios distribuídos em sete Microrregiões: Bocaiúva, Montes Claros, Janaúba, Januária, Salinas, Grão Mogol e Pirapora. Essa é uma definição sub-regional e datada, mas, regressando à sua trajetória histórica, é possível compreender os modos de vida e relações das comunidades que aqui se localizam, possuindo uma diversidade de identidades que se expressam ambientalmente e culturalmente.

A constituição do Norte de Minas foi baseada nas grandes fazendas de gado, nos currais de boi, que revelam a relação com o Nordeste brasileiro, já que as fazendas “seguiram as margens do Rio São Francisco e alcançaram o Norte de Minas, trazendo a pecuária extensiva e a marcha dos latifúndios que se tornaram características da ocupação e estruturação regional (Paula, 2009, p. 65).

Na condição dos períodos de avanço de bandeiras ao Vale do São Francisco, houve uma fixação na parte média e que deu partida ao povoamento branco dessa área. Nesse período, o lado direito do Rio São Francisco ficou subordinado à Capitania da Bahia, enquanto o lado esquerdo, à Capitania de Pernambuco. “A chegada da bandeira anônima paulista capitaneada por Mathias Cardoso de Almeida constitui-se, pois, como o evento fundante da sociedade pastoril situada no atual Norte de Minas” (Costa, 2005, p. 15).

Os bandeirantes que vieram para essa localidade eram parte da bandeira capitaneada por Mathias Cardoso, inicialmente situados nas margens do Rio Verde Grande, próximo à sua foz com o Rio São Francisco. Os membros da bandeira intencionavam aprear os indígenas para vendê-los como escravizados e exterminar quilombos.

Entretanto, devido à uma enchente do Rio Verde Grande, abandonaram o local e se fixaram nas margens do Rio São Francisco, onde ainda hoje existe o Arraial do Meio⁸, no município de Matias Cardoso. Por alguma razão que nenhum historiador informa, houve a mudança dos mesmos para outra área onde fundaram o Arraial de Morrinhos, onde hoje se localiza a cidade⁹ que homenageia o fundador do Norte de Minas (Costa, 2005, p. 17).

Logo, nessa área, estabeleceram-se relações entre os paulistas bandeirantes – que subiram e se estabeleceram no Médio São Francisco – e os currais da Bahia e Pernambuco, que trouxeram as criações de gado¹⁰. Ao final do século XVII, com a descoberta de ouro, ocorreu a “fundação da sociedade mineradora, situada em uma região que veio a se chamar, posteriormente, Minas Gerais, devido à quantidade de lavras e minas existentes na área” (Costa, 2005, p. 18). Segundo Costa (2005), essa localidade era conhecida como Minas do Ouro ou Minas de São Paulo. O ouro fundou as Minas Gerais, e o estabelecimento do comércio entre sociedade mineradora e pastoril consolidou a sociedade mineira.

Os vínculos entre essas sociedades foram propiciados pela dependência de gêneros alimentícios pela área mineradora e oferta com fartura da região pastoril. Em 1720, a administração colonial criou a Capitania de Minas Gerais, anexando parte dos Currais da Bahia ao seu território. Assim, a região passou a ser denominada Norte de Minas (Costa, 2005, p. 20).

O processo de formação histórica da região do Norte de Minas reflete-se até os dias atuais nos modos de vida e desafios encontrados nas comunidades rurais. Por conta disso, Costa (2005) afirma que, no imbricamento dos processos civilizatórios ao longo da trajetória histórica regional, as características de cada agrupamento humano que aqui se fixou – os indígenas, negros, paulistas, nordestinos – “contribuíram para dar à essa sociedade e à sua cultura a sua singularidade que a faz única no conjunto das sociedades que compõem a humanidade” (Costa, 2005, p. 28). Para o autor, a pluralidade confere à região a síntese da nação brasileira. É nesse contexto que surgem os Povos e Comunidades Tradicionais, que, por meio de suas culturas, identidades específicas e contrastivas, compõem o mosaico identitário regional.

Apoiado na relação entre distintos povos, o Norte de Minas se formou. A partir dos estudos etnográficos realizados na região¹¹ e da mobilização dos povos tradicionais, observa-se atualmente, com base no critério da autoatribuição, o acionamento de diferentes identidades: vazanteiros, veredeiros, apanhadores de flores, vacarianos, caatingueiros, quilombolas,

⁸ Localidade mencionada nos relatos dos interlocutores, onde habitavam e possuíam relações.

⁹ Refere-se ao atual município de Matias Cardoso - MG.

¹⁰ “Um fruto desta relação, alguns anos mais tarde, é o casamento do irmão caçula do líder da bandeira, Salvador Cardoso de Oliveira com Maria da Cruz” (Costa, 2005, p. 17).

¹¹ Dentre eles podemos citar: Dayrell (1998), Costa (1999), Luz de Oliveira (2005), Brito (2006), Costa Filho (2009), Araújo (2009), Nogueira (2009), Paula (2009) e Anaya (2012).

indígenas e geraizeiros¹². Tais identidades também podem ser múltiplas: algumas comunidades vazanteiras se reconhecem, simultaneamente, como quilombolas e pesqueiras.

Essas identidades, como trabalhado no tópico anterior, acionam traços diacríticos em situações de interação, o que foi revelado em minha dissertação de mestrado. Um exemplo disso está no relato do interlocutor Geraldo, da comunidade caatingueira do Touro, que afirmava: “*os de lá chamava os daqui de caatingueiro e os daqui chamava os de lá de geraizeiro*” (Pires, 2019, p. 71), indicando a diferenciação construída nos momentos de convivência, que apontava as particularidades de modos de vida e trabalho entre caatingueiros e geraizeiros.

Esses povos, dentro do contexto das múltiplas identidades acionadas, ao longo dos anos mantiveram suas relações e estratégias de defesa, o que levou Costa (1999) a afirmar a existência de um grande território negro na região Norte de Minas: o campo negro do Jahyba¹³. Em sua dissertação sobre Brejo dos Crioulos – quilombo situado nos municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia –, Costa realizou um trabalho precursor na visibilização das comunidades negras rurais Norte Mineiras. Partiu do conceito de “campo negro”, desenvolvido por Gomes (1996), para indicar a formação de uma complexa rede social composta por negros aquilombados e pela sociedade envolvente. Construído lentamente, se tornava palco de lutas e solidariedade entre os diversos personagens que vivenciaram os mundos da escravidão (Costa, 1999, p. 12).

Esse campo negro foi constituído por um conjunto de grupos negros localizados às margens de lagoas, ribeirões e rios que compõem a bacia do Rio Verde Grande. “Suas relações, além de percorrerem todo o vale deste rio, eram estabelecidas com povoações ao longo da bacia do Rio São Francisco, notadamente, Brejo do Amparo, Morrinhos e Malhada, e nos altiplanos com Contendas, São José do Gurutuba, Porteirinha e Tremendal” (Costa, 2005, p. 33).

A “Mata da Jaíba” indicava, no período colonial, um lugar de difícil acesso. A grafia “Jahyba”, com y, de origem tupi-guarani, significa água/rio ruim, sujo. É utilizada pelo antropólogo para destacar o caráter insalubre da região à época, que favorecia a infestação de insetos transmissores de doenças como a malária, inviabilizando seu povoamento. Entretanto, a região foi apropriada para a ocupação por negros que se aquilombaram em seu interior. Na

¹² Esses oito povos, atualmente, se organizam politicamente e são representados pela Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, formada por volta de 2011, onde passaram a construir estratégias conjuntas de luta pelo reconhecimento social e cultural, direcionadas principalmente aos direitos e cuidado com os territórios onde vivem, na região do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha (Dayrell, 2019).

¹³ Jahyba com Y, foi utilizada por Costa (1999), com base na sua tradução do tupi-guarani para diferenciar e representar as águas insalubres daquela época, propícias à malária.

memória dos interlocutores de Costa (1999), os negros eram resistentes à malária, ao contrário dos brancos.

Foi um tempo caracterizado como de muita liberdade no território. Em Brejo dos Crioulos, foi recordado como o “tempo da fartura” (Costa, 1999, p.39); já para os Gurutubanos, outro importante grupo do *Jahyba*, foi denominado por Costa Filho (2009, p.96) de “tempo das soltas ou carrancismo”.

Costa (1999) afirma que a memória de seus interlocutores indicava o vínculo entre diferentes comunidades negras desde o século XIX. “As localidades aí existentes não constituíam um mundo social fechado e intransponível, abriam-se para relações umas com as outras, mas também com populações situadas nos Gerais e encostas da Serra Geral” (Costa, 1999, p. 19). Dentro desses grupos, destaca-se o reconhecimento dos Gurutubanos, estudados por Costa Filho (2009), considerados um dos maiores e mais antigos quilombos, localizado entre os municípios de Catuti, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Monte Azul, Pai Pedro e Porteirinha. Segundo o autor, com base no levantamento da memória e genealogia dos troncos familiares, a região que integra o referido campo negro remonta a meados do século XVIII.

Nos tempos da “fartura” e das “soltas”, havia relações de reciprocidade e solidariedade entre os grupos negros da Mata da Jahyba, como os Gurutubanos e Brejo dos Crioulos, que compunham uma complexa rede social articulada em torno de suas lutas sociais. No entanto, os tempos da liberdade foram tomados pelos “tempos dos fazendeiros” (Costa, 1999, p.52), do “cercamento”, da “grilagem” e do “afazendamento” (Costa Filho, 2009, p.110).

Os pesquisadores apontam que o refúgio que esses grupos mantinham foi findado com o avanço da sociedade branca sobre a região, por volta das décadas de 1930 e 1940, devido à construção da Estrada de Ferro Central do Brasil e do combate às arboviroses pelo Governo Federal. Esses processos provocaram rupturas nos modos de vida e expropriações, caracterizadas pelos interlocutores do meu estudo como “*encurralamentos*”¹⁴, categoria nativa que representa o acercamento dos territórios por diferentes conflitos.

Compreendendo a existência e o histórico desse grande e complexo Campo Negro do Jahyba, pude assimilar o que ele representou para os vazanteiros do Médio São Francisco. Entre os estudos desses grupos na região, destacam-se, como alguns dos primeiros, as pesquisas de Oliveira (2005), Araújo (2009) e Anaya (2012). Oliveira (2005) já apontava a presença de

¹⁴ Encurralamentos e encurralados, são categorias êmicas utilizadas por “diversos grupos étnicos Norte Mineiros”, politizadas em um “processo de mobilização social, construção identitária e articulação de lutas territoriais no início dos anos 1990” (Anaya, 2012, p. 18). Categorias essas, que foram sendo ressignificadas no transcorrer das lutas.

normas e condutas sociais desse grupo acerca da incorporação de pessoas “de fora”, existia um “sistema de direitos combinados”, com relações abertas ao chegante. Essa abertura é uma das características primordiais dos vazanteiros, acompanhando os fluxos do Rio São Francisco.

Nesta pesquisa, que teve como foco os povos vazanteiros, preciso ressaltar o processo de formação dessas comunidades, conforme me foi apresentado, e que se relaciona com a vivência entre a “estrada líquida”¹⁵ (Rio São Francisco) e as estradas de terra. Vimos que o povoamento do Norte de Minas ocorreu por meio da movimentação de pessoas, entrelaçado com a perpetuação de desigualdades, concentração fundiária e um modelo econômico excludente. “Podemos afirmar que o Rio São Francisco funcionou como uma via migrante, levando esperança de vida” (Paula, 2009, p. 109).

Essa esperança decorria tanto das dificuldades que encontravam nos períodos de secas quanto das políticas que não oportunizavam uma convivência viável com essa realidade. “As migrações ocorriam através do rio e da chamada “estrada baiana” que fazia a comunicação por terra entre Bahia, Pernambuco e Minas Gerais [...] A fuga da seca, da falta de terras e trabalho em sua própria região foram determinantes para as migrações pelo rio” (Paula, 2009, p. 110).

A maioria, camponeses e camponesas sem propriedade de terras, encarava uma travessia incerta e, em barcos a vapor, percorria por longos dias a estrada líquida do Rio São Francisco, buscando o mínimo para manter suas existências. Muitos ainda ansiavam seguir viagem para São Paulo por meio de transporte ferroviário, mas, diante da longa duração do deslocamento, da privação financeira e das condições da travessia, ocorreram modificações desses planos, levando-os a fixar morada em cidades ribeirinhas do Norte de Minas. “A expressão ‘baianos cansados’ ficou conhecida na região para designar de forma irônica os homens e mulheres oriundos principalmente da Bahia que tinham como destino São Paulo, mas que ficaram em terras mineiras” (Paula, 2009, p. 110).

Esse histórico foi evidente e evidenciado na pesquisa de campo, na qual aparece a chegada de nordestinos de diferentes estados que, vindos pela estrada líquida e acolhendo o sistema do lugar (Woortmann, 1990a), tornaram-se aceitos e reconhecidos como nativos. A propósito, em meu primeiro trabalho de campo, realizado em julho de 2022, conheci Seu Manoel Caboclo, e sua irmã, Dona Maria Luiza – ambos vazanteiros/quilombolas, moradores do Quilombo de Praia, em Matias Cardoso.

¹⁵ Categoria utilizada por Paula (2009).

Foto 10: Os irmãos Manoel Caboclo e Maria Luiza, Quilombo de Praia, Matias Cardoso



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2022.

Chegando à casa de Seu Manoel – muito comunicativo –, ele logo começou a contar seus “causos”. Seu apelido, Manoel Caboclo, é herança que veio do seu avô, passou para o pai e, por fim, para ele: Ciço Caboclo, Antônio Caboclo e Manuel Caboclo.

Já no princípio da conversa, ressalta sua origem nordestina: *“minha mãe era de Pernambuco, pertinho de onde eu nasci, e meu avô e meu pai da Paraíba”*. Seu pai nasceu na Paraíba e, depois de três anos de casamento, se mudou para uma “*cidadezinha*” no município de Serra Talhada, em Pernambuco. Seu Manoel tinha três anos de idade na época. Em 1958, quando completou oito anos, sua família se mudou para Matias Cardoso: *“meu pai reuniu a família, cunhado, irmão, tia e viemos para aqui, em torno de seis famílias”*.

Narra que saíram no dia 2 de setembro de 1958, primeiramente de Serra Talhada para Petrolina. De lá, seguiram para Juazeiro, na Bahia, onde tomaram vacina contra a febre amarela e embarcaram no dia 4 de setembro de 1958, em uma embarcação a vapor. *“A embarcação naquela época era movimentada com lenha, fogo, caldeira. Nós rolamos 14 dias, do dia quatro foi até o dia dezoito, mais ou menos”*.

Seguindo pelo Rio São Francisco, chegaram, então, a Matias Cardoso. Perguntei ao Seu Manoel se sabia o motivo de sua família ter tomado aquela decisão, e ele me respondeu: *“foi falta de chuva e fome”*. No entanto, eu também queria entender por que vieram justamente para o Norte de Minas e se estabeleceram em Matias Cardoso.

Conta que, antes da viagem, vieram dois primos de seu pai para a região, *“procurando um lugarzinho para morar”*. Percorreram o São Francisco de vapor até Januária, observando como era, se chovia, se havia terras. Gostaram do que viram, voltaram a Pernambuco e

anunciaram: “Olha, lá é muito bom! Minas Gerais é muito bom!”. Reuniram a família e perguntaram: “Vamos? Bora? Tem coragem? Tem, bora! Tocamos o barco”.

A princípio, a ideia era ir para Januária, mas mudaram os planos após receberem uma “informação” de que havia um lugar muito bom, onde “o povo doava lote de terra, o sonho era ter um lugarzinho para morar, o sonho era esse, ter um lugarzinho melhor, um lugarzinho da gente”. A família soube que em Jaíba havia doações de lotes promovidas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)¹⁶. Seu Manoel narra que seu avô e pai foram até o local verificar essa possibilidade e gostaram muito, “o chefe do IBRA falou: ‘olha aqui tem muita terra’, umas duas, trinta hectares naquela época, e ‘dá uma cesta básica durante um mês e depois vocês se viram’”. Porém, as mulheres da família não quiseram, “quando falaram que não tinha estrada, era a cavalo daqui lá, não tinha nada, nenhuma ajuda sobre a saúde” e “o povo de Matias Cardoso também botou um obstáculo”, alertando sobre a questão da malária que matava muita gente. “Nesse intermédio, o povo voltou a Matias [Cardoso]”.

Esse percurso por dentro da mata demorou quase um dia inteiro. Era um caminho feito de machado e foice, “Matias Cardoso tinha feito uma estrada daqui até lá, na base do enxadão, enxada e machado”. Na procura de um “lugarzinho para morar”, passaram dias indo e vindo. Foram para Manga, retornaram para Matias, não conseguiram ir para Januária. Enfim, chegou um momento em que estavam no mercado municipal de Manga, “cheio de menino e mulher”, sem saber o que fazer: “e agora? O que é que faz?”.

Relata que o prefeito de Manga havia perdido a “política”¹⁷. Era um coronel que estava havia 40 anos como prefeito e perdeu para Antônio Montalvão: “ficou muito desorientado e não deu mais oportunidade pra ninguém”. Até que, um dia, um “senhor de Manga” (fazendeiro), procurou por eles e ofereceu que fossem para sua fazenda, situada a sete quilômetros do porto da balsa. Antes de se estabelecerem definitivamente no lugar onde hoje é o Quilombo de Praia, viveram nessa fazenda por cerca de 14 anos: “aí de lá nós viemos pra aqui, para esse lugarzinho que eu moro e já tá com 60 anos aqui da primeira morada”.

Na etnografia de Heredia (2013), realizada com camponeses da Zona da Mata de Pernambuco na década de 1970, a terra aparece como a “morada da vida” (termo nativo), pois um grande traço do modo de vida camponês é o trabalho feito na terra. Com base nisso, compreendo que, para seu Manoel, a estadia no Norte de Minas ocorreu como a “primeira

¹⁶ Extinguido com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pelo Decreto-Lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970.

¹⁷ Política no sentido de campanha eleitoral.

morada”, sendo o único lugar que tiveram acesso à terra, mesmo que, inicialmente, como agregados de um fazendeiro.

Na fazenda onde passaram a viver, sustentavam-se do que plantavam: *“foi lá onde eu aprendi a plantar. [...] Tinha uma farinheira muito grande, toda manual com animal pra rodar o equipamento e fazia farinha seis meses e o povo trabalhava, tinha vontade de trabalhar! Lá plantava umas 40 hectares de mandioca, dava pra trabalhar seis meses e fazia cem sacos, cento e cinquenta ou mais de farinha e goma. Ainda bem que apareceu um cara de Janaúba, um caminhãozinho que vinha, era três dias pra chegar aqui e comprava na nossa mão”*.

Foi em Matias Cardoso que começaram a ter condições de viver, de plantar, de se relacionar com as pessoas e com o lugar. Seu Manoel destaca que, no Nordeste, era *“sofrido”*, principalmente com relação à seca, mas no Norte de Minas foi diferente: *“o Nordeste, além de seco, ninguém achava um local pra trabalhar quando chovia, pra trabalhar como nós achamos aqui, uma liberdade de plantar, colher [...] Lá pra você plantar e trabalhar, tinha que pagar, se colhesse mil quilos de semente, milho ou feijão, tinha que pagar a renda dela [...] era do dono da terra”*. Ou seja, camponeses que, deserdados da terra¹⁸ (Moura, 2019), vendiam sua força de trabalho àqueles que tinham propriedades, vivenciavam um processo tão desigual que os expulsava, partindo em busca de um refúgio onde suas existências pudessem ser garantidas.

No Norte de Minas, a família do Seu Manoel conseguiu plantar para se alimentar. Embora não que tenham se tornado totalmente livres, entendiam que estavam melhor que a situação anterior: *“aqui era diferente, eles não cobravam, falava assim: ‘vocês plantam pra vocês e a partir do segundo ano vocês plantam o capim pra mim’”*. No Nordeste *“era judiado”*, conheceram a fome. Em Matias Cardoso, começaram a se reerguer, pois havia mais *“movimento”*: *“naquela época como eu te falei, o rio nos ajudava, tinha o movimento pelo Rio São Francisco, aí tinha o comprador de tudo e o vendedor”*.

“Movimento” é uma categoria muito ligada à migração. De forma nativa, percebi que também é sinônimo de “tempo bom”: o que é movimentado é abundante. É uma festa movimentada que recebe muita gente, é o comércio, a plantação, a colheita. É, ainda, o movimento do rio e pelo rio que trouxeram famílias, transportaram e levaram também “coisas”, fazendo dos movimentos migratórios deslocamentos complexos, tecidos por pessoas e coisas.

¹⁸ Categoria desenvolvida por Margarida Maria Moura (2019), no livro “Os Deserdados Da Terra”, em que aborda o processo de expropriação do homem do campo, tornando-o deserdado também de um modo de vida relacionado ao território e à terra. Seu estudo foi realizado no Vale do Jequitinhonha, entre a década de 1970 e início dos anos 1980, e trata sobre o contexto do avanço de grandes fazendas sobre territórios de camponeses e agregados, afetando toda uma cultura antes baseada na reciprocidade.

Além de narrar a vinda de sua família pelo São Francisco, Seu Manoel Caboclo revelou mais uma importância do rio em suas vidas: não apenas possibilitou a plantação no lugar, como também viabilizou um comércio que, de certo modo, os mantinha ligados ao Nordeste, de onde vieram para escapar da fome.

Assim, no Rio São Francisco *“tinha um comércio pelo rio, que era melhor do que o de hoje”*. Tanto se comprava, como se vendia, *“o pessoal do Nordeste trazia para aqui sal, açúcar, arroz, vindos do Maranhão. Vinha pelo rio até Pirapora, nas balsas. Vinham comprando e vendendo, comprava tecido, óleo, biscoito, sabão, querosene”*.

Conta que chegavam *“abastecendo essa malha do São Francisco de Juazeiro a Pirapora, nos comércios ribeirinhos”*. Traziam certos produtos e levavam outros. Por exemplo, traziam: óleo, sabão, querosene, sal, açúcar, tecido, biscoito; e levavam: milho, feijão, arroz, madeira de jacarandá, pele de animais e couro.

Relata ainda que compravam couro para fazer os *“curtumes do Nordeste”* e, posteriormente, o mesmo material voltava pronto para comercialização, *“levava bruto e trazia o couro curtido, beneficiado”*, como: *“sela, calçado, equipamento pros vaqueiros trabalhar, terno de couro bonito, chapéu”*. Ou seja, tratava-se de um movimento contínuo, *“um alavancamento de comércio”*, em que se vendiam as matérias-primas em estado bruto e, depois, se compravam os produtos já beneficiados.

Após nossa conversa e um cafezinho, Seu Manoel me acompanhou até a casa de sua irmã, Maria Luiza, que estava organizando alguns produtos para a feira da agricultura familiar, que ocorre em Matias Cardoso, na praça em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

O dia estava corrido. Dona Maria colocava comida no fogo, cozinhando mandioca e preparando os alimentos para uma feijoada, já que no dia seguinte (domingo), organizaria o almoço para o pessoal da comunidade, que viria ajudar em um mutirão para *“bater a laje”* da casa de sua filha.

O mutirão é um costume coletivo dessas comunidades e, atualmente, ocorre em momentos específicos, como nas construções de casas, nos períodos de maior trabalho das lavouras e outros. *“A gente plantava, e na hora de limpar a roça, juntava um mutirão, o povo tudinho e pegava na roça de um e terminava na do outro”* (Gilberto, vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, em Matias Cardoso). Os comunitários se reúnem e doam seu trabalho, enquanto a família beneficiada oferece alimentação e assume a obrigação de reciprocidade – compromisso que, embora não verbalizado, é levado com rigor.

A princípio, iniciei a conversa com seu esposo, Seu Severino, que na juventude e vida adulta migrou para trabalhar em empresas agrícolas e também em Belo Horizonte, onde viveu por 20 anos. A prosa foi ficando boa. Estávamos na área em frente à cozinha e, entre uma mexida e outra na panela, Dona Maria Luiza logo vinha participar, o que me fez perceber que ela também possuía narrativas sobre os sentidos de seus movimentos migratórios.

Depois de retirar as panelas do fogo, Dona Maria foi tecendo observações sobre as histórias que seu esposo contava, até que protagonizou a conversação. Afirma gostar muito da roça, pois foi onde morou *“a vida inteirinha”*, se definindo como uma pessoa que gosta de plantar, colher, vender e compartilhar: *“eu não quero nada pra mim só”*. Em um ponto da conversa, fez uma observação sobre sua origem pernambucana e expressou o desejo de contar uma história, *“uma coisa assim muito de Deus”*!

Como seu irmão havia relatado, ela relembra que saíram do *“Norte”* em 1958, quando tinha seis anos de idade: *“então nós saímos do Norte [...] você acredita como foi que nós viemos?”*. Vieram pelo vapor Benjamin Guimarães *“que está lá em Pirapora, sempre vejo a reportagem dele lá”*. Rememorando essa vinda, o primeiro comentário que fez foi uma analogia ao sentimento que teve ao ver, pela televisão, a imagem de refugiados em embarcações, *“ôh menina! Mas foi um, sabe assim? Às vezes quando eu vejo falar nesses refugiados, eu lembrei de nós quando embarcamos lá em Juazeiro da Bahia”*.

Ao narrar como surgiu a decisão de sair, afirma que foi a *“necessidade”*, *“lá ficava cinco, seis anos, sete, sem chover, então foi necessidade”*. O primo que levou a informação, depois de vir a Minas Gerais e ver como que era a *“chuva, as coisas aqui, a produção”*, o que levou toda família a aderir: *“vamos então, se você foi e viu que é bom, nós vamos!”* e *“aí saiu esses refugiados, eu falo quando eu vejo aquele pessoal refugiado, eu lembro de nós quando viemos. Era gente! Quando vi os refugiados eu falei assim: ‘nossa história tá um pouquinho parecida com eles’”*.

É bastante significativo se ver representada na imagem de pessoas amontoadas em embarcações sem nenhuma estrutura, homens, mulheres, idosos e crianças se arriscando nas águas em busca de sobrevivência, fugindo de condições extremas¹⁹. Talvez Dona Maria Luiza tenha razão: são eles mais um grupo de refugiados – os refugiados do desenvolvimento, como disposto nos textos de Almeida (1996) e Sassen (2016).

¹⁹ Histórias e reportagens como o caso do naufrágio na Grécia, envolvendo uma embarcação com até 750 passageiros – entre eles, cerca de 100 crianças – tornaram-se frequentes. Pelo menos 78 pessoas foram confirmadas mortas. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

O que sua família encontrou aqui foi considerado uma bênção de Deus: *“foi a melhor riqueza que tivemos, foi quando nós entramos no vapor, lá em Juazeiro, que a situação já foi cem por cento. O café, a farinha, a alimentação, todos portos que o vapor parava, e era peixe, era boi, fazia aqueles tachos de comida”,* para aquele *“bando de meninos”*. *“Então quando entramos no vapor, ô senhor! Já foi cem por cento uma coisa diferente e aí nós desceu, subiu aqui pra Matias [Cardoso]”*. Foi uma viagem demorada, já que *“subindo o rio, vai mais devagarzinho”* e tinham muitas paradas, *“todo porto parava pra panhar lenha, pra abastecer, comprar boi pra matar, pra fazer alimento. Tinha gente, produto, alimento. Tinha parte de segundo andar, tinha parte primeira e tinha o setor de alimentação”*. Como vemos, havia uma estratificação que, provavelmente, não era apenas organizativa, mas que os separavam.

Outra questão que destaca foi o falecimento da sua mãe, ocorrido um ano após chegarem: *“nós saímos lá no dia dois de setembro de [19]58 e quando foi dois de setembro de [19]59 aqui, minha mãe faleceu, um ano certinho, certinho! E faleceu e ainda deixou um menininho”*. Vivendo nesse novo lugar, relatou algumas diferenças sentidas, destacando a melhora nas condições de vida, fazendo uma comparação com a alimentação, já que em *“Minas o sistema é diferente”*. Segundo ela, *“a comida nordestina era angu, feijão catador, igual aqui em Minas também, mas lá pelo menos não tinha esse plantio de feijão de arranca, é mais aqui pra Minas e o Sul”*.

O angu mineiro, por exemplo, é diferente, principalmente por conta do tempero. Maria Luiza comenta que, em Minas Gerais, há mais opções: *“aqui plantamos, nós tínhamos mais verdura, frutas, temperos diferentes. Lá era menos opção”*. E isso tem uma explicação: *“lugar que passa sete anos sem chover, então para um pai de família, para um produtorzinho pequenininho, que não tem nada, não era mais menos do que só aquele alimentinho, puro! Agora aqui em Minas não, aqui nós têm mais outra chance, tinha peixe bastante e bastante fruta”*. Por essas distinções, reforça: *“aqui em Minas o sistema era diferente”*. Ainda assim, diz sempre tentar manter algumas tradições, sobretudo alimentares, pois, *“como somos nordestinos, ainda estamos com o pezinho lá”*.

Realça o falecimento precoce de sua mãe e a importância de terem saído do Nordeste, porque, do contrário, as dificuldades teriam sido ainda maiores. Quando seu pai ficou viúvo, trabalhava durante o dia e, à noite, ia até a lagoa lavar as roupas dos filhos: *“e lá ele lavava a nossa roupinha e pescava, pescava, pescava”*. Ou seja, mesmo com a ausência da mãe, a família se organizou e já não passavam mais fome.

Outra característica importante do estabelecimento na nova morada foi o fato de terem sido aceitos: *“então foi assim, nós aqui fomos muito bem aceito sabe? Que é um povo muito*

trabalhador, nossa!”. Essa aceitação os tornou, então, parte do lugar. Considerando que muitos dos que hoje são adultos chegaram ainda crianças, viveram a maior parte da infância no Norte de Minas, cresceram ali e, se casaram com nativos.

Contudo, essa aceitação também se relaciona com o modo de vida semelhante. Havia um *ethos* camponês e vazanteiro partilhado: os chegantes aceitos já praticavam a agricultura de vazante, eram pescadores e pequenos camponeses que desempenhavam uma agricultura não patronal. Ou seja, já partilhavam de um sistema de crenças, valores, trabalho e cultura muito próximos aos encontrados nas comunidades norte-mineiras.

Dentro das diferenças que restavam, havia a necessidade do consentimento às regras estabelecidas, com base em critérios internos de pertencimento e exclusão. Como tratado por Anaya, Espírito Santo, Barbosa e Oliveira (2014, p. 39), a mobilidade do território vazanteiro possibilitou a construção de um sistema de “direitos combinados”, “expressos pela apropriação e acesso coletivo aos recursos naturais, baseados no uso gerado pelo trabalho, em oposição aos direitos de propriedade gerados pela compra, por dinheiro”.

Aceitar o “chegante” consiste em abrir-se àqueles que aderem ao modo de vida e às regras sociais vazanteiras, um sistema de direitos de uso consuetudinários, baseado na solidariedade e no trabalho. Dito isso, há uma lógica de apropriação do território e seus ambientes (terra-firme, rio, lagoas, vazantes), que é contrário ao da propriedade privada: a terra é percebida como espaço coletivo de trabalho, e não para comercialização ou posse individual – algo que se evidencia claramente nas narrativas apresentadas.

Foram os relatos desses dois irmãos, Manoel Caboclo e Maria Luiza, que me fizeram ficar atenta a esse movimento: quais pessoas eram aceitas nas comunidades ao chegarem e passarem a ter um “*lugar de morada*”.

Em outra ocasião, em fevereiro de 2023, estive no Quilombo da Lapinha, durante um evento sobre protocolos autônomos de consulta, que reuniu também o Quilombo de Praia e os vazanteiros de Pau Preto e Pau de Légua. Caminhando com Seu Zé Alagoano, vazanteiro da Comunidade de Pau Preto, até o local onde estávamos gravando alguns registros do evento, fiquei curiosa sobre a origem de seu apelido e lhe perguntei. Respondeu-me ser por conta de seu pai – este, sim, alagoano – que veio para o Norte de Minas por volta de 1948, acompanhado da esposa, baiana, pois lá estava muito difícil de manter a vida.

Foto 11: Seu Zé Alagoano de Pau Preto, Matias Cardoso



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, fevereiro de 2023.

Eles vieram “*correndo da fome*”, e foi nas margens do Velho Chico, em Minas Gerais, plantando nas vazantes, que conseguiram “*o de comer*”. Seu Zé nunca conheceu Alagoas. Mesmo filho de nordestinos, construiu a sua identidade no lugar, reconhecendo a importância do Velho Chico, que lhe possibilitou a vida e a manutenção de sua família.

Essas histórias fomentam a ideia de que o Norte de Minas foi um lugar que recebeu pessoas e não que apenas “expulsa”. Além do mais, revelam as particularidades intrínsecas ao modo de vida vazanteiro, à visão sobre o território e à profunda ligação com o Rio São Francisco, que traz pessoas, alimentos, movimentos e deslocamentos.

Oliveira (2005, p. 11) destaca que o rio foi “denominado ‘rio da unidade nacional’”, pelo seu papel de integração do Sudeste brasileiro ao Nordeste e Centro-oeste. O São Francisco é o terceiro maior rio do Brasil, depois do Amazonas e do Paraná”. Paula (2009, p. 112), após destacar esses movimentos pelo São Francisco, informa que “na primeira metade do século XX, com a chegada da ferrovia (em Pirapora em 1910 e em Montes Claros em 1925), começaram novas formas de deslocamento da população, agora não somente pelos rios, mas também pelos trilhos da estrada de ferro”.

“Nós somos tudo isso... Se eu sou vazanteiro, eu sou também quilombola”

Conhecendo os sistemas, movimentos e territorialidades no Campo Negro do Jahyba, identificamos aspectos importantes da formação das comunidades vazanteiras do Médio São Francisco. Há uma grande relevância dessa categoria como identidade que os diferencia e

demonstra suas especificidades, mas que também traz a presença das múltiplas identidades que são acionadas e articuladas na luta pelo território, como a quilombola.

Apresento as comunidades vazanteiras, partindo do Rio São Francisco como símbolo de seu modo de vida e das relações de ribeirinhos, chamado por eles de “*Velho Chico*”, “*Chico*”, “*Chicão*”. Além de ser um dos mais importantes cursos d’água do Brasil e da América do Sul, que passa por cinco estados e 521 municípios, atravessando Minas Gerais e Bahia²⁰, o rio representa, para as populações locais, algo transcendental: é um ente da família; dá o alimento, mas também o tira; tem seu próprio domínio, encantados e regimentos.

Seu Benedito (vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, Matias Cardoso) conta que, quando chegava alguém diferente, próximo das lagoas do São Francisco, a água “*começava a ferver*”: era o Compadre D’Água, ser encantado que cuida do rio e, por essa razão, é preciso pedir licença para usar e entrar nas águas, e agradá-lo, ofertando pinga e fumo. É verdade que, há algum tempo, ele não foi mais visto – disseram-me que, provavelmente, foi “*buscar refúgio por conta do desmatamento*”.

Foto 12: Seu Benedito, Quilombo de Praia, Matias Cardoso



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2023.

De fato, trato aqui de comunidades ribeirinhas, mas faço uma ressalva que me foi feita por Seu Natalino (vazanteiro da Comunidade Ilha de Pau de Léguas, Manga), “*ribeirinho é quem tá na beira do rio, a cidade [Matias Cardoso] aqui é ribeirinha, tá na beira do rio. Agora, o*

²⁰ Informações disponíveis na biblioteca do IBGE. Disponível [aqui](#). Acesso em: 14 de junho de 2023.

vazanteiro é diferente, ele usufrui da terra da vazante, do lameiro e da terra-firme”. Vazanteiro é uma demarcação identitária, embasada em uma questão política de reconhecimento.

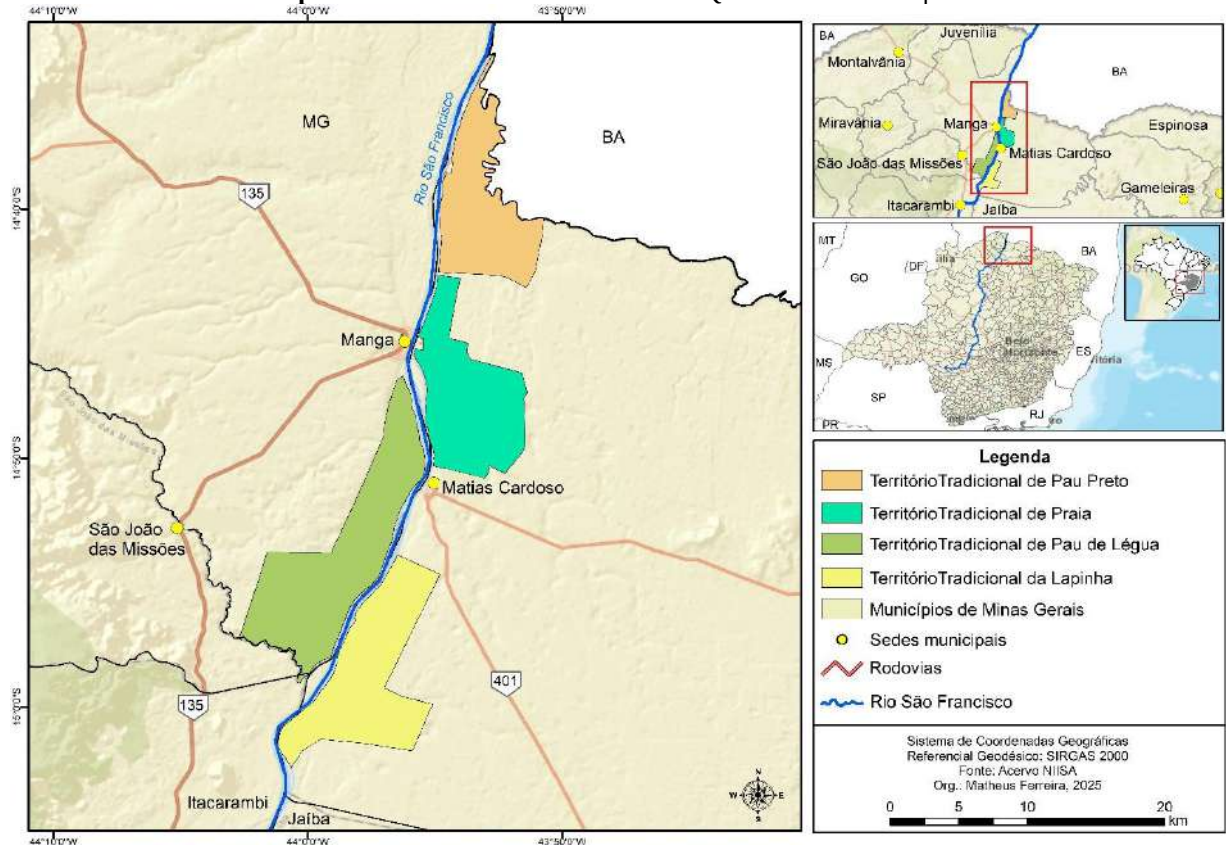
Foto 13: Seu Natalino, Ilha de Pau de Légua, Manga



Fonte: Acervo NIISA, 2019.

Este estudo, sobre movimentos – mas também em movimento –, percorre o Médio São Francisco, através do Quilombo de Praia, Quilombo da Lapinha, Comunidade Vazanteira de Pau Preto e Comunidade Vazanteira de Ilha de Pau de Légua, localizados no mapa a seguir:

Mapa 1: As Comunidades Vazanteiras e Quilombolas da Pesquisa



Fonte: Acervo NIISA. Org.: Matheus Ferreira, 2025

Voltando à diferenciação que nos traz Seu Natalino: “*o vazanteiro é diferente*”, tem a sua produção alimentar que envolve, além do extrativismo, a criação de animais, a pesca, a cultura da vazante, do lameiro e da terra-firme. “*A parte de lameiro é aquela que fica o barro que o rio deixa. Aí tem a vazante, que é uma parte de terra que o barro não vai, ela decanta antes de chegar lá [...] e aí temos a terra-firme lá no alto*”.

Há uma categorização peculiar da região, uma diferenciação que os próprios sujeitos fazem, mesmo que possamos entender que vazanteiros são povos ribeirinhos, presentes em diferentes regiões do mundo e do Brasil. Oliveira (2005, p. 544), demonstra que, nas bibliografias, há uma variação de denominações: em Mata-Machado (1991, p. 38), aparece como “lavrador de vazante, conhecido como barranqueiro”; em Neves (1998, p. 25), como lameiro, “plantador de vazante - aquele que plantava sobretudo no ‘lameiro das ilhas’”; e em Diegues e Arruda (2001, p. 51), como varzeiros ou varzeiros, “aquelas populações tradicionais que vivem às margens dos rios e várzeas, sobretudo às margens do rio São Francisco”.

Trazendo para o recorte das comunidades vazanteiras do Médio São Francisco, Oliveira (2005, p. 10), em seus estudos, afirma que são as “populações residentes nas áreas inundáveis das margens e ilhas do rio São Francisco, que se caracterizam por um modo de vida específico, construído a partir do manejo dos ecossistemas são-franciscanos, combinando, nos diversos ambientes que constituem o seu território”. Seguem o ciclo do rio, da seca, da cheia e da vazante e, por isso, Seu Natalino diz: “*eu planto na época da chuva, aí o sol vem e mata, cá embaixo eu planto, o rio vem e mata, a vazante e o lameiro, o rio vem e mata. Então nós somos felizes, por que aqui no lameiro eu plantei e morreu? A vazante morreu? Terra-firme ficou*”.

Essa denominação, assim como outras, estão extremamente ligadas às condições ambientais que convivem. Aqueles que moram nas margens ou nas ilhas do Rio São Francisco, que praticam a pesca artesanal e a agricultura de vazante, se autoidentificam:

Nós somos tudo isso, uma pessoa só, pode viver do extrativismo, ele é pescador, ele é vazanteiro, é caatingueiro [...] Se eu sou vazanteiro, eu sou também quilombola, eu planto nas vazantes e me reconheço como os dois, porque eu sou remanescente quilombola, mas também sou pescador, também sou vazanteiro²¹ (Genival, 56 anos, vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, Matias Cardoso, 2019).

Através dos relatos de vazanteiros na pesquisa de campo e nos trabalhos de Oliveira (2005), Araújo (2009) e Anaya (2012), compreendo que a categoria *vazanteiro* foi escolhida

²¹ Trecho de entrevista de Genival, Quilombo de Praia, Matias Cardoso – MG, publicada em: Boletim Informativo: Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central – Articulação Vazanteiros em Movimento (2019, p. 03). Realização OPARÁ-MUTUM e NIISA.

por agrupar todas essas outras denominações e por ser uma maneira de se diferenciarem pela forma de apropriação do território.

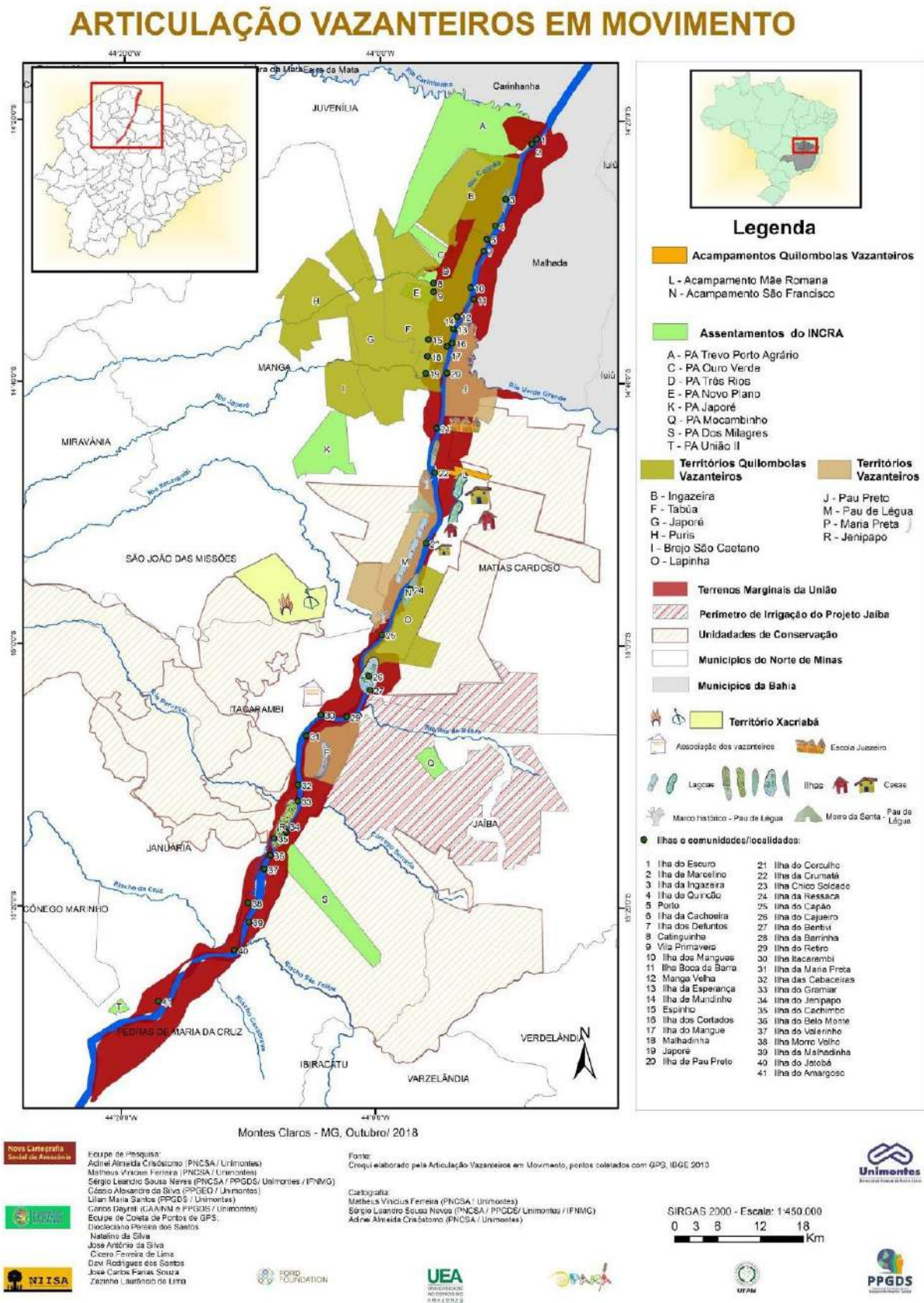
Segundo dados do NIISA, até o ano de 2015 haviam sido georreferenciadas 81 comunidades vazanteiras encurraladas às margens e ilhas do Médio São Francisco, “cercadas por fazendas e empresas do agronegócio, grandes projetos de irrigação, monocultura de eucalipto e um conjunto de áreas protegidas compensatórias; sobrepostas às suas terras tradicionalmente ocupadas” (Anaya; Oliveira; The; Dayrell, 2022, p. 129).

Algumas dessas comunidades se articulam em um movimento social e político chamado “Vazanteiros em Movimento”²², que, durante o ano de 2018, realizou a nova cartografia social dos territórios, por meio da participação no projeto “Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central”²³, o qual resultou em um Boletim Informativo e no seguinte mapa situacional:

²² Dentro do processo organizativo e coletivo do grupo, atualmente se nomeiam como Articulação Quilombolas e Vazanteiros em Movimento (AQVM).

²³ Esse projeto fez parte de uma articulação de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social (PNCS), coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, com envolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e UNIMONTES.

Mapa 2: Cartografia Social – Articulação Vazanteiros em Movimento



Fonte: Croqui elaborado pela Articulação Vazanteiros em Movimento, pontos coletados com GPS, IBGE 2010.
Cartografia e Org.: PNCSA - Núcleo Minas Gerais, 2018.

A Articulação georreferenciou 125 km de rio, marcando 41 ilhas e os territórios onde vivem as comunidades vazanteiras, que também acionam outras identidades, como quilombolas e pescadoras. Podemos localizar o Quilombo de Praia (L), Quilombo da Lapinha (O), Comunidade Vazanteira de Pau Preto (J) e a Comunidade Vazanteira de Ilha de Pau de Léguas (M), onde visualizamos o rio, as lagoas, os marcos históricos, acampamentos, mas também percebemos uma incidência de unidades de conservação, do perímetro de irrigação do Projeto Jaíba²⁴ e terrenos marginais da União, situados no entorno e sobrepostos aos territórios tradicionais, ilustrando a complexidade histórica e identitária que vivem.

Essas comunidades se entendem como “*povos das águas e das terras crescentes*”, como afirmam na “Carta Manifesto das Mulheres e Homens Vazanteiros”, escrita no contexto do “Primeiro Encontro Interestadual de Homens e Mulheres Vazanteiros do São Francisco”, ocorrido na Ilha da Ingazeira, com comunidades da Bahia e de Minas Gerais, no ano de 2006 (Anaya, 2012, p. 208).

Chamam-nos de vazanteiros porque a nossa agricultura está associada aos ciclos de enchente, cheia, vazante e seca do rio São Francisco. Somos um povo que vive em suas ilhas e barrancas, manejando suas “terras crescentes”, tirando o sustento da pesca, da agricultura, do extrativismo e da criação de animais [...] Foi um aprendizado de mais de quatro séculos, de convivência com as terras altas, com os barrancos moldados pelos lameiros fertilizados e com as “terras crescentes”, com suas ilhas em permanente mobilidade. Pois é assim, uma ilha nunca é a mesma no ano seguinte. Assim como ela aqui se forma, ela também desaparece e ressurgue acolá, dependente que é da cheia. Se o rio toma uma terra aqui, ali ele a devolve, e ela cresce renovada, por isso “crescente” (Carta manifesto das mulheres e homens vazanteiros, Ilha da Ingazeira, 2006; Cunha; Magalhães; Adams, 2022, p. 229).

As quatro comunidades pesquisadas se identificam enquanto vazanteiras, e duas delas acionam também a identidade quilombola. Há um grau de parentesco entre essas comunidades e um vínculo entre diferentes origens, como a de nordestinos e de outras comunidades negras do Norte de Minas, integrantes do campo negro do Jahyba, dentre elas, o Quilombo Gurutuba.

Esse é o caso de Seu Camilo, de 92 anos (vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, em Matias Cardoso), cuja origem está no Gurutuba, na parte localizada no município de Monte Azul. Ele veio para Praia com sua família por volta de 1939, quando tinha seis anos de idade. Esse fenômeno é representado por Costa Filho (2009) como “diáspora gurutubana”, através da qual, além dos municípios onde o Quilombo Gurutuba está localizado, houve

²⁴ Maior projeto irrigado da América Latina, implantado durante a Ditadura Militar, representou a retirada de aproximadamente oito por cento das águas do Rio São Francisco, o desmatamento de cem mil hectares para a irrigação e a desapropriação de inúmeras famílias residentes nas terras a serem utilizadas. Foi implementado entre os rios São Francisco e Verde Grande, englobando terras dos municípios de Jaíba e Matias Cardoso (Santos, 2003). As consequências se estendem por toda sua história e serão refletidas nos próximos tópicos.

contribuição para a formação de vários outros quilombos no contexto norte-mineiro, principalmente na região de Manga e Matias Cardoso.

Foto 14: Seu Camilo, Quilombo de Praia, Matias Cardoso



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2023.

Essa diferenciação de identidades está relacionada aos processos de mobilização política que cada comunidade empenhou, mas é importante afirmar as características intrínsecas a elas. São questões recorrentes: comunidades tradicionais, negras, que realizam a agricultura de vazante e em terra-firme, e que desenvolveram uma cosmovisão própria, com maneiras de habitar o território. Trata-se de uma identidade fluida, que flui com o Rio São Francisco.

***“Tudo tem seu domínio”*: a cultura de vazante e os movimentos dentro do território**

O movimentar é inerente ao modo de vida vazanteiro: eles se movem sobre seu território, enquanto seu território também se movimenta e se modifica em cada estação. Oliveira (2005, p. 17) discute sobre o “costume da andança” como característica vazanteira, uma mobilidade com o rio e seus territórios, movimentos necessários para cada período, já que a própria agricultura segue um calendário fluido, confluyente com o rio. Esse território ampliado, que inclui terra-firme, ilhas, rio, lagoas e vazantes, é móvel, remodelado a cada cheia.

Seu Natalino (vazanteiro da Comunidade Ilha de Pau de Légua, Manga) explica que o que os diferencia enquanto vazanteiros está relacionado ao rio e seus ambientes. *“Temos aí três categorias na terra [...] são três linhas de terras”*: terra-firme, lameiro e vazante.

Figura 1: O Rio São Francisco e seus ambientes²⁵



Fonte: Trabalhos de Campo. Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2024.

A terra-firme corresponde às terras no alto, onde praticam a agricultura de sequeiro, em solo firme. Ali, plantam roças de gêneros alimentícios durante o período chuvoso: *“eu estou lá em cima, eu planto na época da chuva”*. Além das plantações de árvores nativas, ocorre a criação de animais de pequeno porte. Nessas áreas, cultivam hortas, feijão, milho, abóbora e outros, como relata Dona Maria Luiza (vazanteira/quilombola, moradora do Quilombo de Praia, Matias Cardoso): *“hoje nós mexe com horta, planta laranja e planta feijão e planta milho quando é época, mandioca, abóbora, todos esses produtos alimentar”*. O termo “mexer” expressa esse movimento constante, indicando o modo de vida que está sempre em ação. A terra-firme é, portanto, o espaço das moradias e roças, um ambiente regido principalmente por regras familiares.

O lameiro é uma faixa de terra próxima ao rio, formada pelo barro deixado após a enchente. Já a vazante *“é uma parte de terra que é o barro não vai [...] então ela vai até aqui. Aqui ela tem uma corrida, aqui já começa a parar. Aí que nós temos uma vazante, ela vaza, não fica nada lá. Ela traz tudo, não deixa substância nenhuma. Essa daqui lameiro, fica uma vitamina boa que a água traz”* (Seu Natalino, vazanteiro, morador da Comunidade Ilha de Pau de Légua, Manga). No período da seca, o trabalho nos lameiros e nas vazantes, formadas nas

²⁵ As informações e fotografias contidas na figura são baseadas nos relatos dos trabalhos de campo, especialmente na narrativa de Seu Natalino. No entanto, o leitor pode encontrar em Oliveira (2018, p. 83) a figura intitulada: “perfil transversal - complexos terra-firme, ilha e rio, no período de cheia”, na qual apresenta outros ambientes referentes aos vazanteiros interlocutores de sua pesquisa.

ilhas, beiras de rio e lagoas, é coletivo, pois são áreas de uso comum. Assim, ao longo do ano, realizam tanto a agricultura de sequeiro, na terra seca, quanto a agricultura de vazante, nas áreas alagadas e mais úmidas.

Observando o sistema de trabalho vazanteiro, pude compreender que, além das perspectivas de “*tempo das chuvas/águas*” e “*tempo das secas*”, há uma simbiose²⁶ com o ciclo natural do rio, que passa pela seca, enchente, cheia e vazante, quando começa a baixar e o ciclo se repete. Um “*círculo de movimentação*”, como definiu Seu Natalino:

Um círculo de movimentação que eu faço. O que eu planto no lameiro, o lameiro produziu aí no período chuvoso. Eu tiro do lameiro, levo eu aquele banco de sementes, tem o banco de semente natural. Eu planto aqui, entendeu? Ela aqui não deixa a outra lá perder. Tá perecendo, mas eu estou levando aqui já novamente pra lá. Mas de onde que veio? A que estava aqui. Vem de lá pra cá, a gente fica fazendo um manejo, né? Um círculo daqui pra lá e de lá pra cá, direto o tempo todinho (Seu Natalino, vazanteiro, morador da Comunidade Ilha de Pau de Léguas, Manga, 2022).

Vivem “*um círculo daqui pra lá e de lá pra cá*”, que possibilitou a esses sujeitos a disponibilidade de terras fertilizadas por matéria orgânica em diferentes tempos. Ou seja, vão circulando da terra-firme para o lameiro, do lameiro para a vazante e de volta para terra-firme. Esse ciclo perpassa também outros ambientes, como lagoas e ilhas, além de outras atividades, como o extrativismo, a criação de pequenos animais, pesca e outros.

O São Francisco é o “*rio grande*”; os braços menores são os “*rios pequenos*”. Existem as ilhas ao longo do rio e as lagoas que se formam após as cheias. A agricultura de vazante acontece nas margens do rio, ilhas e lagoas. “*Agora em agosto mesmo chegou à época de plantar o feijão catador, que lá não precisa de água, a lagoa tem um segredo, porque você planta e a umidade à noite faz a tarefa de molhar, então dá muito feijão catador nessa época. O que planta dá, lá dá de tudo o que você plantar*” (Regina, vazanteira/quilombola, moradora do Quilombo de Praia, Matias Cardoso).

A pesca é um importante elemento identitário. Contam que, antigamente, as águas eram mais abundantes, acessavam mais lagoas e as formas de pesca eram diversas. Existia a “*pesca de poupa*” (dar pulos sentados no barco para os peixes entrarem); a “*pesca de chuchu*” (um instrumento caseiro que lembra uma lança/arpão, com o qual lançavam manualmente para pescar); a pesca de rede; de anzol; com “*tripa de gado*”. Essas foram algumas das memórias que compartilharam.

Cada comunidade vazanteira possui especificidades em suas relações com esses ambientes. Em algumas, como na Comunidade Vereda do Quilombo de Praia, realizam

²⁶ O termo foi escolhido para demonstrar a construção íntima da relação entre vazanteiro e rio, sem biologizar.

majoritariamente as plantações nas lagoas, assim como a pesca; outras ficaram confinadas nas ilhas, como Pau de Léguas. Todavia, saliento que essas relações foram sendo afetadas externamente, a partir das dinâmicas fundiárias impostas.

Mas, antes de falar sobre os “*tempos das balas*”, é preciso ressaltar o respeito que possuem para com o rio e a natureza, longe de uma visão dicotômica. Há uma relação recíproca entre os vazanteiros, o rio, seus encantados e toda a natureza, afastados de uma separação abrupta entre cultura e natureza, humanos e não humanos.

Todas essas naturezas nós temos que respeitar, tomar conhecimento e respeitar, obedecer, porque senão é ruim para nós (Seu Benedito, vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, Matias Cardoso, 2023).

A terra precisa do nosso carinho, do nosso cuidado. Se nós não tiver um cuidado especial com a terra, ela não produz mais nada pra nós [...] O São Francisco é uma maravilha da gente! Isso é uma vida, uma mãe pra todo mundo! É o lugar que todo mundo deseja estar, na beira de um Rio São Francisco! É a água, você vai no rio, você pode estar estressado e parece que fica pacífico, é aquela coisa, que traz uma energia tão grande em você, que você pode tá cheio de problemas que acaba o estresse, acaba tudo (Gilberto, vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, Matias Cardoso, 2023).

Dentro desse modo de vida, existe o estabelecimento de normas que vêm das crenças e costumes. Por isso, Seu Benedito (vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, Matias Cardoso) falava que, na natureza, tudo tem seu domínio, que os encantados são os comandantes das águas e das matas. “*A natureza é igual, o que nós temos aqui, por exemplo na terra, lá dentro da água, também tem os comandantes, que comanda e que é dono de tudo, nas matas também tem o caipora*”.

Os encantados são os seres que ditam as regras que precisam ser seguidas. Nas águas, há o Compadre D’Água, também chamado de Caboclo, uma espécie de homem pequeno. Ele é descrito de duas formas: um é preto e mais tranquilo, por vezes brincalhão; o outro é vermelho, com grandes dentes, traiçoeiro e mais perigoso. Há dias em que não se deve pescar, como durante a Semana Santa (celebração católica); a desobediência pode fazer com que o barco vire. É preciso pedir licença – principalmente para quem é de fora – e agradar o Compadre com fumo e pinga.

Seu Benedito conta que, há um tempo, um senhor chamado André resolveu dar um tiro no Compadre D’Água e sofreu sérias consequências. Morava cerca de 100 a 150 metros do rio, quando decidiu atirar no Compadre – que cavou até a água chegar ao batente da porta dos fundos da casa de André.

O Caboclo D'Água meteu foi o pé, acho que nem ele não ficou aqui, ele não está satisfeito. Não está satisfeito com isso não, porque ele é um encanto, né? Então, do jeito que tá destruindo o Rio São Francisco, ele deu foi no pé também. Mas não sei, vai que não foi embora. Ele deve tá aí, ele é o protetor do rio (Regina, vazanteira/quilombola, moradora do Quilombo de Praia, Matias Cardoso, 2023).

A fuga dos encantados revela mudanças externas. Esse relacionamento com o rio e seus ambientes foi invadido por novos tempos. Em Oliveira (2005), temos o tempo do “*enxame de gente*”, quando agregados foram expulsos das fazendas ou posseiros tiveram suas terras griladas e passaram a morar nas ilhas. Em Araújo (2009), esse período é denominado como “tempo dos coronéis”. Nas nossas conversas, os relatos indicaram a chegada do tempo do “*poder das balas e das cercas*”.

“O poder das balas e das cercas”: o encurralamento

O Sistema Vazanteiro sofreu interferências e passou a conviver com diferentes conflitos, sendo *encurralado* por um processo suscitado pela modernização do campo e tudo o que a acompanhou. Isso não significa que, nos tempos antigos, não houvesse conflitos internos, mas eram enfrentamentos que não impediam o modo de vida e a existência plena. Entraram em um tempo em que “*quem tinha o poder das balas e coragem, conseguia as terras*” (Gilberto, vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, Matias Cardoso), pois aqueles que detinham o domínio da violência e poder, possuíam também o acesso às terras, na possibilidade de cercá-las ou documentá-las. Foram ficando “*encurralados*”, sendo expulsos ou vivendo em territórios sobrepostos, cada vez mais estreitados.

As políticas de desenvolvimento propostas para o Norte de Minas e especificamente para a região deste estudo, foram assentadas na ideia de um padrão economicista, com incentivos e ações que avançaram, sobretudo, aos territórios tradicionais e de sujeitos vulnerabilizados. O fetichismo pelo desenvolvimento o associa a ideias de modernização e crescimento econômico, como se fosse um caminho único e salvador para todos os aspectos de atraso (existentes e “inventados”). O próprio conceito de desenvolvimento foi fundamentado principalmente nas ideias de progresso e evolução, e, associado a determinadas ideologias, tornou-se uma “solução” para todos os “problemas”.

Segundo Esteva (2000), o marco histórico de início da “era do desenvolvimento” foi o discurso do presidente Truman, nos Estados Unidos, em 1949, na ocasião de sua posse do segundo mandato na Casa Branca. Ao utilizar expressões como “progresso industrial” e “regiões subdesenvolvidas”, passou a afetar de sobremodo as populações periféricas, por meio de uma campanha política em nível global, liderada pelo país ao final da Segunda Guerra

Mundial. Reconhecido por todas as instituições da década, os Estados Unidos ocupavam um lugar ao centro do mundo e objetivavam, além disso, estabelecer essa posição de forma permanente e hegemônica. Desse modo, propuseram um modelo econômico a ser seguido pelos demais países, construindo um novo processo colonizador, representado pela divisão dos binômios: “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”.

A utilização do termo “subdesenvolvimento” por Truman configurou-se como uma categoria política redutora. Essa classificação desconsiderou a pluralidade dos povos, alocando-os em uma escala de progresso como nações atrasadas, cujo destino era o fim dessa fila evolutiva (Esteve, 2000). Esse modelo de desenvolvimento pós-guerra impôs-se às nações periféricas como um objetivo a ser alcançado, revelando sua intrínseca ligação com ideias evolucionistas de progresso e uma visão linear da história.

Nesse sentido, o termo “desenvolvimento” se reduziu às questões da esfera econômica. Por isso, as críticas a esse modelo excludente são de suma importância para questionar essas associações que, há muito tempo, perenizam estigmas. A partir da naturalização de tais questões, as alternativas de superação aparecem justamente enquanto um modelo de desenvolvimento falacioso. Dessa maneira, perpetuam-se conflitos entre aqueles que impõem políticas e os que têm seus modos de vida desprezados.

Esse modelo desconsidera os modos de vida rurais e prega o “des-envolvimento”²⁷, ou seja, representa o não envolvimento. Des-envolver é tirar a autonomia que “cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza” (Porto-Gonçalves, 2004, p. 39). Santos (2023, p. 03) afirma que o desenvolvimento desconecta, subjuga, atacando e destruindo cosmovisões; sendo assim, devemos abandonar essa terminologia, “porque a palavra boa é envolvimento”.

Sustentado no discurso de que se trata de um lugar de pobreza e miséria, e da necessidade da superação desse cenário, o Norte de Minas foi alvo de políticas desenvolvimentistas vindas de diferentes níveis da esfera governamental, com o objetivo de tentar nivelar o desenvolvimento econômico da região aos padrões alcançados por outras mesorregiões do estado ou do Brasil. Nesse sentido, a atuação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – é resultado do discurso de integração da região à

²⁷ A categoria des-envolvimento é utilizada com base nos estudos de Porto-Gonçalves (2004, p.24), como crítica ao entendimento e aplicação do conceito como sendo “o nome síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria”. Concordamos com o autor que as políticas passaram a pregar o des-envolvimento, ou seja, representam o não envolvimento.

economia nacional, facilitando a entrada de capitais nacionais e internacionais para impulsionar o crescimento econômico almejado.

Em 1965, a modernização do campo se insere no Norte de Minas, com a sua inclusão na área de atuação da SUDENE. Idealizada pelo economista Celso Furtado e instituída nos anos de 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, o órgão visava colocar em prática ações que atraíssem investimentos do setor privado para as regiões atingidas pela seca, dando início ao processo de modernização, financiado pelo Estado.

Como evidenciado por Barbosa (2014, p. 44), essa modernização se deu por meio de linhas de financiamento, com cinco principais pilares: agricultura e fruticultura irrigada; monocultura de eucalipto; pecuária extensiva; monocultura de algodão; e incentivos à industrialização de algumas cidades. É importante ressaltar que cada município norte-mineiro foi atingido por esses eixos de des-envolvimento de maneiras e intensidades diferentes, o que desencadeou também diversas mobilizações para reivindicar territórios, modos de vida, fortalecimento de redes, dentre outros.

No cenário rural brasileiro e norte-mineiro, a rápida industrialização e modernização conservadora do campo geraram, entre tantos aspectos, o aumento das migrações do campo e o encurralamento de modos de vida e territórios tradicionais, como indicam os resultados das pesquisas de Araújo (2016), Paula (2003; 2009) e Pires (2019). “As relações capitalistas incentivam a mobilidade espacial da população. Os trabalhadores migram em busca de trabalho em função do modo de produção capitalista que unifica o mercado de trabalho urbano e o mercado de trabalho rural” (Paula, 2003, p. 29).

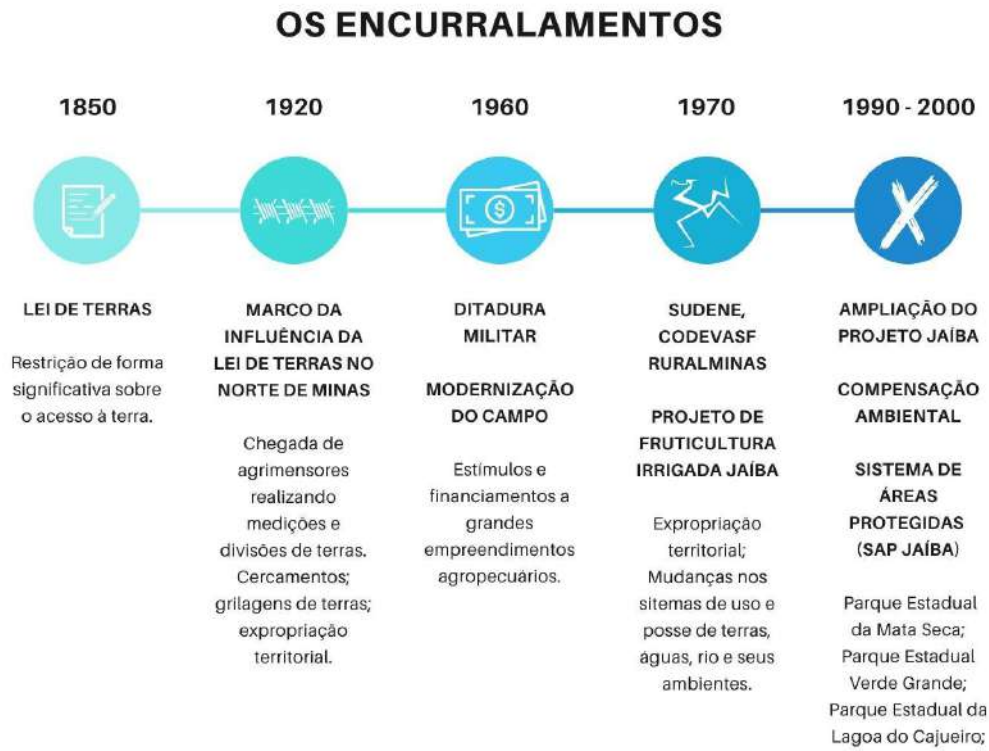
De maneira geral, tratou-se de tentativas de promover o crescimento econômico da região por meio de políticas públicas desenvolvimentistas que, pelos fatores citados, deflagraram conflitos, principalmente nas áreas rurais. Nesse sentido, o desenvolvimento é uma categoria em disputa, que desqualifica e interfere nos modos de vida, cultura e identidade dos povos locais, provocando disparidades estruturais que persistem.

As políticas desenvolvimentistas, principalmente durante a ditadura militar, foram representações de violências e imposições de uma visão unificadora, que avança em territórios tradicionais, buscando viabilizar o agronegócio. Ainda hoje, mesmo após a redemocratização, essa herança permanece e continua atravessando o cotidiano dessas populações.

As afetações provocadas por esse modelo de desenvolvimento, junto aos vazanteiros interlocutores, ocorreram de distintas maneiras. O primeiro momento desse processo de encurralamento deu-se com a expropriação das terras tradicionalmente ocupadas por grandes fazendeiros, devido às grilagens de terras; além de uma intensificação a partir de 1960, durante

os incentivos à modernização do campo, que representaram estímulos e financiamentos a grandes empreendimentos agropecuários, dentre eles, a fruticultura irrigada, sob o pretexto de desenvolvimento da região. Como demonstrado na linha do tempo a seguir:

Figura 2: Linha do tempo dos encurralamentos dos Vazanteiros e Quilombolas de Matias Cardoso e Manga



Fonte: Trabalhos de Campo. Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2024.

Levando em conta o contexto de criação da Lei de Terras, em 1850, em um período de pressão contra o regime escravocrata, essa lei serviu para restringir de forma significativa o acesso à terra, criando normas que impediam sua obtenção por parte de trabalhadores pobres e antigos escravizados. Essa lei acabou por legitimar a transferência das terras públicas para o domínio privado, principalmente por meio de falsificações documentais. O mercado de terras, ainda não estabelecido, deu abertura ao latifúndio improdutivo direcionado à especulação imobiliária. Apesar dessas estratégias, aqueles que não faziam parte da classe dominante, como os camponeses, conseguiram acessar terras por meio das mobilidades, abrindo novas fronteiras, visto a grande proporção do território brasileiro que ainda não havia sido explorado.

O marco da influência da Lei de Terras no Norte de Minas ocorreu por volta de 1920, período lembrado pela chegada de agrimensores à região, realizando medições e divisões de terras. Como dito por Gilberto, “*quem tinha o poder das balas e coragem, conseguia as terras*”. É o caso, também, dos cercamentos realizados por grandes fazendeiros em terras de uso comum, alegando a posse de documentações. Ou seja, foram diversas práticas que desencadearam

conflitos fundiários, disputas desiguais entre grupos tradicionais, que haviam construído seus modos de vida em territórios que depois foram contestados formalmente.

Uma nova fase de “*encurralamentos*” no Norte de Minas e, especificamente, para os vazanteiros dessa pesquisa, ocorreu no contexto da modernização conservadora a partir da década de 1960. Os processos de conflitos se tornaram diversos e densos, envolvendo expropriações territoriais, explorações do trabalho, fiscalizações injustas por órgãos ambientais, entre diferentes situações que perpetuaram racismos, com o aval e ações diretas de instituições públicas. Como vimos, o primeiro passo foi por meio da SUDENE e seus incentivos fiscais para o desenvolvimento da região.

Na bacia hidrográfica do São Francisco, houve a atuação da Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), articulada com a SUDENE. A CODEVASF foi criada pela Lei n.º 6.088, de 1974, caracterizada como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Atuando conjuntamente, essas duas instituições conduziram programas de isenções e incentivos fiscais e financeiros, dentre eles, projetos de irrigação, industrialização, reflorestamento e agropecuária.

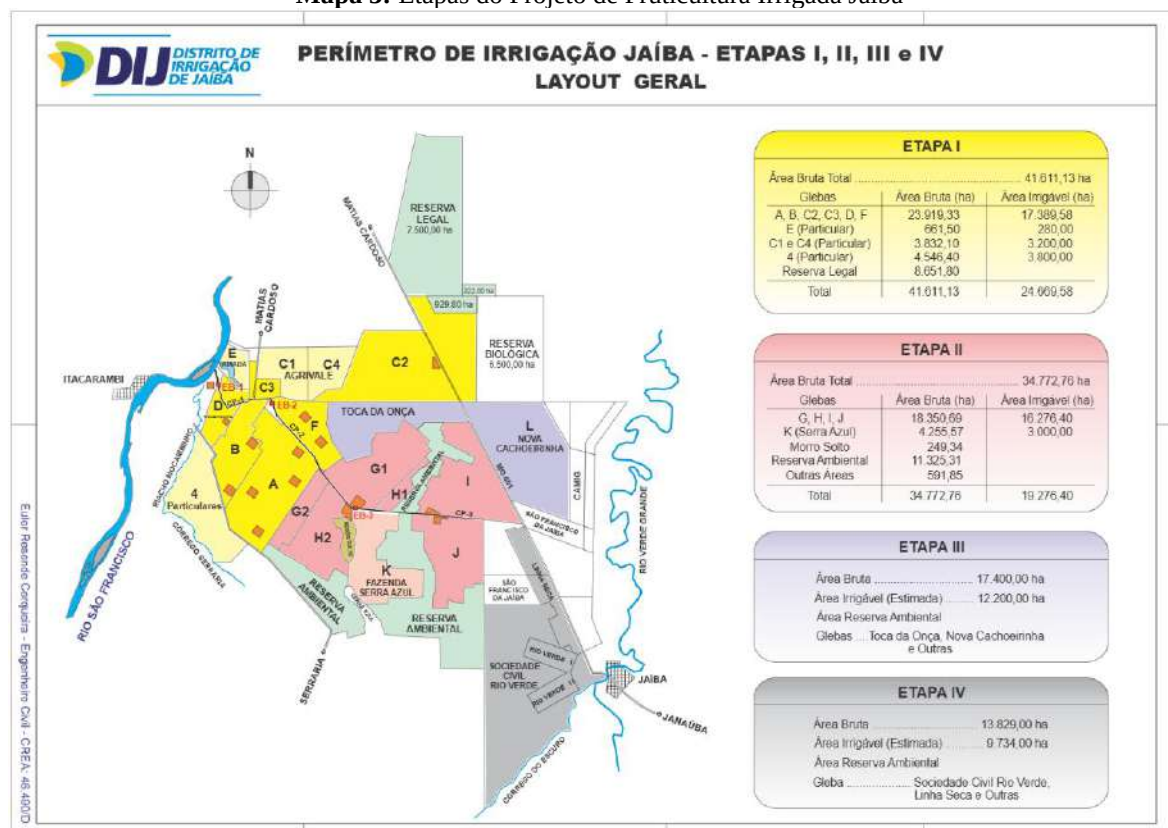
Como aponta Rodrigues (2000, p. 121), essa fase representou a consolidação do capitalismo no Norte de Minas, onde o “Estado desempenhou papel fundamental, assegurando as condições para a acumulação e o funcionamento das empresas”, tendo como um dos principais instrumentos, especialmente na área rural, a desapropriação e reapropriação de terras.

Um marco desse momento foi a implementação do Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba, concebido por volta de 1950, com o início das primeiras ocupações realizadas pelo Instituto Nacional de Irrigação e Colonização (INIC). Encomendado pelo governo brasileiro, o *Bureau of Reclamation*, órgão do Departamento do Interior dos Estados Unidos, responsável pela gestão dos recursos hídricos, realizou um estudo intitulado: “Recolhimento dos Recursos Hidráulicos e de Solos da Bacia de São Francisco”, “que identificou na região da Jaíba uma área de 230.000 hectares, sugerindo que 100.000 hectares fossem destinados ao desenvolvimento da agricultura irrigada, e 130.000 a culturas de sequeiro (terras não irrigadas)” (Anaya, 2012, p. 100).

O Projeto Jaíba decorre do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que criou o Programa Polonordeste, voltado ao desenvolvimento da região Nordeste do Brasil, e o Planoroeste, ao desenvolvimento do Noroeste e Norte de Minas Gerais (Rodrigues, 2001). Trata-se do maior projeto irrigado em terras contínuas da América Latina, instalado entre os rios São Francisco e Verde Grande, nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso. Foi idealizado

para ser executado em quatro etapas de implementação (Santos, 2003), como demonstra o mapa abaixo; atualmente estão em operação as etapas I e II:

Mapa 3: Etapas do Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba



Fonte: Distrito de Irrigação de Jaíba. Disponível [aqui](#). Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

De meados dos anos 1960 até 1998, o Estado brasileiro teria investido US\$ 471,3 milhões no projeto (Rodrigues, 2001). As primeiras ações vieram como ocupação planejada da Mata da Jaíba, até então pouco explorada por grupos capitalistas e patronais, devido ao contexto já mencionado da infestação de malária. Em seu pico de funcionamento, representou uma retirada de aproximadamente 8% das águas do Rio São Francisco, o desmatamento de 100 mil hectares para a irrigação e a desapropriação de inúmeras famílias residentes nas terras a serem utilizadas (Santos, 2003).

Em 1966, o Estado de Minas Gerais, por meio da Lei n.º 4.278, criou a Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS), extinta em 2016, cuja finalidade era “a colonização, o desenvolvimento rural e a regularização fundiária no Estado”. Ligada ao Projeto Jaíba como executora e supervisora, a fundação foi responsável, em nível estadual, pela organização de títulos e regularização de terras devolutas, utilizadas para o projeto de colonização. A primeira experiência de assentamento ocorreu na década de 1970, com o projeto piloto do Mocaminho.

Em um contexto de Ditadura Militar, o que se percebeu foi a ocorrência de processos de expropriação de Comunidades Tradicionais de seus territórios, ao fazer concessões de terras consideradas devolutas, mas que, na verdade, eram espaços de uso comum ou de solta de animais, principalmente para grandes empresas rurais.

SUDENE, CODEVASF e RURALMINAS foram instituições que atuaram como braços institucionais, em âmbito federal e estadual, provocando a “concentração e a grilagem de terra nas mãos de grandes latifundiários da região, responsáveis diretos pela degradação ambiental das matas e rios, em consequência aos grandes projetos implementados” (Anaya, 2012, p. 79). Como explicado por Genival:

Foi na década de setenta, os nossos meios de sobrevivência aqui foram muito explorados pelos empreendimentos, aonde veio os grandes fazendeiros e a RURALMINAS deu posse e titularizou as terras deles, onde nós plantava e produzia, principalmente nós mais próximos da lagoa do encantado. Já chegamos a viver numa situação que plantava e tinha que dividir com o fazendeiro, porque eles alegavam ser os donos, e a gente não tinha outros meios de reconhecimento. Sofremos muito em relação a isso (Genival, vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, Matias Cardoso, 2019).

O Projeto Jaíba, devido à sua grande magnitude e considerando toda a conjuntura apresentada, influenciou nas dinâmicas locais, tanto ambientais quanto sociais. Agravando ainda mais a situação dos “*encurralamentos*” vivida pelas Comunidades Tradicionais, especialmente ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando, para viabilizar a ampliação do Projeto em sua segunda etapa, foi exigida uma contrapartida ambiental por intermédio da criação de Unidades de Proteção Integral (UPI).

Esse processo ocorreu em um contexto de efervescência das discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, impulsionadas por uma agenda internacional de debates sobre a crise ambiental, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972 (Conferência de Estocolmo), o Relatório *Brundtland* de 1982 (Nosso Futuro Comum) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO-92).

Tendo em vista os grandes danos ambientais provocados pelo Projeto Jaíba, críticas realizadas por “movimentos ambientalistas e socioambientais, fazem chegar ao Banco Mundial suas preocupações, que passou a exigir uma contrapartida social para investir na expansão da etapa II” (Anaya, 2012, p. 107). Ou seja, os recursos financiados pelo Banco Mundial foram condicionados à posse da Licença de Operação junto ao Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM). No entanto, essas críticas não atingiram intencionalmente o projeto,

pelo contrário, se transmutaram em medidas mitigatórias, que nada afetaram no avanço do grande impacto ambiental provocado por ele.

O COPAM determinou as condicionantes por meio do processo n.º 339/01/97, dentre as quais se destacou a criação de um Sistema de Áreas Protegidas (SAP Jaíba), composto por sete Unidades de Proteção Integrais (UPI's) e 2 Unidades de Uso Sustentável (UUS), conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Sistema de Áreas Protegidas do Projeto Jaíba

Unidades de Proteção	Data de Criação	Área	Município
Reserva Biológica Jaíba	04 de julho 1973	6.358,00 hectares	Matias Cardoso
Reserva Biológica Serra Azul	08 de outubro de 1998	3.840,95 hectares	Jaíba
Parque Estadual Verde Grande	08 de outubro de 1998	25.570 hectares	Matias Cardoso
Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro	8 de outubro de 1998	20.500 hectares	Matias Cardoso
Área de Proteção Ambiental Serra do Sabonetal	08 de outubro 1998	82.500,00 hectares	Itacarambi, Jaíba e Pedras de Maria da Cruz
Área de Proteção Ambiental (APA) Lagedão	08 de outubro de 1998	12.000 hectares	Matias Cardoso
Parque Estadual da Mata Seca	20 de dezembro de 2000	15.360,07 hectares	Manga

Fonte: Instituto Estadual de Florestas²⁸. Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2024.

Assim, foram criadas áreas de “proteção” da biodiversidade fora do perímetro de expansão do Jaíba, atendendo aos interesses: dos ambientalistas, que buscavam ampliar áreas de preservação; dos empresários, que visavam mobilizar recursos públicos para a área do projeto de irrigação; e dos governos, que também se esforçavam por garantir novos investimentos públicos para o Projeto (Araújo, 2009).

O resultado foi a sobreposição aos territórios de vazanteiros, que em nenhum momento foram consultados. Suas práticas tradicionais passaram a ser criminalizadas, uma vez que a visão dominante das Unidades de Conservação é a de natureza intocada (Diegues, 2004), sem a presença dos humanos, considerados degradadores. Hoje, visualizamos no entorno e sobrepostos aos seus territórios grandes fazendas de gado, o perímetro de irrigação do Projeto Jaíba, terrenos marginais da União e Unidades de Conservação, como o Parque Estadual Verde Grande (1998), o Parque Estadual Lagoa do Cajueiro (1998) e o Parque Estadual da Mata Seca (2000), expressos no mapa 2.

O Parque Estadual Verde Grande e o Parque Estadual Lagoa do Cajueiro localizam-se em Matias Cardoso, afetando os territórios de Praia, Pau Preto e Lapinha, respectivamente. Já

²⁸ Disponível em: <https://www.ief.mg.gov.br/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

o Parque Estadual da Mata Seca está situado no município de Manga, afetando o território da Comunidade Ilha de Pau de Léguas.

Essa realidade demonstra o modelo vigente, caracterizado pelo comando e incentivo de agências multilaterais ou comunidades epistêmicas, como caracterizado por Gellert e Lynch (2003), que atuam como forças poderosas de acumulação do capital, sustentadas por interesses estatais e ideologia modernizadora, apoiando a proliferação de megaprojetos. O fator econômico é, de fato, central, homogeneizando tudo. Implementam um projeto de grandes proporções baseado na concepção de natureza como mercadoria, onde as mitigações aparentam uma contrapartida monetária.

Nesse contexto, modificaram o modo de vida vazanteiro, que tem uma simbiose com o Rio São Francisco, impedindo a reprodução plena de sua existência. Até mesmo a criação de Unidades de Conservação, realizada de forma hegemônica, reforçou a ampliação do megaempreendimento, impondo uma ideia de vazio demográfico em áreas que, na verdade, eram preservadas pela presença e manejo das Comunidades Tradicionais que ali habitavam.

Confinados a pequenas porções de terras, esses vazanteiros convivem com excessivas tensões sobre seus territórios. Com a criação do SAP Jaíba e a partir da valorização pelo Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais (2005), dos remanescentes de Matas Secas nativas, como espaços prioritários para a conservação (Anaya, 2012, p.18), os parques se operacionalizaram enquanto unidades restritivas. Os grupos se viram expropriados territorialmente e criminalizados ambientalmente, ocasião em que buscaram seus direitos, se organizando para denunciar a exclusão social que viviam. Neste momento, emergem como grupos “encurralados” que reivindicam justiça e o reconhecimento dos direitos constitucionais (Araújo, 2009), produzindo formas criativas de resistências, em movimento.

De volta ao movimento: as resistências dos Vazanteiros em Movimento

Todo o histórico de encurralamentos vividos pelos vazanteiros não ocorreu sem mobilizações. Voltar ao movimento evidencia as resistências que foram sendo traçadas nas últimas décadas, estratégias de um povo que sempre se movimentou, mas que precisou recriar suas mobilidades. As dinâmicas que invadiram o modo de vida tradicional forçaram esses sujeitos a extrapolar os limites de seus territórios. Diferentes comunidades se uniram para reivindicar suas identidades e demonstrar o quanto suas práticas contribuem para a sustentabilidade ambiental.

Trata-se de um processo de formação política, articulado a partir de trabalhos de base realizados por uma “rede de apoio”, formada por entidades como o Centro de Agricultura

Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e universidades. Os vazanteiros, vindos de diferentes localidades, se inseriram em um processo de mobilização mais amplo de Comunidades Tradicionais Norte-Mineiras, conhecido como “movimento dos encurralados”, em razão das inúmeras afetações provocadas pelas políticas desenvolvimentistas. Dentro das especificidades do grupo, se identificaram como “encurralados pelos parques” e “iniciaram um processo de construção e de mobilização política, unificando suas lutas territoriais” (Anaya, 2012, p. 20).

Membro da CPT, Zilah de Mattos, é constantemente referenciada em pesquisas e nos relatos como figura de suma importância para a luta dos vazanteiros. Em entrevista, conta que a CPT foi criada em 1975 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como uma instituição civil sem fins lucrativos, que atua nas questões agrárias, surgida em um momento de “clamor”, diante dos *“muitos conflitos pela posse da terra”*. Também foi uma instituição responsável pela fundação e o fortalecimento de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, alguns dos quais Zilah esteve na liderança, como Taiobeiras, Rio Pardo de Minas, Grão Mogol e outros.

Em 1998, quando estava atuando em Porteirinha-MG, recebeu um convite para se transferir para a região do Médio São Francisco, onde se estabeleceu em Manga, *“ninguém tinha disponibilidade porque era um espaço grande, de muito conflito e eu falei: ‘olha, eu estou aqui, se for o caso eu vou, tem problema não’”*. Em 1996, já havia trabalhado na região durante a Primeira Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais, *“foi aonde o padre, na hora que chegou aqui, falou: ‘ôh Zilah eu quero alguém que resiste, que tem coragem, ninguém quer ficar lá, eu quero que você vá pra lá’, eu falei: ‘vou uai’ [...] Daí eu vim em noventa e oito e comecei acompanhando aqui os conflitos”*.

Foto 16: Zilah de Mattos em Manga (MG)



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, outubro de 2022.

Foi nesse momento que, *“a luta foi engrossando”, “começamos a discussão com as famílias, para compreender a dimensão do direito, do uso da área. Depois começamos a pensar em fazer um encontro dos vazanteiros aqui na região. ‘Vamos pensar em fazer um encontro, para fortalecer a luta de vocês aqui’. Aí foi feito isso lá em 2006”*. Foi o Primeiro Encontro Interestadual de Homens e Mulheres Vazanteiros do São Francisco, ocorrido na Ilha da Ingazeira. Na ocasião, os participantes redigiram uma carta-manifesto endereçada à sociedade brasileira, um documento importante, no qual denunciaram a degradação de suas águas, as violências sofridas e buscaram visibilizar o modo de vida vazanteiro e os conflitos enfrentados, como nos trechos a seguir.

Nós pudemos viver, durante todo este tempo, entre as terras altas, margens e “terras crescentes”, subindo ou descendo o rio, recantilados, como um “grande quilombo”, invisível às elites que dirigiam o nosso país. [...] Por incrível que possa parecer, agora, depois de mais de 400 anos, querem nos expulsar, o povo vazanteiro, das margens e terras altas que nos sobraram, das ilhas, das “terras crescentes”. Depois que destruíram milhares de “lagoas criadeiras; poluíram com esgotos, agrotóxicos e metais pesados o nosso rio; degradaram os Cerrados, berço de nossas águas, com as grandes monoculturas de soja, eucalipto, café e cana; transformaram nossas matas em carvão, enfim, inundaram grandes extensões de nossas melhores terras para construção de barragens para geração de energia, as quais alteraram irremediavelmente os ciclos naturais do rio; depois de tudo o que fizeram vêm nos dizer que os territórios onde habitamos – terras altas, ilhas e margens - de onde tiramos o nosso sustento e ajudamos, ainda hoje, tantos a se alimentarem, é área de “preservação ambiental”, e que devemos sair daqui [...] O rio São Francisco não pode ser recuperado, revitalizado, como vocês agora estão dizendo, sem nós, o povo vazanteiro. A história conta, é nosso dever, nosso direito e obrigação dos senhores (Carta manifesto das mulheres e homens vazanteiros, Ilha da Ingazeira, 2006; Cunha; Magalhães; Adams, 2022, p. 229).

O agravamento dos conflitos acelerou a necessidade desses sujeitos de se apropriarem dos discursos das políticas para Povos e Comunidades Tradicionais. Converteram-se de uma posição de invisibilização social para uma ação coletiva em busca de visibilização dos seus modos de vida e preservação dos direitos territoriais garantidos no texto constitucional.

Com o amadurecimento dessa união e luta política, constituiu-se a Articulação Vazanteiros em Movimento, um movimento social e político de articulação dessas comunidades, buscando o reconhecimento identitário e cultural, bem como o empenho das lutas territoriais. As estratégias são diversas: realização de protestos; intercâmbios entre comunidades; deslocamentos para debates políticos; denúncias de abuso de poder, da mortalidade de peixes, assoreamento das lagoas (entre diversos problemas ambientais resultantes dos conflitos impostos) e retomadas de territórios, já que há uma grande morosidade na justiça quanto às titulações das terras tradicionalmente ocupadas.

Em 2011, a comunidade de Pau Preto realizou a retomada de seu território com a ocupação da Fazenda Catelda. Em 2015, o Quilombo de Praia retomou parte da Fazenda Vila

Bella, que havia sido arrendada pelos Diários Associados de Minas Gerais a um fazendeiro; hoje, nomeiam a localidade de Acampamento Mãe Romana. Já em 2023, o Quilombo da Lapinha fez a segunda retomada de parte de suas terras, localizadas na fazenda Casa Grande, espaço que estava sob o domínio do Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Anaya (2012) realizou um estudo específico sobre as mobilizações e reivindicações territoriais dos vazanteiros que, no primeiro momento, se identificaram enquanto “encurralados pelos parques” e, posteriormente, se apresentaram à sociedade como “Vazanteiros em Movimento”. Tal mudança não indica que deixaram de ser encurralados, mas remete ao desenvolvimento de uma luta em que os grupos redefiniram suas formas de agir, de reivindicar e de se relacionar com o Estado.

Praticando o jogo que se joga no campo ambiental. Ou seja, registra-se um primeiro tempo em que os sujeitos se dão conta da condição de atingidos, denunciando o encurralamento e outro momento de ação coletiva em que, acionando mecanismos próprios ao léxico e às formas de agir, correntes no campo ambiental, na interlocução com o Estado frente aos espaços instituídos pelo marco regulatório ambiental, começam a se identificar como “Vazanteiros em Movimento” (Anaya, 2012, p. 21).

Um modo de vida que se estabeleceu em movimento foi também provocado a buscar resistências em movimento – e isso, em conexão. Algo que foi mais revelador, durante esses anos convivendo com os vazanteiros, foi perceber que, independente de divergências, a prioridade é manter o “*companheirismo*”. As comunidades estão sempre dispostas a se ajudarem, pois se enxergam enquanto família. E, nessa concepção, podem até discordar internamente, mas mantêm a união acima de tudo – os desacordos não vão para fora. É como disse Márcia de Pau Preto, eles são “*irmandades da luta*”.

CAPÍTULO II

“IRMANDADES DA LUTA”, OS “UMBIGOS ENTERRADOS” E OS “ACEITOS NO SISTEMA”



“Irmandades da Luta”

Em julho de 2024, durante oficina sobre protocolos de consulta entre as quatro comunidades, ouvi a vice-presidente da Associação de Pau Preto, a vazanteira Márcia, afirmar que eles eram *“irmandades da luta”*. Esse foi mais um dos relatos – entre tantos outros – que evidenciou a importância da articulação entre as localidades e o quanto o apoio era duradouro e mútuo. Como disse em outra oportunidade Genival, vazanteiro do Quilombo de Praia: *“nos separamos só por nome, mas o quilombo é um só”*.

Foto 17: Vazanteiros do Quilombo de Praia, Quilombo da Lapinha, Pau Preto e Pau de Léguas reunidos: as irmandades da luta



Fonte: Acervo NIISA, abril de 2024.

Os vínculos entre essas comunidades são de parentesco, de uma ancestralidade comum, de dinâmicas de conflitos semelhantes. Mesmo com especificidades, são *“irmãos”* que se reúnem na luta em defesa de seus modos de vida e territórios. Assim, compreendi que era fundamental descrever essa relação e o histórico de Lapinha, Pau Preto, Pau de Léguas e Praia.

Estando com eles, muitas vezes escutei frases que falavam sobre terem seus *“umbigos enterrados”* no lugar. Após o nascimento, o cordão umbilical que nutre o bebê através da placenta é cortado, deixando uma porção ligada ao umbigo. Essa parte remanescente, chamada de coto umbilical, geralmente se desprende entre 5 e 15 dias após o parto. Existe uma tradição de enterrar esse coto; alguns acreditam que o local onde é enterrado pode influenciar o futuro

da criança. Quando falam de seus umbigos enterrados, os vazanteiros verbalizam o forte sentimento de pertencimento ao lugar – estão fincados e eternamente ligados ao território, suas raízes e antepassados.

Mesmo com esses laços materializados e enterrados, os vazanteiros também acolhem aqueles que se vinculam ao seu modo de vida e são “*aceitos no sistema*”. A racionalidade vazanteira é densa; seu histórico de conflitos, lutas e resistência é dinâmico e intenso. Sendo assim, as quatro comunidades se reticulam, suas tramas se cruzam, desatam nós, refazem costuras e se conectam de diferentes maneiras.

Os saberes compartilhados comigo foram inúmeros, constituindo oportunidades para compreender o Sistema Vazanteiro tanto pelas especificidades de cada comunidade quanto pelos seus vínculos e mobilizações. Dedico, especialmente, este espaço para que os próprios vazanteiros apresentem suas comunidades²⁹.

Irmandades do Quilombo da Lapinha

Foto 18: Lugares, pessoas e vivências no Quilombo da Lapinha



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, fevereiro de 2023, abril de 2024 e setembro de 2024.

²⁹ As narrativas deste capítulo foram produzidas em trabalhos de campo de formação sobre Protocolos Autônomos de Consulta, organizados pela equipe de pesquisadores do NIISA, que realiza pesquisas engajadas e de longa duração com essas comunidades. Parte desse material foi gravada em 2023 por mim, com captação audiovisual da pesquisadora Ravena Gomes Teixeira de Souza, e está publicada no documentário intitulado “Tambores de Resistência”, disponível em: <https://youtu.be>.

Minha primeira visita ao território do Quilombo da Lapinha foi em 2023. Depois, tive a oportunidade de retornar mais duas vezes em 2024, além dos reencontros em outras ocasiões. Nessas vivências, pude aprender sobre o histórico de lutas e costumes da comunidade. Nos diálogos com as principais lideranças, ficou evidente o trabalho de formação que empenham, principalmente com as crianças e adolescentes, buscando reafirmar a identidade quilombola e a importância de reverenciar a beleza negra, as tradições, festas e batuques. Muito articulados, apoiam também as outras comunidades, compartilhando suas experiências e presença.

Embora ainda enfrentem muitos desafios, já conquistaram vitórias significativas e melhorias no lugar, como um Posto de Saúde da Família – resultado de muito suor. Apesar de todas as violências sofridas, ressignificaram suas dores, e as novas gerações seguem firmes nas batalhas de seus antepassados.

Uma das lideranças do Quilombo da Lapinha é o Manoel, conhecido como Manoel Zoião. Ele é o atual presidente da Associação Quilombola e carrega uma história que começou muito antes dele, anterior até aos seus avós. Hoje, já avô, segue firme na luta, honrando o legado de seus antepassados.

Foto 19: Manoel do Quilombo da Lapinha



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, fevereiro de 2022.

Manoel compartilhou o histórico de enfrentamentos que o Quilombo teve e disse que foram *“descobrir o Quilombo através de Seu Zuíto. Seu Zuíto era uma pessoa que andava muito no mundo e aí descobriu que tinha quilombo e foi pensar que ele também era da região de quilombo. Então ele falou assim, ‘vou levar isso aqui lá para o meu povo, que lá também é*

região de quilombo'''.

Com carinho e respeito, Jezuíto José Gonçalves vive na memória da comunidade como Seu Zuíto. Embora não tenha tido a chance de conhecê-lo pessoalmente, sua importância no processo de reconhecimento da comunidade como quilombola é inegável. Figura central nas lembranças dos moradores, foi ele quem primeiro compreendeu sua identidade quilombola e, com isso, seus direitos. Acendeu a chama da luta na Lapinha e liderou a Associação por um longo período.

Foto 20: Quilombo da Lapinha homenageando Seu Zuíto³⁰



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, setembro de 2024.

Manoel relembra que a vida deles no território é muito antiga, *“meus avós morava aqui na beira do rio, dentro dessa fazenda Casa Grande”*. A partir do trabalho iniciado por Seu Zuíto e da ligação com Zilah da CPT, começaram a realizar reuniões para debater os diversos encurralamentos que viviam. *“Ele trouxe um recado assim, como que nós vamos fazer? Aí ele teve o conhecimento e conheceu a Zilah, que é da [Comissão] Pastoral da Terra, e nos convidou pra fazer uma reunião, a gente fez a reunião na Ilha da Ressaca, a gente morava lá”*.

Nesse período, eles já haviam sido expulsos e as famílias estavam morando na Ilha da Ressaca. Desse modo, se articularam para a primeira retomada – uma forma de pressionar o

³⁰ Foto tirada na área de retomada da Lapinha, durante o VII Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Homenagem aos ancestrais que já partiram, como Jesuíto, Nhô Chico, Pedrina e outros.

Estado no reconhecimento do território –, voltando para o lugar que era deles. *“Fomos as sete e chegamos lá três horas da manhã, aí já começamos armar barraca, cortar pau no mato, no escuro, aí quando amanheceu o dia, já estava um cado de barraco pronto. E dali continuemos. Aí tinha um gerente da fazenda, era uma pessoa muito conhecida e deu a ideia também, mas só que quando nós entrou, foi o primeiro contra, chamou a polícia, a polícia chegou e tal, só que não resolveu, porque nós não ia sair com a polícia não”*.

Começaram um longo processo de audiências e tentativas de acordo com o fazendeiro que havia invadido suas terras. *“Marcaram a audiência de Manga, aí a gente foi. Dessa audiência seu Zuíto falou, ‘se nós sair, nós entra de novo’. O dono achou assim que era mais uma complicação pra ele, porque tinha que gastar mais dinheiro com advogado e nós, graças a Deus, já tinha um advogado pelo CAA. E dali negociamos vinte e duas [hectares], que foi essas vinte e duas aqui. Aí nós saiu lá dia doze de fevereiro de 2006, de lá de baixo [Ilha da Ressaca] e veio pra aqui”*.

Conseguiram vinte e dois hectares e, aos poucos, foram habitando novamente aquele lugar, mas com dificuldades de acesso à área de plantio, uma vez que nesses hectares há um solo pedregoso. Por isso, ainda plantam na vazante da Ilha da Ressaca. No entanto, no tempo da cheia, não conseguem uma terra boa no alto para plantar. *“Aqui era só mata também, botou nós num lugar só cascalho, que aqui é cascaeira, você não consegue plantar e produzir nada. [...] Estamos em um lugar ruim, que é só vinte e duas [hectares] de pedra, que a gente não consegue plantar. Eu mesmo trabalho na Ilha, eu trabalho na agricultura familiar, que entrega merenda para as escolas. Trabalho lá, quando o rio enche, fico parado, porque as terras enchem tudo de água, né?”*.

Nessa retomada, inicialmente construíram barracos de lona; com o tempo, vieram as casas de adobe e, mais recentemente, as casas de alvenaria, o que demonstra a fortificação e união do Quilombo. *“Continuemos aí, tinha barraco de lona, do barraco de lona a gente foi fazer as casinhas de adobo pra poder receber essas caixas d`água do governo, era um adobo mais fresco pra a gente poder ficar até o dia a dia ali. E aí pensamos, vamos mudar de novo, vamos fazer de tijolo, naquilo que eu falei muitos começou a fazer de tijolo. Eu tinha uma ideia de fazer casa, mas não aqui que eu tenho uma casa lá [Ilha da Ressaca], mas ia crescer lá. Aí pensei, vou sair daqui e deixar meu povo aqui só? Derrubar a deles vai ter que derrubar a minha, então se derrubar a minha tem que derrubar a deles, então nós vamos chorar junto. Aí eu falei, vou fazer por aqui mesmo e fiz aqui a casa. E aí a gente continuou naquela luta difícil, é uma luta difícil porque a gente tem um conflito com esse IEF e esse povo não é brincadeira”*.

Além dos embates com grandes fazendas, há também as afetações pelo Parque Estadual

Lagoa do Cajueiro, onde o Estado, representado pelo IEF, atua como o principal agente de conflito, impedindo a reprodução do modo de vida tradicional. *“A gente teve uma negociação pra está fazendo sempre os usos das áreas aqui na beira do rio, pra gente criar gado, e a mata atlântica lá, pra gente fazer uso de remédio, casca de pau, lenha para cozinhar e tal, e eles não deixam fazer isso também. Lá [Parque Estadual Lagoa do Cajueiro] é tudo trancado, a gente não tem acesso lá dentro não, o acesso nosso é só aqui. Antigamente, você sabe quantas toras nós contou? Contou cinquenta toras de Pau-d'alho e duas de Imburana, num circular de pé. Então assim, nós não podia, mas eles estavam tirando”.*

Apontam uma série de incoerências por parte do IEF, que, sob o pretexto de defender a conservação, dificulta o Sistema Vazanteiro. As lagoas, tradicionalmente bem cuidadas pelas comunidades, sempre foram utilizadas para plantação e pesca, mas hoje os moradores sofrem com tentativas de impedimento de acesso. *“Tem as lagoas que é uma complicação também, nós aqui dentro dessa fazenda tem duas lagoas, que é a Lagoa do Saco e a Lagoa da Graciana. É outra demanda também, para não deixar nós fazer o uso dessas áreas. Porque assim, quem colocou o peixe não foi eles, foi a natureza, o rio chegou e encheu e jogou lá dentro. Eles preferem deixar morrer de que nós pescar, mas nós vai de teimoso, chega no final de semana vamos pescar, vocês comeram o peixe da onde? De lá, nós fomos buscar lá”.*

Mesmo diante das adversidades, Manoel destaca a importância da retomada, sobretudo pela construção das casas. Quando moravam na Ilha, conviviam todos os anos com as perdas causadas pelas cheias do rio. Todavia, é importante ressaltar que não existe uma atribuição de culpa ao rio, pois compreendem que ele apenas segue o curso que lhe é de direito. *“Eu fico feliz também de ter as vinte e duas [hectares] por conta da moradia, porque na ilha o rio enche e você tinha que todo ano mudar pra cá, o que você tinha de móvel acabava tudo. No escuro, você não tinha água gelada, não tinha uma qualidade de vida, nada. Era esquisito, não tinha água tratada, não tinha essas coisas, não tinha nada, porque tinha que tomar tudo do rio. E aqui não, nós usa a água do poço, mas nós tem as caixas que vêm a água da Copasa, que aí é só pra uso de beber. E a água do poço a gente lava roupa, cozinha, lava a vasilha, toma banho, tem essa facilidade. E a moradia, a gente tem, eu tenho a minha casa aí que graças a Deus, estamos com os filhos, tem neto lá dentro. Então sim, já melhorou bastante”.*

Eles vivem esperançosos pela titulação da terra e, mesmo com desafios, encontram estratégias para cultivar e obter seus alimentos. *“Graças a Deus assim, a gente está vivendo e vai viver se Deus quiser, principalmente quando essa terra sair! [...] Esse ano nós já fez roça, está lá a roça grande, muito feijão catador, um cado de gente já está colhendo, já está comendo, melancia está começando a produzir agora. Fizemos um corte de mandioca em comunidade,*

assim, em coletivo e cada um tem o seu pedaço separado. Esse ano nós já trabalhou”.

Manoel me explicou que o Quilombo da Lapinha é formado por outras comunidades, e que o nome representa a primeira delas que se autoidentificou. *“Aqui nós fala Quilombo da Lapinha porque são quatro comunidades. Tem nós, que veio da Ilha da Ressaca, aqui na frente tem uma comunidade que se chama Santa Efigênia. Mais pra cima tem a Lapinha mesmo, que é uma comunidade. Na época, Seu Zuíto colocou Quilombo da Lapinha, por causa que era onde ele morava. E tem a outra comunidade que se chama Vargem da Manga, já chama final de estrada, lá que é pegado pra eles, o parque é encostadinho, se você chega lá na comunidade tem que desviar a estrada, cá pra estrada de Mocambinho, porque não tem passagem pra eles pra cima mais não, lá chama final de estrada”.*

Enquanto presidente da Associação, Manoel falou da importância de manter a unidade do Quilombo e das estratégias que utiliza para lidar com desavenças internas. *“Eu aqui dentro sou exigente, não coloco todo tipo de gente na comunidade. Eu como representante hoje, eu não coloco qualquer tipo de gente. Porque quem fala quem é quilombola somos nós e aquele que não é, não adianta nem vir. Que aqui nós têm quilombola de todo tipo. Têm quilombola aqui por cesta básica, nós têm quilombola por terra, nós têm quilombola por moradia e tem quilombola por interesse próprio. Porque ele chega e fala assim, ‘ôh presidente, eu quero que você libere uma declaração pra mim fazer isso e aquilo’, sem que ele nunca nem veio aqui. E fala que é quilombola e quer assim, então é por interesse próprio, esse eu também nem aceito aqui, se o quilombola é por interesse próprio, não”.*

Entende que é preciso estar presente nas lutas, mas reconhece que aqueles que saem para trabalhar também fazem parte do lugar. *“Quilombola é aquele que está aqui dentro da luta, aquele que está brigando. [...] Que está lá fora [trabalhando] e veio pra cá, esse tem que entrar. [...] Agora não põe gente diferente, se não vai complicar a coisa. Porque ele só vai brigar por interesse próprio. Não quero esse tipo de gente. Mas tem quilombola que luta por seus direitos”.*

Mesmo sendo uma comunidade articulada, Manoel ainda cita a relutância de algumas pessoas para reconhecer como quilombola, provavelmente como resquício da criminalização sofrida por eles. Por isso, revela a importância de informar e apoiar os mais jovens, para que entendam suas identidades. Como exemplo, citou o caso de um jovem que precisou de apoio da Associação para ser reconhecido como Quilombola e ingressar na universidade. *“Ele levou [o documento] e conseguiu a bolsa, está fazendo agronomia lá e é quilombola. [...] Eu falei, ‘você é jovem, está começando agora e tem uma oportunidade. Lá na frente você vai estudar e vai saber. Que eu não sou estudado não, mas pelas informações dos outros eu sei o que eu sou*

hoje e talvez você vai saber também o que é que você é”.

Ele reafirma que suas lutas são por um direito que é ancestral, por um território habitado e um modo de vida de muitos anos. *“Quilombola não é só lágrimas de terra, quilombola é brigando por direito e se eu tenho direito, por que eu não brigo por ele? Meu avô morreu com 94 anos, criava aqui 300 cabeças de bode, a roça dele era aqui, do lado de cá. Aí tem o Furado, que o povo antigamente colocava os apelidos, Furado de Zé Osório, Furado do Velho Júlio. Furado é um tanque, onde eles plantavam a roça, criou um tanque e lá junta água, que é igual água mineral, você pode ir lá que é igual essa água aí que você está tomando, friinha e não precisa nem por em geladeira. Esses furados é onde que eles trabalhavam e conviviam ali”*.

Perguntei-lhe, após ouvir o histórico de lutas, se havia pessoas que saíram do Quilombo. Confirmou-me que acontece, principalmente em busca de trabalho, diante do crescimento das famílias – sendo um caminho que o próprio trilhou para trabalhar nas fazendas do Projeto Jaíba. *“Tem vezes que muitos saem em questão do serviço e o tempo. Eu mesmo trabalhei muito fora, só que a minha família nunca saiu daqui de dentro não. Eu trabalhei no Projeto [Jaíba] quatro, cinco anos, trabalhava fichado, mas minha família estava aqui. Eu vinha aqui de vinte, vinte dias, de trinta, trinta dias. E tem uns que arrumam serviço mais longe ainda do que eu. Pra ficar aqui dentro ficou um pouco difícil, quando nós entrou, nós era 110 famílias. E hoje aí nós temos 57 porque rendeu mais, as pessoas casou, tá aí dentro, entendeu?”*.

Mesmo com essas saídas, eles se mantêm ligados ao território, por meio do restante da família que permanece, das casas vazias aguardando os retornos e, principalmente, ansiando pela titulação do território. *“Aqui tem um bocado de casa, tem uns três aí que tá pra fora, tá pra fora, mas a casa tá aí. Porque quilombola não pode vender direito, se você vendeu seu direito você perdeu. Pelo conhecimento que eu tenho, quilombola não pode, entendeu? Eu fiz minha casa, aí vim e vendi minha casa, quando você voltar, não tem seu lote mais pra fazer casa, você vendeu. Então você vendeu seu direito, você pode sair, vai, fica pra lá, sua casa continua, vai caindo aos pedaços, se você quer voltar, tá aí, entendeu? Mas não pode vender. Território, ninguém vende!”*.

Irmandades da Comunidade Vazanteira de Pau Preto

Antes de conhecer o território de Pau Preto, em 2024, já havia conhecido seus moradores – muitos deles, inclusive, anteriormente ao doutorado. Figuras marcantes que se movimentam constantemente em defesa de seus direitos. Ao estar no território, pude compreender melhor as lutas empenhadas e visualizar a trajetória de longos anos de articulações.

Foto 21: Lugares, pessoas e vivências em Pau Preto



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2024.

Uma dessas lideranças é José Antônio, conhecido como Zé Alagoano, apelido referente à origem alagoana de seu pai. Nascido em Pau Preto, Seu Zé acompanhou as diversas afetações que o território sofreu. Foi ele quem me falou mais sobre a história do lugar.

Foto 22: Seu Zé Alagoano de Pau Preto



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, fevereiro de 2023 e julho de 2024.

Seu Zé disse que essa é uma história muito longa e levaria muito tempo para falar tudo. *“A luta nossa, se a gente for contar quase uma tarde não dá pra contar tudo”*. Regressa a luta

para os anos 1960, quando chegaram fazendeiros invadindo os territórios, no começo usando discursos de que fariam benfeitorias, mas na verdade geraram expropriações. *“Nós temos uma luta aí, de desde [19]60, dos anos [19]60, [19]65 por aí, já alcançado pelos meus pais, que a gente convive na comunidade lá. Nos anos [19]70 chegaram os fazendeiros, na época até que a população achou que era grande vantagem, porque falava Doutor B., Doutor R., as comunidades naquela época não tinham muito conhecimento, acharam que era grande coisa, mas na verdade era uns doutor só grilador”*.

As criações andavam soltas e, de forma conciliada, transitavam pelas outras comunidades sem que houvesse problema – até que chegaram as cercas colocadas por fazendeiros, mudando essa e outras dinâmicas. *“Naquele meio de tempo, já nasceu uma lei que não podia criar solto, que na verdade naquele tempo as criação nossa vinha aqui no Quilombo da Lapinha e ali na Praia. A gente pra pegar uma criação, um gado por exemplo, fazia o encontro com esses outros daqui pra pegar, que às vezes estava aqui e os deles estava lá, não tinha cerca. Aí eles vieram com essa história de cerca e na época o Governo de Minas criou a lei, que não podia criar solto e começaram matar as criação, porque a gente não tinha como cercar, o arame naquela época, arame farpado era muito caro, e a gente não tinha condição”*.

Esse foi o início das expulsões, um processo em que passaram a ser progressivamente encurralados, ficando cada vez mais próximos às margens do rio. *“E por aí vai, retirou com as comunidades todas, o pessoal ficou travado, quando iam os delegados aqui, os juízes eram juiz de paz, uns juizinhos aí de meia calça. Chegava lá que falava com eles: ‘olha, lá está acontecendo isso e isso e isso’, ele falava, ‘moço cala a boca, porque esses caras tem dinheiro, se mandar a polícia lá, vai te matar no cacete’, o pessoal tudo tomou medo e correu”*.

A comunidade aproveitou a grande cheia do rio, em 1979, para retornar a uma parte do território. *“Quando foi em [19]79 teve uma grande cheia, desativou um bocado dos fazendeiros, as comunidades achou uma chance e voltou de novo para as terras de origem, sendo que a gente ficou no retorno mais ali por perto, e aí é vai, é vai, é vai, quando foi em [19]98, veio a lei de parque, não teve comunicação, foi a mesma igual os fazendeiros, que aí chegou de uma vez, e aí começou essa luta, é vai essa luta, é vai, é vai”*.

Depois, com a criação do Parque Estadual Verde Grande, foram mais uma vez expropriados, iniciando uma luta que ainda perdura, com o apoio de instituições como a CPT e UNIMONTES, por meio de seus pesquisadores. *“Quando foi em 2007, o IEF estava fazendo um cadastramento para retirar o pessoal, para mudar e ia levando não sei pra onde? Foi na época que a gente acionou a Zilah [CPT]. Tinha um companheiro nosso que estava na luta mais nós, só que o IEF fez uma propostinha pra ele trabalhar no parque, de guarda-parque,*

ele foi, me chamou e falou, ‘óh Zé, eu a partir de hoje não faço parte mais da comunidade, eu vou trabalhar porque eu estou vivendo nas custas da minha mãe e eu quero viver a minha vida independente, não faço mais parte, eu vou trabalhar no IEF, a partir de agora vou fiscalizar vocês’. Aí chegou um tal de F., que veio fazer esse cadastro aí e o cara era bruto, só você vendo, queria fazer as coisas forçada e tal, ‘ah vão dar trinta dias de prazo para vocês sair daqui’, ‘moço só trinta dias?’”.

Por muitas vezes, sofreram com ordens de despejo e contaram com a rede de apoio para reafirmar que aquele era o território tradicional de Pau Preto e que jamais haviam sido consultados. *“Foi aonde nós acionou Zilah. Moço mais Zilah saiu daqui quase corrida, que o moço correu com ela. Pensei que ela não ia vir mais, aí quando a gente foi lá na casa dela, conversou, ela falou: ‘não meu filho, eu não tenho medo disso não, vai lá’. Aí a Cláudia Luz³¹ estava fazendo um trabalho na comunidade da Ilha da Ingazeira, ela foi e fez o convite para a Cláudia e mandou marcar uma reunião e foi. A Cláudia mostrou para eles lá e tal, eles ainda revidaram muito com ela, falei, ‘óh moço fala mais baixo com a mulher, ela veio simplesmente nos ajudar’, e aí a Zilah chamou o CAA, o Centro de Agricultura Alternativa, e aí começamos a luta, o trabalho é vai, é vai, é vai, já foi arrumando coisas e a Cláudia já emitiu o papel, já fez uns papel, pesquisa, já pesquisou e tal e já foi impedindo a justiça tirar nós lá nos trinta dias, e por aí fomos andando”.*

Em 2011 se organizaram para retomar parte do território, realizando a autodemarcação da comunidade. *“Em 2010 nós estive num encontro aqui, daí a gente conversando com as comunidades, foi tomando experiência com os grupos de apoio, as pesquisadoras, e foi mostrando nós as leis que tinha que assegurava a gente, e daí a gente tomou a atitude. Em 2011 nós foi e fizemos a retomada e aí fomos para a justiça. Quando nós fez a retomada, a gerente da fazenda tinha um contato com um outro criador de gado que criava gado lá, e cedeu tipo uma área para eles, assim a gente ficou sabendo, que se eles ganhassem aquela área aqui cá na beira do rio, era fácil nós ganhar. Mas na área de caatinga era mais difícil, e eles que tinha gado que ganhava e aí eles dividia. Só que aí fomos para cima, fomos para a justiça, fomos para o Fórum de Manga e tal, aí deram pra nós uma liminar, um prazo lá para 60 dias. Em 60 dias o advogado foi, recorreu e tal, depois em 2017 nós tivemos uma audiência no Fórum de Lafayette, tornemos renovar, aí é vai, é vai, é vai, quando foi agora em 2022 tivemos outra audiência no Fórum de Lafayette de novo, tornamos conseguir a liminar”.*

Mesmo com essas conquistas, ainda vivem embates com o IEF, que recorre a artifícios

³¹ Pesquisadora do NIISA.

para tentar ludibriá-los – como marcar reuniões em período de cheias, o que dificulta a participação dos comunitários. Soma-se a isso a falta de conhecimento dos saberes tradicionais, que resulta em propostas que desconsideram a cultura local, como o plano de manejo que proibia a realização de fogueiras, prática tradicional no mês de junho.

“Nós vive vivendo de uma luta assim, com mais resistência ao próprio estado que é o IEF, aqui e acolá ele apresenta alguma coisa. Igual agora mesmo teve essa regularização fundiária que eles falam aí, fizeram esses cadastros, foram lá na comunidade e conversou comigo dizendo que ia ter oficina, era três oficinas em cada comunidade e depois teria cinco aqui na área do IEF, na Casa Grande. Depois de um nada, quando a cheia veio que estava todo mundo encurralado e cuidando das coisas, montando as coisas de um lado para o outro, a gente não podia sair, eles começaram a fazer o plano de manejo. [...] Eles foram e mandaram a papelada para nos assinar. Quando nós olhou a papelada a primeira coisa que tinha era que não podia ter festa de fogueira na comunidade que estava em torno do parque. Eu falei ‘a primeira coisa é a coisa que nós mais faz aqui é isso, pra divertimento, aí nós foi e não assinou, devolvemos eles os papel do mesmo jeito’”.

Seu Zé destaca a importância do apoio recebido pela comunidade, especialmente de pesquisadores do NIISA, que os acompanham, desenvolvem seus trabalhos e devolvem os resultados. Essa parceria tem sido fundamental para a reafirmação da identidade vazanteira de Pau Preto e para o fortalecimento dos conhecimentos que a comunidade vem utilizando na defesa do território e de seus direitos. *“A vivência nossa é essa e a luta é ferrenha. A luta nossa aqui é quase uma só, o problema nosso aqui, eu costumo falar com todo mundo, o câncer das três comunidades é uma doença só, é o IEF, o Estado e pronto. E a gente agradece, a valença toda nossa aqui, o conhecimento que nós temos hoje foi das entidades, principalmente da UNIMONTES, nos ensinou muito, porque vieram até outras universidades aí, só que fizeram pesquisa para nós igual aqui, só que não devolveu papel nenhum, só veio e fez a pesquisa e foi embora, e a UNIMONTES não, tem feito, tem devolvido para a documentação e a gente tem servido disso. Porque quando tem uma coisa aqui, nós fizemos pesquisa, nós fizemos um trabalho aqui e tal e tal, e nós temos isso aqui para apresentar, aí calma os ânimos das autoridades. Mas é isso aí, é uma luta ferrenha mesmo! Nós teve as vezes conquista, mas tem desafio também”.*

Sobre as saídas de pessoas da comunidade, menciona o cansaço de alguns, devido à lentidão do reconhecimento dos direitos. *“O pessoal tem sim saído. Às vezes tem pessoas que não resistem, é muito longa a caminhada, igual eu estava falando ali, falando dos troncos, que na verdade os troncos já se foram, quase tudo, e segundo eu falo: se a luta demorar mais, vai*

sobrar só os galhos, porque os troncos já estão indo, e não alcançam a vitória, e outros vão”.

Outro ponto importante é o impacto do encurralamento sobre os mais jovens, que carregam outras ambições e desejos, que se torna difícil no território encurralado. *“Quando você fica encurralado, não tem espaço para o jovem. Eu na minha época, quando eu fui jovem, eu não tinha essa intuição, ali para mim um cavalo, uma vaca, uma bicicleta, estava boa. Mas hoje o jovem quer uma moto, quer um carro, quer outra coisa, e aí quando você está encurralado, você não tem como, às vezes segurar seus filhos dentro da comunidade, para ter essas coisas né. E aí termina que vai saindo. Existem várias pessoas que estão na idade também, às vezes sai e fala ‘ah eu vou sair, eu estou cansado e tal’, é muito cansativo. Tanto é que eu falo hoje, se você caça pra ir pra reunião ainda vem uma quantidade até boa de gente. Mas você fala pra ir pra Montes Claros, você não acha mais um, porque as pessoas estão cansando, vai cansando, mas quem tem fé igual eu, não, está vendo que é devagar? É, mas tem andado”.*

Mesmo sendo um processo árduo e demorado, Seu Zé reconhece que já conseguiram muitas vitórias e segue com fé de que outras virão. *“Nós já quebrou muito preconceito, muita barreira. Vou falar aqui, até o ano passado, nós não podia queimar palha de milho lá que era multado, quando foi ano passado eles já voltaram com uma atitude melhor, dizendo que era só nós chamar eles pra não correr risco de incêndio e aí já mudou. Agora saiu anuência pra nós colocar a energia no resto que falta, então tem algumas vitórias, mas já volta a travar outras. Mas nós estamos aí na luta”.*

Irmandades da Comunidade Vazanteira de Ilha de Pau de Légua

A vivência em Pau de Légua me chamou atenção, principalmente em 2022, quando pude conversar com Seu Natalino. Estive em sua casa no município de Matias Cardoso, bem próxima à orla do rio. Ele me contou sobre sua rotina diária de deslocamento, atravessando o rio com seu barco até o território tradicional situado na outra margem, no município de Manga, onde cultiva sua roça. Relatou a impossibilidade de viver no lugar, o que o obriga a atravessar todos os dias e manter sua moradia em Matias Cardoso.

Foto 23: Lugares, pessoas e vivências em Pau de Léguas

Fonte: PIRES, Maria Cecília Cordeiro; Acervo NIISA. Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2019 e 2024.

Em 2023, dialoguei com Reinaldo – atual presidente da Associação da Comunidade Vazanteira Ilha de Pau de Léguas. Assim como Seu Natalino, me explicou sobre os acontecimentos que fizeram a comunidade chegar ao esbulho territorial e a essa dinâmica de lutas e mobilidades.

Foto 24: Reinaldo de Pau de Léguas

Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, fevereiro de 2023.

Relembrando o período da pandemia, Reinaldo conta que as lutas estavam “*paradas*”, mas o IEF continuava sendo o principal agente de conflito. “*Perante a gente, com o IEF e o pessoal, eles continuam sempre pressionando a gente de várias formas*”. Falou sobre uma tentativa do IEF de cercar o território, mas recusaram, pois possuem a Cartografia Social da Comunidade; e, pela justiça, ainda não havia saído nenhum limite territorial. “*Uma dessas*

formas, eles colocaram pra mim há um ano e poucos atrás, o gerente do parque tinha ganhado uma doação de uma cerca com uns postes e queria colocar no nosso território, delimitando o território. Foi onde eu falei com ele que a gente não concordava e não aceitava, porque tem algumas coisas que resolve perante a justiça e que perante a justiça isso não foi determinado ainda, o local aonde a gente ficar parado. Porque o nosso território, tem uma demarcação com GPS, ponto em cada lugar, tem cartografia onde que é o território, da onde ele inicia e aonde ele termina. Inicia encostado em Manga e termina no rio Itacarambizim, que é a divisa de Itacarambi. E do outro lado ele faz a divisa perto da estrada, que é onde tem o pivô central”.

Esse conflito começou a ser desenhado pela década de 1960. Reinaldo relembra que as terras são de seus antepassados, mas foram as perdendo devido às grilagens realizadas por fazendeiros. *“Nosso principal conflito é com o IEF e o governo. O nosso conflito é porque as terras, elas são do nosso pessoal, dos antepassados que foram saindo, morrendo por algum motivo, outros foram afastando devido fazendeiro ter comprado algum pouquinho, aí foi imprensando um e outro, aí foi sempre encurralando a gente para a beira cada vez mais da margem do Rio São Francisco”.*

Após o grande desmatamento causado pelo Projeto Jaíba, criaram o Parque Estadual da Mata Seca, que causou novamente expulsão em Pau de Léguas. *“Em seguida, isso aí foi repassado para o IEF, perante o fazendeiro, que foi a questão do desmatamento no Projeto de Jaibão, um acordo do governo deles lá assinado. E é onde existia mata de lei, por que as mata de lei? Porque essa mata lá no trabalho da gente, o pessoal da comunidade trabalha também preservando tudo, nós não vamos destruindo nada, entendeu? Então se tem madeira de lei³² nesse local, se lá é bonito, arborizado, tem caça e os animais silvestres, é porque a gente ajuda a controlar e organizar tudo. Só que aí eles vieram e pressionam a gente, querem tirar a gente de todas as formas”.*

Reinaldo afirma que a preservação existente na área tem relação com o manejo que sempre praticaram, mencionando os importantes marcos que demonstram a tradição: *“Esse conflito da gente lá, no início onde é que tinha os antepassados da gente, lá tem cemitério no local, tem uma gruna aonde tinha uma santa, Nossa Senhora do Carmo, que era onde os ciganos com o pessoal vinha, parava nesse local para fazer oração. Então lá existe tudo zelado por causa de quem? Por causa da gente. Existe a lagoa criadeira de peixe, que é a Lagoa da Lavagem, por que o nome Lagoa da Lavagem? Porque os mais velhos, que eram os parentes da gente que morava lá, levantavam às cinco horas da manhã e falavam, ‘eu vou na lavagem’,*

³² É um termo que se refere às espécies de árvores nativas de florestas naturais que possuem características como densidade, durabilidade e resistência. São também conhecidas como madeiras nobres.

aí o pessoal ficava sem saber, lavagem o que? Mas era porque era lavagem do peixe, que ele lava de manhã ou à tardezinha, então ele só abre a água assim para um lado e para o outro e está tirando a sujeira do cabo e do corpo dele, então o nome lavagem é por causa disso aí”.

Fazendeiros e Estado tentaram de várias formas apagar as evidências da existência tradicional deles no lugar. *“Devido ao fazendeiro vim chegando e encostando, eles colocou o nome da lagoa de outro nome. Esse outro nome que eles colocou lá era polêmica, aonde os promotores que foram lá, a defensoria, queria saber e conhecer essa lagoa. Inclusive na beira dela, o pessoal mais velho, nossos antigos, faziam muita horta e tinha uma curiosidade, porque na cartografia, nos trabalhos que nós fizemos com o pessoal, aí mostrava essas coisas. No dia que a gente foi lá com o promotor e o pessoal, a gente achou uns três pés de couve, que nasceu devido à semente ficar naquele lugar, na beira da lagoa e alface também. Aí ele pegou e filmou tudo e falou ‘é realmente, essa que é a lagoa?’, aí tinha as outras, só que ele não acompanhou, foi só até nessa, falou que não aguentava mais”.*

Antes, a comunidade tinha acesso a diferentes lagoas e ambientes, mas após a incidência das grandes fazendas e do parque, não tinham mais como permanecer; estavam minados de acessar as estradas antigas e da possibilidade de terem energia elétrica. *“Lá o pessoal plantava, o arroz, feijão, milho, tem uma área de pé de imbu, que é uma área mais levantada, conhecida como o “capú do imbu”, que é só pé de imbu, que o pessoal pegava pra poder usar. Lá tinha uma estrada antiga que ela saía na cidade de [São João das] Missões, essa estrada foi fechada toda de mato, porque de acordo foi encurralando a gente, tirando a gente, começou a ficar sem acesso. A outra que liga por Manga, ainda consegue ir, porque quando o fazendeiro estava lá, foi mexendo devagar, o IEF entrou e ficou essa aí, só que essa estrada grande aí, o que que aconteceu? Eles meteram uma cancela, tirando o acesso da gente passar pra ir em Manga”.*

A comunidade perdeu o acesso ao município de Manga e, apesar de serem originários de lá, só conseguem transitar pelo rio em direção a Matias Cardoso, gerando dificuldades: *“O conflito lá fica tão grande, que a área da saúde e educação, a gente fica preso. Então a gente fica lá durante o dia, até a noitinha na comunidade, planta, fazendo todo o trabalho, a noite a gente retorna pra Matias [Cardoso], que fica em frente, de barco, os barquinhos da gente com motor. Então os filhos da gente e o pessoal, estuda em Matias [Cardoso] por causa disso aí, então é meio complexo até quando você fala, porque a comunidade, é a Comunidade da Ilha de Pau de Léguas, fica no município de Manga, e o pessoal mora no município de Matias [Cardoso], tá morando lá por causa disso aí, porque a gente não pode ficar lá”.*

Reinaldo menciona a incoerência de haver energia elétrica dentro do Parque e não na Comunidade. *“Existe energia dentro do parque, só que a energia não chega até nós, já*

entramos e corremos atrás, mas não pode ter energia. Se realmente não pode ter energia, se nós não pode morar e ter a energia pra nós dentro do parque, porque que tem a energia dentro do parque pro pessoal do meio ambiente lá? Então isso é uma coisa muito séria, inclusive, encostado na sede, onde é que eles têm a fazenda lá, onde tinha os curral, morava o pessoal, ficava tudo lá, os antepassados da gente. Lá tem um pé de árvore bem grande, esse pé de árvore, eles amarraram um arame na madeira, e de acordo com o desenvolvimento da madeira, esse arame ficou dentro, então ele começou a tirar o oxigênio, prendendo a madeira, ela foi aumentando e o arame foi ficando dentro pressionando ela, isso aí lá dentro é tão sério!”.

Muitas vezes, eles são repreendidos e sofrem com multas ambientais, mas Reinaldo demonstra o quanto a própria prática do IEF afeta a natureza, diferente do modo de vida vazanteiro. *“Eles não preservam a natureza, só destrói. Essas lagoas marginais, lagoa criadeira, que é a Lagoa da Lavagem, a Lagoa da Creche, a Lagoa da Picada, a Lagoa da Cumprida, essas lagoas sempre tiveram bem organizadas. O próprio pescador, que a gente que é vazanteiro, é vazanteiro e é pescador, então a gente próprio já cuidava dessa natureza. Sempre teve os peixes, que a gente preservava. Só que hoje o conflito maior de tudo isso aí é porque nós não podemos usar a própria lagoa pra pegar um peixe pra comer, pra nós plantar. Se a gente usa uma roçadeirainha, coisa tão simples, pra poder limpar, chegam barrando, aí depois eles criam aquela polêmica com a polícia ambiental, e fala que nós lá estamos desmatando. Inclusive tem várias pessoas que receberam atuações de multa, e recorreram com o pessoal, devido a essas coisas, então a gente ficou sempre pressionado por isso, e continuamos pressionado, entendeu, sempre pressionando direto”.*

Ao questionar Reinaldo sobre as saídas das pessoas, explica que não ocorrem por decisão pessoal, mas devido à dificuldade de se manterem estabelecidos no território. *“O pessoal não saíram diretamente e falaram, eu não vou morar mais aqui, eu vou sair fora, só que não tem como dormir lá, porque você já imaginou se levantar tarde da noite e você precisar fazer uma necessidade, o que você vai fazer? Vai pisar em cima de cobra? Entendeu? Então é o que eu estou falando, a questão da energia, a gente não está conseguindo colocar, por causa deles barrando. Os meninos, filhos da gente, não conseguem estudar em Manga, que seria tão fácil, o ônibus escolar ia lá, voltava pela mesma estrada, os filhos estavam aqui, então a gente não ia ter dor de cabeça. A gente está ficando pressionado, e a gente fica em Matias [Cardoso], por causa disso aí, porque nós não podemos deixar os filhos nossos sem estudar, nós não podemos deixar as nossas crianças atravessar um rio, os meninos tudo de menor, pequenos, num barco, o rio que é o São Francisco, tá entendendo?”.*

São esses os motivos que levaram muitas famílias a morarem em Matias Cardoso, mas

todos esperam a regularização fundiária do território vazanteiro, para que possam voltar. *“As pessoas nunca saíram do lugar para poder ir embora, simplesmente dorme do lado de cá, porque não tem outra forma, e a questão das crianças, estudo, é só essas questões, então estamos tendo esse maior conflito por isso aí. O ônibus escolar não está podendo vir pegar as crianças, o pessoal da saúde não pode vir porque tinha uma cancela. Esta cancela eu tive em Belo Horizonte, eu conversei com o deputado, e ele ligou pra algumas pessoas, falaram que tinha tirado a cancela, mas não autorizou a nossa passada dentro do local, então a gente está aguardando isso aí, e é esse motivo que leva a gente a ter esse conflito com eles, esse mau problema, são isso aí, e eles querendo sempre pressionar a gente para derrubar”.*

Eles sofrem com muitas violências e diversos constrangimentos por parte de órgãos que os atingem, aguardando o dia de suas desistências. Apesar disso, seguem se fortalecendo e com esperança. *“Tem até uma conversa do gerente do parque aqui, ele falou que está cozinhando nós com pouca água, vai chegar um dia que a água nossa vai secar, tá entendendo? Então assim, eles não têm nada de intenção boa perante a comunidade, nem argumento. Quando eles precisam de alguma coisa, quer conversar com a gente de todas as formas, fica ligando, conversando, tenta vir em Matias [Cardoso] para tentar falar com a gente, ou em Manga, mas quando a gente precisa conversar com ele alguma coisa, não tem diálogo nenhum”.*

O Quilombo de Praia

Foto 25: Lugares, pessoas e vivências no Quilombo de Praia



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho e outubro (2022); julho e dezembro (2023) e julho (2024).

***Nossa luta em verso e rima: a história de luta e superação da Comunidade Tradicional
Quilombo de Praia em defesa do seu território. Criada por Gilberto e Jesuíto, 2011³³***

*Meus amigos companheiros, quero agora lhes falar
Sou filho de Ciro Lima: o primeiro Professor deste lugar
Um pouco da nossa história vou agora lhes contar
Como começou a luta do povo desse lugar.
Somos lavradores simples, nascemos e crescemos aqui
Desse pedaço de chão, nunca pensamos em sair
Não temos muito dinheiro, mas fé e amor verdadeiro nunca faltou por aqui.
Um belo dia aqui chegou um certo empresário
Parecia gente boa, um sujeito educado...
Fez até alguns amigos, com o povo da comunidade!!!
Diz que um pedaço de terra ele havia comprado
Dos Paulinos e Estevão agora proprietário
Daquele fato, porém, não fizemos muito caso.*

*No início foi bom, teve emprego de montão
O trator e o motosserra logo entraram em ação
Da Caatinga foi descendo, carga e carga de carvão
Consciência que é bom, ninguém ainda tinha não.*

*Em pouco tempo o território foi mudando sua cara
Planta que era comum foi virando coisa rara
Nem de longe se lembrava nossa fica Caiçara
Em pouco tempo a mangaba, a cagaita e o jenipapo
Deu lugar ao eucalipto que tomou conta dali
E pra completar o estrago, veio ainda porco e gado, para ajudar a destruir.*

*Só depois de algum tempo o povo foi despertar
Alguns que por lá andaram, vieram nos alertar:*

³³ Poema de Gilberto, do Quilombo de Praia (Matias Cardoso), composto em maio de 2011, em parceria com Jesuíto, e declamado em julho de 2024 durante a Oficina de Protocolos de Consulta – uma das etapas da construção dos protocolos das quatro comunidades.

*Essa coisa tá errada, começaram a questionar:
Cercaram nossas nascentes, pra gado e porco criar? Assim falou Zilah.
Se continuar assim nossas águas vão secar!!!*

*Não demorou muito tempo, o pesadelo chegou
As águas foram minguando, o povo se apavorou
Do Rio forte e potente, somente areias sobrou
E nas torneiras das casas, areia e lama pingou
Canos foram entupidos, barragens se assoreou
Alguns já foram rezando: piedade de nós Senhor!
O povo preocupado com aquela situação
Procuram o empresário pra falar sobre a questão
Pediram que ele parasse com aquela destruição
Mas a conversa do povo ele não quis ouvir não
Foram muitas tentativas, sem nenhuma solução
Então a comunidade tomou uma decisão
Defender seu território daquela devastação.*

*A essa altura da história um pensamento era certo
Ou lutaremos agora ou viraremos deserto
Vamos defender a água, esse é o caminho mais certo
Faremos a nossa parte e Deus proverá o resto.*

*Então a comunidade começou a organizar
Nossa Associação foi preciso resgatar
Buscamos alguns parceiros pra poder nos ajudar
O poder público, a justiça, sindicato, CAA, Seu Braulino
Também Universidades entre outras entidades, vieram nos apoiar
Pois essa luta sozinhos, nós não podíamos ganhar.*

*O nosso modo de vida resolvemos afirmar
Somos todos quilombolas: decidimos declarar
Buscamos nossas raízes, ficamos emocionados
Ao descobrir que viemos de um mesmo antepassado*

O velho Ciro Mamedio homem honesto e honrado.

*Crianças, jovens, idosos, nessa busca emocionante
Nos fez então perceber o quanto somos importantes
Ter associação para nós, é coisa muito elegante.
E para encarar a luta, saímos mais confiantes.*

*Com o povo organizado, o empresário recuou
Quis voltar algumas vezes, mas o povo não deixou
Da Caatinga a comunidade apossou
E nas terras degradadas, uma reserva criou
Nascentes recuperaram, o verde se renovou
Animais afugentados pra sua casa voltou.*

*A comunidade unida tem uma resolução
Nunca mais deixar ninguém destruir o nosso chão
Naquele lugar sagrado, ninguém mais vai pôr a mão
A não ser com propósito de fazer preservação.*

*Já são quase 15 anos nessa longa caminhada
Nossa luta continua ela não tá terminada
Passamos alguns perrengues, lágrima foi derramada
Mas também temos vitórias para serem celebradas!*

*Um povo mais consciente e bem mais organizado
Uma lei já aprovada e associação republicada
Aprendemos a lição, isso é um grande legado.*

*Somos um povo pacato, não somos de confusão
Se entramos nessa luta foi por pura precisão
De defender nossas águas da usura e da ambição
De gente que sai de longe para fazer perseguição.*

Temos fé e união, duas armas poderosas

*Temos um Deus que caminha conosco todas as horas
É dele que vem força para construir nossa história.*

*Isso é apenas um pouco da história do Quilombo
Eu peço que me perdoem por eu ter me delongado
Mas é que o caso é longo, tem muito a ser contado
E a vocês que ouviram, o meu muito obrigado!”*

Esse poema foi recitado pelo atual presidente da Associação do Quilombo de Praia, Gilberto, durante uma reunião da comunidade em julho de 2024. Desde muito jovem, Gilberto esteve envolvido na luta de seu povo, tendo ajudado a fundar a Associação aos 19 anos de idade, na década de 1980. Em seus versos, percebemos seu profundo conhecimento e envolvimento nos desafios enfrentados por sua comunidade. Sua fala é sempre muito contundente ao apresentar as incoerências nos discursos que os interpelam. “*Eu mesmo sofri muito pra nós chegar até aí*”.

Foto 26: Gilberto do Quilombo de Praia



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, fevereiro de 2023 e julho de 2023.

Os quilombolas de Praia narram uma lembrança muito antiga de seus antepassados. Nessa memória, remetem também a um território maior, onde habitavam, exerciam suas culturas e modos de vida. As afetações começaram com as expulsões provocadas pela invasão de grandes fazendeiros. O Projeto Jaíba, além de afetar o ambiente e a saúde do rio, impôs novos encurralamentos com a criação do Parque Estadual Verde Grande, apresentado como

compensação ambiental.

Por isso, hoje, já não vivem mais de forma livre em seu território, uma vez que os controles dos órgãos ambientais criminalizam as práticas tradicionais desses vazanteiros – práticas que, na verdade, não impactam o meio ambiente como as grandes fazendas. Ao contrário, são exemplos de sustentabilidade e relação respeitosa com a natureza.

Gilberto afirma que a luta da comunidade “*é imensa*”, convivendo com ameaças por parte de fazendeiros, além de entender que o “*IEF é um grande adversário dos Quilombos*”. Um dos pontos de maior conflito se refere ao Acampamento Mãe Romana, localidade do Quilombo retomada em 2015. Os moradores são constantemente gravados por drones, acusados de estarem cortando madeiras ilegalmente, de não produzirem nas terras e de serem “falsos quilombolas”. “*Esse cara que tá lá nos apunhalando pelas costas, dizendo aí pras entidades, mentindo que nós não temos nada, que nós não produz nada. E toda a vida nós produzimos lá, de quando nós entramos produzimos muito, graças a Deus! É a sobrevivência de nós que estamos no Quilombo hoje, é essa parceria que nós temos, de sermos coletivos um com o outro, ajudando um com o outro, certo? Se não fosse isso aí, não existia Quilombo, porque nós não temos recurso*”.

A resistência ocorre de maneira coletiva – é o apoio mútuo que os faz permanecer, mesmo diante das ameaças. As condições do Acampamento Mãe Romana são difíceis, por viverem em barracos de lona e não conseguirem acesso à energia elétrica. “*Quando nós entramos na fazenda eles cortaram a luz, deixaram nós sem luz [...] é uma crueldade!*”.

A tentativa de deslegitimá-los como quilombolas ocorre constantemente, como quando alegam que, em Praia, há pessoas de outras origens, o que demonstra uma falta de conhecimento da sociabilidade vazanteira aberta aos chegantes e dos casamentos que ocorreram entre pessoas do Quilombo e fora dele. “*Eles acham que nós ali não é quilombola, foi o que eles colocaram que nós não é quilombola, que tem outras pessoas lá de outras etnias e tal. Eu falei, isso aí vai ter, claro que vai ter, que eu posso ter um filho que ele é casado com uma mulher lá dos Estados Unidos, mas ele não é quilombola? Ele não é meu filho? Ele é quilombola*”.

Como o próprio Gilberto disse, há uma falta de conhecimento sobre o que é ser quilombola e, mais que isso, uma tentativa de usar narrativas para disputarem pelo território que é tradicional. “*Os caras não entendem o que é quilombola e eles ficam colocando em leis, acrescentando para tentar ludibriar a lei e tentar também corromper a lei, porque eles não querem nossos direitos*”. Gilberto lembra que, mesmo não possuindo ainda a titulação da terra, ela é uma terra de direito. “*Nós não temos documentação legal dela até hoje que é nossa. Só estamos lá dentro dela dizendo que nós somos os herdeiros por herança, por direitos dos nossos*

antepassados”.

Vivem um grande sonho de conseguir a titulação do Quilombo. *“A maior virtude que eu tenho hoje é de nós alcançar o nosso quilombo titularizado, nós ter o título e já também conquistar as nossas áreas pra ter a nossa independência, porque ficar perseguido todas as vezes, isso chegou o fim. Se nós temos o direito, porque esse direito não vem até nós?”.*

Eles têm a ciência do direito que possuem, mas que mesmo assim, não conseguem alcançar. Os embates com o IEF revelam visões diferentes de natureza; os vazanteiros entendem que são eles, de fato, os preservadores. *“Se nós têm o direito aqui, por que que o IEF que é do governo, ele tá importunando? Deveria o governo chamar eles e falar, ‘não, vocês tem que ajudar o quilombo’, porque nós somos preservadores da natureza. E daí cumprir lei também, porque nós estamos lá, eles disseram que nós cortamos madeira, mas quem cortou tudo foi a fazenda, nós temos tudo filmado, o tanto de madeira de lei que eles tiraram, certo? Acabou com a natureza tudo, e nós lá, do jeito que tá lá, tá intacta a natureza, porque nós não mexe nela, em árvore, nem nada, nós faz é zelar”.*

É o modo de vida vazanteiro que “zela” pela natureza, algo aprendido por Gilberto desde seu avô, relação essa que não encontram nos efeitos causados pelo Projeto Jaíba, por exemplo. *“Nós somos zeladores dela, eu lembro do meu avô, que ele plantaria igual tá aí, roçava só embaixo e plantava e deixava as árvores, certo? Porque hoje você vai aqui no Projeto Jaíba, lá tem pivô com 100 hectares, 200 hectares e não tem um pé de pau pra você ficar debaixo, é uma crueldade aquilo, aquilo é uma falta de humanidade. Isso realmente é a verdadeira virtude do Quilombo, enquanto eu existir nós não tiramos madeira, nós fazemos é plantar árvores se for o caso, cuidar dela, porque é ela que nos dá a vida, nos dá o ar que nós respiramos”.*

Mesmo tendo sofrido com o avanço do Parque Estadual Verde Grande, as ações do IEF e as disputas com fazendeiros, resistem em grupo. *“Estamos plantando porque a gente realmente faz um grupo, nós temos um grupo, fazemos uma coletividade com o povo e a gente tá plantando lá. Agora nós colhemos muita cebola, temos lá maracujá, temos lá mandioca, nós temos feijão, nós temos milho”.*

Sobre as saídas do Quilombo, Gilberto as relaciona às dificuldades enfrentadas. *“As pessoas saíram assim, falta de comida, falta de condição, porque assim, eu falei para eles bem claro, ‘eu não posso segurar vocês aqui, vocês são quilombola, mas eu não posso segurar, porque eu não tenho meio de dar condição para vocês estarem no Quilombo’”.* Foram à busca de trabalho e sustento da família. *“Pra trabalhar eles têm que sair fora, eles falaram comigo, bem claro, ‘óh Gilberto estou saindo, porque não tem como eu sustentar meus filhos aqui*

dentro não’, e eu falei: ‘realmente não tem’, você olha para o meu lado, a única coisa é roça, e roça não é fácil”.

O próprio Gilberto já esteve por quatro anos fora de Praia – foi trabalhar em São Paulo –, mesmo assim, não esteve distante de seu povo e da luta. Essas saídas ocorreram e ocorrem com sonhos de retornos e das melhorias que virão com o título da terra. *“A única dificuldade que nós temos é isso, mas o resto, graças a Deus, nós vamos levando, na base da parceria”.*

Os tempos das lutas: movimentos, confluências, resistências e redes

Por meio dos relatos de Manoel, Zé, Reinaldo e Gilberto sobre Lapinha, Pau Preto, Pau de Légua e Praia, conhecemos as histórias das lutas empenhadas. Novos tempos estimularam novos movimentos, confluências, resistências e redes. Como dito por Seu Zé Alagoano, *“é uma luta ferrenha”*, e entre as comunidades *“é quase uma só”*, tendo o Estado e os grandes fazendeiros como os principais opositores, que dificultam a existência plena de seus modos de vida.

Os tempos das lutas dessas comunidades vazanteiras e quilombolas podem ser divididos entre: os “tempos dos fazendeiros” e os “tempos dos parques”. No passado, invisibilizados pelo poder público, habitavam seus territórios e conseguiam desenvolver seus modos de viver. Dispunham de suas moradias nas terras altas e seguiam o calendário agrícola a partir dos ciclos do Rio São Francisco, plantando ora no sequeiro, ora nas vazantes. Os barrancos e ilhas eram terras livres para o trabalho, e eles, embora ligados ao território, transitavam livremente e compreendiam a terra como um valor para o trabalho, não como valor monetário.

Tendo as suas identidades étnicas produzidas na fronteira, eram livres e abertos aos chegantes, que compartilhavam o sistema do lugar. Muitos deles eram trazidos pelo Velho Chico: *“crescemos também com nossos irmãos e irmãs nordestinos vitimados pelas grandes secas. Enquanto estas mesmas elites ignoravam o drama desta gente, nós os acolhíamos, como chegantes, enriquecendo nossa tradição cultural”* (Carta-manifesto das mulheres e homens vazanteiros, Ilha da Ingazeira, 2006; Cunha; Magalhães; Adams, 2022, p. 229).

O sistema dinâmico e fluído vazanteiro propiciou um saber milenar de vivência com o Rio, tanto em suas cheias quanto em secas. Em suas *“terras e águas crescentes”*, os vazanteiros são os *“zeladores”* da natureza, os verdadeiros agentes da preservação desses ambientes. Com a chegada de grandes fazendas, *“uns doutor só grilador”*, foram sendo expulsos das terras altas e muitos precisaram se refugiar nas ilhas e barrancos, onde *“tinham que tomar tudo do rio”* – que, por sua vez, também tomava suas casas em cada cheia. Entretanto, o vazanteiro não culpabiliza o rio, pois as terras são dele; é ele que todos os anos forma as ilhas, fertiliza a terra

para produzirem seus alimentos e enche as lagoas de peixes. O Rio tem o direito de passar, é o caminho dele.

Esse parente também foi aliado na retomada dos territórios, como conta Zé Alagoano, que na grande cheia de 1979, muitas fazendas foram desativadas, *“as comunidades achou uma chance e voltou de novo para as terras de origem”*. Anos depois, novamente não foram consultados, *“quando foi em [19]98, veio a lei de parque, não teve comunicação, foi a mesma coisa igual os fazendeiros”*. Seguiram nas lutas, vivendo ameaçados, tendo o modo de vida criminalizado e o território expropriado, enquanto grandes fazendas permanecem barrando as águas do São Francisco, desmatando e poluindo.

O Quilombo da Lapinha, desterritorializado pelas fazendas, buscou refúgio na Ilha da Ressaca, que antes era apenas um lugar para trabalho nas vazantes. Seu Zuíto, *“pessoa que andava muito no mundo”*, a partir de reuniões com instituições parceiras, foi o primeiro a entender que, além de vazanteiros, eram quilombolas e tinham seus direitos – conhecimento que foi passado para todos. Como afirma Manoel: *“eu não sou estudado não, mas pelas informações dos outros eu sei o que eu sou hoje”*.

Foram certificados pela Fundação Cultural Palmares em 01 de junho de 2005³⁴ e, em 12 de fevereiro de 2006, fizeram a primeira retomada ao território tradicional, ocupando a Fazenda Casa Grande, que estava abandonada e improdutiva. Construíram barracos de lona, depois casas de adobe e, por último, casas de alvenaria – um processo que representou o andar da luta que perdura até os dias de hoje.

A área da retomada possui apenas vinte e dois hectares e foi negociada entre fazendeiro e o Quilombo da Lapinha por meio de audiências públicas na Vara Agrária. Durante esses anos, permaneceram sendo ameaçados, inclusive de despejo, fato agravado em 2010, quando a titularidade da fazenda foi transferida para o IEF. Apesar de possuir domínio e uso, a área não fazia parte da delimitação do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro³⁵, que por si só já encurralava as comunidades no seu entorno.

Em 27 de dezembro de 2018, o então governador Fernando Pimentel, por meio do Decreto 47.574, declarou de interesse social e reconheceu o limite parcial do território quilombola da Comunidade de Lapinha, para fins de regularização fundiária e titulação, com caráter gratuito, inalienável, coletivo e por prazo indeterminado, beneficiando gerações futuras. Mesmo assim, continuaram recebendo ordens de despejo. Em setembro de 2023, o Quilombo

³⁴ Portaria n.º 28/2005. Processo Fundação Cultural Palmares, n.º 01420.001164/2005-99. Processo no INCRA n.º 54170.003689/2005-14.

³⁵ Criado pelo Decreto n.º 39.954, de 8 de outubro de 1998.

fez a segunda retomada de parte de suas terras, localizadas na fazenda Casa Grande, espaço que estava sob o domínio do IEF.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 29 de dezembro de 2015, e no Diário Oficial da União (DOU) em 30 de dezembro de 2015. Em 14 de novembro de 2023, foi publicada no Diário Oficial da União, a portaria n.º 225, que reconhece e declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Lapinha, localizada no município Matias Cardoso, no estado de Minas Gerais. Os quilombolas da Lapinha seguem ansiando pela titulação final de suas terras, pois como dito por Manoel: *“quilombola não é só lágrimas de terra, quilombola é brigando por direito e se eu tenho direito, por que eu não brigo por ele?”*.

A comunidade Pau Preto também sofreu expulsões nos anos 1960, com a chegada de fazendeiros grileiros. Foi no contexto dos incentivos fiscais por parte da SUDENE e as titulações realizadas pela RURALMINAS, que se mostraram extremamente problemáticas e discriminatórias. Zé Alagoano conta que, naquele tempo, surgiu uma *lei* que proibia a criação de gado à solta, prática que era comum entre os vazanteiros do lugar, pois *“não tinha cerca”*. *“Eles vieram com essa história de cerca e na época o Governo de Minas criou a lei, que não podia criar solto e começaram matar as criação, porque a gente não tinha como cercar”*. Esses cercamentos causaram a desapropriação dos moradores, *“retirou com as comunidades todas, o pessoal ficou travado”*, e eles não conseguiram apoio do poder público, que eram os principais promotores dessas ações, mesmo que por conivência.

Parceiros do Rio e se movimentando com ele, usaram sua força para retornar: na cheia de 1979, quando muitas das fazendas já estavam improdutivas, surgiu a oportunidade de reapropriação do território. Porém, anos depois, foram mais uma vez *encurralados*. Em 8 de outubro de 1998, por meio do Decreto n.º 39.953, criou-se o Parque Estadual Verde Grande, *“veio a lei de parque, não teve comunicação”*, e novamente desterritorializados.

As fazendas que inicialmente os expulsaram – como a fazenda Vila Bela, onde era o Arraial do Meio, e a fazenda Catelda – foram, posteriormente, incorporadas ao parque, sendo a segunda vendida ao IEF para ampliação do mesmo. Mais uma vez, a rede de apoio se teceu, com a mediação de CPT, CAA e NIISA, foram evitados despejos e, articulados com as outras comunidades por meio dos *“Vazanteiros em Movimento”*, em julho de 2011 realizaram a retomada do território tradicional, ocupando a sede da Fazenda Catelda e promovendo a autodemarcação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Pau Preto, já que como eles dizem: *“se o Estado não demarca, nós demarcamos com os próprios pés”*. *“Fizemos a retomada e aí fomos para a justiça”*. Diante inúmeras audiências, constrangimentos e

dificuldades, eles têm a certeza de que o grande algoz é o próprio Estado, *“nós vive vivendo de uma luta assim, com mais resistência ao próprio estado, que é o IEF”*.

Em Pau de Léguas, da mesma forma, as fazendas invadiram o território. Em um primeiro momento, o fazendeiro estabeleceu relações mais “cordiais”, permitindo que os moradores continuassem seus hábitos culturais. No entanto, justamente na década de 1960, um novo fazendeiro expropriou os vazanteiros, provocando o apagamento dos marcos ancestrais desses sujeitos e os acuando cada vez mais às margens do rio, como contou Reinaldo: *“as terras elas são do nosso pessoal, dos antepassados que foram saindo, morrendo por algum motivo, outros foram afastando devido fazendeiro ter comprado algum pouquinho, aí foi imprensando um e outro, aí foi sempre encurralando a gente para a beira cada vez mais da margem do Rio São Francisco”*.

Essa fazenda foi repassada para o IEF e incluída no Parque Estadual da Mata Seca, criado pelo Decreto n.º 41.479, de 20 de dezembro de 2000. Essa ação desconsiderou a existência dos vazanteiros no local e ignorou que as áreas se encontravam preservadas pela dinâmica respeitosa do modo de vida tradicional. *“O pessoal da comunidade trabalha também preservando tudo, nós não vamos destruindo nada. Então se tem madeira de lei nesse local, se lá é bonito, arborizado, tem caça e animais silvestres, é porque a gente ajuda a controlar e organizar tudo”*.

A imposição do parque seguiu o mesmo *modus operandi*, violentando esses povos com diversas restrições às suas práticas, incluindo aplicações de multas. Um exemplo disso são as diversas lagoas criadoras que possuíam no território, que sempre foram fontes de peixes e também utilizadas para roças nas vazantes, mas os moradores foram proibidos de pescar nesses lugares. *“A gente é vazanteiro e é pescador, então a gente próprio já cuidava dessa natureza. Sempre teve os peixes, que a gente preservava. Só que hoje o conflito maior de tudo isso aí é porque nós não podemos usar a própria lagoa pra pegar um peixe pra comer, pra nós plantar. [...] Chegam barrando, aí depois criam aquela polêmica com a polícia ambiental e fala que nós lá estamos desmatando”*.

Como Reinaldo afirma, o *“principal conflito é com o IEF e o governo”*. Atualmente, os moradores não conseguem estabelecer moradia na comunidade, pois são impedidos de utilizar a estrada que liga ao município de Manga, o que os obrigou a viver em Matias Cardoso. Diariamente, atravessam o Rio São Francisco em seus barcos para passar o dia na comunidade realizando seus trabalhos, *“a gente fica lá durante o dia, até a noitinha na comunidade, planta, fazendo todo o trabalho, à noite a gente retorna pra Matias [Cardoso] que fica em frente”*.

O Quilombo de Praia também foi afetado por esses conflitos, mesmo sem ter sido

atingido diretamente pelos parques. Todavia, entende-se que ser atingido é uma situação mais profunda e abrangente. Como partilham a mesma ancestralidade, a ligação entre as comunidades é estreita – tanto que, em Praia, há recordações das vivências ancestrais em Arraial do Meio.

A lembrança do território antigamente habitado é muito maior do que o disponível hoje. Justamente no período da regularização fundiária realizada pela RURALMINAS, seu território foi invadido por grandes fazendas, que cercaram terras, forjaram documentos e construíram barragens e diques ao longo do rio, alterando seu curso natural e impedindo que importantes lagoas voltassem a encher. O Parque Estadual Verde Grande, criado em 1998, também afetou o território ao ocupar parte das terras de uso comum. Além disso, propostas de ampliação da área do parque e ações dos agentes de fiscalização geram intimidações e provocam a exclusão desses sujeitos.

O processo do reconhecimento como quilombolas ocorreu na mesma época da mobilização do Quilombo da Lapinha. Seu Zuíto foi fundamental, tendo se empenhado em “*levar o conhecimento*” também para Praia. Foi então que, compreenderam sua origem e seus direitos, sendo certificados pela Fundação Cultural Palmares em 04 de agosto de 2005³⁶. O quilombo é composto por outras comunidades que mantêm vínculos históricos, consanguíneos, de compadrio e territoriais. O nome “Praia” foi adotado por ser o nome da primeira localidade a se autoidentificar. Essas comunidades, porém, ficaram mais afastadas geograficamente por conta do histórico de invasão dos fazendeiros, o que provocou a separação em dois núcleos: um mais próximo ao Rio São Francisco, incluindo a Ilha da Curimatá, e o outro em área mais elevada, com acesso a lagoas, como a importante Lagoa do Encantado. Esses núcleos são separados pela MG-401.

A mobilização do Quilombo de Praia, se comparada à das outras três comunidades, pode aparentar mais morosidade, fato justificado pelos processos vividos, incluindo essa separação histórica que provoca mais dificuldade na articulação, uma vez que a distância entre os núcleos torna difícil a locomoção e realização de reuniões, como afirmado pela Zilah (CPT): “*as comunidades são oito quilômetros muito longe, não conseguem manter a unidade e a permanência ali na área. Então é muito longe!*”.

A fim de prosseguirem as lutas do Quilombo, com o apoio da rede citada no poema de Gilberto, começaram por fortalecer a Associação de Moradores, que havia sido criada em 1989. Em 05 de julho de 2015, realizaram a retomada de parte do território tradicional, então invadido

³⁶ Portaria n.º 39/2005, de 38693. Processo Fundação Cultural Palmares, n.º 01420.001780/2005-40. Processo no INCRA n.º 54170.008058/2005-91.

pela Fazenda Vila Bella, arrendada pelos Diários Associados. A localidade passou a ser chamada de Acampamento Mãe Romana, em homenagem a uma importante matriarca e parteira da comunidade no século passado.

Essa retomada foi muito significativa, reavivou a luta que estava mais lenta e funcionou como forma de protesto contra os grandes desmatamentos da mata seca, extração ilegal de madeira e captação de água, realizados pelos fazendeiros. Suas denúncias não eram ouvidas, e os moradores se entristeciam ao ver o adoecimento de seus ambientes.

As famílias que vivem no acampamento continuam sofrendo com intimações de despejo e seguem vivendo em barracos de lona, sem acesso à energia e água encanada. No movimentar dos quilombolas de Praia, foi possível iniciar, em 2019, o processo do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), realizado por uma cooperação feita entre CPT, NIISA/UNIMONTES e CAA, pelo antropólogo Aderval Costa Filho. Contudo, o início da pandemia dificultou o andamento do processo, que agora está em sua finalização.

Em Praia, os moradores continuam sendo *encurralados* e tendo seu modo de vida dificultado e ameaçado, como aponta Gilberto: *“a sobrevivência de nós que estamos no Quilombo hoje, é essa parceria que nós temos, de sermos coletivos um com o outro, ajudando um com o outro. Se nós temos o direito, por que esse direito não vem até nós?”*. Também para eles, o Estado, na figura do IEF, é o principal agente de constrangimento às práticas tradicionais. Soma-se a isso a grave situação de coação enfrentada pelas principais lideranças, que relatam receber inúmeras ameaças.

Conhecendo mais sobre o histórico dessas quatro comunidades, torna-se perceptível a existência de relações entre os que tiveram seus *“umbigos enterrados”* e aqueles que foram *“aceitos no sistema do lugar”*, revelando que se entendem e se articulam conjuntamente, como *“irmandades”* nessa luta constante. Essas irmandades construíram conexões e vêm enfrentando, por meio de diferentes estratégias, as suas lutas pelo direito às terras tradicionalmente ocupadas e à preservação do modo de vida vazanteiro e quilombola.

É importante frisar que essas comunidades são aguerridas e resistentes. Desenvolvem táticas de defesa, incluindo a formação de suas lideranças, que possuem rico conhecimento das legislações. Recentemente, as quatro comunidades vêm se articulando para a construção de seus protocolos de consulta, como ferramenta para defesa e garantia de direitos – um instrumento de resguardo das formas pelas quais afirmam que devem ser consultados em quaisquer iniciativas que possam afetar seus territórios.

Todos esses antecedentes impuseram diferentes formas de mobilidades. São sujeitos que seguem o mover do rio e se movem em suas resistências. Entre essas mobilidades, destaca-se o

deslocamento para o “*mundo*”, que ocorre através dos movimentos “*para fora*” do território tradicional, sobretudo em busca de trabalho.

ENCHENTES E VAZANTES TEÓRICAS I



Esses anos de convivência com os vazanteiros, sem dúvidas, me fizeram aprender sobre os tempos e seus significados. Ajudaram-me a ter um olhar diferente para o Rio São Francisco, que, além de contemplativo à sua beleza e opulência, percebe seus ritmos, suas enchentes e vazantes. Inspirada pelos movimentos desse rio, também me movimento entre teorias, a fim de refletir sobre suas importâncias, lacunas e caminhos. Nesta seção “Enchentes e Vazantes Teóricas I”, reflito sobre os tempos, identidades e movimentos no mundo vazanteiro.

Recordando os estudos de Evans-Pritchard (1999) com os Nuer, povos pastoris do Nilo, o antropólogo apresenta uma interessante noção de tempo e espaço, determinada quase que absolutamente pelo ambiente físico, dependendo também de princípios estruturais. Ele organizou duas concepções Nuer de tempo: o Tempo Ecológico – reflexo das relações do grupo com o meio ambiente – e o Tempo Estrutural – refletindo as relações sociais entre os sujeitos dentro da estrutura social. Não se tratam de unidades temporais exatas, mas conceituações de mudança nas relações ecológicas e nas atividades sociais.

O Tempo Ecológico dos Nuer é pertinente para pensar o “*Sistema Vazanteiro*”. No caso Nuer, se refere a um tempo cíclico que influencia as mobilidades e se divide entre “a estação das chuvas, quando se vive em aldeias; e a estação da seca, quando se vive em acampamentos” (Evans-Pritchard, 1999, p. 106), ou seja, “é uma maneira de encarar o movimento do tempo” (Evans-Pritchard, 1999, p. 106 e 108). O conceito dessas estações não representa apenas as mudanças climáticas, mas, sobretudo, as transformações nas atividades sociais, intimamente ligadas à dinâmica de transumância e migrações periódicas dos rebanhos.

O grande ponto é a perspectiva sobre os aspectos que controlam os movimentos das pessoas, como a água, vegetação, mobilidade dos peixes e, especialmente, as necessidades do gado, principal atividade econômica, além das variações nos suprimentos. Esses fatores demonstram um contraste entre o modo de vida nas chuvas e nas secas (Evans-Pritchard, 1999). O tempo se liga às atividades, sendo assim, não possui o mesmo valor durante todo o ano, fazendo com que o calendário seja construído pelo ciclo de atividades e o ciclo conceitual. Uma vez que o tempo é, para os Nuer, uma “ordem de acontecimentos de significação importante para um grupo, cada grupo possui seus próprios pontos de referência, e o tempo é, em consequência, relativo ao espaço estrutural, considerando em termos de localidade” (Evans-Pritchard, 1999, p. 118).

Essa temporalidade Nuer se aproxima do que se observa no “*Sistema Vazanteiro*”, que, como vimos, também se organiza em tempos. Há os tempos “*de primeiro*”, que remetem às memórias do passado, à historicidade e à ancestralidade das comunidades. Existe uma contagem de tempos mais longos, que se refere às mudanças e desafios que enfrentaram sobre seus modos

de vida. Tais mudanças estão diretamente ligadas às transformações políticas de Estado, como a Lei de Terras; a modernização conservadora do campo; a criação de unidades de conservação como forma de compensação ambiental, muitas vezes pautadas em lógicas restritivas.

Assim como o Tempo Ecológico Nuer, a vivência vazanteira se liga totalmente aos ciclos das chuvas e secas, mais especificamente aos ciclos do rio, às enchentes e vazantes. Em certo período, as comunidades expulsas por fazendeiros passaram a viver nas ilhas e, por isso, tinham suas casas tomadas pelas águas durante as cheias, sendo obrigadas a buscar refúgio nas terras altas. Hoje, dependendo da intensidade da cheia, ainda podem sofrer algumas intercorrências, embora as moradias, em sua maioria, se localizem em terra-firme e não sejam mais deslocadas como antigamente. Contudo, os principais movimentos causados pelas mudanças entre as estações chuvosa e seca continuam tendo conexão, assim como entre os Nuer, com suas atividades.

Nas cheias, os lugares de trabalho se mudam para as terras altas, onde realizam as plantações que dependem da chuva, como se referem: *“roças de chuva”*. Na seca, o trabalho se desloca para as vazantes, nas beiras e ilhas. As alterações no clima alteram o modo de trabalhar, tanto em relação aos lugares quanto às atividades – dentre elas, a pesca, prática de grande relevância. É importante salientar que essas temporalidades são afetadas pelas mudanças climáticas, que prolongam o tempo e a intensidade das secas, sob condições de precipitação reduzida e temperaturas elevadas.

Essa dinâmica revela que as mobilidades vazanteiras, assim como as Nuer, favorecem uma tentativa de conter os danos sobre o modo de vida e de trabalho, durante os diferentes momentos ecológicos que vivenciam, conferindo sentido às mudanças. Mais notório ainda é a expertise desenvolvida para lidar com os diferentes ciclos naturais, respeitando o Rio – não o entendendo como adversário, mas como parente. Isso os difere da apropriação que fazendeiros e empresas rurais realizam, que não produzem nas vazantes e percebem o Rio apenas como recurso para abastecer suas propriedades.

Outra característica Nuer, destacada por Evans-Pritchard (1999, p. 129, 136), é que, apesar dos hábitos nômades, “as pessoas que nasceram e cresceram em uma aldeia sentem saudades dela e provavelmente voltarão para lá e farão ali suas casas, mesmo quando residiram em outros lugares por muitos anos”, e que “um Nuer jamais é um estrangeiro para outro Nuer”. A ligação que os vazanteiros têm com seus lugares também é bastante forte, incluindo até casos de casas sendo construídas na comunidade enquanto os sujeitos se encontram trabalhando em outras regiões, como trato a seguir.

Um vazanteiro também jamais é um estrangeiro para outro vazanteiro, mesmo que esteja

há muitos anos longe da comunidade, mas essa ligação é condicional às provas de que ainda segue o sistema do lugar. Essa leitura das temporalidades simboliza a representação do modo de vida, da identificação do que é o “*Sistema Vazanteiro*”. Contudo, ser vazanteiro pode representar também ser quilombola.

Na passagem para o século XXI, observou-se entre algumas comunidades o acionamento da categoria Quilombola, revelando uma complexidade da aplicabilidade teórica e na vida dessas pessoas. Além da criminalização que havia desde o período colonial, O’Dwyer (2002) exprime que a categoria Quilombo era, até então, mais utilizada no jargão dos especialistas. Entretanto, após a Constituição Federal de 1988, passou a adquirir uma significação atualizada, que, como vimos, é de extrema importância para os direitos territoriais desses povos. O’Dwyer (2002, p. 02) salienta que essa categoria, agora política, não evoca apenas uma identidade histórica, “é preciso, sobretudo, que esses sujeitos históricos presumíveis existam no presente [...] Assim, qualquer invocação ao passado, deve corresponder a uma forma atual de existência”.

A mudança política da categoria Quilombo provoca, assim, uma mudança nas discussões acadêmicas. Torna-se fundamental compreendê-la como processo de produção autônoma e de autoidentificação, e não como o resultado de uma análise ou aval de algum pesquisador ou especialista. Nesse sentido, a identidade étnica surge como um critério de afirmação da própria comunidade. O’Dwyer (2002, p. 11) destaca que a “etnicidade emerge tipicamente de um contexto conflitivo”. A ideia de um território fixo e delimitado “é esboçado no interior do grupo étnico quando este se vê compelido pelas frentes de expansão, ou por setores politicamente influentes interessados em suas terras”. Esses são alguns dos desafios que as próprias comunidades enfrentam ao se autoidentificarem, no caso estudado, pensar um território delimitado, quando decorrem de uma identidade fluida e de um território que inclui diferentes ambientes e um passado de trânsito livre.

Godoi (2023), em sua pesquisa em São João de Côtres, distrito do município de Alcântara-Maranhão, exemplifica bem essas modificações. Demonstra que houveram efeitos sociopolíticos das inovações políticas, trazendo à tona novos sujeitos e mudanças nos estudos, mas, de fato, houve uma continuação sobre um mesmo objetivo: refletir sobre as terras de uso comum. Observa que, nos últimos anos, os sujeitos passaram a assumir a categoria de Quilombo, mas é importante perceber que essa é uma nomeação para aquilo que era vivido espontaneamente, bem como uma possibilidade de ter seus direitos finalmente reconhecidos.

A antropóloga utiliza a categoria êmica “mundo composto”, expressão de uma de suas interlocutoras, como uma tradução da estruturação simbólica do mundo dos moradores de São

João de Côrtes, que revelam um “lugar de experiências tão diversas que um olhar externo veria como contraditórias ou incompatíveis” (Godoi, 2023, p. 33). Essa concepção se encaixa perfeitamente no caso deste estudo, sobretudo diante de todas as mobilidades que as pessoas enfrentam – diferentes lugares de vida e trabalhos, expressos em forma de “vicinalidades rizomáticas”. Godoi (2023) demonstra que essa circulação não desarticula o mundo composto desses moradores; ao contrário, essas raízes com muitas ramificações representam a complexidade das vivências, que não são incompatíveis como tendemos a perceber.

A abertura aos chegantes pelos vazanteiros tem sido utilizada para deslegitimá-los enquanto quilombolas, principalmente pelos grupos que possuem interesses sobre seus territórios. Recorrentemente, usam uma ideia de Quilombo como algo natural e condensado. A discussão de Godoi (2023) nos leva à segunda parte da tese, pensando as mobilidades além do território tradicional, ressaltando a importância de refletir sobre a categoria movimento.

Ingold (2015), ao propor uma crítica à prática da antropologia, chama atenção para a centralidade da vida como objeto da disciplina. Compreendo que, para além da antropologia, toda pesquisa com seres humanos precisa estar atenta à vida e aos seus fenômenos imponderáveis. Para o autor, a vida é composta por linhas. Assim, mover, conhecer e descrever são “facetas paralelas do mesmo processo – aquele da vida mesma” (Ingold, 2015, p. 13). Em suma, o ofício do pesquisador nos leva ao movimento, “é movendo-nos que conhecemos, e é movendo-nos também que descrevemos. [...] Um ser que se move, conhece e descreve deve estar atento. Estar atento significa estar vivo para o mundo” (Ingold, 2015, p. 13).

Compreender essa relevância durante o doutorado foi um aprofundamento na própria temática da tese. Para compreender mais sobre os movimentos dos interlocutores, percebi que precisava me colocar também em movimento, inclusive minha escrita. Considerando, pois, que é pelos caminhos de vida e viagem, e não no processamento de dados coletados de múltiplos lugares de observação, “que o conhecimento dos habitantes é forjado. Locomoção e cognição são, portanto, insuperáveis, e uma explicação da mente deve estar tão preocupada com o trabalho dos pés quanto aquele da cabeça” (Ingold, 2015, p. 46).

Esse princípio leva Ingold (2015) a criticar o que geralmente é referido nos estudos como “rede”. Apesar de não julgar que faço um uso nocivo dessa categoria, visto que os próprios interlocutores utilizam essa expressão³⁷, considero relevante entender e utilizar na

³⁷ Ao se referirem às organizações parceiras, os interlocutores utilizam a expressão “rede”. Já o termo “malha” aparece na narrativa de Seu Manoel, que usa a expressão para indicar a ligação de diferentes localidades do comércio pelo Rio São Francisco, o que se aproxima do debate de Ingold (2025). Desse modo, quando me refiro às parcerias, utilizo a categoria “rede”, “rede de apoio”, “rede de apoiadores”, “rede de parceiros”, sem reduzir à ideia de conexão de pontos. Para o debate sobre as mobilidades, opto por pensar a “malha”.

interpretação das mobilidades, a crítica do autor e o que ele chama de “malha”, enquanto linhas emaranhadas de vida, crescimento e movimento. Para ele, o que comumente é conhecido como a “rede da vida”, não se refere a uma rede de pontos conectados, mas uma malha de linhas entrelaçadas (Ingold, 2015, p. 111). Essas linhas da malha não são conectoras, são os caminhos ao longo dos quais a vida é vivida. “E é na ligação de linhas, não na conexão de pontos, que a malha é constituída” (Ingold, 2025, p. 224).

A discordância do autor sobre a ideia de rede se deve ao fato de que, geralmente, ela é pensada como uma matriz de pontos (pessoas ou lugares) conectadas por um tracejar de linhas. Para Ingold (2015, p. 248), o mundo que se deve imaginar começa com as próprias linhas. “A vida de cada ser, como o rizoma de uma planta, cresce no mundo conforme prossegue. Estas linhas de vida não são traçadas, como poderíamos traçar linhas em um mapa cartográfico, através de um mundo já estabelecido, mas por um mundo em formação permanente”. Cada uma dessas linhas é uma história.

As vidas dos habitantes, entretanto, não estão escritas na superfície do mundo, mas tecidas em seu próprio tecido. Conforme encontram-se umas às outras e seguem suas várias trilhas, seus caminhos convergem e divergem para formar uma malha reticulada, que se estende continuamente. Esta é a malha do conhecimento narrativo (Ingold, 2015, p. 248).

Ingold (2015) dialoga com a noção de rizoma de Deleuze e Guattari (1995, p. 04), para os quais, “um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas”. No entanto, sua grande inspiração é no micélio fúngico. Observando a imagem de um micélio fúngico estamos diante de um complexo emaranhado, uma malha, denotando o caráter fluido do processo da vida, no qual Ingold (2015) defende.

Pensando nas representações de um rizoma e de um micélio fúngico, consigo ter uma percepção dentro desta pesquisa acerca da complexidade que encontro nas vivências dos interlocutores. Não desejo que o leitor compreenda os movimentos vazanteiros apenas como pontos ligados entre uma origem e um destino, pois isso deixaria de lado todo o emaranhamento dos múltiplos movimentos realizados, em constantes construções. Trata-se de um movimento “tecido a partir das inúmeras linhas vitais dos seus múltiplos componentes humanos e não humanos enquanto costuram seus caminhos através do emaranhado de relações nas quais estão enredados de maneira abrangente” (Ingold, 2015, p. 211).

O mergulho nos movimentos vazanteiros me levou a percorrer trilhas pelos registros etnográficos, pelas teorias e, sobretudo, pelos próprios caminhos do conhecimento dessas experiências, pois o conhecimento não é algo cristalizado, que se coleta; ele se dá pelos

caminhos do movimento. É uma “*andança*”, como diria os interlocutores, ou a peregrinação de que fala Ingold. Ele utiliza o termo “peregrinar” para descrever a experiência corporificada desse movimento de perambulação.

É como peregrinos, portanto, que os seres humanos habitam a terra. [...] Prosseguindo ao longo de um caminho, cada habitante deixa uma trilha. Onde habitantes se encontram, trilhas são entrelaçadas, conforme a vida de cada um vincula-se à de outro. Cada entrelaçamento é um nó, e, quanto mais essas linhas vitais estão entrelaçadas, maior é a densidade do nó (Ingold, 2015, p. 219).

Para Ingold (2015, p. 221), “o peregrino está continuamente em movimento. Mais estritamente, ele é o seu movimento”. É nesse movimento que inicio a segunda parte da tese, compreendendo que reflito sobre processos em constante construção e reconstrução, nos quais não há solidificação – mesmo quando tratamos de categorias como tempo, identidades e movimentos, há longos anos encaixotadas em expectativas de pureza.

Isso é crucial para o entendimento deste estudo, para que possamos “render” contra a colonização dos saberes, como propõe Nêgo Bispo (Santos, 2023, p. 4-5), ao destacar a importância da confluência como energia germinante, que deve vibrar e multiplicar, “quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende”.

O quilombola Nêgo Bispo era contundente ao lembrar que os colonialistas são povos sintéticos, lineares e não transfluem, apenas refluem. Devemos olhar para os Povos e Comunidades Tradicionais como povos de trajetória e não apenas de teoria, pensando a partir da circularidade, são o “começo, meio e começo de novo” (Santos, 2023, p. 66).

PARTE II

VIDAS EM MOVIMENTO: ENCURTAMENTOS, INTRICAMENTOS E SENTIDOS



CAPÍTULO III

“TENTAR A VIDA”: OS MOVIMENTOS PARA “FORA” E PARA DENTRO DO TERRITÓRIO VAZANTEIRO



As razões de “sair para fora”

Nas minhas “*andanças*” junto aos vazanteiros, as mobilidades apareciam espontaneamente. A presença de movimentos sempre esteve muito nítida e não se dava apenas quando interpelava alguém sobre o assunto. Surpreendia-me ao ouvir relatos sobre idas a São Paulo para visitar parentes, fazer compras, ou lembranças de décadas passadas em que moraram por lá. Essas histórias eram contadas com tamanha naturalidade que davam a impressão de estarem falando sobre um município vizinho, dada a frequência e familiaridade, semelhantes aos deslocamentos rotineiros de balsa até Manga com o intuito de “*resolver coisas*”, como saúde, banco, supermercado e outros.

Desde minha primeira ida a campo, os movimentos se destacavam. Durante meu deslocamento de ônibus para Matias Cardoso, percebi que duas moças conversavam; uma delas contava que vinha de São Paulo para visitar a família. Outro dia, a caminho do porto da balsa, dentro de um táxi, um pai carregava o filho para retornar a Sumaré – SP. Contou-me que ele próprio já havia migrado na juventude e agora levava o filho, que retornava após as férias. O menino já possuía um sotaque da região onde vivia, puxando o “r” ao falar.

Nas comunidades, ao conversar com os vazanteiros, compreendi que praticamente todos já haviam vivenciado, ao menos uma vez, uma experiência de mobilidade. Em cada casa por onde passei, indicavam e citavam pessoas que estavam fora ou haviam retornado. As lembranças variavam entre recordações recentes e outras longínquas, como uma conversa após o almoço com Seu Camilo, em que ele me contou ter filhos vivendo em Belo Horizonte e São Paulo. Também relembrou que, na juventude, migrou para trabalhar nas “*firmas*”, dentre elas uma de café no Paraná, lugar de muita “*ingiada*” (frio).

Nos primeiros trabalhos de campo, pulsava em mim o desejo de compreender as migrações em profundidade. Contudo, enfrentava o desafio de equilibrar meu olhar, marcado por uma trajetória disciplinar nos estudos da migração. Foi um processo de aprendizados que me levou a questionar a visão cristalizada que a categoria, muitas vezes, carrega. A própria complexidade da experiência vazanteira trouxe as pistas necessárias para que eu não caísse nas amarras acadêmicas. Comecei pensando sobre os sentidos do migrar e fui levada a compreender os sentidos de “*tentar a vida a vida lá fora*”, como dito por José Carlos, do Quilombo de Praia.

Com relação a esses movimentos, além dos registros etnográficos em diário de campo, realizei entrevistas em profundidade com sujeitos que já migraram ou familiares de migrantes, bem como a condução de uma roda de conversa no Quilombo de Praia, com cerca de dez participantes. As trajetórias migratórias do Quilombo da Lapinha, Pau Preto e Pau de Légua, enquanto “*irmandades*”, foram descritas nos capítulos anteriores. Nesta parte, dou enfoque às

mobilidades do Quilombo de Praia.

Diferente da comunidade com a qual trabalhei na minha dissertação (Pires, 2019), onde havia um ciclo bastante definido, coincidindo o calendário de migrações para o café com o período da entressafra de suas plantações, visto que se localizam em uma região de caatinga –, os vazanteiros relatam saídas com durações muito mais longas. Mesmo havendo migrações para o café na região do Triângulo Mineiro, majoritariamente, migram para áreas urbanas e regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte. Essa diferenciação se relaciona com o Sistema Vazanteiro, já que no período da seca, eles passam a trabalhar nas vazantes, não existindo um tempo considerado ocioso. Mas então, quais seriam as razões que motivaram esses sujeitos “*saírem para fora*”?

A expressão “*sair para fora*”, embora considerada um pleonismo na norma culta da língua por sua redundância, surgiu em diferentes momentos nas entrevistas e relatos. Percebo que ela enfatiza a complexidade desses processos, de sair da vivência no Quilombo para outros lugares, com outras lógicas e racionalidades. Trata-se de uma experiência vivida de forma intrincada, em que as justificativas para essas decisões emergem tanto de motivações pessoais quanto do contexto coletivo da Comunidade.

Gilberto (vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, Matias Cardoso), atual presidente da Associação, que na década de 1970 migrou para São Paulo em busca de trabalho, afirmou, durante roda de conversa, compreender que essas saídas correntes se ligam à perda do território ao longo dos anos, visto o crescimento das famílias. “*O caso do pessoal sair daqui, é porque nós fomos ficando migrado, as áreas foram crescendo e cada pai aqui, a maioria tinha dez, doze filho, quinze filho, outros vinte, dezoito, certo? Então foi aumentando e nós ficamos com uma área muito pequena, muito restrita e os filhos não tinha uma expectativa de crescer aqui. Aí os cara vai pra cidade grande pra trabalhar, chegava lá, igual eu fui pra São Paulo ne [19]76, lá na rodoviária Tietê, quando você chegava, já tinha cara caçando gente pra trabalhar: ‘você é de onde?’, ‘Minas’, ‘Ah Minas, pois bora trabalhar mais eu’, porque o povo tinha uma boa índole do pessoal aqui de Minas Gerais, era um pessoal trabalhador. ‘É do Norte de Minas? Você tá empregado e bora mais eu’ e era brigando: ‘não moço, deixa trabalhar mais eu’ e era assim. Então as pessoas foi lá e conseguiu manter seu nome, trabalhar, construir uma história e aqui realmente não tinha condição de vida deles trabalhar. Que aqui, nós tinha uma faixa de umas sessenta hectares de terra, todo mundo aqui, nós tem agora vinte e sete hectares, hoje é impossível de tá com esse povo, esse tanto de gente aqui hoje*”.

O território habitado foi sendo invadido por grandes propriedades e atingido por Unidades de Conservação. Com o crescimento das famílias, não há mais espaço para que todos

possam continuar construindo suas casas nos quintais familiares, como de costume. A dinâmica das plantações e das colheitas também mudou, em decorrência das mudanças climáticas – reflexos das ações dos homens, dos “*grandes*”, que não respeitam a natureza e seus “*comandantes*”. Como dito por Gilberto: “*não tem terra pra todo mundo habitar*”, em sua estimativa, são cerca de 70 a 80 pessoas fora do Quilombo e “*tudo tem família lá, tem casa, tudo já alicerçado, mas a vontade deles é estar aqui, mas realmente não dá, porque se eles vier aqui, se for pra viver daqui, eles passam necessidade*”.

A liderança Regina (vazanteira/quilombola, moradora do Quilombo de Praia, Matias Cardoso), que esteve mais de 20 anos morando em Brasília, complementa dizendo que: “*o povo migra é falta de oportunidade de trabalhar, porque não tem como você sustentar uma família, se você tem uma família, você não tem condições de sustentar ela se não tiver um emprego*”. Gilberto ressalta a dificuldade para sustentar as famílias, sendo que na região só encontram trabalhos para receber menos ou até um salário mínimo, “*se o cara não for pra viver da roça mesmo, tirar o sustento daqui, todo lugar aqui só paga salário mínimo*”.

A expectativa de conseguirem o território titulado é a esperança de modificar essa situação, mas como bem dito por Gilberto: “*é muito burocrático, até nós chegar lá pra conseguir alguma coisa demora demais*”. Muitos que estão fora almejam esse retorno, embora precisem articular os novos arranjos familiares, uma vez que alguns se casaram com pessoas de outras localidades.

As mobilidades – sendo uma realidade muito forte em Praia – revelam que até mesmo as lideranças da linha de frente pelo território já estiveram fora por algum período. Hoje, permanecem para dar seguimento à luta, demonstrando uma rotativa existente entre os que precisam sair, os que permanecem e os que retornam. Essa rotatividade também representa estratégias, formas de resistir a tantos processos que os “*encurralam*”. Ao longo do tempo, foram sendo criados repertórios que complementam todo o complexo Sistema Vazanteiro.

Quanto àqueles que permanecem atualmente na Comunidade, certamente não estão parados; estão peregrinando (Ingold, 2015). Na busca pela manutenção da vida, muitos não conseguem se dedicar apenas às suas roças, que contribuem significativamente para a alimentação, mas, em razão da necessidade de provimento financeiro, buscam outras ocupações, “*a maioria trabalha por dia, outros fichado*” (Gilberto). Diariamente, se locomovem para realizar trabalhos em fazendas próximas e, principalmente, para Mocambinho, localidade do município de Jaíba, ocupada e estruturada durante o Projeto Jaíba. “*Passa mais de quinze ônibus todo dia aí, levando gente pra Mocambinho*” (Gilberto). Trata-se de uma rotina de boia-fria, saindo logo cedo, levando o almoço e retornando ao final do dia.

Foto 27: Os trabalhadores do Jaíba retornando depois de um dia de trabalho



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, outubro de 2022.

Além dos trabalhos agrícolas, há aqueles que conseguem funções em Matias Cardoso, trabalhando em escolas, comércios, prefeitura, entre outros. *“Esse povo daqui do Quilombo que tá trabalhando lá é por isso, nós não tem como segurar eles aqui, então os que estão morando aí, a maioria trabalha nessas firmas, todo mundo tá trabalhando fora, só na hora que a gente tem a reunião, que tem alguma coisa, que vai pra lá, mas você pode olhar, tem Luzia que é professora, Regina que trabalha na escola também, certo? O cara tem que trabalhar, por que se for viver aqui pelo Quilombo mesmo não consegue”* (Gilberto). Eles encontram tempo entre seus trabalhos para participarem de reuniões e articulações políticas, o que também os leva a realizar viagens e intercâmbios com outras comunidades. Assim dizendo, mesmo não estando em processo migratório, fazem parte desses circuitos e empenham-se às suas *“andaças”*.

Tendo em vista que essas saídas são uma realidade marcante, todos possuem um arcabouço de conhecimentos para exemplificar como se dão esses movimentos. Como Luzia Francisca (liderança vazanteira/quilombola, moradora do Quilombo de Praia, Matias Cardoso) me disse certa vez em sua casa, enquanto conversávamos sobre pessoas que ela considerava

importantes para o contexto da minha pesquisa, “*quem não foi sabe falar também, porque quando vêm pra cá eles contam*”. Os principais destinos citados e captados pela etnografia são áreas urbanas e regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte, além da colheita de café, predominantemente no Triângulo Mineiro, com destaque para o município de Patrocínio. Esses destinos se relacionam às malhas formadas – um parente leva outro, que leva outro e outro.

Quadro 3: Localidades de trabalho e moradia de Vazanteiros do Quilombo de Praia

ESTADO	MUNICÍPIO	BAIRROS DE MORADIA	BAIRROS DE TRABALHO	OCUPAÇÕES ³⁸
Minas Gerais	Jaíba	-	-	Projeto Jaíba; Trabalho por Dia
Minas Gerais	Manga	-	-	Máquina Agrícola; Trabalho por Dia
Minas Gerais	Patrocínio	Serra Negra; Fazenda Makena	Fazenda Makena; Demais fazendas de café	Derriçar café manual ou por máquina; Colheita e Plantação de Café; Diversos Serviços Agrícolas
Minas Gerais	Vespasiano (Região Metropolitana de Belo Horizonte)	Suely	Santa Efigênia (BH)	Trabalho doméstico; Diarista
Minas Gerais	Belo Horizonte	Serra Verde; Venda Nova; Nazaré; Novo Aarão Reis; Tupi; União	-	Ajudante de obra; Ajudante de montador de andaime; Servente de pedreiro; Serviços gerais; Faxineiro(a); Repositor de mercadorias; Operador de caixa; Porteiro; Ajudante de entregas; Soldador; Trabalho doméstico; Auxiliar de cozinha; Firma de pesquisa sobre o solo
São Paulo	Santo André (Região Metropolitana de São Paulo)	Jardim Irene	-	Motorista; Ajudante em Transportadora; Ajudante de Pedreiro; Trabalho doméstico
São Paulo	Ferraz de Vasconcelos	-	-	Soldador
São Paulo	Franca	-	-	Construção civil; Fábrica de sapatos

³⁸ Alguns dos termos foram reproduzidos da forma que os interlocutores narraram.

São Paulo	Santos	-	-	Trabalho doméstico
São Paulo	Ribeirão Preto	-	-	Corte de cana
São Paulo	São Paulo	Jardim Vista Alegre; Cachoeirinha; Brasilândia; Jardim Damasceno	Morumbi; Avenida Brigadeiro Luís Antônio	Montador de refrigeradores; Construção civil; Trabalho doméstico
Rio de Janeiro	-	-	-	Soldador; Guindasteiro
Distrito Federal	Brasília	-	-	Babá; Restaurante; Motorista; Acompanhante de crianças com TEA
Bahia	-	-	-	Café
Paraná	Ubiratã	-	-	Barragem de Itaipu
Itália ³⁹	Salsomaggiore Terme	-	-	Soldador; Esmerilador

Fonte: Trabalhos de Campo. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2024

Quando se dirigem às cidades, os trabalhos para os homens se concentram na construção civil, enquanto para as mulheres predominam os trabalhos domésticos. Embora, como lembrado por Eudileno (vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, Matias Cardoso), “*you sai daqui, you vai para a cidade grande, you fala bem assim, o que vier, é o que der*”, ou seja, saem com a disposição de aceitar qualquer proposta que surgir, sem o poder de impor condições. Quando vão para os trabalhos rurais nas fazendas de café, realizam sobretudo o trabalho manual nas colheitas. Regina comenta que “*quem tem um estudo mais elevado, consegue um emprego melhor, porque nem quem tá lá estudando consegue*”. Como a maioria dos que saem do Quilombo possui pouca qualificação formal, resta-lhes esperar “*pelo trabalho que aparecer*”.

A saída quando jovens e solteiros é expressa como uma passagem para a vida adulta, uma forma de se colocarem à prova, para “*virar homem*”. Como relatou Seu Severino (vazanteiro/quilombola, morador do Quilombo de Praia, Matias Cardoso) “*um dia pai falou assim: ‘you tem que sair fora pra you trabalhar, porque tem que aprender a trabalhar*”. Esse

³⁹ Neste caso, refere-se a um país e não a um estado.

movimento, geralmente realizado por homens, é bem visto quando assim é feito. Já a migração de mães e pais é com o objetivo maior do sustento, “*quando a precisão nos mandou sair, aí tive que sair*” (Severino). Essas características também aparecem no trabalho de Woortmann (1990b) com sitiantes em Sergipe, que apresenta as modalidades de migração pré-matrimonial do filho, e a migração circular do chefe de família, o pai.

Todas essas formas de *sair* podem ser vivenciadas pela mesma pessoa em diferentes momentos, sofrendo alterações, mas sem representar uma ruptura com o Quilombo. Elas também são estimuladas por sonhos, dentre eles os sonhos de consumo. Refletindo sobre essas saídas, torna-se importante conhecer mais as histórias dos interlocutores que me ajudaram a compreender esses movimentos.

Histórias da “cidade grande”: trabalhando nas “firmas”

Durante esses anos de pesquisa, muitos relatos foram compartilhados em confiança, especialmente sobre as mobilidades que ocorreram e ainda ocorrem no Quilombo de Praia. São diferentes histórias, traçadas e interligadas umas com as outras, revelando padrões e sutilezas em cada uma delas. As histórias da “cidade grande” entrelaçam Praia a grandes centros urbanos, alimentando profundos circuitos. Os interlocutores homens narram os trabalhos nas “firmas”, expressão recorrente para se referir às diferentes empresas que se empregam, onde um grande sonho e objetivo é conseguir ser “fichado”, ou seja, trabalhar com carteira assinada.

Genival

Genival, 56 anos, é vazanteiro e quilombola, nascido e criado no Quilombo de Praia. Sua família está entre as mais antigas do lugar; a casa de seu avô, Paulino Lima, é lembrada como uma das primeiras moradias construídas. Ele relata que os Lima, juntamente com a família de Estevão, foram os primeiros, que se “misturaram” ao longo do tempo. Genival tem duas filhas do primeiro casamento, hoje com 32 e 30 anos, que moram em São Paulo. Atualmente, vive com a esposa, Marli. Na comunidade, o casal vive das plantações de diversos gêneros alimentícios, como o feijão, e também praticam a pesca.

No meu primeiro contato com ele, em 2022, estava há seis anos como presidente da Associação do Quilombo, cargo que posteriormente foi transferido ao seu irmão Gilberto, que até o momento permanece na presidência. Genival está sempre em movimento, se divide entre a lida na roça, as pescas no rio, as reuniões e eventos junto à rede de parceiros do Quilombo. É uma das lideranças na defesa do território e, justamente por isso, mencionou inúmeros casos em que recebeu ameaças de grupos externos interessados no território. Após o almoço,

encontrou um tempo para conversarmos antes do seu retorno à roça, ocasião em que falamos sobre as mobilidades que realizou, sendo mais uma liderança que experienciou a migração.

Foto 28: Genival



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, fevereiro de 2023 e abril de 2024.

Duas experiências foram narradas por ele: a primeira, na década de 1980, quando estava sozinho e solteiro; a segunda, já casado com a primeira esposa. O primeiro trabalho fora ocorreu de uma forma que pode parecer inusitada, mas, à luz das pesquisas sobre migrações no Norte de Minas⁴⁰, é possível compreender que a região é alvo de tentativas de captação de mão de obra barata. Genival conta que, por volta de 1985, a situação da família, principalmente em relação à alimentação, não era fácil; em alguns dias, realizavam apenas uma refeição.

Durante um mutirão em que ele, seu pai, irmãos, cunhado e vizinhos plantavam arroz, foi acometido por um ímpeto: *“muito saturado com aquilo, eu peguei a enxada e joguei no mato e aí um dos meus cunhados falou assim pra mim: ‘você vai pra onde moço?’ Eu falei pra ele: ‘eu não sei pra onde eu vou, mas eu sei que aqui eu não vou ficar mais não! Por que, eu acho que a coisa mais primordial do ser humano é pelo menos comer, a gente nem o café da manhã não chegou aqui hoje!’ E aí saí, vim em casa peguei uma mochila e desci aqui pra cidade de Manga e parece que era uma coisa do destino, quando eu cheguei lá em Manga tinha um ônibus caçando gente pra levar, na época que estava fazendo a transposição de energia lá de Itaipu pro Brasil”*.

Genival foi trabalhar no município de Ubatã no Paraná, nas linhas de transmissão de

⁴⁰ Conferir em: Paula (2003 e 2009).

energia da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Soube do emprego ao se dirigir ao município de Manga, onde um senhor que andava pelas ruas fazendo diferentes anúncios, como notas de falecimento, avisava que *“na padaria do Seu Dedé, tinha um pessoal levando gente pra trabalhar”*. As únicas exigências eram sobre os documentos: possuir Carteira de Trabalho e Certificado de Reservista, para que pudessem *“registrar na firma”*.

“Eu não tinha conhecimento de nada” foi o sentimento ao chegar; essa sensação de primeira vez despertou reações como medo. *“Como eu nunca tinha saído de casa, fiquei muito desesperado para voltar”*. No local do trabalho, ficavam instalados em alojamentos. Quando chegou, estava em um lugar pior, mas foi convidado por um dos encarregados a se mudar para um alojamento melhor, *“as pessoas conhecem quem são as pessoas boas e geralmente uma pessoa boa nunca fica num lugar ruim, só se quiser [...] Eu fui morar com eles, então assim, eu já não sofri muito igual os outros”*.

O comportamento maleável e disposição para o trabalho são sempre apontados como pontos positivos para conseguirem benefícios. Assim, narrou sobre um dia em que o motorista do caminhão que transportava os trabalhadores se desentendeu com o encarregado e foi embora de carona. No final do trabalho, estando eles em uma distância de 200 km, não tinham como voltar e não conseguiam entrar em contato com a sede. Ele, que já havia dirigido trator, disse: *“tomei a frente, falei para o cara assim: ‘eu consigo levar esse carro’”*.

O chefe, para gratificá-lo, o levou à diretoria da firma para tirar sua carteira de motorista. Ele conta que, na época, o processo se passava na delegacia, o que o fez desistir. *“E aí eu não tinha relação nenhuma com aquela gente, toda a vida tive medo de polícia, a gente era um cagão com medo de polícia que Deus o livre! E aí quando chegou lá, para poder encarar o delegado, quem disse que eu tive coragem? Não tive coragem de tirar a carta”*. Esse medo da polícia revela uma triste realidade, em que as pessoas pretas são abordadas de forma diferente em relação às pessoas brancas, carregando estigmas que causam violências e marcas profundas.

Sua família só teve notícias dele três meses depois, tanto pelas dificuldades de comunicação, decorrentes do difícil acesso da comunidade a aparelhos telefônicos quanto pelo desejo de provar sua bravura. *“Naquela época não tinha telefone, existia, mas era posto de telefone na cidade e o pessoal aqui não tinha esse vínculo de falar em telefone, não era todo mundo naquela época que tinha esse contato, era mais o contato por carta. Mas carta mesmo demorou muito, porque eu também não fiz questão muito de ligar não, sabe? Na verdade, foi para dar um susto, porque eles achavam que eu não tinha coragem de sair não e aí ficaram surpresos quando ficaram sabendo que eu estava lá e foi muito interessante”*.

Foi uma migração com anseios, característicos de uma migração na mocidade, *“a minha*

necessidade básica era eu como um jovem ainda de buscar alguma coisa que seria relacionada a mim, principalmente roupa, calçado. Que a gente via aqueles que podia, arrumava uma namorada mais fácil ou andar mais bem trajado, alguma coisa assim e hoje é o contrário. Hoje eu não preciso mais não, mas eu no começo lá como um jovem eu pensava de achar que algumas coisas não aconteceram na minha vida, por causa da minha formação, que não estava indo bem, talvez porque eu me trajava mal e alguma coisa assim e acabava não atraindo ninguém, né? Então esse era um dos meus pensamentos". O desejo de poder adquirir bens muitas vezes esconde relações profundas de baixa autoestima e o sentimento de não aceitação.

Avaliando essa primeira experiência, Genival contou, de forma positiva, a possibilidade de conhecer a Argentina e o Paraguai, já que estava próximo às fronteiras, onde comprava itens que sonhava. *"A gente ia lá comprar aquela tal de calça fiorucci que tinha no Paraguai na época e já comprava jaqueta, recebia o salário e ia lá. Nós ia toda semana que era muito pertinho, então a gente ia e comprava o que tinha que comprar e voltava pra cá. Então aquilo ali o ego foi lá em cima e aí a vontade de vir embora, pra poder mostrar para o pessoal aonde que eu tinha ido pô! Você imagina que coisa mais maluca? [risos]"*.

Nessa ida ao Paraná, não possuía pessoas da comunidade, apenas alguns conhecidos do município de Manga, *"eu era muito do interior aqui da roça [...] tinha gente de Manga, mas daqui do meu convívio não tinha, então eu não conhecia ninguém assim, a gente se conheceu na viagem, é a mesma língua, que é do mesmo lugar e tudo, mas o convívio em si não tinha antes não"*. Sua saída do trabalho foi acompanhada de múltiplos sentimentos, o da saudade do lugar, a vontade de mostrar o que conseguiu obter, mas também sensação de arrependimento dessa escolha. *"Eu voltei pela falta da família, a ansiedade de mostrar aquilo que tinha feito, talvez muito cedo ainda, poderia ter esperado um pouco mais [...] Se eu tivesse tido mais um pouco de persistência, talvez ali eu tinha saído melhor"*.

Retornou ao Quilombo em um período em que seu chefe dizia querer lhe proporcionar promoções, como na história da carteira de motorista, *"ele queria me botar como motorista naquela época e eu perdi a oportunidade e vim embora. [...] Depois ali eu acabei me decepcionando eu mesmo, porque acabei vindo embora, ele não queria que eu viesse e eu vim"*. A conversa com seu chefe sobre o desligamento foi marcante, *"não esqueço disso até hoje"*; ele disse para Genival que, assim que pisasse em sua terra, se arrependeria das chances que não aproveitou, que não telefonasse e esquecesse qualquer vínculo entre os dois.

Essas palavras amargaram e ecoaram em seu retorno, quando sentiu que havia se transformado, mas a sua realidade não. *"Cheguei aqui vi o trem do mesmo jeito que estava, não tinha mudado nada, quem tinha mudado um pouquinho era eu. Na minha cabeça achei que*

tinha mudado, mas aqui era a mesma coisa, não tinha mudado nada e aí uma semana, duas semanas, eu pensando no cara e pensando de ligar para ele e pedir pelo amor de Deus para voltar. Só que aquilo que ele falou comigo foi como se fosse uma martelada, nunca liguei. Aí foi outras oportunidades que eu tive de ir embora pra São Paulo e tomou um outro rumo”.

Voltando para Praia, trouxe itens muito desejados e histórias para contar, *“trouxe roupa, trouxe bolsa de couro, trouxe aqueles rádios [risos] aí meu Deus do céu! Muito daqueles eletrônicozinho que vende lá no Paraguai, aqueles negócio tudo na época”.* Retornou à rotina habitual, da lida na roça e alguns trabalhos por dia, quando encontrava. Esse período durou cerca de oito meses, durante os quais se casou. Embora contente pelos bens que havia conquistado, se sentia frustrado pela inércia que experimentava na Comunidade. *“Eu estava me sentindo sufocado e me achando o maior idiota, porque eu já tinha saído, pra achar que eu estava superando as coisas e me vi, eu na mesma situação que estava antes, então assim, extremo idiota”.*

Foi então que, com um mês de casado, foi para São Paulo e iniciou sua jornada de 30 anos. *“Eu saí para uma cidade imensa que era São Paulo, que eu não tinha ideia de como era [...] com um mês de casado larguei a mulher e fui embora, atrás de melhoria”.* Diferente do trabalho em Itaipu, o contato para São Paulo se deu através de parentes do Quilombo que já estavam lá, *“eu não tinha assim, nenhum parente sanguíneo, mas tinha os vizinhos aqui da comunidade, que é parente da gente mas é um parente longe. E aí eles me acolheram na casa deles, já tinha um dos meninos lá que era amigo de infância da gente, que estava trabalhando numa transportadora e aí arrumou esse serviço pra mim lá”.*

Ao narrar sobre São Paulo, se alegra e demonstra um percurso diferente. Nessa saída, já estava casado, o que transformou o *status* de sua migração. Embora o intervalo entre as duas saídas seja de apenas oito meses, a vivência foi mexida, pois carregava a motivação em poder ajudar financeiramente a família, incluindo os pais. *“Foi uma experiência e tanta! Por que, para quem vivia na roça e lá já somava alguma coisa e você já trabalhando e tendo como ajudar aqui os pais, que eu cansei de fazer isso, ‘óh mãe! Estou mandando isso aqui para poder ajudar’, sabendo que a situação era feia, então, acho que aí foi a diferença”.*

São Paulo era um destino bastante procurado e acessado por pessoas do Quilombo, *“a maioria do pessoal buscava São Paulo e até hoje. Eu tenho São Paulo ainda como a minha segunda casa, minha segunda casa como refúgio. Eu estava contando pra você aquela hora que eu vivi mais em São Paulo do que aqui”.* Justamente por isso, os que lá estavam faziam uma ponte, conseguindo indicações de trabalho, hospedando em suas casas os parentes e conterrâneos. Em um tempo em que a comunicação era mais difícil e demorada, as informações

muitas vezes eram passadas nos períodos de retorno, durante as visitas ao Quilombo, *“vinham para cá todo ano e tinha também já dois jovens da minha idade mesmo, que estava lá com eles, que eles tinham levado daqui”*.

As trajetórias aos lugares de destino carregam ricas histórias e representam uma relação bem mais profunda do que simplesmente sair de um ponto a outro. Genival revela que essa foi a parte mais difícil: não havia avisado que iria naquela data e embarcou no ônibus somente com o número telefônico da família que o receberia, sem saber o endereço completo, apenas que moravam em Santo André, município da Região Metropolitana de São Paulo.

O desembarque em São Paulo era organizado por estados, *“a região toda do Nordeste e Norte do País é a rodoviária do Tietê. Bresser recebia todo o pessoal de Minas Gerais, [...] lá é a rodoviária dos mineiros, que chamava”*. Hoje, ao falar das localidades, demonstra possuir todo um cabedal de conhecimento da cidade, o que na época, como bem lembra, era diferente. *“Eu estou falando hoje porque eu conheço, mas na época lá, a menina na rodoviária que me explicou, falou assim: ‘óh você desce aqui e pega o metrô’. Eu nunca tinha visto falar no metrô, moça! Não sabia, nem o que era”*.

Pedindo ajuda aos transeuntes, conseguiu pegar o metrô, que estava pouco movimentado por ser um domingo. Precisava descer na Estação Brás, mas, sem dominar aquele meio de transporte, acabou se atrapalhando. *“Eu muito afobado, porque você vem agoniado e acabei passando direto, eu sei que o metrô, já tinha andado umas dez estações pra frente, lá no vagão só tinha um cara sozinho, eu com medo, fui lá e perguntei para o cara, ele falou: ‘não moço você tá totalmente errado, você tem que voltar’ e me falou o nome da estação de novo, ‘desce aqui, passa pro lado de lá e pega aí’. Passou e fui embora de novo, não lembrei, aí vim embora, quando passou a estação que o cara tinha falado, que era Dom Pedro II, já fechou a porta do metrô, aí eu desci na próxima, que era Estação Brás, desci no lugar certo e consegui pegar o trem que vai lá pro ABC, né? E aí descendo em Santo André liguei para ela lá e eles vieram me buscar”*.

Essa ida para São Paulo não continha nenhuma certeza, nem ao menos de trabalho, *“eu fui aventurando, aventurando a sorte”*. Um de seus primos estava trabalhando em uma transportadora e conseguiu para ele uma vaga de ajudante, novamente, com base no seu esforço, desejava subir de cargo. *“Eu era ajudante, mas eu me esforçava demais e eles davam oportunidade pra virar motorista [...] Eu me esforçando tanto, um dia ele me chamou pra ir limpar uns quintal, uns terreno que ele tinha, foi eu e esses primos meus que já estava lá. Naquela época deu um dinheiro pra nós significativo, porque ele não tinha coragem de abrir a mão pra nada, nós limpou o terreno muito do jeito que ele queria, deu dinheiro pra nós, aí*

eu falei com os meninos, ‘com esse dinheiro eu vou aproveitar e vou dar entrada na carta. Eu vou, se vocês quiser ir’. Eles acabaram indo, mas não persistiram largaram pra trás e eu continuei, reprovei duas vezes, na terceira vez passei, pronto e aí fui embora”.

Além da questão da honra e desejo de avançar no trabalho por meio de seus esforços, é perceptível, nessa passagem, que os empregadores não respeitavam os limites da formalidade das funções dos trabalhadores, gerando uma falsa sensação de proximidade, quando pedem serviços diferentes do contratado para benfeitoria pessoal – mesmo que haja o pagamento e os trabalhadores, buscando melhorar a parte financeira, não julgarem de forma ruim tal situação.

Os primeiros dias em um novo lugar servem para se organizar, compreender a dinâmica e, mais uma vez, momento de contar com a família. A princípio, Genival ficou uma semana na casa dos parentes que o receberam; depois foi para casa da irmã dessa família, onde moravam dois primos. Juntou-se a eles e ficou cerca de um mês. Quando recebeu seu primeiro salário, alugou um “cômodo” e “mandou buscar” a esposa que estava no Quilombo. Nesse começo teve que se acostumar com coisas que eram naturais na Comunidade, mas diferentes em São Paulo, como o hábito de cumprimentar a todos, “*eu conto isso aí e os cara tiram sarro, é porque como a gente é interiorano e todo mundo você dá bom dia, boa tarde, chegava nos pontos de ônibus, aquela montoeira de gente, ‘bom dia!’ [falava em voz alta pra todos]. Ninguém respondia, um dia falei com meu amigo, ele ‘moço ninguém faz isso aqui não, rapaz’. Falei: ué, mas eu dei bom dia pros caras e ninguém respondeu [risos]*”.

Nesses 30 anos em que permaneceu fora, ele passou por distintas mudanças, especialmente de trabalho. Começou em uma transportadora como ajudante, foi promovido a motorista e atuou não apenas em São Paulo, mas também dirigindo para outros estados, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, “*eu fui encarregado, eu fui chefe de transporte, eu fui líder de motorista em algumas empresas*”. Ele atribui seu destaque profissional à essência da formação que trouxe de Praia. “*Eu sempre falava com os caras lá, que eu destacava em relação a entregas, a forma de trabalhar em São Paulo, que eu trabalhava melhor do que os natos, aqueles que nasceram lá, que poderia ter um perfil muito melhor que eu e eu era melhor do que eles. Não estou falando isso pra me vangloriar, eu fui isso, era tanto que eu era líder deles, era eu que comandava. E aí eu falava pra eles, ‘por que você não nasceu na roça, se você tivesse nascido na roça, você tinha dois perfil, você tinha um perfil do conhecimento lá da roça, e o perfil da cidade e é muito mais fácil eu lá da roça aprender as coisas da cidade, do que você, aprender lá da roça’*”. A sabedoria que trouxe da roça somou-se à sabedoria que adquiriu na cidade.

As diferenças de comportamento também lhe causaram uma experiência ruim no

trabalho, quando atuou como motorista particular de uma chefe de firma de pintura. *“Foi uma das piores experiências que eu tive pra mim na minha vida foi essa daí, eu não me adaptei não, que o meu sistema foi um sistema muito simples. Eu nunca quis na minha vida, ter exuberância de arrogância de alguma coisa, nunca tive. Nunca quis ser superior a ninguém e quando eu fui trabalhar lá, eu achava isso. Eu não sei se era por causa da forma dela e de onde a gente convivia, mas também foi pouco tempo, acho que eu não fiquei dois meses lá não. É de uma forma egoísta, eu acho, das pessoas achar que você tem que andar igual cachorrinho atrás dela”*.

Mesmo após esse longo tempo, se manteve entrelaçado com o Quilombo. Além das ajudas financeiras que mandava quando estava mais estável, retornava praticamente todos os anos, principalmente em dezembro. *“Quase todo ano eu vinha aqui, quando as coisas melhorou, logo no começo eu fiquei uns três anos sem vim, até me estabilizar demorei um pouco”*. Esses momentos eram importantes por fazer, mesmo que provisoriamente, sanar a saudade de coisas que só no Quilombo conseguia. Em São Paulo, sentia saudades, *“acho que de tudo e eu acho que mais do rio, eu sou apaixonado por esse rio aí, essa imensidão aí”*. Tinha dificuldades de desfrutar pequenos prazeres, como assistir ao jogo do seu time de futebol, o Atlético Mineiro, pois na época os veículos de comunicação que tinha acesso davam mais ênfase a outros estados. *“Eu sou doente pelo galo, lá pra mim ver uma reportagem via no jornal, no fantástico, quando via só falar dos outros times de São Paulo e do Rio de Janeiro, quando vinha falar daqui era meio pedacinho e engolia o resto e eu ficava bravo com aquilo!”*.

Genival obteve um novo repertório em São Paulo, mas não perdeu o que aprendeu na Comunidade, pois é essência, de dentro pra fora. *“Quando eu vim pra roça aqui eu sei os seus caminhos tudinho, marca por marca, eu aprendi quando eu era moleque, eu sei esse caminho como se fosse hoje. Então assim, essa formação dentro de mim, ela parece que ela é espontânea assim, sabe?”*. A forma que se localizava na Comunidade o ajudou a andar por São Paulo, em uma época sem GPS (Global Positioning System), *“eu ia pros lugares e eu sabia qual era o pé de árvore que estava lá na frente e explicava pros outros, falava ‘oh, lá na entrega que você vai, tem uma casa desse jeito’, era assim as informações”*.

Em 2008, seu primeiro casamento chegou ao fim. Em 2011, conheceu uma pessoa natural de São Paulo, com quem teve um relacionamento, mas o término intensificou o seu desejo de voltar ao Quilombo. O retorno a Praia ocorreu em 2012. *“A nossa formação não batia um com o outro não e eu tomei uma decisão de vir embora. Foi quando eu peguei a minha malinha e vim me embora, tinha construído uma casa em cima da casa da mãe dela e larguei tudo pra trás e vim embora. Eu vim pra cá em 2012, meio que assim, eu já estava estressado*

com um monte de coisa, mais casamento ruim, mais um monte de coisa e aqui eu fui me restabelecendo, né? Me restabelecendo, me encontrando comigo mesmo, porque eu gosto muito do mato, eu gosto muito da natureza, do rio, esse negócio tudo aí, eu fui me encontrando. Tanto que eu vou em São Paulo hoje, se eu puder eu vou lá e volto no mesmo dia”.

Acometido por uma sensação de que seu tempo em São Paulo havia acabado, Genival passou por dificuldades no último trabalho. Acrescido ao término do relacionamento, estava perdido de si mesmo e retornar foi uma reconexão. Embora tenha vivido por muitos anos fora, a sensação maior de pertencimento é estando no Quilombo. Essa experiência lhe trouxe aprendizados, *“eu poderia em São Paulo aprender tanta coisa ruim que tem lá, né? Mas me afirmei nas coisas que poderia me dar um futuro melhor”*. Sente por não ter conseguido se aposentar ainda, *“poderia tá aposentado, porque em 2012 eu sofri um estresse tão grande lá, que eu não conseguia trabalhar mais e aí a própria empresa que eu trabalhava já entrou em decadência, estava num sistema de concordata e eu aproveitei e saí antes, pra ver se recebia algum dinheiro pra não me deixar pra trás, recebi uma parte e a outra mesmo assim ficou pra trás, não teve jeito, mas eu saí numa boa, vim embora pra cá e eu não posso reclamar não, eu estou na roça aí trabalhando, não tenho o que reclamar muito não”*.

Seu regresso não significou rompimento com São Paulo. Além de suas filhas, lá ainda vivem uma irmã que trabalha como doméstica e um irmão motorista de ônibus, ambos auxiliados por Genival a se estabelecerem. Primeiro contou com a ajuda de parentes e, posteriormente, numa espécie de retribuição, passou a ajudar outras pessoas da Comunidade, *“depois que eu estava lá eu levei ele, aí levei minhas irmãs, levei um monte de gente daqui pra lá, que é assim a gente, que um vai carregando o outro [...] Aí arrumei trabalho, de parente e botei lá, foi gente demais”*. Ademais da ligação com a família que está em São Paulo, retorna para resolver questões burocráticas, como a carteira de motorista que foi emitida lá, *“vim de lá em março agora e eu estou querendo ir de novo, porque eu tenho que ver o que aconteceu com a minha carta”*.

Essa dinâmica de mobilidades, iniciada em sua vida na década de 1980, ainda perdura na Comunidade, com suas transformações, como conta: *“O pessoal aqui tem saído muito pra BH [Belo Horizonte], uma parte deles aí, mas a maioria vão tudo para São Paulo. Parte deles que voltaram estão em BH hoje, mas também é um dos berços aqui que o pessoal sai mais. Uns anos atrás o pessoal saía muito para plantio e colheita de café, em Patrocínio, Uberlândia, tem algumas cidades aqui do noroeste de Minas, Sul de Minas que o pessoal ia para colheita de café, sai por um período, depois volta. Agora tem saído pouco, mas antigamente saía muito, até uns oito anos atrás saía muita gente pra lá”*.

Quando nossa conversa chegava ao fim, o ato de narrar suas lembranças o deixou reflexivo, fazendo-o recordar da enxada que jogou no plantio de arroz, em um momento que queria fugir dela e, hoje, o seu significado e a importância em sua vida.

Foto 29: A enxada no trabalho Vazanteiro na Lagoa



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2022.

Genival diz: *“muito obrigado viu! A gente reforça parte de um capítulo da vida da gente, que a gente busca tanta coisa e se resume naquilo que era tão próximo de você, tão perto, né? Eu falando pra você que eu joguei enxada no mato e hoje essa mesma enxada é que eu trabalho com ela, e cultivo roça e que gosta da roça e que planta, que eu faço os manejo. Agora mesmo eu estou aí com feijão pra colher e eu planto um monte de coisas pra poder colher, no mesmo lugar. Esses dias eu estava na roça conversando comigo, com a natureza e com a própria enxada. Olha como que é relevante o seu destino, no mesmo lugar, que você almejou ir lá dar tanta volta e você parou no mesmo lugar, eu só falei com ela, ‘ó enxada só que eu queria era tá aposentado, eu não queria tá sem aposentar não’ [risos] e eu não quero sair daqui não! Se eu pudesse, eu falava para os meninos que eu queria descansar debaixo de um pé de árvore ali, que tem ali, quando morresse fazer o caixãozinho meu e deixasse lá, mas eu não queria ir pro cemitério não. Se eu tivesse uma escolha, eu não ia pra cemitério não, escolhia uma árvore bem verdinha, debaixo de um pé de Juá daquele ali ó [aponta], é um pé de juá que é bom, fresquinho”.*

Oseias

Oseias é um dos irmãos mais novos de Genival e Gilberto. vazanteiro e quilombola, nascido e criado no Quilombo de Praia, tem 45 anos e é solteiro. Todos os dias, acorda cedo e vai para a roça trabalhar, seja na vazante ou em terra-firme, conforme o período do ano, além de sair para pescar no rio. Eventualmente, realiza diferentes serviços em fazendas próximas, vendendo sua força de trabalho por diária. Embora tímido, se sentiu à vontade para expressar suas ideias e contar sobre suas mobilidades. Já esteve em Belo Horizonte e em São Paulo.

Foto 30: Oseias



Autora: Org.: PIREs, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2022.

Foi para Belo Horizonte por volta de 2010, utilizando uma linha de ônibus intermunicipal. Revelou que fez um contato prévio com um “*bairro*” de pessoas do Quilombo, que ajudam os recém chegados, “*a gente entra em contato com um bairro lá onde o pessoal mora, aí esse pessoal vai buscar a pessoa lá na rodoviária, aí é que começa a explicar pra pessoa como é que é o bairro lá, sobre o ônibus que tem que pegar*”. Oseias relata que conseguir emprego não foi fácil, passou meses à procura, entregando currículos em todos os lugares. Essa dificuldade pode revelar mudanças recentes na oferta de empregos nas grandes cidades, destinos muito almejados.

Começou trabalhando como ajudante de obra em uma construtora chamada Camargo Corrêa. Foi indicado por um amigo do Quilombo, “*ele me falou que tinha essa empresa lá que talvez pegaria gente. Aí eu coloquei o currículo, levou um tempo sofrendo lá procurando serviço, num lugar e no outro e acabei indo até pro SINE [Sistema Nacional de Emprego] procurar. Foi nada fácil não!*”. Ele morou em diferentes bairros de Belo Horizonte e da região

metropolitana, como: Serra Verde; Venda Nova; Nazaré, todos em áreas periféricas. Chegou a ficar tanto na casa de parentes quanto sozinho, mas, devido à dificuldade de pagar aluguel, passou a dividir moradia com outro colega. Toda essa rotatividade se liga também às mudanças frequentes de empregos e aos períodos de desemprego. Já trabalhou como ajudante de obra, ajudante de montador de andaime e ajudante de pedreiro.

Antes de sair pela primeira vez, quando ainda estava em Praia, chegou a fazer curso técnico para agente de saúde, mas não gostou da profissão e sente que na região tem pouco apoio para se qualificar formalmente, o que dificultou encontrar trabalhos nas outras cidades, mesmo tendo melhorado nos últimos anos. *“Naquela época era muito pacata ainda a cidade, então era muito dificultoso as coisas. Aí como eu tentei lá fora também, no currículo não deu certo, aí a gente sempre fica apanhando e a região fraca, não dá um apoio, não tem condições nem de um curso, nem condições de nada”*.

Ele afirma sobre a importância e necessidade de mais políticas e benefícios para as Comunidades Tradicionais, para que consigam se manter no lugar. *“Se tivesse hoje desenvolvido, igual muitas mulheres que entraram na Associação e teve conhecimento de como fazer uma hortaliça, pegar isso, pegar aquilo, fazer um prato típico, fazer isso, aquilo. Se tivesse um projeto voltado e se o prefeito também tivesse aquele empenho, talvez não precisaria a pessoa sempre sair para fora, tinha como permanecer no próprio lugar, tendo algo de desenvolvimento e incentivo”*.

Relembrou as dificuldades que passava no Quilombo e a luta de seu pai *“pioneiro que trabalhou sempre na roça”*. Oseias, assim como outros irmãos, ajudava o pai na lida e recorda das tentativas de vender nas feiras da cidade o que produziam, *“tentar vender pra comprar o ganha-pão”*. Seu pai, em busca de outras formas de angariar recursos financeiros, se tornou um apontador – sujeito que arregimenta e organiza pessoas para trabalhos rurais, levando turmas do Quilombo para trabalhar em firmas e fazendas. *“Ele saiu pra muitos, pra firma trabalhar, até mesmo fiquei chocado de que ele nem aposentou, não aposentou de tempo de serviço. Já foi apontador, já foi uma série de coisas, mas nunca aposentou desse tempo de serviço dele”*. A questão da aposentadoria aparece novamente, com sensação de descontentamento por trabalharem longos anos e não conseguirem acessar o benefício.

Outra experiência de mobilidade que teve foi para São Paulo. *“Eu cheguei ir em São Paulo também trabalhar. Só que em São Paulo, no período que eu fui, trabalhei poucos meses de ajudante de pedreiro, aí depois nesse período também tornei voltar [...] A gente tinha voltado tanto pra São Paulo e é muito dificultoso você ficar lá por causa de aluguel. Eu nunca gostei de dependência de outras famílias”*.

Seus retornos a Praia foram justificados pelas dificuldades financeiras, principalmente para pagar o aluguel, além da insatisfação em precisar pedir ajuda aos familiares ou depender da hospitalidade alheia, algo que afeta sua independência. *“Como lá não tinha solução por estar desempregado, eu não achei coerente ficar desempregado e sem poder pagar aluguel, que esses custos quem começou ajudar foi os que estavam já empregados. E eu tive de voltar pra cá, pra própria região mesmo”*.

Mesmo diante desses desafios, disse ter gostado de viver essas experiências, de ter estado no que ele chama de uma *“cidade desenvolvida”*, ainda que se sentisse preso. Diferente do Quilombo, que lhe fornece percepções de segurança e liberdade de locomoção e, mais ainda, a certeza de um lar onde não precisa se preocupar com o pagamento de aluguel. *“Ah, eu gostava, é outra coisa, cidade desenvolvida. A única coisa que a pessoa não gosta é de estar preso, porque lá mais é preso, você não tem aquela liberdade que eu tenho aqui, você pega pra andar até a pé, a vontade aqui. Apesar que, tipo assim, eu já tinha uma cabeça que eu pegava um certo bairro, eu ia já com tranquilidade e sabia onde chegar”*.

Entre as distinções que faz da vivência na *“cidade grande”* e no Quilombo, cita a prevalência da individualidade e egoísmo dos belo-horizontinos e paulistanos, *“nenhum pode contar com o outro lá fora, mas aqui, já na Comunidade, cada um já pode contar um com o outro na hora da sua dificuldade”*. Outro ponto é o *“estranhamento”* com o sabor dos alimentos e a ausência do rio, *“eu já tinha estranhamento, é totalmente diferente, o gosto das coisas é totalmente diferente, não é a mesma coisa. Um queijo, um peixe, assim, não é a mesma coisa de você pescar um peixe aí no rio e você comer. Então é totalmente diferente, comida típica também, por exemplo, o feijão tropeiro, totalmente diferente, não era o mesmo gosto, até o arroz também”*.

Essas cidades, que carregam boas lembranças, mas também decepções, permanecem na vida de Oseias, com seus familiares que ainda estão por lá. Ele produz entendimentos sobre essas trajetórias, refletindo sobre as dificuldades enfrentadas por quem sai do Quilombo para conseguir um trabalho formal – mesmo após concluir toda a Educação Básica. Em especial, comenta sobre sua irmã e o trabalho doméstico, relacionando essa ocupação ao fato de ela ter se casado muito jovem. *“Eu tenho irmão em São Paulo, irmã também. Meu irmão trabalha até hoje de motorista de carro, eu acho que tá quase aposentando também. Minha irmã já trabalhou mais em casa de família e pra você ver, minha irmã também formou aqui em Matias Cardoso. Você vê a opção dela, foi pra São Paulo e até hoje trabalha em casa de família, não tem aquela profissão ainda não. Você vê a falta de condições que a pessoa tá aí no país e talvez aquela questão também de se relacionar ou tá casada, se torna mais dificultoso, ela casou*

cedo, já nova”.

Oseias faz uma argumentação sobre a busca de quem migra, o que chama de *“melhorar a vida”*. Além disso, fala de sua infância e menciona as diferenças que quer atingir em relação ao tempo de seus pais. *“O maior fator disso tudo, de a pessoa ter a opção de sair pra fora também, sempre é pra melhorar de vida, melhorar de condições. Não é nem melhorar totalmente de vida, em termos de você ter aquele dinheiro suficiente, de falar, eu vou querer ser uma pessoa de alta classe. Não é nem tanto isso, mas poder ter uma condição melhor. Por exemplo, a gente alcançou nossos pais, que pra poder comprar uma bicicleta pra um filho, tinha uma dificuldade muito grande. Eu mesmo sou da época que quando ia estudar no porto [da balsa], a gente ia a pé, pegava carona, a gente cansou de pegar aquele saquinho que era saco de arroz e colocava um caderno pra poder estudar, era a nossa mochila, era aquela dificuldade toda. Então os pais da gente teve uma dificuldade grande e às vezes você ia trabalhar avulso pra uma pessoa na área de serviço, que fosse, por exemplo 30 reais, o cara pagava 20 reais o dia, você também tinha essa dificuldade. É igual hoje, se hoje tiver aí, por exemplo, 50 reais, 60 o dia, tem pessoa que quer pagar só os 40 reais, você de sol a sol ali, então é muito humilhante”.*

Há um tempo não retorna para essas cidades, *“eu mesmo já tenho, acho que só pra São Paulo, tem anos demais. São Paulo acho que vai fazer de doze a treze anos que eu não saio pra lá. Belo Horizonte pode ser uns quatro ou seis anos mais ou menos”*. Sobre a possibilidade de retornar, deixa em aberto, porém, apenas para Belo Horizonte, onde se sente mais familiarizado com a convivência nos bairros, diferente de São Paulo. Há também a perspectiva de medo do desemprego e das despesas, como aluguel, fator que, para ele, contribuiu para que retornasse com pouco dinheiro, sem conseguir realizar tudo o que queria, *“você tinha que pagar aluguel, tinha que pensar em você comer. Aí com o dinheiro que você vinha, vinha com dinheiro, mas não era aquele dinheiro suficiente para poder fazer as coisas”*.

Segue com um desejo de se profissionalizar e poder acessar um trabalho com mais conforto, o que ele entende como uma *“profissão”* de fato. *“Em Belo Horizonte eu agradei mais, porque eu acho a convivência nos bairros mais tranquila. Tem a opção também de se profissionalizar, o que talvez você pode deixar no meio do caminho por ter que pagar um aluguel, que é meio complicado, se você tiver desempregado, é muito difícil. Porque não é todo curso que te dá uma bolsa, te dá umas condições, aí é difícil”*.

Ele avalia essas idas e, considerando sua atual idade, fala o que faria diferente. *“Só que eu penso totalmente diferente de quando eu conheci lá a cidade. Se eu voltar pra lá eu penso, igual hoje eu estou metendo a cara e já tem alguns certificados e se eu for pra lá eu quero ir já*

capacitado. Capacitado em alguma coisa pra mim conseguir algo melhor. Na opção, igual a gente foi na cara e na coragem, aí é mais difícil”.

Eudileno

Eudileno é um grande amigo de Oseias e, por isso, dividiram experiências e momentos nas migrações. Na Comunidade, são parceiros na lida da roça, nas vazantes e terra-firme. Eudileno, ocasionalmente, trabalha por diária em fazendas, tem 45 anos, é solteiro, vazanteiro, quilombola e pescador, nascido e criado no Quilombo de Praia.

Foto 31: Eudileno



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2022.

Eudileno contava sua história com uma voz tranquila, mas firme – a voz de quem teve uma longa jornada de mobilidades e se familiarizou com essas saídas. Ir para a “*cidade grande*” é, segundo ele, estar disposto a tentar. Mesmo com expectativas em relação ao trabalho, ressalta que precisam estar abertos para “*o que vier*”; a oportunidade que aparecer e, assim, cita diversas funções que exerceu em Belo Horizonte. “*Trabalhar de servente de pedreiro, a gente enfrenta ou trabalhar de faxineiro, serviço gerais, é isso aí, é o que der. Aí as oportunidades vão aparecendo e a gente tem que aproveitar elas. Eu tive oportunidade, comecei a trabalhar de repositor, depois fui trabalhar como operador de caixa e depois eu fiquei como porteiro. Trabalhei na faculdade de UNIFENAS em portaria e aí o último serviço meu foi esse mesmo, lá na Newton Paiva*”.

Foi difícil precisar quanto tempo permaneceu em Belo Horizonte, porque, na verdade,

foram várias movimentações, períodos na cidade e períodos no Quilombo. *“Belo Horizonte eu fiquei numa faixa assim, indo e voltando, dá pra mim pegar, acho que mais ou menos uns cinco anos, mais ou menos. Eu ficava mais ou menos dois anos, aí ficava três, muitas vezes fiquei dois, depois fiquei mais dois, aí na faixa vai dar quase uns seis anos, mais ou menos, indo e voltando”*. Os retornos frequentes foram justificados pelas saudades que tinha de Praia, eram momentos de recarregar e desligar um pouco daquele ambiente que, para ele, era estressante: *“eu voltava porque, tipo assim, era a falta que sentia do lugar. Saudade, então aquilo ali sabe, dava um estresse, um estresse que todo dia, só aquela mesma coisa”*.

Eudileno também possui diversos parentes e conhecidos em Belo Horizonte e explica como são referências e o ajudaram a ir para lá. *“A minha tia foi muito cedo pra lá, muito nova, então até hoje ela mora lá, já tem residência, tem tudo. Foi trabalhar, no caso ela com o esposo e aí então os meus primos hoje, todo mundo mora em Belo Horizonte. Então através disso aí, a gente tem um primo lá que: ‘óh, está tendo um emprego aqui, tem um serviço aqui disso ou daquilo’, aí a gente aproveita, muitas vezes a gente está aqui, não está trabalhando, não está conseguindo alguma coisa, então toda vez que surgir alguma coisa, eles ligam pra gente e a gente vai”*.

Em Belo Horizonte convivia com a sensação de falta, *“falta mesmo dos amigos, do dia a dia, aquele tempo que a gente tem, para ir talvez pescar no rio, para ir jogar um futebol. Então a gente sente falta dessas coisas e tipo, você vive lá muito também para o trabalho, para o estudo, você não tem um tempo igual aqui. Aqui a gente tem mais um tempo e a gente trabalha também, é claro”*. As temporalidades são vividas de formas diferentes nesses lugares e a sociabilidade também.

Ademais, Eudileno comenta sobre as comidas e seus sabores, relatando como foi comer um peixe – não pescado diretamente por ele no Rio. *“Não tem sabor, o queijo de lá parece que é um negócio que não tem sal, não tem sabor nenhum, os peixes de lá também. Eu fui fritar um peixe lá igual a gente frita aqui, eu não coloquei tempero nenhum, eu não sabia como que temperava os peixes de lá, aí eu fritei igual a gente frita os peixes daqui, pensando que ia dar o mesmo sabor, nossa! Ele estava ruim, mas ruim mesmo, eu não consegui comer, parece que tem um negócio assim, que tipo, sei lá, como é que pode ser, dá um gosto diferente, sabe? Te enjoa, você vai comer, vai te dando enjoa, não é o mesmo sabor que o peixe aqui tem. Então eu acho que eu joguei o peixe até fora, fritei lá e acabou que o meu dinheiro que eu gastei foi embora com o peixe”*.

A diferença na ausência do Rio é recorrente nas falas. Eudileno evidencia que eles vivem do Rio, *“vivemos também do Rio, por exemplo, do peixe, vivemos da água que a gente utiliza*

pra plantar e tudo”, e até brinca dizendo que em Belo Horizonte a vista não é para o São Francisco, mas para a Lagoa da Pampulha, “lá a gente tem a lagoa da Pampulha, aquilo ali é horrível!”.

Tentou explicar sobre as saudades que falava sentir, das dificuldades de criar laços nos ambientes que estava, principalmente no trabalho, onde ficava a maior parte de seu tempo. *“A convivência onde que você nasceu é totalmente diferente de um lugar que você não conhece, ninguém te conhece e até você, por exemplo, fazer amizade no seu trabalho é muito difícil. Você vai trabalhar, você não tem como fazer amizade, tem hora que você faz colega, mas amigo mesmo não. Pra mim mesmo, eu tive bastante dificuldade pra fazer amizade no trabalho, eu fiz colegas, batia um papo ali na hora do almoço, a gente indo embora, boa noite, Deus abençoe, vai com Deus e coisa e tal. Mas amigo mesmo é meio que complicado. Igual no caso, eu sou evangélico, a gente é religioso, a gente vai pras igrejas, só que lá como é cidade grande, Igreja grande também, aí todo mundo terminou ali, já vai embora. Então é muito complicado!”.*

Nas cidades, de fato, as relações tendem a ser mais superficiais e em grupos reduzidos, há uma sensação de constante corrida, o que gerava, para ele, uma grande diferenciação para a sociabilidade que tem no Quilombo – onde todos se conhecem, se relacionam e se apoiam como uma extensa família. *“Eu acho que a falta assim minha em cidade grande foi essa. Porque onde que a gente nasceu se conhece todo mundo, você tem aquele bate papo, vai passando aqui, vou tomar um café aqui, então você senta ali um pouquinho, vai tomar um café, vai bater um papo e tudo bem, beleza e tal. E todo mundo tem muito aquele companheirismo e a gente aqui, todo mundo confia, eu confio nele, ele confia em mim, a gente empresta alguma coisa, ele me pede uma bicicleta, eu arrumo pra ele, se o outro tá tendo um carro, o cara também empresta. Já na cidade não, na cidade não tem esse negócio de pedir um copo de açúcar pro vizinho, se acabou seu açúcar lá, seu arroz, seu feijão, já era!”.*

Apesar desses pontos que sentiu falta, no Quilombo enfrentava dificuldades financeiras. O trabalho em sua vida começou cedo, e ele comenta sobre as vezes em que trabalhou por diária em fazendas e ganhava apenas R\$7,00, *“eu mesmo me lembro quando eu estava com 14 anos de idade, a diária era sete reais um dia. Trabalhava oito horas de noite pra ganhar sete reais”.*

Seu último retorno a Praia foi em 2020, em decorrência de uma enfermidade, *“o que me levou mesmo voltar, foi infelizmente, porque eu tive que enfrentar uma enfermidade”.* Essa condição dificultava seu trabalho, diante das exigências que os empregadores fazem, além da dificuldade de acesso à saúde pública. Para ele, embora Belo Horizonte ofereça um serviço melhor, tem maior concorrência e gera gastos de deslocamento. Na Comunidade, conta com o apoio da família e, mesmo tendo que se deslocar para municípios próximos, como Montes

Claros, consegue utilizar transportes oferecidos pela prefeitura. *“Não tinha condições de continuar numa empresa que querendo ou não, qualquer empresa vai querer o cem por cento do funcionário. Então, eu não estava tendo condições de dar esse cem por cento e infelizmente, por causa de uma enfermidade, eu preferi voltar pra cá. Por mais que a gente está num lugar que não está muito evoluído, a gente vai para Montes Claros fazer alguns exames, Montes Claros também não está tão atrasado, está um pouco evoluído. Na verdade, em questão de saúde, por exemplo, onde a gente morou, em Venda Nova, é muito bom, porque é Belo Horizonte, realmente é muito mais evoluído do que aqui. Você consegue fazer um monte de exame, só que a gente precisa de tempo e para quem, no caso da gente, que está trabalhando, você precisa estudar. Então, você vai ter que abrir mão de alguma coisa, ou você vai ter que abrir mão do estudo, ou você vai ter que abrir mão do trabalho, ou abrir mão da saúde. Então, eu preferi abrir mão do trabalho, do estudo e cuidar da saúde”.*

Com esse retorno, reflete sobre como voltou financeiramente. O diferencial foi ter tido a oportunidade de morar com seus irmãos, diminuindo os gastos com aluguel. Eles permaneceram em Belo Horizonte e, desse modo, conseguiram ir mais *“longe”*, adquirindo a casa própria. Apesar disso, ele se contenta ao contar que pôde comprar uma motocicleta e reformar a casa da mãe. *“Como eu cheguei a morar com os meus quatro irmãos, ficamos juntos em uma casa pagando aluguel, até que deu pra juntar um dinheirinho, eu ainda consegui comprar uma moto, ainda consegui ajudar minha mãe, reformei a casa da minha mãe. Era quatro irmãos, a gente morava juntos de aluguel, cada um trabalhava num setor. Tem dois irmãos que estão lá até hoje, um separou e o outro está casado, tem sua própria casa e tudo. Eu que preferi retornar, eu que vim embora. Na verdade, eu não preferia, a vida preferiu por mim, a vida me forçou, mas está tudo bem”.*

Além disso, disse ter conseguido ficar um tempo sem ter que trabalhar para os outros, apenas na sua rotina na lida da roça. *“Graças a Deus deu pra comprar a moto, deu pra construir e reformar a casa da minha mãe, sobrou aí um dinheirinho, deu pra mim ficar aqui um bom tempinho de boa, sem precisar me matar pros outros e aí estamos tocando a vida”.*

Sobre as perspectivas de novas mobilidades, apresentou um cálculo dos pesos dos salários em lugares diferentes. Explicou que, ganhando um salário na Comunidade – onde não paga aluguel e produz boa parte da sua alimentação – seria o equivalente a dois salários-mínimos em Belo Horizonte, devido às despesas. Por isso, só voltaria se conseguisse receber três salários mínimos. Na época dessa conversa, ainda estávamos em situação de pandemia, embora com uma maior flexibilização, e esse contexto também entrava nos seus cálculos de prós e contras. *“Eu voltaria com uma proposta melhor do que a daqui. Porque se eu tiver aqui*

ganhando um salário mínimo e a proposta lá é pra mim ganhar três, um aqui vale por dois lá. Eu estava num cargo de dois, colocando aluguel no meio, se eu for com uma proposta pra mim ganhar três eu iria sim. Mas indo pra lá pra ganhar a mesma coisa que eu estou ganhando aqui não é vantagem, é desvantagem. Com essa pandemia, com tudo, com essa crise, então as coisas ficaram mais difíceis. Eu prefiro ganhar um aqui, que tá dando pra mim controlar e pagar minhas contas”.

José Carlos

José Carlos tem 40 anos, é vazanteiro e quilombola, nascido e criado no Quilombo de Praia. Sua família é uma das primeiras do lugar; seus pais tiveram 14 filhos, com uma diferença de idade considerável entre o mais velho e o mais novo. Essa grande família sempre compartilhou os saberes das culturas vazanteiras, os cultivos em terra-firme e nas vazantes da lagoa próxima à casa, saberes aprendidos desde a infância. A maioria dos irmãos de José Carlos já migraram, e muitos ainda continuam fora.

Ele é casado e tem dois filhos. Atualmente trabalha como brigadista no IEF e, nos dias de folga, dedica-se à roça, colaborando com a família e se divertindo no Rio. Viveu cerca de 10 anos em Belo Horizonte, para onde saiu jovem e solteiro, aos 23 anos de idade, em uma data que não esquece: *“dia 10 de janeiro de 2006”*.

Foto 32: José Carlos



Autora: Org.: PIREs, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2023.

José Carlos foi *“tentar a vida”*, queria realizar sonhos e adquirir bens que não foram possíveis dentro do que seus pais puderam oferecer. *“Chegou um certo momento que eu decidi sair pra trabalhar fora, por conta das oportunidades. A gente foi nascido e criado da forma*

que meus pais conseguiu sustentar, mas a gente cresce, tem sonhos, expectativas. Aí bate naquela tecla assim, porque não buscar mais uma forma de sustento, até mesmo adquirir alguma coisa que a gente pensa no futuro, aí foi que vem aquela questão: vou tentar a vida lá fora. Aí eu decidi, daqui fui pra Belo Horizonte, trabalhei lá, fiquei nove anos e oito meses, nesse intervalo, nas férias sempre voltava aqui. Mas não é aquilo tudo que a gente tem a expectativa, a gente passa dificuldade lá fora, tem a questão da adaptação e até mesmo o conhecimento daqui. Por ser morador da área rural, a gente tem um conhecimento pouco, mas lá fora encontra obstáculo. Mas nunca deixou de ser um objetivo que a gente foca estando aqui, pra poder sair e ir pra fora. É aquela questão, você encontra as dificuldades como eu falei e outra, você fica sem opção e acaba que tem essas escolhas”.

O emprego em Belo Horizonte se deu devido às relações com outros membros da Comunidade que estavam lá. Em seu relato, José Carlos transparece a intensidade de casos como o dele no Quilombo. *“É que eu já sabia de outros rapazes e moças daqui. Que a região assim, ela é baseada em pessoas que moram aqui, mas é difícil ter uma família que não tenha um parente que saiu pra fora, que migrou daqui do interior do Norte de Minas pra Belo Horizonte ou São Paulo ou qualquer que seja outro estado. Aí pode ver, tem os meus primos aqui, que a maioria é família, nessa Comunidade aqui a maioria é familiares, aí o que acontece, a cada família tem um ou dois que desde o passado teve essa mesma escolha que eu, que era migração pra outra cidade, pra cidade grande, pros grandes centros”.*

Embora os familiares colaborem com a saída, a procura do trabalho passa por um único critério ou um não critério, aceitar o que vier, independente da dificuldade. Um dos desafios para alcançar as vagas tem relação com as diferentes qualificações que exigem na cidade. *“A gente sai daqui e não tem assim aquela certeza, vou fazer aquele trabalho, é o que aparecer. Porque até mesmo tem a questão que a gente não tem a experiência que eles pedem no primeiro emprego, pedem experiência de seis meses até um ano e até mais, então o que surgir como forma de trabalho, de sustento, é aquilo. Depois que a gente está lá que vai trabalhando e tentando melhorar e mudar de trabalho. Foi o que aconteceu comigo, eu cheguei no primeiro emprego, trabalhei numa construtora, alguns meses de contrato, depois eu saí fui trabalhar numa empresa de pesquisa de mineração que prestava serviço pra Vale do Rio Doce, a empresa Geomaster. Depois eu saí, falei assim ‘vou tentar trabalhar na Ambev’, coloquei um currículo e fui chamado, da Ambev fiquei um tempo, falei assim, ‘vou trabalhar na Coca-Cola’, aí eu fui trabalhar na Coca-Cola, quase cinco anos, trabalhava como entregador na parte de distribuição”.*

A rotina de busca por trabalhos incluía aprender o processo de elaborar currículos, os

que já tinham experiência ajudavam nesse período. Foi recebido na casa de sua irmã, no bairro periférico Novo Aarão Reis, onde moram outros conterrâneos, que estando empregados, colaboram com indicações em seus trabalhos. *“Tinha que fazer currículo, outra parte também, indicação de conhecido. Eu fui morar com a minha irmã que mora lá, aí meu cunhado entregou alguns currículos nesse bairro que ela mora, tinha moradores daqui também, que migraram para na mesma situação, tem vários nesse bairro, o Novo Aarão Reis. Esse bairro tem bastante pessoas daqui da região que mora, aí através deles que já morava mais tempo foi indicando, levando um currículo e até eu consegui esse trabalho”*.

José Carlos conhecia Belo Horizonte apenas pelos relatos de seus irmãos e parentes, o que instigava sua curiosidade e o colocava na expectativa de quando chegaria a sua vez. Essa saída foi o primeiro contato com o lugar. Hoje, percebe que, assim como se espelhou nos mais velhos, os jovens do lugar o olham e planejam sair também. *“Nunca tinha ido, foi a primeira vez, eu decidi aqui, falei assim, ‘ah, os mais velhos tentaram’. Inclusive eu tenho irmãos que saíram, que migraram pra outras cidades, São Paulo, Belo Horizonte já tinha uma lá e eu falei assim, ‘vou tentar também, vou fazer o mesmo’. Mas a região aqui é assim, muitos se adaptam, ficam, consegue um sustento da forma que é necessário, já outros pensa dessa forma, ‘ah, por que não?’. E isso nunca termina por aí, igual por exemplo, eu fui e voltei, tem jovens aqui também que estão crescendo, já ficando maior de idade, também tem esse mesmo pensamento ainda, isso é uma coisa que nunca acaba, nunca termina, com a região é sempre essa continuação”*.

A emoção que sentiu ao entrar naquele ônibus na sua primeira saída, se repetia todas as vezes que retornava ao Quilombo. A saída de Praia até o embarque em Matias Cardoso, o avançar na estrada e a mudança na vegetação, afluíam a sensação de estar deixando para trás tudo o que era familiar. Essa decisão esteve em seus pensamentos por bastante tempo, recorda que já havia desistido de ir, mas dessa vez foi. *“Eu tinha decidido viajar, eu cheguei a arrumar a mochila, a bolsa e depois eu desisti. Não consegui, na última hora eu pensei, ‘ah não vou não, vou ficar’. Aí depois acho que passou um intervalo de mais de ano, aí eu falei, agora eu vou”*.

Chegando ao lugar, não se encontrava, era tudo muito diferente, e queria voltar. Todavia, recebeu apoio de sua irmã e o conselho para que aguardasse se acostumar com aquele sentimento, que o retorno significaria o fracasso do seu objetivo. *“Quando você sai daqui é o primeiro passo, a gente chega onde vai embarcar no ônibus em Matias Cardoso, já vai com aquela saudade, vai apertando. Aí chega o ônibus, você entra, olha pra janela, você vê aquela vegetação toda pra trás assim, aí bate aquele pensamento, ‘porque que eu estou indo? Será*

que é isso mesmo?’. A gente quer ir, mas quando você entra no ônibus, você vê aquela sensação, você vai distanciando do seu habitat, que é os pais da gente, os familiares, aí bate aquela saudade, aí você pergunta assim, ‘mas eu tenho que ir mesmo?’. Aí pensa, ‘não, eu vou’. Mas não é fácil, é uma decisão, uma escolha que cabe a gente ter a certeza daquilo, senão muitas vezes você não vai. [...] Mas assim, a cada cidade que a gente chega, a cada parada que tem em Janaúba, Montes Claros, você fala assim, ‘nossa! Eu estou cada vez mais longe de casa’, aí quando chega lá no local mesmo, que é Belo Horizonte, você fica nos primeiros dias, olha aquela cidade grande, tudo diferente, não tem nada a ver com a realidade daqui, que a gente foi criado e você fala assim, ‘eu vou voltar’, aí a minha irmã falava, ‘não, você veio para um objetivo, se você voltar você vai fracassar do que você veio, do seu objetivo. Então você vai permanecer, paciência que é assim mesmo, com o tempo passa’”.

Era esperado na rodoviária pela irmã e um primo. Após o estranhamento de ter utilizado as conduções até o bairro, disse ter se emocionado ao ser recebido em casa pelos sobrinhos pequenos, cujo crescimento pôde acompanhar. Os sobrinhos colaboraram com sua adaptação, passou a ser o responsável de levá-los à escola enquanto não conseguia emprego, isso o ajudava a espairecer. *“Minha irmã foi me esperar na rodoviária, aí quando eu desci, que eu olhei, estava ela e um primo da gente. Aquela sensação de pegar lotação, depois outra, pegava uma lotação até um certo ponto, depois pegava outra lotação e chegava no bairro. Ah foi emocionante né? Eu cheguei lá, meus sobrinhos me recepcionaram, estava todos assim menorzinho e eu cheguei, aquela coisa, já me recebeu no portão, me abraçou e tudo, o mais novo nem soltou no meu pescoço aqui, nossa! Aí depois eu fui me adaptando. Pra mim não ficar muito assim, com a mente vazia, sem fazer nada, a minha irmã pediu pra mim levar eles na escola, que tinha que acompanhar. Eu deixava um no colégio e depois mais na frente ficava o outro mais velho e assim foi todo dia, enquanto não tinha emprego”.*

Nesse processo de busca por emprego, José Carlos tentava compreender a nova realidade e as formas como passaria a se locomover, o que gerou histórias divertidas que conta sorrindo. Relata as dificuldades que teve no começo, com timidez de pedir ajuda, tentando reproduzir as ações dos outros, como descer no ponto em que mais pessoas desciam. *“Tive algumas dificuldades, porque assim que eu cheguei lá eu coloquei alguns currículos e ali eles me ligavam pra entrevista, eu pegava um ônibus sentido aquele bairro. Na hora de voltar, todos ônibus passavam pelo Centro para depois vir pro bairro, eu pegava aquele ônibus no local onde que era feita a entrevista e chegava no centro. Muitas das vezes eu chegava num ponto diferente, qual era o meu pensamento? Falei assim ‘óh, como essa lotação tá indo pro Centro, quando chegar lá, aonde que descer a maioria dos passageiros, eu desço também’, porque eu*

não conhecia, quando chegava ali naquela parte central, que a maioria dos passageiros descia, ali eu descia. Acontece que eu chegava numa rua assim, eu olhava, não conhecia, aí eu saí andando, duas vezes eu cheguei na rodoviária, falei, ‘opa! aqui eu já conheço onde é, que eu pego pra ir de volta pra casa’, aí eu fui me adaptando, mas eu andei assim, me perdendo, umas três vezes no Centro lá em Belo Horizonte”.

Alguns pontos de localização foram se tornando mais familiares, mas a vergonha o atrapalhava de pedir ajuda. Por isso, tentava se guiar sozinho e sua irmã o lembrava de levar o número de telefone da casa anotado, para que em qualquer dificuldade ligasse para ela. *“Eu tentava sozinho, eu falei assim, ‘vou perguntar não’. Tinha vergonha, isso era um fator também que me deixava sem ter o que fazer, porque eu era muito vergonhoso, às vezes de eu perguntar, eu falava, ‘vou andar’. Aí teve uma outra vez que eu saí em frente ao Parque Municipal, eu falei ‘aqui já conheço’, foram os lugares assim que eu sempre tinha mais referência. Minha irmã falava assim, ‘leva esse número de telefone,’ na época funcionava cartão de orelhão, aí ela falava assim, ‘você leva esse número de telefone daqui, porque caso você venha a perder ou tenha alguma dificuldade, você me liga e me fala que nome de rua que você tá’, aí não houve essa necessidade, que antes de eu ligar pra ela, eu pegava andando. Mas assim, por eu andar sozinho, rapidinho eu aprendi também, rapidinho! Eu falei assim agora eu aprendi a andar sozinho, não tive dificuldades depois disso. Aí já conseguia pegar as lotações certinho, ir pro trabalho, eu falava, ‘ah tem uma entrevista de emprego, tem um exame médico para fazer em tal lugar, Barro Preto, no Amazonas’, aí era fácil, não tinha dificuldade”.*

Depois de conseguir o trabalho, os primeiros meses de salário foram destinados para organizar um lugar para morar. Ele permaneceu com a irmã por oito meses e, nesse período, foi comprar a mobília e eletrodomésticos essenciais para alugar um *“barracão”*⁴¹. *“Na casa com minha irmã eu fiquei oito meses, depois eu arrumei um local. Ela falou assim ‘óh você começou a trabalhar, você vai comprando suas coisas devagar que você precisa, os itens de casa, igual geladeira, fogão, armário, uma cama, você vai comprando e guardando aqui, na hora que você tiver preparado, você fala assim: estou pronto, se tiver suas coisas, aí você pode procurar um lugar pra você morar’. Foi assim que eu fiz, fui morando lá, trabalhando e comprando as coisas, os itens de casa e aí chegou um ponto eu falei assim, ‘agora você me ajuda procurar o local para poder alugar’, um barracão que eles falam, aí ela foi. Fomos em um bairro que eu queria, que eu já conhecia e não deu certo, o bairro São Gabriel, foi no São Paulo, também*

⁴¹ Barracão ou Barraco é o termo que usam para se referir a moradias geralmente pequenas, com poucos e simples cômodos. Essas construções podem ser mais elaboradas, feitas de alvenaria, ou mais simples, de madeira e lona.

não, aí eu falei assim, ‘eu quero ficar agora entre o Guarani e o Tupi’. Aí foi assim, eu consegui no Tupi, fomos lá e conseguimos um barracão, coloquei minhas coisas e fui morar”.

Já em seu próprio lugar, José Carlos buscava cada vez mais sua autonomia. Morava próximo à irmã, que, mesmo em casas diferentes, fazia questão de ir ajudá-lo na limpeza. Contudo, querendo não ter essa dependência, ele foi assumindo a função. Os cuidados da casa foram ensinados por sua mãe logo cedo – uma espécie de preparação para quando eles fossem *“sair lá pra fora”*. *“Era perto na onde que ela mora, de vez em quando ela ia lá em casa arrumar as coisas pra mim. Aí depois eu disse: ‘não há necessidade mais não, eu chego mais cedo do trabalho, eu consigo’. Pra você ver, quando criança ainda, adolescente, minha mãe falou assim ‘óh eu vou ensinar vocês a fazer as coisas de casa’, igual questão de lavar roupa, cozinhar, passar, engomar, limpar a casa, essas coisas. Mãe falou, ‘oh vocês têm que aprender, pra quando vocês precisar sair lá pra fora, não ter essa dificuldade ou passar necessidade de estar esperando pelos outros fazendo por vocês’. Então eu já saí daqui sabendo fazer tudo, lavar, cozinhar, passar roupa, o necessário, já sabia fazer e não tive dificuldade nessa adaptação”.*

O seu trabalho mais duradouro foi na empresa Coca-Cola como ajudante de entregas, descarregando o caminhão com as mercadorias. Ao descrever seu dia de trabalho, conta que começava muito cedo e não havia horário para terminar, já que fazia entregas na região de Belo Horizonte e cidades vizinhas, tendo que contar com questões logísticas, situações que podem acontecer no trajeto, como trânsito. Por isso, tinha dias que mal descansava e já tinha que se organizar para o dia seguinte. *“A gente saía de casa cedo, entrava na empresa em torno de seis da manhã e não tinha horário pra retornar não, por causa que era entrega. Tem dia que você saía com muita, com pouca. Era Belo Horizonte ou na cidade metropolitana, ia muito em Lagoa Santa, Matozinhos que já era mais retirado, Pedro Leopoldo, Santa Luzia, era onde eu mais fazia as rotas de entrega, eu ficava ali entre Santa Luzia, Matozinhos, Lagoa Santa. Eu era ajudante. Chegava em casa, tinha vez que os meninos falavam assim, porque demorava e não tinha horário para poder voltar, falava assim: ‘hoje você já vai chegar em casa de costas’, que já chega, fica um pouquinho e torna vim de novo voltar pro serviço”.*

Durante os anos que esteve lá, tentava sempre visitar a família nas férias, em datas comemorativas ou em alguma folga mais longa. Além de familiares em Belo Horizonte, José Carlos também tem parentes em São Paulo; dentre os 14 irmãos, a maioria está fora do Quilombo. Eles buscavam combinar as férias no mesmo período para se encontrar. Nesses retornos, faziam aquilo de que mais sentiam falta: idas ao Rio e festas que reuniam a Comunidade, momentos importantes de socialização. *“Vinha todas as férias e mais alguns dias*

de folga ou quando tinha alguma festa comemorativa aqui, de família, aniversário, igual teve aniversário do meu pai, do meu irmão. Uma vez eu combinei com o irmão meu que mora em São Paulo, o caçula da família, a gente combinou numas férias no mês de fevereiro, veio ele e um sobrinho meu que mora lá também. Viemos e fizemos a festa, a gente convida a Comunidade toda, todo mundo é parente, vai batendo de porta em porta. Nessa época não tinha muita comunicação, esse negócio de aplicativo, aí era assim, o convite era você ver a pessoa e falava assim, ‘bora lá em casa, que a gente vai fazer uma festinha lá e tal, só pra gente’. Inclusive tem arquivos, tem fotos aqui, de passeios pra rio, era bom! Aí essa vez a gente combinou de vir pra cá, eu e o outro irmão meu que mora em São Paulo, ele passou em Belo Horizonte, teve lá de um dia pra outro, aí depois vieram na frente, passou uns dois dias por aí, eu saí de férias, aí vim encontrei aqui todo mundo”.

Sabendo que iria à Comunidade, havia uma preparação sobre o que precisava levar. Ele costumava levar presentes para os familiares, principalmente guloseimas para as crianças, como uma forma de continuação do que recebia quando mais novo, dos irmãos mais velhos que vinham para o Quilombo. *“Trazia presente pra quase todo mundo aqui, dos irmãos que estavam aqui, tem meu afilhado, tem a outra sobrinha, a irmã dele. Aí quando é assim, você tem que programar, ‘vou levar uma lembrancinha pra todo mundo’, trazia pra mãe, trazia pro sobrinho, irmão e assim era aquela alegria! Ah, e outra, quando eu era criança, que os outros irmãos meu, que a gente é bastante, eles saíram pra trabalhar, a gente ficava sabendo que estava vindo, aí a gente ficava naquela alegria, ‘oba! Tá trazendo presente, pirulito, bala’, essas coisas, aí a gente ficava na felicidade, eles chegavam e distribuía. Depois eu cresci, falei assim, ‘eu também porque não fazer o mesmo? Vou passear, levo presente, levo bala, levo um bombom, levo um chocolate’ e assim fazia a alegria”.*

No fim das visitas, quando retornava à cidade, não carregava apenas as histórias para contar, mas também aqueles alimentos especiais e característicos da alimentação no Quilombo. *“Levava queijo, requeijão, galinha caipira, feijão pra preparar lá. A gente comia aqui e ainda levava aquela bagagem enorme, você ver que tem uns memes⁴² que fala assim, quando eu vou viajar pro interior como é que eu volto de lá e aí tá lá o feixinho de feijão, de galinha, um cado de coisa assim”.*

Essa escolha de voltar com os alimentos liga-se aos fatores que pesavam na diferenciação entre os dois lugares, não somente da forma diferente em que as comidas eram preparadas, mas quem as preparava. *“O que eu mais sentia falta era da comida, da comida da*

⁴² Memes, no contexto da cultura popular e da *internet*, são publicações que se propagam de forma viral, normalmente por meio de imagens, vídeos ou textos com um conteúdo humorístico, sarcástico ou crítico.

minha mãe e eu tinha muita saudade das carnes que meu pai comprava no mercado, que é aquela carne passada a sol. Ele pegava e comprava aquela peça toda e assava, mãe fazia normal na panela, mas ele gostava de assar na brasa do fogão a lenha, colocava no espeto e botava aquela carne pra assar e depois pegava um prato colocava com farinha, cortava os pedacinhos e comia, era uma delícia! Aquilo ali foi o que mais senti saudade! Logo de manhã, antes de comer qualquer coisa, que as vezes aqui não é igual na cidade que você compra um pão de queijo, um pão, é artesanal, mas nem todo dia faz, igual o bolo, aí o lanche era assim, carne assada na brasa. Assim que era colocado o feijão no fogo que começava a juntar aquelas brasas, pai assava o pedaço de carne, colocava sobre a farinha, cortava e a gente comia”.

A alimentação em Belo Horizonte era distinta, não apenas pela falta dos ingredientes e utensílios tradicionais, mas pelo ritmo da rotina pesada de trabalho, que atrapalhava ter uma alimentação correta, se alimentando muitas vezes em restaurantes nos intervalos. “*Eu alimentava na rua, porque a empresa dava o tíquete de alimentação, a gente não tem ponto fixo, aí almoçava em restaurante. Muitos levava marmita, por eu morar sozinho e chegava sempre à noite, eu não ia fazer marmita, almoçava era marmitex ou se não PF [prato feito]”.*

Avaliando sobre os pontos positivos e negativos, José Carlos lembrou divertidas histórias, de quando o tempo passou e se acostumou com o lugar, da relação de amizade que mantinha com os conterrâneos, dos passeios ao parque, daquilo que conseguiu, mesmo entendendo que suas expectativas eram diferentes.

Com o tempo, criou em Belo Horizonte uma rotina e momentos especiais. “*Eu não tenho o que falar sobre o que foi ruim, foi ruim não, foi tudo bom. Igual eu te falei, teve o período da adaptação, tive um pouco dificuldade, mas depois foi tudo bom. Fiz bastante amizade também, de vizinhos e conterrâneos. Tem muitos conterrâneos, se for aqui na casa da minha tia ali tem, na casa ali da outra tem, qualquer uma dessas casas aqui que você for, tem pessoas que moram lá. A gente ia tendo contato e conseguia reunir, falava assim, ‘ah hoje vou pra casa de fulano, fazer uma farrinha lá, queimar uma carne, aí juntava uma turminha e fazia. Agora uma das coisas que eu adaptei lá, foi fazer piquenique com minha irmã e os sobrinhos, ela gostava. Aos domingos juntava todo mundo, fazia um monte de suco natural, farofa, para não precisar chegar lá e ter que gastar, já levava de casa as comidas, salgado. Aí ia eu, minha irmã, meus sobrinhos, vizinhos, ia pro Parque Municipal chegava lá, marcava nosso território, colocava uns lençol, já ficava ali naquele espaço debaixo de uma árvore. Ali a gente ficava, dormia quem quisesse dormir, quem quisesse brincar como os meninos ia brincar de futebol, daqueles brinquedos que tem lá. Eu comprava um jornal ia ler, daqui a pouco eu dormia, arrumava umas paquerinhas por ali, com as vizinhas do bairro [risos]”.*

Ao longo dos anos, aqueles sobrinhos pequenos que o receberam, foram crescendo e perdendo o entusiasmo pelos piqueniques – foi a vida acontecendo e se transformando. *“Meus sobrinhos foram crescendo e perdendo o interesse, aí eu lembro como hoje, um dia que ela tentou, fez de tudo, eles tinham falado que não queria ir. Até que ela convenceu e falou assim, ‘podem ter certeza que hoje é o último piquenique que eu estou fazendo, porque vocês já não são mais crianças, não quer mais aproveitar igual antes’. No finalzinho, que estava perto da gente ir embora, o sol já se pondo assim, ela disse: ‘a partir de hoje não vai ter mais piquenique, porque vocês não são mais interessados’, aí acabou. Era bom, nossa! Era divertido! Ia cedo, o dia passava e a gente nem percebia. Aí eu passei a ir sozinho”.*

Mesmo tendo ficado a maior parte do seu tempo trabalhando, foi possível ter momentos de lazer que criaram boas memórias. *“Tem muita coisa assim que eu aproveitei. Lá trabalhei muito, trabalho pesado e não perdia tempo, mas o que eu pude aproveitar, tem boas lembrança de lá, então tem a referência, se for pra mim voltar pra lá, tem boas lembrança, saudade de coisas que aconteceu lá”.*

A sua volta ao Quilombo em 2015 foi motivada pelo adoecimento do seu pai. Ele, um irmão que estava em São Paulo e o outro que vivia em Praia se revezavam para acompanhá-lo no tratamento, que muitas vezes ficava em internação em Montes Claros. *“Graças a minha irmã eu fiquei esse tempo todo, teria ficado mais, mas por um motivo especial eu acabei voltando. Foi um período que meu pai teve doente, eu vim ficar com ele um tempo, ficou uma pessoa muito debilitada, a saúde dele e ele ficou bem enfermo mesmo, aí foi onde é que eu retornei. Vim pra ajudar no tratamento, acompanhar e levar pro tratamento. Eu voltei pra cá em 2015. Aí nesse intervalo eu tive aqui, o pessoal falou assim, ‘ah permanece aí’, depois que ele veio a óbito. Aí o pessoal da família, prima conhecida aqui me falou, ‘não, fica com a sua mãe, não retorna não’, que a intenção minha era voltar de novo, então hoje eu não estaria aqui, eu estaria em Belo Horizonte de novo, porque assim que ele veio a óbito, passou uns dias, eu falei assim, vou retornar para lá, acabei ficando por aqui e estou aqui até hoje, se marcar já tem uns sete anos, seis anos”.*

Esteve com seu pai até o falecimento. Seu outro irmão retornou para São Paulo, mas ele ficou, sentiu que precisava cuidar da sua mãe. A sua readaptação à calma do lugar foi processual, vinha de um ritmo corrido do trabalho em uma grande cidade, embora, estivesse nesse tempo mais preocupado e atarefado com a doença de seu pai. *“Foi assim um pouco diferente, porque você sai do padrão de cidade grande, correria, aí chegou aqui aquela calma. Aqui é uma paz, a noite você vê aquele silêncio, você dorme, de manhã o cantar dos pássaros, mas não foi tão tranquilo, porque nos dias durante a semana, eu saía pra*

acompanhar meu pai, aí a gente saía muito cedo daqui, um dia sim, um dia não, aí não foi tão assim parado, mas foi um pouco difícil para adaptar de novo, por causa da rotina de lá da cidade grande, corrido, tudo é muito corrido, agitado”.

Passando-se os anos, José Carlos se casou, teve filhos, conseguiu um novo trabalho em Matias Cardoso e segue podendo viver os momentos que, estando fora, não conseguia, como as festas e as reuniões. Conta que, muitas vezes, pensa em voltar a Belo Horizonte, pois sente que agora, depois de ter adquirido experiência e maturidade, conseguiria se sair melhor. *“Ainda penso em voltar, porque nem tudo a gente consegue aqui. Pelo menos, particularmente, eu estou conseguindo aqui, mas nem sempre as expectativas batem. Se eu tivesse pensado, eu teria feito diferente para não tá hoje aqui tentando voltar pra lá de novo, mas você sabe, tudo a gente tem o aprendizado, cada erro que a gente faz. Tenho vontade de voltar, tenho proposta. Igual essa irmã minha, sobrinhos, que hoje são maduros, já trabalha, já tem o sustento próprio. Um sobrinho meu formou em administração, ele quer muito que eu volto pra lá. Hoje eu tenho família, tenho uma filha⁴³, vai fazer três aninhos, isso também influencia, é, por conta da família e outra também, junto com minha esposa lá, pode ser que a gente tenha mais oportunidade. A princípio eu ia só, mas depois que ela fosse”.*

Severino

Severino é um senhor de 83 anos, conforme consta no registro de nascimento, embora provavelmente seja mais velho, devido às dificuldades para emissão das documentações na época. Os registros eram feitos tempos depois, e tentava-se estimar o ano do nascimento com base em memórias de acontecimentos marcantes, como chuva, cheia do rio. Segundo ele, *“botou 1942, mas lembro que já tinha nascido a muito tempo [estalada de dedos], não gravava a data certa pra poder registrar a pessoa e as vezes registrava a menos ou mais”.*

Ele é vazanteiro e quilombola do Quilombo de Praia, casado com Dona Maria Luiza, com quem mora; os filhos, já adultos, já não moram com o casal. Além do seu conhecimento com as atividades da lida nas plantações de suas roças, já foi comerciante e viveu muito tempo fora, trabalhando em diferentes localidades, de jovem até pai de família.

⁴³ No ano seguinte, José Carlos teve mais um filho.

Foto 33: Severino



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2022.

Severino tem copiosas lembranças das suas mobilidades, disse ter *“cortado muito trecho”* e *“rodado meio mundo”*. Sua primeira saída foi motivada por uma exigência de seu pai, que via uma forma de *“aprender a trabalhar”* e adquirir experiência. Para seu pai, o único legado possível seria o trabalho, para que assim, com suas próprias mãos, pudesse ir em busca de seu sustento. *“Quando foi um dia pai falou assim: ‘você tem que sair fora pra você trabalhar, porque tem que aprender trabalhar, esse recurso que a gente tem, você está vendo aí, isso acaba, o recurso acaba e na hora que esse recurso acabar você vai viver de que? Não sabe trabalhar’*. Aí eu saí fora uns tempos pra aprender trabalhar, quando eu aprendi trabalhar que eu voltei pra casa ele falou: *‘agora não precisa fazer mais nada, já sabe trabalhar, quando esse recurso acabar você já sabe de que vai viver, é do trabalho’*. Foi isso justamente o que aconteceu, eu nadei nesse recurso muito tempo e quando eu casei que veio a meninada o recurso shiu, acabou”.

Essa saída não foi para muito longe e sim para fazendas próximas, onde desempenhava trabalhos manuais, que como disse, hoje ninguém mais deseja realizar. *“Plantava capim, mexia com terra pra plantar, nessa fazenda, eles juntava o pessoal pra trabalhar lá. Não sabia por uma enxada no cabo e fiquei lá praticamente morando, que não dava pra ir e vim todo dia. Lá eu aprendi trabalho de enxada, de foice, de machado, nada disso eu sabia. Machado naquela época era uma profissão, que hoje é uma profissão que ninguém quer, camarada as vezes dá mil reais num motosserra, mas não dá dez no machado”*.

Depois de seu casamento com Dona Maria Luiza e o nascimento dos filhos, as mobilidades vieram como uma urgência em ter recursos para manter as crianças. Citou diversos dos trabalhos que teve, serviço “*pesado*”, em carvoaria, em obras, até encontrar uma firma em Belo Horizonte. *“Eu tive que pular no pesado, aí foi onde eu trabalhei muitas peças de serviço, de carvoeira, de vigilante de obra, tudo eu trabalhei. Aí vim melhorar um pouco depois que eu arrumei uma firma que esse menino meu foi pra lá agora, aprendeu o mesmo serviço que eu trabalhava, pesquisa sobre solo. Aí eu ganhava um dinheiro mais suficiente, dava pra manter a família sem sofrer tanto e era um dinheiro desenvolvido, naquele tempo quando eu ganhava menos, era dois salários, dois e meio, três salário. Por que aqui ninguém ganhava nenhum, caçava pra ganhar um salário mínimo aqui não achava, tinha que sair pra fora pra ganhar esse dinheiro. Foi aonde eu rodei esse meio mundo por causa disso, porque a nossa região pra ganhar era muito fraca ou saía pra fora ou ficava sofrendo aqui passando até fome”*.

Severino narrou sobre os longos anos em que trabalhou para essa empresa de pesquisas sobre o solo, que era estabelecida em Belo Horizonte, mas ofertava seus serviços para mais lugares, viajando constantemente. Teve que morar vinte anos sozinho em Belo Horizonte, em um constante ir e vir, retornando por períodos que variavam, dependendo das demandas do trabalho. *“Em Belo Horizonte foi vinte anos de serviço lá dentro, morei vinte anos sozinho e com a família foi só sete anos. Quando eu comecei a trabalhar lá, eu ia sozinho, ficava um mês, dois meses, três meses e a família ficava aqui nesse lugar que eu estou, só não a casa, que a casa era outra que tinha do lado. A família ficava e eu vinha aqui a cada noventa, sessenta, trinta dias, quando estava mais fraco de serviço me liberava e eu vinha. Lá era fichado em Belo Horizonte, mas trabalhava pra aquela região toda, de São Paulo a Salvador, pra todo canto eles mandavam a gente pra trabalhar. É uma firma de pesquisa sobre solo, pra asfalto, fazer prédio, se encontra algum ouro, minério de ferro, tudo a gente pesquisava. É uma máquina que puxa o chão e vai colhendo o material, aí o técnico vai e olha e vai classificando e botando nas caixas e levando pro laboratório. Esse menino meu já chegou trabalhar nesse serviço aí, e eu tenho um que trabalha até hoje, dos mais velhos, está lá até hoje”*.

Essa oportunidade para o trabalho surgiu por meio de equipes que estavam realizando serviços no Projeto Jaíba, que, desde sua implantação, gerou na região uma grande rotatividade de prestadores de serviços e empresas. Essa movimentação acabou influenciando em ofertas de trabalhos para os moradores do Quilombo.

“Eu era comerciante em Jaíba e os caras vieram fazer uma pesquisa, ficavam morando na pensão e o bar que eu tinha era de frente, lá era o ponto deles beber. Aí tomou conhecimento comigo, o encarregado e os engenheiros, acabou o serviço eles foram embora, eu continuei lá.

Quando o bar acabou, eu parti pra carvoeira, fui cortar lenha pros outros, encher forno, lá em Jaíba, morei sete anos, foi trabalho pesado! Aí chegaram nesse Projeto Jaíba, eles pegaram uma obra muito grande, esses canal ali que travessa a BR. Foi direto lá no bar, chegou não tinha mais, aí foi perguntar: ‘cadê Severino?’, deram o endereço onde é que eu morava e foi lá, chegou e perguntou a minha mulher: ‘cadê severino Dona Maria?’, ‘ah rapaz, ele está socado dentro dessas carvoeira, quebrou, está trabalhando por aí’. O chefe falou: ‘quando ele chegar aqui, manda ir lá no Mocambinho que eu estou lá, isso aí não é serviço pra ele’. Eu não entendia nada desse negócio de pesquisa, entrei já velho e não aprendi quase. Quando eu cheguei, a mulher falou comigo, ‘mas como que eu vou?’, ‘pega uma carona de qualquer jeito e vai, tem que ir’. Aí eu fui, quando cheguei ele me recebeu, ‘você não vai nem em casa agora’, só levei a roupa que eu fui vestido, ‘nos dá jeito ne roupa, vai trabalhar aqui quinze dias, com quinze dias é que você vai em casa’. Eu fiquei lá treinando e com quinze dias eu vim em casa pegar as coisas minha e fui indo pra lá”.

Depois de aprender o trabalho e se estabelecer em Belo Horizonte, conseguiu também vagas para seus filhos. Permaneceu na empresa cerca de dez anos, e depois mudou para outra do mesmo ramo. O conhecimento adquirido o ajudava no trato com os contratantes, auxiliando os seus filhos e buscando ter seus direitos preservados. “Essa firma eu trabalhei nela praticamente mais de 10 anos, foi ela que me ensinou trabalhar. Primeiro eu levei meu filho mais velho, eu vim aqui passear e estava ruim de serviço, ele tomava conta da propriedade aqui vizinha, aí o dono falou: ‘eu não estou podendo sustentar você aqui mais, porque as coisas tá difícil’ e roça não podia tocar porque não estava conseguindo emprego. Aí ele ficou num beco sem saída e eu vim passear aqui, cheguei aqui e ele falou: ‘vou com o senhor pra lá’, aí eu levei ele.

Eu tinha saído dessa firma que eu estava e tinha deixado engatilhado numa empresa maior do que essa, a PROGEO. Aí eu liguei se podia levar um companheiro, eles deixaram e eu levei. Chegando lá a fila estava como daqui lá na casa de compadre Manoel, pra entrar pra fichar, aí ele falou: ‘êh pai, nós vamos pegar daqui, quando chegar lá não tem vaga mais não’, eu falei, ‘nós não vamos pegar essa fila aí não meu filho, vamos direto no escritório’, ele falou: ‘e pode?’, eu falei, ‘pode [risos], eu tenho contato com os homem’. Cheguei na portaria e pra começar o sobrenome do homem era o mesmo meu, Miranda [risos]. Eu falei: ‘o doutor Miranda está aí?’, ninguém me conhecia lá dentro da firma, aí a moça falou: ‘está lá dentro do escritório dele’, eu queria falar com ele, aí falou: ‘é, mas não pode entrar não’, eu falei: ‘não, eu quero falar com ele, falou que quando eu chegasse aqui que procurasse ele, como que não pode entrar?’. Aí ela foi lá e falou com ele e ele falou assim: ‘o Miranda está aí? Manda

entrar'. Aí já entrei e ela achou até que eu era família dele [risos].

Quando foi fazer a ficha, o menino meu nunca tinha trabalhado fichado, a carteira era branca e ele não quis fichar, falou assim: 'eu não vou fichar seu filho, vou fichar você', eu falei: 'se não fichar ele, pode dar baixa, porque sem ele eu não fico, eu trouxe ele pra aqui, ele não conhece nada e eu vou deixar ele solto? Não, não posso fazer isso'. Aí ele falou: 'eu posso assinar a carteira dele como servente'. Eu falei: 'também não, não é obra civil, oito horas que nós vamos trabalhar, como é que pode ser servente? Tem que ser auxiliar ou ajudante de produção'. Ele falou: 'posso pôr como ajudante?', eu: 'pode', aí botou como ajudante de produção. Olhou pro menino assim e falou: 'esse menino aí é novo, ele pode aprender', aí o Miranda falou: 'se com quinze dias eu não conhecer nada desse trem aqui, pode me mandar embora'. Quando foi com quinze dias ele voltou lá, já estava era operando as máquinas, aí ele até falou assim: 'ué, você estava era me enganando, você sabe fazer o serviço e disse que não sabia'. Foi aí que eu fiquei muito tempo nessa firma, muito grande lá, manda a gente pra tudo quanto é canto, pro Pará, pra todo canto".

Foram vinte anos "no vai e vem", até que, em razão de um problema de saúde de Dona Maria Luiza, sua esposa, ela e os filhos passaram a morar em Belo Horizonte. "Morei lá vinte anos sozinho, sem a família. Trabalhava lá e vinha pra aqui, tornava voltar pra lá, aqui era assim, no vai e vem. Aí depois a mulher adoeceu tive que levar ela pra lá, aí já mudou, nós teve que mudar todo mundo pra lá e moramos sete anos. Com sete anos ela melhorou, ela veio embora e eu fiquei ainda dois anos lá. Depois dos dois anos vim embora e não voltei mais não. A minha sorte que quando ela estava doente, eu estava fichado nessa firma, aí eu trabalhava ne Uberlândia e vinha de quinze em quinze dias visitar ela".

Depois que enfrentaram o problema de saúde de Maria Luiza, Seu Severino permaneceu por cerca de mais dois anos e depois retornou de vez para o Quilombo, mas seus filhos continuaram nas idas e vindas, tendo eles, agora, suas próprias trajetórias de mobilidades. "Meu filho ficou lá, tanto que eu vim embora, saí da empresa e ele ficou nela, ainda foi pro Pará, foi mexer com construir cano. Depois que ele saiu e entrou nessa primeira firma que eu entrei. Veio pra aqui, começou a namorar uma menina daqui, daqui a pouco casou, quando ele casou, chegou lá a firma mandou ele ir embora, ele falou: 'quando eu precisava mais do homem, o homem manda embora', aí ficou lá sem opção, falou: 'vou dar um passeio em casa', aí veio pra aqui, chegou aqui e 'pai, eu vou ficar uns dias por aqui', eu falei: 'pode meu filho, não tem problema'. Aí começou a topar roça aqui, aí depois ele gostou do trabalho aqui, foi lá e vendeu as coisinhas dele e já veio direito trabalhar por aqui, depois ele comprou um sítiozinho aqui pro lado da Nova Era, está lá com a família".

Após ter me contado sobre suas andanças por Belo Horizonte, Severino acabou regressando a outras saídas, como quando foi a São Paulo para o corte de cana de açúcar – a pior experiência que teve. Foi *“pego a laço”*. *“São Paulo eu sofri demais, vixe! Eu trabalhava numa empresa do estado, a RURALMINAS, trabalhei oito anos nela. Quando eu sai da RURALMINAS, chegou uma turma de uns cara lá de São Paulo fichando pra usina que tem em Ribeirão Preto, [usina de cana-de-açúcar], estava pegando a laço⁴⁴ [risos], levaram pra lá com salário alto, chegava lá, que salário esse que ia ganhar nada moça! Era mentira, mentira pura! Falavam que tinha tantos salários que você ia ganhar lá, aí a gente foi na conversa e foi com muita gente, muitos fugiu”*.

Foi um trabalho análogo à escravidão, sendo ludibriado por falsas promessas e exposto a péssimas condições de acomodação e trabalho. *“Deu o ônibus pra vim buscar, saiu lotados os ônibus e levava pra lá, quando chegava lá era tudo diferente, não era o que eles falava pra gente. Aí já estava lá, o cara sem dinheiro, como é que vem? Aí quando via, todo dia fugia um e largava documento pra trás, o cara vinha embora e o documento ficava preso lá na empresa, na usina. Aí aquele que ia embora, às vezes tinha feito um adiantamento, o que ficava tinha que pagar. Rolou uns dois meses, quando vinha os envelopes, êpa! Sem nada, só os vales, aí falei: ‘cadê o dinheiro?’ ‘O dinheiro é pra pagar fulano, fulano e fulano que fugiu, não posso perder não, vocês veio mais eles, vocês que vai pagar’. Era assim direto, ninguém podia falar nada, porque, como diz meu pai: ‘cavalo criado não dá coice’*.

Foi complicado sair dessa situação. Muitos fugiram, deixando seus documentos retidos pelos contratantes, e aqueles que ficavam, assumiam a “dívida” pelos fugitivos. Viveram vários tipos de violações, perdendo suas liberdades, *“o alojamento lá era grande e o portão, as peças era dessa grossura de ferro, era dois homens pra abrir o portão, entrava lá dentro eles batiam o cadeado e pronto, não saía pra lugar nenhum, trancava, era um presídio quase”*.

Seu Severino só saiu do alojamento em um episódio no qual a dona da firma chamou a polícia devido a uma comemoração entre os trabalhadores. O que impressiona é que, mesmo com a polícia, só conseguiu sair com os documentos, sem receber nada pelo seu trabalho. Ainda assim, muitos, por medo, permaneceram. *“Quando foi um dia combinei com o porteiro lá de dar uma saidinha, dobrei ele e me liberou sair. Fui numa cidadezinha que tinha lá pregado, chama Cândida, lá tinha um alambique, eu comprei cinco litros de cachaça [risos]. Eu vim*

⁴⁴ A expressão “pegar a laço” costuma aparecer de forma naturalizada em referência a um sombrio histórico de violências contra mulheres indígenas. Nessa fala, o significado é contrário, representa o grande número de trabalhadores que foram levados para o trabalho, mas ainda assim, indica um nível de abuso devido às condições encontradas.

com esse trem, entrei lá dentro do alojamento, daí a pouco até o porteiro estava bêbado. A mulher achou ruim, a dona da firma que morava lá, uma viúva. Ligou pros homens, aí encheu de polícia lá, falou: ‘qual é o bravo que tem aí?’, falei: ‘aqui não tem ninguém bravo, tem gente aqui revoltado que trabalha e não recebe, é isso que está acontecendo aqui’. Ele falou pra acertar, o delegado falou: ‘paga todo mundo’, ela falou: ‘vou pagar não, tomei prejuízo nessa jogada aí, sai daqui não sai um centavo’. Aí eu falei: ‘meu documento está preso’, falou: ‘libera pelo menos o documento deles e dá baixa na carteira’. Deu baixa nas carteiras e os companheiro meu ficou lá, teve coragem de sair não, eu sai sem nada e vim embora”.

O retorno de São Paulo foi complicado, pois ele não havia recebido o salário. Procurou albergues – locais que ofereciam abrigo e apoio a pessoas em deslocamento –, conseguindo passagens para algumas cidades, mas apenas dentro do estado de São Paulo. “Dormia nos albergues, aí explicava a situação que estava passando e lá almoçava, jantava e foi indo até chegou um lugar que não tinha mais pra onde sair. No albergue eles não dava o dinheiro, dava a passagem, pra quem quisesse ir, mas só dava dentro do estado, pra vim aqui pra Minas não dava. Aí nós veio, quando chegou numa cidadezinha pequena que tem perto de Uberaba, ela chama Ituverava, ainda é estado de São Paulo, eu perguntei o motorista: ‘tem albergue nessa cidade?’, ele falou assim: ‘tem não’, ‘tem delegacia?’, ‘também não’, ‘tem prefeitura?’ ‘também não’, falei: ‘não dá pra mim, aí ele falou: ‘aonde tem é ne Uberaba, tudo isso aí que você está falando’. Aí eu falei: ‘que jeito que faz pra nos levar até lá? Porque o pago foi só até aqui’, ele falou: ‘você fica quieto aí, não sai, na hora que passar de Ituverava, o motorista não está sabendo se você desceu nem se seguiu e lá ne Uberaba você desce’. Foi assim que nós fizemos, quando chegou ne Uberaba nós desceu. Lá a cidade é muito grande, não achamos o albergue, ficamos na estação de trem que já estava assim de gente que não tinha lugar de ficar. De lá nós consegui passe pra Ibiá, de Ibiá nós não achou mais nada, aí viemos pra Patrocínio derriçar café”.

Contando com a ajuda do motorista, chegaram em Minas Gerais, até que conseguiram uma proposta para trabalhar na colheita de café em Patrocínio. Mais uma vez, enganados, já que na hora de irem embora, o dono da fazenda disse que o trabalho foi em troca da alimentação e alojamento. Seu Severino vendeu suas roupas para tentar angariar dinheiro, que conseguiu comprar uma passagem, mas não até o destino final, que teve que fazer caminhando e procurando caronas pelo caminho. “Nós foi pra lá e também não ganhamos dinheiro [risos], porque o cara falou assim: ‘dá uma paradinha aqui pra descansar e tal, você dá eles comida, bebida e vão trabalhando aí’. Nós era treze, aí quando chegou dentro do ônibus, já tinha trabalhado uma quinzena ali, chamei ele pra acertar e ele: ‘não, vocês não ganharam dinheiro

aqui não, ganhou alimentação, faltou alguma coisa pra vocês?’ ‘Não’, ‘pois é, é o que vocês ia ganhar aqui era isso’. Não tinha falado com nós que era pra ganhar nada. Aí eu vendi até a derradeira peça de roupa, fiquei com a roupa do corpo, aí apuremos o dinheiro, pegamos o ônibus e deu pra rodar um bocado e o resto nós tirou na canela, a pé. Foi até que eu achei um caminhoneiro conhecido da RURALMINASS, aí ele deu carona pra nós e viemos até Jaíba”.

Foram muitas mobilidades desgastantes. Severino externaliza todo sofrimento que sentiu. *“Cortei trecho, eu sofri moça! Foi difícil, sofri muito! Aí nós não deu vontade de sair mais não, é ficar quieto aí. Quando eu vim de Belo Horizonte pra aqui, aí que eu não saí mais pra canto nenhum. Também a idade foi avançando, não dá pra trabalhar mais”.*

Com o acúmulo desses anos de trabalho pesado e por conta do avançar da idade, decidiu não sair mais e permanecer no Quilombo, onde voltou para rotina da lida na roça – que também não é fácil, considerando que, nos últimos anos, produtos como o milho estão difíceis de colher. *“É mexendo com roça, plantando milho, plantando feijão, feijão ainda hoje dá, mas o milho não tá dando. Forma bom, na época de vingar a chuva acaba, aí pronto. Tá chovendo pouco, aqui antigamente chovia seis meses, hoje não está chovendo nem quatro. Mudou o tempo, o tempo muda”.*

Mas seu retorno veio cheio de saudades, de voltar para o lugar que ele nunca esqueceu, que nasceu e foi criado, pois o que o fez sair foi a *“precisão”*. *“Sentia saudade, foi por isso que eu vim embora pra aqui, porque nunca esqueci, nasci e criei aqui sem sair pra lugar nenhum, aí quando a precisão nos mandou sair, aí tive que sair”.*

Manoel Caboclo

No capítulo I, Manoel Caboclo me narrou sobre a vinda de sua família de Pernambuco. Chegou ao Quilombo de Praia em 1958, com apenas oito anos de idade, cresceu no lugar e desde jovem aprendeu a plantar no sequeiro, na vazante e pescar. Ele é cunhado de Severino e irmão de Maria Luiza, tem 75 anos e se autoidentifica como vazanteiro e quilombola. Teve nove filhos com Dona Maria, nascida no Quilombo; criaram alguns netos e moravam com uma das filhas, que estava começando a construção da própria casa no quintal dos pais. Desde que chegou, Seu Manoel saiu de Praia uma única vez, quando foi trabalhar em São Paulo.

Foto 34: Manoel Caboclo



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2022.

A vinda de sua família de Pernambuco para Matias Cardoso foi uma busca por moradia, quando passaram a ter um “lugar”. A maior parte de sua vida transcorreu em Praia, onde foi socializado dentro dos costumes locais. Sua experiência de sair para São Paulo, em 1974, foi diferente e causou estranheza.

Já adulto, realizava alguns serviços em fazendas próximas ao Quilombo, mas decidiu “sair pra fora”, pois não estava conseguindo dinheiro suficiente em troca de muito trabalho, um “serviço brabo”, além do objetivo de conseguir recursos para o casamento e ajudar seu pai na roça. “Eu fui pra São Paulo, mas foi pouco tempo, foi questão de um ano e pouco, porque na época, foi em [19]74, pai tinha esse terreninho aqui e o que é que acontece? Quando eu saí daqui eu não queria, saí em questão de situação que a gente não ganhava um dinheirinho aqui, era serviço brabo e a gente não ganhava dinheiro. Você trabalhava pra essas fazendas aí, ficava a troca do comer, quando chegava o tempo de receber, a inflação já tinha comido o dinheiro todo. Aí eu saí, fiquei lá um ano e meio pra dois, fiquei com dó de pai que ele ficou sozinho aqui, mais uma irmã minha, eu falei, vou embora pontar pai, só tem eu, meu irmão mais velho já era casado, estava trabalhando fora pra aqui, pra acolá nessas fazendas. Falei, eu vou ficar mais ele, ele já tá de idade e eu vou ajudar na roça, ele tem vontade de fazer uma coisinha lá e ele tá devagar. Aí vim pra ajudar!”.

Permaneceu cerca de dois anos em São Paulo, onde trabalhou em uma empresa de refrigeração como montador. Ao falar sobre essa saída, sempre remete ao seu retorno, que,

segundo ele, foi rápido. *“Lá em São Paulo, eu trabalhava numa montadora de circulador de ar, chamava Bom Clima. Lá trabalhava fazendo motor pra geladeira, motor pra refrigerador e montando circulador de ar, fazia e exportava muitas coisas. Morei lá um ano e meio pra dois, aí saí e vim embora”*.

Teve ciência dessa oportunidade de trabalho a partir da informação de amigos e primos que, ao voltarem para visitar o Quilombo, contavam sobre como era em São Paulo. Perguntaram se gostaria de ir, pois teria muito emprego e com bom salário, mas como relembra Seu Manoel, era serviço de construção civil, muito *“pesado”*. *“Aqui já tinha uns amigos meu que tinha ido pra São Paulo, há uns dois, três anos. Veio passear e informou, ‘eu trabalho lá e tal, lá é bom pra ganhar um dinheirinho’ e falou: ‘você quer ir pra lá? Lá tem muito serviço!’. Mas os serviços de lá era construção civil. Aí eu fui com eles. Tinha um ônibus velho que nós ia até Januária, de Januária pra lá nós pegava uma condição melhor, parece que era Viação Impala, e fui pra São Paulo. Esses amigos veio aqui passear e me falou, ‘lá é bom pra ganhar um dinheirinho e tal, tem muito emprego’. Eu fui, mas era construção civil, cheguei lá, nossa mãe! Era pesado viu!”*.

Seu Manoel ressalta o quanto o serviço era pesado, o que transparecia na própria feição de seus primos. Conta que a firma que o contratou era conhecida pelos paulistanos como *“mansa baiano”*, uma nomenclatura xenofóbica que agrupava todos os migrantes trabalhadores de diferentes origens na categoria de “baiano”, além da violência dessa representação de um trabalho que doma e domestica. *“Esses primos meu mesmo estava isso aqui dele tá tudo arrancado o couro, de tanto carregar lata de concreto, naquele tempo não tinha o que tem hoje não, naquele tempo era osso viu? Lata de concreto pra subir descer escada, limpeza ne prédio e tal. Aí eu falei, tá bom, mas depois outro colega falou, ‘não, na firma que eu trabalho tá fichando’, mas a firma era bruta, lá chamava Mansa Baiano, os paulistas lá chamava de Mansa Baiano, era bruta, serviço químico muito bruto, só que eu não fui parar com química não. Era mexer com tinta, com aquele tine que lava material pra tirar ferrugem e aí eu não fui pra essa área não, minha área foi outra”*.

Dentro dessa firma, Seu Manoel foi mudando de funções para serviços mais leves, o que chamou atenção dos outros que estavam há mais tempo. Segundo ele, a falta de *“cultura”* deles era maior que a sua, por isso enfrentavam mais dificuldades. *“Eu cheguei lá e eu fui pegar peça ne uma firma pra outra, pra levar pra montagem e tal, depois me tiraram daí e fui pra seção de embalagem, aí fui pra seção de expedição e fui assim rapidinho. Tanto que teve até uns amigos lá que já era bem mais velho, ficou ciumando de mim, porque eles foram me tirando pra um serviço mais leve, ‘nós aqui tá com cinco, seis anos’. Mas eles não tinham cultura*

nenhuma na época moça, era pior do que eu, eu achava que eu estava no fundo do poço, eles estavam mais, não sabia nem assinar o nome. Aí fui, até depois eu falei, ‘eu já nem quero mais, eu vou embora’”.

Morou na Zona Norte de São Paulo, em uma região que disse ser muito perigosa, e o seu trabalho era na Barra Funda, sendo um trajeto longo. *“Eu morava no bairro Cachoeirinha. O bairro chamava Jardim Vista Alegre. Perto de um bairro que chama Brasilândia, bairro perigoso na época e eu trabalhava na Barra Funda, Rua Lopes de Oliveira”.* Expressou um pouco das suas primeiras impressões quando, enfim, chegou à cidade – foi um grande estranhamento, uma sensação de que havia chegado a outro país, a um lugar nunca antes visto por ele. *“Nossa mãe, quando eu desci, eu achei que eu estava, parece que não era nem no Brasil, tanto carro, Deus me livre!”.*

No trajeto de ida, em uma parada na cidade de Januária, encontrou uma turma que estava voltando de São Paulo; um deles o chamou para conversar e disse que lá era como o inferno, o que fez com que o resto da viagem amargasse de medo. *“Quando eu cheguei em Januária, o cara me assombrou, falou assim: ‘pra onde é que o senhor vai irmão?’ Vinha uma turma de São Paulo, ‘vou pra São Paulo’, ‘você já foi no inferno?’ ‘Não, graças a Deus não’. ‘Pois lá é o inferno, eu estou vindo e lá não vou mais não’. ‘Você tá doido moço, eu estou caçando melhoria, você fala que eu vou pro inferno, Deus me livre!’”.*

O que o ajudou na chegada foi estar acompanhado do amigo que conhecia São Paulo. Hoje, ao contar essas histórias, fala das localidades com facilidade e conhecimento. *“Cheguei lá em São Paulo, moça! Na hora que eu desembarquei na estação, a rodoviária nessa época era bem no centro velho de São Paulo, na Duque de Caxias, atravessava a Avenida Rio Branco, que segue assim a Duque de Caxias [demonstra com as mãos]. Eu desembarquei lá e falei ‘rapaz, fiquei perdidinho’, aí o colega meu já era acostumado, já tinha ido lá e tal. Pegou uma escada, descemos, fomos pra um ponto de táxi embaixo, daqui a pouco sai chegando táxi, encostando, ‘qual o destino?’ ‘Destino é esse aqui’, entrega o endereço, sumiu com nós, foi levar lá pra esse local que eu fui morar, Vista Alegre. Morei uns dois anos, perto de dois anos, um ano e nove meses, um ano e onze meses mais ou menos, vim embora e não voltei mais lá, pra trabalhar não, só dá umas rodadinhas aqui e acolá”.*

Depois dessa experiência, São Paulo se tornou lugar de passeio para rever filhos e parentes. Hoje, conta que não gosta mais de viajar, embora tenha feito muitas viagens para cursos e intercâmbios entre comunidades, organizados por agências governamentais. Ao retornar a Praia foi *“mexer com roça”* e a participar das reuniões de articulação do Quilombo, onde é figura sempre presente. *“Lá nesse lugar não voltei mais não e eu tenho parente, tenho*

primo que mora lá, primo legítimo que saiu de Pernambuco procurou nós e achou. Daqui sempre a gente tem comunicação com eles. Meu menino tá doido pra mim ir passear, que ele mora em Ferraz de Vasconcelos, tá querendo que eu vá passear lá e eu amarrando, não gosto muito de viagem. Viagem longa assim de dias não, a gente vai ficando velho, já não gosta muito, eu nunca fui de gostar de viajar tantos dias. Mas até tenho dado sorte pra viajar, já viajei um bocado. Fui pro Rio de Janeiro, Cuiabá, Bahia aqui pra baixo, aqui pra Maracas, tudo já rodei. Arrumaram uns passeios pra mim e vamos. Esse de Maracas foi de graça, ne Cuiabá foi de graça, fui num evento de apicultor, criador de abelha”.

Mesmo relatando sobre a dureza do trabalho em São Paulo, sua decisão de voltar foi pensando no Quilombo, no seu pai e na sua promessa de voltar. *“Eu fiz assim, eu não abusei pra sair, eu contei minha realidade, quero sair por isso e isso, porque eles fizeram muitas perguntas, ‘é a firma que o senhor não tá gostando? Alguém lhe abusou?’ ‘Não, ninguém me abusou, aqui tudo é amigo, tudo é beleza, a firma é boa, é porque é uma questão que eu prometi pra meu pai que eu ia voltar, que eu não ia ficar muito tempo, que eu deixei ele sozinho lá’. ‘Então o senhor quer voltar pra dar uma força pro seu pai?’ E vim embora. Aí venci essa etapa e vim embora, cheguei aqui, pronto, aí mudei de ideia, casei, criei a família, aí vêm os netinhos”.*

Era um grande desejo seu e de seu pai poder cuidar da roça, do *“pedacinho de terra”* que era um sonho, e assim retornou para essa missão. Com o dinheiro que trouxe, conseguiu construir uma casa, onde estávamos conversando. Em dois anos, se casou com Dona Maria, que conheceu desde criança. Ela, nascida no lugar, nunca saiu, pois como seu Manoel diz, *“tem seu umbigo enterrado”*. *“Eu não queria deixar pai sozinho, ele já estava com uns 50 anos e sozinho aqui. Eu falei: ‘eu vou, prometi a ele que eu ia morar lá’ Sempre nós tinha o sonho de ter um pedacinho de terra, aí eu vim e continuei. Trouxe um dinheirinho pouquinho, não foi esse dinheirão não, na época o dinheirinho pouquinho, já deu para arrumar o barraquinho, arrumar umas coisinhas para poder preparar para o casamento. Com dois anos eu casei. Já conhecia ela, porque nós praticamente foi criado pertinho um do outro, desde que eu cheguei de Pernambuco. Ela morava mais o pai dela, estava pequena, é daqui mesmo, mineira, só que os pais dela eram baianos também, não eram bem mineiros daqui não. O dinheiro de São Paulo ajudou pra arrumar, já passei um pouquinho pra pai para ajudar na luta dele e aí nós fomos organizando e morando por aqui mesmo e estamos aqui agora, não tem mais jeito não”.*

Seu Manoel, ao narrar as diferenças que sentiu em São Paulo, dizia não ter se adaptado ao sistema, diferente de quando chegou em Praia. Lá faltava liberdade, vivia uma rotina em que quase não havia tempo para descansar. Acordava muito cedo para pegar a condução, ficava

horas no trânsito na ida e na volta, e ainda ia “*queimar lata*”, modo de dizer que ele próprio precisava cozinhar para levar suas marmitas para o serviço, além dos demais cuidados com a casa, roupas e outros.

“A diferença é que lá é o seguinte, você ganha até um dinheiro, mas na época a gente não tinha aquela liberdade, não dormia, o dormir da gente era muito pouco. Porque lá você tem que levantar três horas da madrugada e vai para o serviço, sai do serviço cinco horas e vem chegar dez horas da noite, questão de trânsito, muito tumultuado. Eu pegava um ônibus só, mas naquela época não existia metrô ainda, estava começando a montar as linhas. Eu não gostava desse sistema, era a gente que tinha que queimar lata, chegava oito horas da noite, nove horas, ainda ia fazer comida, quando ia dormir era onze horas, meia noite e era aquele tumulto, sabe? Eu pensei o quanto ia demorar pra eu me aprumar, porque pra aprumar só se tivesse uma profissão, pra ganhar um dinheiro bem mais, pra poder pagar essas coisas, pagar pelo menos um restaurante pra comer. Se a gente fosse pagar um restaurante não sobrava nada, tinha que queimar lata mesmo, lavar roupa, tinha que fazer tudo isso. No barraco, o barraquinho da gente, fazia a comida, enchia as marmitinha, cinco horas da manhã pegava o ônibus, ia pro serviço, chegava lá sete, sete e dez, aí colocava numa esquentadeira. Quando era meio dia, o trem estava quente, a gente comia, voltava a trabalhar, quando era cinco horas saía, ia pro ponto de ônibus. Quando ia chegar em casa era dez horas da noite, naquele tempo já dava tumulto, e hoje? Então era desse jeito”.

O viver na comunidade é diferente, há liberdade de tempo e sossego. Foi retornando ao Quilombo que pôde se organizar na terra e criar seus filhos. *“A rotina aqui era mais sossegada, estava faltando aqui era o que? Era a gente organizar pra poder viver na terra. Foi o caso que eu fiz: Vim, vivi na terra, criei a família, não dei estudo porque não pude. Ainda alguns estudaram, se formaram, mas não vivem do estudo não. Só a mais nova que tá fazendo engenharia em Janaúba, ela mora lá, é casada e faz engenheira civil. Porque a questão aqui era essa, muito fraco, você não tinha como preparar nada”.*

De seus nove filhos, apenas três estão atualmente na Comunidade ou próximos ao Quilombo; os outros estão em diferentes cidades e trabalhos, como *faxineira* e *soldador*, em Belo Horizonte, São Paulo, entre outros. *“Os filhos já saíram. Eu tenho filho hoje que tá lá no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Tem filho em Belo Horizonte, tem filha em Belo Horizonte, minha filha mais velha mora lá. Meu filho, segundo dos homens, mora em São Paulo, o terceiro dos homens mora em Belo Horizonte, mas tá trabalhando no Rio Grande do Sul, foi trabalhar, mas é questão só de vinte dias, só foi fazer um serviço lá na capital Porto Alegre. E tem outro dos homens, o quarto, tá morando em Belo Horizonte também. Foram trabalhar e moram, estão*

com as famílias. Esse mais novo mexia com restaurante, mas saiu também, que era de noite, não quis não. O segundo mexe com solda, um tipo de solda que é muito procurado, faz outdoor, tá trabalhando nesse serviço. E a mais velha ficou viúva, tá lá, mexe só pra ela mesmo. A terceira filha mulher, mexe com faxina lá, é uma mãe de família, que é lutadeira, que só uma fera, é corajuda viu! E aqui mesmo, só têm três, um homem, essa aqui que mora mais eu e uma mais nova que mora em Janaúba. É nove filhos, tem que tá mais fora do que aqui”.

Seu Manoel não voltou a sair, mas lembra que as informações e propostas continuaram, uma delas para ir ao Garimpo em Serra Pelada no Pará. Entretanto, como ele estava cuidando de sua roça, não quis sair e deixar seu “*lugarzinho*” tranquilo para um “*lugar precipitado*”. “*Tinha muito convite, até pra ir pro Pará mexer com garimpo, mas eu não quis ir, já estava dando muita revolução lá. Era um colega meu, um compadre, na época eu já era casado e ele falava ‘vamos trabalhar no Pará mais eu?’ , era perto de Serra Pelada e estava dando uma revolta grande, morrendo muita gente. Pensei, a gente sai do lugarzinho da gente, tá tranquilo, vai para um lugar precipitado desse, eu não vou não, não fui não. Ele foi, acabou uns três anos depois veio embora, entrou o presidente e desativou o garimpo. Eu não saí mais não*”.

Histórias da “*cidade grande*”: as mulheres e o trabalho doméstico

Aqui são compartilhadas histórias da “*cidade grande*” na perspectiva das mulheres que migraram, em sua maioria para o trabalho doméstico. São histórias de mães que tiveram que assumir a criação e o sustento de seus filhos sozinhas e que, para isso, muitas criaram os filhos de outras mulheres.

Marli

Marli é uma mulher de 50 anos, mãe de dois filhos do primeiro casamento e atualmente é casada com Genival. É vazanteira, quilombola e pescadora, chegada no Quilombo de Praia por volta da década de 1980. Antes de sua família se estabelecer no lugar, passaram por muitas localidades como agregados de um fazendeiro. Após os 18 anos, Marli viveu a experiência de migrar para Belo Horizonte e São Paulo.

Foto 35: Marli



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2022.

Marli relata que, em sua infância, seus pais moravam nas terras do fazendeiro, que se mudava periodicamente de local, sempre na região do Norte de Minas. *“A gente morava numa fazenda muitos anos, com o mesmo fazendeiro. A gente morava, ele vendia uma fazenda, comprava outra em outro lugar, é vai mãe mais pai, nós tudo junto. Aí chegava lá ficava um ano nessa fazenda, vendia, comprava em outro lugar, vai mãe de novo pra lá”*. Até que comprou terras próximas à região do Quilombo de Praia. Cansada de tantas mudanças, Marli decretou que seria o último lugar que seguiria o fazendeiro. *“Eu falei, ‘mãe, daqui dessa fazenda eu não vou mais pra lugar nenhum com ele, se a senhora quiser ir, a senhora pode ir, eu não vou’. Aí nós ficou uns 15 anos aqui nessa fazenda”*.

Pelos seus relatos, mesmo sem saber, essa fazenda, provavelmente, se inseriu no território tradicional de Praia, sendo mais uma das que os encurralam. O fato do fazendeiro mudar de propriedade com muita frequência certamente indica que o fazia com intuito de especulação imobiliária. Seus pais, enquanto trabalhadores rurais que não possuíam terra, eram os responsáveis pelo cultivo das terras e lidavam com o gado.

Aos 18 anos, casou-se e saiu com o marido para Belo Horizonte, onde foram trabalhar e morar em um orfanato, plantando e colhendo os alimentos que eram servidos na alimentação do lugar. *“Era um sítio bem grande e aí tudo que a gente produzia, a gente levava pra esse orfanato, para as crianças, era banana, mandioca, laranja, morango, abóbora, pêssego, uva”*. Teve dois filhos frutos desse casamento que durou três anos, com a separação retorna de Belo

Horizonte para a roça. *“Eu peguei e separei dele, aí eu vim eu com meu filho de dois anos e uma menininha de nove meses. Vim pra cá e vai eu pra roça de novo, trabalhar na roça. Minha mãe continuava aqui, não mudou porque eu falei, ‘mãe daqui a gente vai pedir ele uma casa, a gente vai morar em Manga, daqui a gente não vai mais acompanhar ele, nós tá de saco cheio’”*.

Voltando para a vida na roça e agora com dois filhos pequenos, os desafios eram maiores. O pai das crianças nunca cumpriu com suas obrigações; todo o sustento ficou por conta de Marli e de seus pais. No dia de serviço, ela preparava o lanche das crianças e deixava eles na sombra de uma árvore, enquanto ia trabalhar. *“Nós trabalhava muito na roça, que não dava conta, minha mãe, meu pai e eu. Eu trabalhava pra sustentar os dois, porque ele [ex marido] nunca me deu nada e minha mãe nunca quis que eu pedisse nada. Aí eu fazia o que? Levantava seis horas da manhã, fazia o café mais mãe, fazia o bolo, fazia as mamadeiras dos meninos, trazia as garrafas de café, de água, aí deixava eles debaixo do pé de pau e ia trabalhar, de vez em quando eu ia lá e passava uma olhada neles. E nessa vida de trabalhar não dava, o dinheiro não dava pra comprar roupa pra mim”*.

Era um serviço pesado, de sol a sol, que não gerava um bom dinheiro. Marli queixa de que conseguia o mínimo para os seus filhos, mas nem uma peça de roupa para si mesma conseguia comprar. *“Meu pai trabalhava na fazenda e tirava leite, cuidava das vacas. Eu e mãe capinava, arrancava feijão, plantava cebola, colhia pepino, colhia tomate, colhia o serviço geral. Aí eu ficava brigando, reclamando, ‘ah mãe eu fico só trabalhando, eu não compro nenhuma roupa pra mim, só pros meus filhos’, ou eu comprava pra mim ou comprava pros meus filhos, eu preferia comprar pra eles”*.

Durante mais um dia de trabalho, no meio de seu descontentamento com sua situação, recebeu uma proposta para ir para São Paulo. O dono da fazenda onde estava trabalhando morava e tinha filhos nessa cidade; o gerente do lugar entrou em contato, oferecendo-lhe um emprego como babá para a família, contudo. Contudo, isso só seria possível se sua mãe aceitasse ficar com seus filhos.

“O dono dessa fazenda morava em São Paulo, tinha filho lá. Um belo dia, eu estou lá arrancando cebola, aí chega o gerente e falou assim, ‘ôh Marli, você podia ir pra São Paulo’. Eu falei, ‘eu não sei não, porque São Paulo é longe, tem aquele tanto de gente na hora que eu chegar lá, mas se mãe olhar os meninos pra mim, eu vou’, aí ele foi em mãe: ‘ei Dona Rosa, queria conversar com a senhora, se podia olhar os meninos pra Marli, pelo menos uns cinco meses, pra ela poder ir pra São Paulo comprar roupa pra ela, pros meninos, que ela só fica comprando roupa só pra eles’. ‘Não vou olhar! Não vou olhar de jeito nenhum, não quero

saber não'. Aí quando eu cheguei, falei, 'mãe, olha mãe, só dois meses, dois meses vai dar pra mim comprar uma geladeira pra senhora, que a senhora não tem, vai dar pra comprar uma televisão pros meninos que não tem', que lá era candieiro. Aí eu cheguei em casa, mãe: 'tá bom, vou olhar, só cinco meses'. 'Não mãe, mas cinco meses é pouco, porque chegando lá, primeiro eu vou comprar a geladeira pra senhora, vou comprar televisão, vou comprar um fogão, vou comprar um armário pra senhora e roupa pra mim e pros meninos'. Minha filha, desses cinco meses foi dez anos! Dez anos minha filha!''.

Assim, começou uma história de dez anos de trabalho doméstico para uma família de classe alta do Morumbi. Para convencer sua mãe a ficar com seus filhos, ela falava sobre a expectativa de poder comprar móveis e eletrodomésticos para a casa. Desse modo, uma saída que era pra ser breve, de poucos meses, se transformou em anos. A partida para São Paulo foi por volta de 1992, quando tinha 20 anos. O patrão a esperava na rodoviária, mas foi difícil encontrá-lo, já que nunca o havia visto. *"Fui pra esse São Paulo minha filha, quando eu cheguei lá nessa rodoviária, cadê esse homem que eu não conseguia achar? Fui pra ser babá do filho desse patrão nosso, só que ele que ia me buscar na rodoviária e não conhecia não, aí ele só falou que roupa que eu estava, eu falei e fiquei esperando, fiquei, fiquei. Aí Deus foi tão bom que na hora que eu olhei pro lado ele chegou, falou, 'você que é Marli, né?' Falei, 'sou', ele falou 'vamos', aí eu fui. Cheguei na casa dele chorava dia e noite, dia e noite''.*

Não foi uma adaptação fácil, chorava de saudades dos filhos, mas era encorajada a ficar pela patroa, que dizia que logo se acostumaria. O tempo foi passando e ela conseguiu mandar aqueles produtos que havia prometido à família. Quando o fazendeiro vinha para a região, enviava coisas para sua mãe e filhos e, em todas as férias da patroa, voltava para casa. De fato, foi se adaptando à situação. *"Minha patroa falava, 'moça você vai acostumar, é porque você deixou seus filhos lá, mas a gente vai arrumar telefone pra você conversar com eles, com a sua mãe e todo ano eu vou viajar quando os meninos estiverem de férias, aí você vai'. Justamente, todo ano na hora que ela ia viajar, ela comprava minha passagem, comprava as lembrancinhas pra minha mãe, pro meu pai, aí eu vinha, ficava quinze dias aqui, aí no Natal vinha de novo. Nisso minha filha, foi dez anos, os meninos foram crescendo, aí já fui comprando a bicicletinha pra um, comprei a bicicletinha pro outro. Aí mãe viu que nós estava desenvolvendo, eu e ela, né? Porque nós nem tinha dinheiro pra comer, pra comprar as coisas, ninguém tinha televisão, ninguém tinha geladeira, ninguém tinha fogão, panela de pressão, então ninguém tinha nada. Quando ele vinha falava assim, 'ôh Marli eu estou indo pra fazenda, você quer levar alguma coisa?' [diz imitando o sotaque], e a minha patroa ia lá, comprava as coisas, mandava e ele trazia, direto vinha pra cá''.*

As histórias que conta revelam uma relação densa com a patroa, marcada por uma falsa sensação de que “fazia parte da família” e de ser ouvida, ao mesmo tempo em que enfrentava pressões e ações que provavam o contrário. No começo, trabalhou como babá de uma criança de 10 anos. Quando a mãe da criança queria engravidar novamente, Marli, já pensando que poderia ser escalada para cuidar do bebê novo, dizia que não faria esse serviço, pois não queria ter que acompanhar os patrões em suas constantes viagens nem abrir mão dos seus dias de folga.

“Minha patroa estava com cinquenta anos, inventou de engravidar, eu falei ‘você não vai engravidar, porque babá aqui é difícil, eu não vou ser babá não’, que eu era babá do menino que tinha quinze anos já. Ela falou, ‘não Má, mas a gente arruma’, ficou grávida de gêmeos e perdeu. Eu falei ‘pra você engravidar de novo, tem que dar todo esse enxoval que você comprou, doa tudo pros pobres’, aí eu doe pra favela Paraisópolis, que ela morava no Morumbi, eu falei, ali deve ter muita gente precisando. Passou uns dois meses, olha ela grávida de novo, aí ela: ‘deu certo Má!’”.

Nesse mesmo período, sua mãe pedia para que voltasse, mas o fazendeiro que seus pais acompanharam toda a vida, comprou uma casa para eles no município de Manga. Marli dizia que ficaria para que conseguissem reformar. *“Aí ficou e mãe só falando, ‘agora você vem embora’, eu falei, ‘não mãe, agora não, agora como a gente ganhou uma casa na Manga, a gente vai reformar, pra nós quando sair daí a senhora ir pra lá, ficar lá na casa da Manga’.*

O bebê da patroa nasceu e, como previu, pediram que passasse a ser babá dele. As histórias das suas vivências com a família demonstram o alto poder aquisitivo que possuíam. *“Ela teve um menino, aí Doutor G., meu patrão, muito gente boa, um amor de pessoa, falou: ‘ei Má, mais tarde eu vou lá no hospital Albert Einstein’, que é o melhor de São Paulo, ‘você não quer ir lá?’. Falei, ‘eu não vou não Doutor G, quando ele chegar aqui eu vejo’. Eu tinha um namorado lá que chamava F., namorei dez anos, Doutor G. foi e colocou o nome do filho dele de F.. Trazia as roupinhas, eu fui lavando, aí ele, ‘vamos moça, hoje você não vai fazer nada’, quando eu cheguei lá era a coisa mais lindinha gente! Loirinho, bem loirinho, dos olhos azuis. Eu estava ganhando 250 reais lá, acho que era cruzeiro, ele falou, ‘vou aumentar o salário pra você ser babá do F., vai ter uma enfermeira pra cuidar dele três meses, depois você cuida e não vai precisar viajar com a gente’, que ele viajava nos Estados Unidos, Europa, tudo isso. Eu falei, ‘eu não vou ser babá, porque o senhor vai querer que eu folgo a cada 15 dias, vai querer que eu viaje pra tudo quanto é lugar e eu não vou’. Ele, ‘não moça, isso aí nós pega a A.’, que era empregada do pai da patroa. ‘A gente vai subir seu salário, você não vai ficar se matando de limpeza, só vai cuidar do F. e das roupinhas dele’.*

Quando Marli fala sobre a rotina de trabalho, é perceptível o acúmulo de funções que

foi acometida. Tornando-se babá do mais novo, foi criando uma relação maternal de criação, o que gerou ciúmes na patroa. *“Antes eu trabalhava mais na casa, o mais velho ficava na escola o dia todo, na hora que chegava nós ia dar uma volta no parque e eu saía com ele um pouco, porque sabe como que filho de gente rico é né? Aí eu fui ser babá do pequeno, depois de três meses que a enfermeira me deu. Fiquei cuidando e aí tinha os ciúmes da mãe, ele me obedecia, não obedecia ela, a mãe começou a ficar com ciúmes. Quando passou cinco meses que ela teve ele, foi ficar um mês nos Estados Unidos e não podia levar, deixou ele comigo um mês. Aí toda hora me ligava, toda hora e no final de semana o pai dela ia me buscar com ele pra ficar na casa dele e no domingo trazia de novo pra casa dela”*.

Com o passar dos anos, Marli foi conseguindo adquirir as coisas que sempre desejou e, com orgulho, fala que levava sua mãe às lojas para comprar o que ela quisesse. Nesse tempo, a relação com a patroa foi ficando mais difícil, o que levou sua decisão de retornar. *“Fiquei nessa vida e fui comprando as coisas pra minha mãe. Toda vez que eu chegava de São Paulo, a gente ia na loja, ‘mãe, escolhe o que a senhora quer, o que a senhora quiser, pode comprar’, ela, ‘não minha filha, meu sonho é um sofá’, eu falei, ‘vamos levar um sofá mãe’. Aí, depois vim embora, não deu mais certo, peguei e vim embora, deixei ele com oito anos. A gente brigava muito eu mais a mãe dele, discutia muito. Eu falei, ‘ôh F. agora mamãe vai embora [se confunde e corrige], a tia vai embora, porque sua mãe tá insuportável”*.

Dentre as distinções que os patrões faziam, estava a própria alimentação da criança. Marli cozinhava comidas típicas, como a canjica mineira – feita de milho, leite, açúcar, canela e outros ingredientes –, mas a patroa proibia que oferecesse esses alimentos para o filho. *“Eu fazia canjica e arroz doce, ele amava, só que eu tinha que dar escondido dela, porque ela não queria que ele comesse nada de comida nossa, entendeu? Nós fazia pra nós e ele amava canjica, arroz doce, mingau de milho verde e não podia dar pra ele. Eu falava ‘ôh F., se a Lili dá você não conta não’, ele: ‘não, não conto não’, aí enchia o bucho de arroz doce, comia canjica. Aí a mãe dele, ‘Lili não te deu nada não, né, F.?’ ‘Não, não deu nada não mãe, só tomei só meu cafezinho mesmo, com pão de queijo, que Lili fez’, com o bucho cheio de canjica. Ele falava, ‘se é pra mamãe brigar com você Lili, eu não vou contar’. Quando eu ia pra minha folga, ele: ‘ôh Lili você caça um ônibus pra você ir sentada’, ia lá no botão do elevador, apertava o botão pra mim descer, falava ‘caça um ônibus pra você ir sentada, pra você descansar e domingo, às oito horas eu estou lá no Shopping Murumbi, viu? Que nós vamos te buscar’. Todo domingo era isso!”*.

Sua intenção com o retorno era ficar alguns anos mais perto da família, mas logo recebeu uma proposta de uma das domésticas que fez amizade. Com uma voz marcada por

arrependimento, conta que o tempo que havia planejado ficar com a família foi justamente o período em que sua mãe faleceu, o que a fez retornar novamente. Mas, ao contrário da primeira saída, quando sua mãe não queria que fosse, dessa vez a incentivou.

“Minha mãe foi morar na cidade, levou meus dois filhos, outro irmão meu e pai. Eu peguei e vim embora, eu falei: ‘quer saber? Fiquei tanto tempo longe da minha mãe, eu vou voltar’. Quando eu cheguei aqui, eu fiquei cinco meses, uma patroa da amiga minha falou, ‘Má, você não quer vir ficar em São Paulo mais um ano não?’. Eu falei, ‘eu não vou não, sabe por quê? Porque eu tirei esses cinco anos pra ficar com a minha mãe’, ela, ‘não moça você vem’. Minha mãe falou: ‘vai menina só cinco anos’, deixa que esses cinco anos eram o tempo certinho pra eu ficar com a minha mãe, quando completou cinco anos ela faleceu. Essa patroa tinha ficado ligando direto, na época já tinha telefone na minha casa, ela falou, ‘você vem, vou mandar o dinheiro da passagem’, mandou o dinheiro, eu comprei a passagem e fui”.

Retornou ao receber a notícia do falecimento de sua mãe. Conta que a patroa queria que ela voltasse a trabalhar depois e sugeriu que levasse sua filha para lá, oferecendo sua casa até conseguirem um lugar. Os filhos já tinham entre dez e quinze anos. O mais velho quis viver com o pai, e a mais nova, não aceitou ir para São Paulo, o que fez Marli recomeçar sua vida na região. *“Eu fiquei dez anos no Morumbi e na Brigadeiro Luiz Antônio fiquei mais um. Quando minha mãe morreu, minha filha tinha uns dez anos, meu filho quinze. Eu estava lá em São Paulo, a patroa falou pra mim assim, ‘você vai pro velório, fica um mês, aí vem e traz sua filha pra cá’, ela era advogada e o marido médico. ‘Você fica aqui, até arrumar um outro lugarzinho pra ficar com ela, não precisa ir embora’. Eu falei, ‘não sei se ela vai querer vim’, quem disse que a menina quis vim minha filha? Não quis. Falei, ‘vamos moça’, ela: ‘não, não vou não’. Aí meu filho logo falou: ‘vou morar mais meu pai’, já estava com quinze anos, foi morar mais o pai, tá lá até hoje. Aí só fui acertar a carteira e voltei pra cá. Depois passou uns dois anos, ela: ‘ei mãe, a senhora podia ter me levado não era?’ Falei: ‘pois é, minha patroa falou que ia botar você pra fazer uma faculdade, como o meu patrão já era médico, pra você ser enfermeira’. Aí ela falou assim, ‘agora não dá mais’”.*

A perda de sua mãe representou seu retorno à região e revelou um desafio, o de reconectar o elo com os filhos. Sua filha mais nova ficou adoecida e abalada com o falecimento da avó que a criou. *“Ela ficou muito doente quando perdeu minha mãe, porque eu deixei mãe com ela e ela tinha o quê? Um ano e meu filho tinha dois, mãe que cuidou deles. Hoje ela mora sozinha na casa que era da minha mãe, eu falo: ‘vem pra cá’, ‘ah não vou não, vou ficar aqui quietinha’, não sai pra lugar nenhum. Tem vez que Genival [marido] fala ‘vem’, ela vem e fica aqui um pouquinho e ‘quero ir embora’, aí no outro dia já leva. Mas foi assim, minha vida em*

São Paulo foi muito boa, nossa como a gente teve tudo que a gente queria, comia bem, só de eu chegar e pegava os meninos de manhã cedinho e ia pra rua, os meninos: ‘mãe eu quero isso’, eu: ‘pega’, ‘mãe eu quero aquilo’”.

Embora sua saída para São Paulo tenha afetado a relação com os filhos, que sentiram muito o falecimento da avó, Marli conta com alegria que pôde mudar a vida deles e dos pais, como prometera no início. *“Quando eu vinha pra cá, minha mãe: ‘gente do céu!’ Meu pai também, falei: ‘tá vendo mãe como mudou a nossa vida?’ Graças a Deus a gente não passou fome, mas aqui não dava pra mim comprar, não dava, porque eu trabalhava, ajudava mãe nas despesas e comprava roupa pros meninos e pra mim nada. Tanto que eu nem ia na cidade, porque toda vez que eu ia, só tinha uma roupa só e um sapato, falei: ‘eu nem vou mãe’. Como a mãe de mãe era viva, mãe: ‘vamos menina, larga de ser besta’. Aí comprava pano pra fazer roupa pra ela, o que sobrava mandava fazer um vestidinho pra minha filha. Sobrava um pouco de dinheiro, mas não tinha como, era muito difícil a vida aqui, muito mesmo! Eu melhorei de situação e até hoje eu agradeço G., dele ter me levado pra São Paulo, porque lá que a gente conseguiu tudo!”.*

Durante o período em que estive em São Paulo, sentia saudades, mas conta que, com o tempo, se acostumou e se uniu a outras domésticas da família extensa da patroa, com quem saía para passeios nos fins de semana de folga. *“A saudade era demais, mas depois fui fazendo amizade. Final de semana a mãe da minha patroa me buscava pra ir pra casa dela, que lá tinha umas cinco meninas que trabalhava, era uma casa muito grande e eles eram húngaros. Aí todo final de semana a gente ia pra barzinho, já fui conhecendo mais gente, fui tendo contato com as meninas, hoje a mãe da minha patroa já faleceu e o pai dela também. Só que com as meninas tenho contato até hoje”.*

Muitas dessas outras empregadas domésticas eram também do Norte de Minas, de municípios próximos a Matias Cardoso. *“Tinha aqui de Janaúba, umas de Jaíba, de Montes Claros e da região, eu não conhecia e lá a gente ficou conhecendo. Elas iam sair, aí o Doutor M. falava: ‘leva Má pra dançar um pouco, pra ela distrair’. Aí depois acabou a saudade. Também eu ligava pra minha mãe três vezes, de manhã na hora que eu ia pro jardim com o cachorro, meio dia eu levava o cachorro pra passear e ligava de novo, aí de noite à tardinha eu ligava de novo, eu já comprava um cartão de 60 unidades e ligava no orelhão. Foi muito bom essa ida minha. Eu voltei pra passear, só que não deu tempo de ir na casa das minhas amigas e elas só falando: ‘vem Má, a gente paga a passagem pra você vir’, eu falei: ‘Genival você já foi uma cinco vezes em São Paulo, eu não fui nenhuma, eu quero ir lá, ver, passear’”.*

Até o período em que se adaptou ao lugar, enfrentou muitos medos e dificuldades;

depois, São Paulo virou “caminho de roça”. Foi difícil se localizar, pois não sabia ler, e aprendeu a se situar através da experiência. *“Minha filha, quando eu cheguei naquela rodoviária que eu olhei, você não podia tirar o pé do lugar, se você tirasse não tinha lugar pra colocar o outro pé. Eu não sabia ler, eu falei assim, ‘como é que eu vou me virar?’.* Aí eu fui acostumando, ôh minha filha daqui uns dias eu já estava lá no Brás mais as meninas fazendo compra [risadas], já ia por todo canto. Minha patroa: *‘isso é porque não aprendeu a ler muito, já pensou se você soubesse ler?’.* Minha patroa fazia uma lista de supermercado pra mim, lia o que eu ia trazer, chegava lá pegava tudo e trazia igualzinho. Foi assim que eu fui fazendo as coisas e lendo os ônibus que eu pegava, ah minha filha, depois São Paulo pra mim era caminho de roça já, na palma da mão”.

Esses anos em São Paulo foram um tempo em que sentiu que se “desenvolveu”, aprendendo a partir das vivências de seus patrões. *“Eu fiquei só a primeira série na escola, aí ne São Paulo eu desenvolvi muito. Também assim tinha muito jantar, todo final de semana o meu patrão pegava os filhos dele e os genros tudo, e eu tinha que dar conta do jantar, ela falava, ‘eu vou comprar comida pronta’, eu falei ‘não, não compra não, vamos fazer’.* Aí minha filha, depois tá eu que no Natal eu escolhia até roupa pra ela vestir”.

Foi um trabalho em que suas funções não estavam totalmente delimitadas, e acabava realizando diferentes serviços. *“Fazia tudo, gato e cachorro, eu falei bem assim: ‘eu saí lá de casa, de tão longe pra está banhando gato e cachorro?’,* [risadas] *é brincadeira viu! Aí o cachorro tinha vezes que não gostava de mim, de passear comigo, aí ia pegar e ele entrava de baixo da cama da mulher e dava trabalho, não vinha, eu falava deixa sua mãe sair. Aí ele já ficava com medo de mim, mas eu falei, eu saí de tão longe pra mim cuidar de gato e cachorro? Mas é assim mesmo, os bichinhos é que nem a gente, tem que cuidar mesmo”.*

Falando mais sobre sua relação com a patroa, revela os pontos que a fizeram sair do trabalho: as irritações, implicâncias e exigências dela, que, depois de muitos anos, já não fazia mais questão de fazê-la se sentir “da família”. *“Ela tinha ciúmes, às vezes saía muito e dava tempo pra gente respirar. Só que tinha vezes que tirava o dia pra atentar mesmo e tem dia que eu estava com a macaca também, aí era demais nós duas. Eu falei ‘C. você não tá gostando de mim, por que você não manda embora?’ ‘Por que eu não mando embora? Por causa do F.’.* Ela ficava me enchendo o saco, *‘cadê a Marlete?’* Me chamava de Marlete, *‘fala pra ela trazer um cafezinho pra mim’, eu falei ‘eu não vou levar café, fala com ela que se quiser vem buscar’* [risadas]. A mulher deitada na cama minha filha, não fazia nada, o marido era podre de rico, pegava quatro talão de cheque e dava pra ela, e vários cartões, ela estragava tudo. E quando ia pra Daslu [loja de luxo em São Paulo]? Eu ia e ficava na área de criança com o F., e essa

mulher toda quinta-feira me pegava pra ir pra essa Daslu e ficava e ficava e ficava. Quando saía, era com aquele tanto de sacolada! Eu gostava mesmo quando a gente ia pro golfe, ela jogava e meu patrão era sócio, então, eu via ela só quando chegava. Eu mais o F., almoçava, tomava café da tarde e nada de ver ela, porque era bem enorme, a gente pegava o que queria e assinava, depois ela passava e pagava. Mas ela não dava sossego não, eu não sei como é que ela está se virando nos Estados Unidos, porque lá não tem empregada como a gente”.

Essa família foi morar nos Estados Unidos e propôs que Marli fosse com eles, mas ela não aceitou, pois disse que, mesmo em São Paulo, sua patroa usava a língua inglesa para que ela não compreendesse o que era falado. *“Eles foram embora pra lá, queriam me levar, eu falei ‘não vou não, porque aqui você já faz do jeito que tá e lá que eu não sei a língua que vocês vão me falar?’. E sabe que às vezes, quando eu brigava com ela, quando meu patrão chegava, ela falava outras línguas, como eu não entendia, falava com meu patrão, falando de mim. Eu falei, ‘por que você não fala o português? Você está pensando que eu não estou sabendo que está falando de mim? Pode falar português pra Doutor G.’. Aí ela falava e ia achando que eu não estava entendendo nada. Falei: ‘eu aqui vocês faz de mim do jeito que faz, ainda mais lá que eu não tenho família, não tenho nada, eu não sei falar sua língua, eu mesmo que não vou’ e foi embora pra lá, todo mundo”.*

Apesar de falar com saudades da relação que criou com as crianças, não mantém contato com a família e fica sabendo notícias sobre eles por meio de outras amigas domésticas. *“Não tenho contato deles, agora uma menina que era amiga minha trabalha na casa de uma filha de Doutor G., ela falou que ia descobrir o contato e ia me mandar. Disse que o F. hoje toca ne bateria, lá nos Estados Unidos, ele falava que queria ser policial, eu falei que ele não ia ser, aí ela disse que agora ele toca ne bateria e o outro formou pra advogado. Nossa o F. era demais, toda vez que ele ia pros Estados Unidos me falava, ‘Lili você quer o quê de lá?’, falei ‘ah traz um perfume importado’, ele trazia [risadas]. Quando a mãe dele brigava comigo, falava, ‘mãe, não briga com a Lili viu, não gosto que briga com a Lili, não pode brigar, vocês duas não podem brigar’. Aí toda vez que eu ia embora no domingo, ele estava lá no shopping me esperando sentadinho. Na folga, eu saía sábado pra casa do meu namorado em Diadema, ficava lá, quando era domingo eu retornava. Como lá era Morumbi, não tinha ônibus quando tinha jogo do Corinthians ou do Palmeiras, porque quebravam tudo, aí ela ia me buscar mais cedo de carro”.*

Nas suas folgas de fim de semana, quando não saía com as amigas, Marli ia para Diadema, à casa do então namorado, que era seu único momento de descanso. Durante a semana, ficava na casa, assim como outra funcionária; cada uma tinha o seu quarto. *“Tudo era*

separado. O quarto era grande, era um quarto meu e um quarto de L., porque lá era dois por andar, bem enorme!”.

A alimentação das funcionárias e dos patrões era diferente, pois tinham nojo das comidas que elas gostavam e costumavam fazer. *“Ela não comia nossas comidas, quando fritava linguiça, ficava brigando. O F. gostava de comer arroz doce, canjica, mingau. Ela comia uma gororoba lá, ele só jantava, mas a janta dele era só um sushi, uma sopinha. Ela não comia arroz, feijão, comia só uma sopa que fazia com abóbora batida num liquidificador [risadas]. E eu falei, ‘L., bora fazer a nossa notinha’, a gente comprava bisteca de porco, costela, rabada, feijão, eles comiam era aquele feijão preto, porque meu patrão era carioca, nós comprava o nosso branco. Ela nunca proibiu de comer o que nós queria não, mas falava: ‘quando vocês tiverem velha, vocês vão ver que o açúcar vai fazer mal, essa linguiça’. Uma vez ela estava nos Estados Unidos, escutou uma panela chiando e perguntou: ‘Marli vocês estão comendo fritura?’. Eu falei ‘não, a gente não está comendo fritura não’. ‘Tá sim que eu estou escutando a panela chiar’. Mas eu falava, ‘vamos comer as coisas que nós gosta’, só que o menino gostava da nossa comida e eu dava escondido”.*

Os momentos em que retornava para casa eram oportunidades de levar os presentes que tanto desejou comprar. *“Foi muito bom esse tempo que a gente viveu lá, nossa! Eu vinha, trazia um monte de roupa nova, eu ia para o Brás, comprava um monte de roupa pra minhas irmãs, pros meus irmãos. Meu patrão vinha de carro, tinha uma caminhonete, aí quando ele vinha a gente mandava. Uma vez eu lembro como hoje, cheguei lá em casa, tem uma casinha lá no fundo, onde é que a gente morava, toda vez que meus irmãos vêm aqui a gente vai lá, ainda tem nosso nome nas paredes, só não tem o fogão de lenha, mas tem a casinha normalzinha, nós morou lá muitos anos, toda vez nós vai lá. Aí eu falei e se o dono da fazenda pegar nós? Ah nós fala que vamos para a Vereda [Comunidade do Quilombo de Praia]. A gente fica lá relembando, foi muito bom! Muito bom a vida em São Paulo, eu pensei que eu não ia adaptar, mas adaptei”.*

Diz sentir saudades de São Paulo, mas que hoje não deseja sair. Junto ao seu esposo, cuida da roça no Quilombo, pesca, planta e colhe. Vive nessa rotina. *“Eu pesco, trabalho na roça. Mais o vizinho aqui trabalho com maracujá, ele planta e eu vou plantar, na hora de colher eu vou também. Polinizo o maracujá, que é pegar as florezinhas, pegando em cada uma, em todas as florzinhas, eu e minha irmã ajuda. Quando a gente ganhar a terra do Quilombo, eu vou plantar lá uma área para mim de maracujá”.*

Rosário

Rosário tem 64 anos de idade, é vazanteira e quilombola, nascida e criada em Praia. O trabalho entrou cedo em sua vida, desde a infância, quando ajudava a família na cozinha, até a fase de mãe, em que sustentou os filhos por meio do trabalho doméstico. Passou muitos anos dividida entre Belo Horizonte e a Comunidade, e havia retornado recentemente. Encontrava-se morando com a mãe idosa, ajudando a cuidar dela e dos tios. Contava com empolgação que finalmente estava conseguindo construir uma *casinha* no Quilombo, no quintal da família, onde moraria com o companheiro e fazia planos de plantar roça naquele ano.

Foto 36: Conversando com Rosário



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, outubro de 2022.

Sua mãe é uma figura de extrema importância para o Quilombo. A matriarca de 99 anos, Crispiana Barbosa Costa, conhecida por todos como Mãe Piana, é parteira e realizou 2.016 partos. Com muito respeito, todos a chamam de mãe – “*mãe de pegação*”, “*mãe de todos nós*”.

Foto 37: O crochê de Piana e a celebração de seu aniversário, a Mãe de Pegação de Praia



Fonte: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Acervo Quilombo de Praia, outubro de 2022.

Mãe Piana, além de ter ajudado a nascer tantas crianças, compartilha seus conhecimentos medicinais desde 1952. *“Nós de primeiro tomava o remédio que era ela que dava. Ela fazia chá, fazia uma garrafada e dava pra nós. Hoje ainda faz, está velhinha assim, mas a cabecinha está boa. Ela fica assim, depois ela fala: ‘óh minha filha, põe isso, isso, isso e isso’* (Anita, 68 anos, vazanteira/quilombola, moradora do Quilombo de Praia, Matias Cardoso). Conhecimento reconhecido pelo governo de Minas Gerais em 2016, quando recebeu a Medalha Maria da Cruz, que homenageia mulheres que contribuem valorosamente de forma cultural, social e econômica.

Rosário, desde pequena, acompanhava sua mãe e ficava na função de *“vigiar”* o parto, para que, assim que estivesse para ocorrer, chamá-la. Rosário teve oito filhos, seis meninas que nasceram em Belo Horizonte e dois meninos trazidos ao mundo por Mãe Piana no Quilombo. Quando começou a sair para Belo Horizonte, tinha apenas um *“barraquinho de tábua”* na comunidade e, hoje, pôde construir sua casa de alvenaria, *“essa casinha minha eu consegui mais com meu suor mesmo, trabalhando de diarista”*.

Em Belo Horizonte, viveu no bairro Suely, em Vespasiano, região metropolitana. Também conseguiu construir um *“barraquinho”* em um lote doado. Mesmo sendo simples, com o tempo e o crescimento dos filhos, foi conseguindo arrumá-lo. *“A casa era derrubadinha, depois é que Deus ajudou que os meninos cresceram, os homens, aí com quatorze anos eles estudavam e me ajudava em alguma coisinha. Ia pra aquelas hortas, plantar pra me ajudar. O povo chamava pra trabalhar aí eles ia, de verdura já não precisava comprar”*.

Esse bairro possuía hortas comunitárias, onde seus filhos passaram a trabalhar para

ajudar a família. Rosário conta que foi a chefe da casa, já que o ex-marido nunca colaborou com a criação dos filhos, o que os uniu ainda mais. *“O homem me largou com essa meninada foi cedo, eu sou divorciada dele. Fiquei criando eles, pode dizer que com Deus. Foi com Deus e com Jesus. E eles tem uma coisa comigo menina! Gostam demais! Eles falam: ‘senhora é minha mãe e meu pai ao mesmo tempo, porque foi a senhora quem cuidou de nós’. Eles gostam muito de mim, quer ver eles virar uma formiga é mexer comigo”*.

Viver nesse bairro mais afastado dos locais de trabalho ocorreu pelas condições financeiras, levando em consideração os valores do aluguel e as possibilidades de conseguirem fazer plantações nos quintais. *“Lá tinha horta e nesse pedacinho de chão menina, tirava tanta coisa. Tirava abóbora, eu tinha banana, eu tinha ameixa, eu tinha abacate, eu tinha pé de limão, bem uns três pés. Eu tinha banana que a gente faz sopa, você sabe qual é? Tinha aquela caturra, tinha banana ouro, tinha banana lá que dava até dois cachos num umbigo. Era pequeninho, mas dava pra fazer tudo, inhame, ora-pro-nóbis. Lá no bairro Suely, não é um terreno grande não, é um lotinho, coisinha pequena, mas deu pra incluir tudo lá dentro. Construí a casinha pra não pagar aluguel, porque aluguel é muito difícil, é caro. O que você acha mais barato lá é quinhentos reais, fora água e luz. Assim, mesmo nos bairros mais pobres, aqueles bairros mais fraco, igual o Suely. Mas se for pra um bairro bem mais melhor, o negócio pega, é mais caro, é mil, é setecentos, oitocentos, é dois mil”*.

Em virtude dos desafios de ser a única provedora da família, seus filhos começaram a trabalhar desde cedo e, apenas três, conseguiram concluir o Ensino Médio. *“Tem três formados, que fez o terceiro ano e tem os outros que foi até o primeiro, uma foi a sétima e outra a sexta, não quis estudar mais. Não por mim, porque eu trabalhava de diarista já mesmo pra não deixar faltar o material dentro do ano. Eu trabalhava minha filha e comprava de seis em seis meses os materiais, porque era uma turma. Aí eu ia lá e comprava logo tudo, aí agora tornava trabalhar, quando fazia os seis meses eu tornava comprar. Por meu gosto, eu queria elas formadas todas na faculdade, mas o que? O pai me largou bem na hora que eu precisava dele dar uma força. Porque se ele desse uma força com gasto das despesas pra me ajudar, as meninas trabalhava e fazia as faculdades. Aí podia ter umas três formadas ou mais, mas não deu e eu sozinha pra sustentar elas, sustentar faculdade, aí é fraco”*.

A vida de Rosário trabalhando como empregada doméstica foi puxada; como diarista, ela se desdobrava em vários serviços para conseguir um salário que sustentasse os filhos, faxinando desde casas até prédios. Esses trabalhos aconteciam sem o resguardo de seus direitos. *“Tinha vez que eu trabalhava em três casas no dia, as casas no mesmo local ou prédio no mesmo bairro e tinha vez que eu trabalhava nessas casas e eu ainda tinha que limpar um*

prédio. A faxina do prédio de cima a baixo. Eu trabalhava muito minha filha, por isso que eu fiquei toda ruim!”.

O esforço físico era imenso e, por isso, coleciona uma série de fraturas pelo corpo, que atrapalham suas atividades rotineiras. *“Sabe quantas cirurgias eu já fiz? Ia pra umas treze, só não fiz porque duas eu rejeitei. Eu tenho anel nas duas mãos. Tem esse maxilar meu aqui que caiu, eu não sabia que tinha que levantar na hora, fui depois numa pessoa pra levantar, aí essa cirurgia do maxilar tá lá em Belo Horizonte, no Hospital das Clínicas, pra mim fazer. Aí eu falei: ‘eu não vou fazer cirurgia do maxilar não’. Hoje eu vou pegar uma panela assim no fogão, eu tenho que sair arrastando se ela tiver pesada, senão cai. Então é péssimo! Perdi a força, não tem mais minha filha, perdi a força! Já tomei tombo em serviço, quebrei aqui, tomei outro tombo, quebrei esse dedo, já quebrei as três costelas, duas vezes. Agora pra mim vim aqui quebrei o pé lá, eu tive que ficar três meses lá, o médico me segurando. Era pra fazer a fisioterapia aqui, até hoje o papel tá aí e eles não marcam, e eu não tenho recurso pra pagar um carro ida e vinda todo dia. Estou apegando com Deus pra ver se ele abençoa eu conseguir aposentar”.*

Rosário carrega no corpo as marcas desses anos de luta, do trabalho braçal que empenhava, dos acidentes que sofreu enquanto trabalhava e que, mesmo estando em serviço, não recebia nenhum auxílio dos contratantes. Lembrou-se de uma vez em que quebrou o pé e, antes mesmo de tirar o gesso, foi trabalhar usando muletas, para os filhos *“não comerem puro”*, indicando a falta de proteína em sua casa, ou seja, a fome das crianças não esperava sua recuperação. *“A única coisa que os patrões me davam era uma cestinha de mantimento, uma cestinha de verdura, mas não me ajudava nada não. Teve uma vez que eu quebrei esse pé aqui, era pra tirar o gesso com dezenove dias, antes do dezenove eu já tinha ido trabalhar, com a muleta eu fui trabalhar. Porque eu já fiquei com dó dos meus filhos, eles estavam comendo mais puro de que com carne. Falei: ‘não, vou ter que trabalhar pra poder ver se eu compro a carne pra vocês, eu estou com dó de vocês’. Era só arroz, feijão esses trem tudo, aí eu fiquei com dó e trabalhei antes de vencer pra tirar o gesso. Trabalhei lá em Santa Efigênia, minha filha, atravessando aquelas ruas tudo”.*

Ela comenta que sua *“vida é longa”* são tantas histórias que daria um livro – histórias de uma mãe que abdicou de tudo em prol dos filhos; que se adaptou a uma grande capital, buscando formas de oferecer o melhor para a família; e quando, às vezes, ia caminhando para o trabalho, a fim de economizar o valor das passagens. *“Pra ir trabalhar eu pegava ônibus, agora tinha lugar que eu não pegava não, o dinheiro que eu ia pagar a passagem, sabe o que eu fazia? Eu comprava leite pro mais novo, ia caminhado. Você acredita que eu já fui do centro*

da cidade lá em Sagrada Família? Já fui no centro da cidade lá em Padre Eustáquio, buscar remédio, que desde os quatorze anos eu tomo remédio, esses controles tudo. Se eu não tomar eu não vivo, eu morro, bato as botas logo. É difícil, a minha vida é longa! Eu falo com eles aí, eu conto pra mãe e eles, se eu fosse fazer um livro da vida minha dava livro de história, retada! Dava um livro porque a minha vida é longa viu, o que eu já passei na vida não tem nem medida. Só Jesus, por mim, não tem medida não!”.

Relembrou sua primeira saída, em 1975, do começo de tudo e da decisão em busca do melhor para os filhos, o que a fez seguir mesmo diante das dificuldades. *“A primeira vez que fui ainda existia aquele supermercado que tem em frente da rodoviária. Foi na época, em [19]75. Nesse lugar lá que eu achei um barraquinho de um cômodo com banheiro pra ficar uns tempos, pelo menos uns meses. Menina, mas era longe, chovia que no outro dia você não tinha jeito de andar, de tanta água. Olha eu não tinha medo não, achei que foi cidade mesmo, tem que ter respeito, por que a pessoa vai querer avançar o sinal e morre, não pode. Saí daqui com a cara e com a coragem! Se eu tivesse continuado aqui, às vezes, eu digo assim: ‘meu Deus’, eu sentia muito assim, mas eu só achava difícil aqui só o ganho, pra gente ter um serviço. Eu queria era trabalhar, pra manter os meus filhos, eu não queria ver eles passar fome, nem sofrer não, era trabalhar mesmo. Você vê, eu com o pé quebrado eu ainda enfrento tudo isso. Eu não tenho medo e nem preguiça de fazer nada”.*

Não tendo apoio do pai de seus filhos, ela se fortaleceu na vontade de que nunca faltasse nada para eles e, assim, continuou. *“Foi mais pensando neles que eu fui, porque eu não queria ver meus filhos passar fome. Meu sogro falou comigo quando ele estava ruim, que ele morreu de cama, o pai desse ex-marido meu, falou assim: ‘ôh Rosário, eu estou tão pensando em você’. Aí eu falei ‘por que o senhor pensa em mim?’, as lágrimas deles desceram, já pertinho pra morrer, eu falei assim: ‘tem que pensar em mim não, porque eu tenho as duas mãos, tenho pé, se o senhor tiver pensando nos seus netos, assim como eu dei conta até agora eu vou dar até o fim, mas não vai colocar isso na cabeça do senhor, pro senhor ir atormentado não, pode ir na boa, porque enquanto eu tiver perna e pé eu vou agir!’. Meu ex-marido toda vida foi ruim, agora que ele melhorou, que levou muito pela cara, agora melhorou, mas a gente separou, desquitou tudo, tenho nada a ver mais com ele não. Ele não me ajudou, nem pensão pra essa meninada nunca me deu”.*

Rosário já tem 64 anos, mas ainda não conseguiu se aposentar – situação que contava com bastante tristeza. Nunca trabalhou de carteira assinada, pois visando a tentativa de receber um salário maior, se dividia em diferentes serviços como diarista. *“Eu estou com 64 anos, você vê, atrasou até a minha aposentadoria, estou mexendo por agora, mas não sou aposentada*

ainda não. Eu trabalhava mais sem fichar, porque também o problema era esse, eu tinha que fazer dinheiro quase todo dia, porque não é bem fácil uma dona de casa tomar conta de tudo, das crianças, da comida, do gás, da água, da luz, de tudo, não é brincadeira não. Pra receber por mês ainda, não dava certo, aí eu preferia trabalhar assim, que eu ganhava mais e a hora que acabasse o meu serviço eu já saía com meu dinheiro pra pagar minhas contas e também só dava pra pagar as contas e comer, não dava pra mais nada. Nessa época eles pagavam muito pouco, aí eu pingava de um canto, pingava do outro, quando pensava que não, dava pra fazer minhas compras, pagar minhas contas. Graças a Deus toda vida fui honesta, nunca fiquei devendo, tinha vez que eu até pagava adiantado, eu não gosto de nada enrolado”.

Além do desejo de se aposentar, Rosário contava animada sobre a casa que estava construindo no Quilombo e seus planos de plantar roça e criar alguns animais. *“Vou ajeitar a casinha, vou criar meus bichinhos. Estou querendo criar um casalzinho de carneiro, boi não porque dá muito gasto. Quero criar galinha, porco, esses trem assim. Não deixo de criar um cachorrinho, um gato, que eu gosto de um gatinho. Aí vou trazer um pinscher desse tamanho, pra fazer companhia, vou trazer de lá da casa das minhas filhas. Elas falaram: ‘mãe vou arrumar um pinscher pra senhora não ficar só’. Aí tem que trazer registrado, com documento direitinho, as vacinas, eles deixam trazer no ônibus”.*

Estava em seus planos ir a Belo Horizonte em dezembro daquele ano para acompanhar a sua filha grávida, que provavelmente daria à luz naquele mês. *“Vou ficar lá quinze até vinte dias, porque eu tenho que voltar pra cuidar das minhas plantas, não posso deixar minhas plantinhas só não, tem que zelar”.* Sobre as coisas que costuma levar quando vai visitar os filhos, cita principalmente queijo, mas recorda que, quando morava em Belo Horizonte, só levava aquilo que conseguia ganhar, devido às dificuldades financeiras. *“Só essa filha que me pediu pra levar dois queijos, a que tá grávida, aí eu tenho que arranjar um queijo aonde tiver, desejo de grávida tem que se virar. Quando eu ganho eu levo, já levei peixe, feijão catador, manga, já levei até abóbora, se eles mim dá eu estou levando, quem que não quer né? Ganha e não vai levar? Tem que levar”.*

São alimentos que não conseguem em Belo Horizonte, *“puros”*, saborosos, diferentes das comidas congeladas e sem gosto da cidade. *“Lá sente saudades, as vezes aqui tem coisa purinha, as coisas que a gente compra lá a maioria é tudo congelado, não tem gosto nenhum, é aquela coisa ruim, porque fica muito no gelo. Tem muita coisa já da roça lá, mas algumas coisas assim, igual: carne, peixe mesmo, tem que escolher a hora que tem melhor, tem uns que fica é muitos anos ali no congelador. Às vezes quando eu estou lá com minha menina, que eu vou comprar eu falo: ‘aqui tá com cara de dois mil anos atrás’ [risos]. Aí minha menina fala:*

‘ôh mãe, nós que não vamos comprar esse trem. Vamos lá naquele lugar daqueles terrenos, comprar o trem puro’, é que eles misturam muito trem, aqueles trem que conserva, de conservante. A gente não acha as coisas muito puras, igual aqui”. O único lugar onde encontra alimentos melhores, Rosário diz ser no Mercado Central, mas, infelizmente, por um valor alto, *“no mercado central você não acha se não quiser ou se tiver sem dinheiro no bolso”*.

Quando ganhava os alimentos no Quilombo, se organizava para levá-los, produtos como peixe e carnes tinham que ser transportados em caixas de isopor. De forma engraçada, Rosário contou sobre a reação do motorista ao vê-la, esperando os vários volumes que carregaria. *“Eu não levava tudo não, era só alguns que eu levava. Mais ganhava de que comprava. Eles prometem o peixe, tem que levar dentro do isopor ou a carne também. Aí tem hora que o motorista, quando eu vou daqui pra lá fala: ‘é vem dona Maria’ [risos]. Eu falei: ‘você já tá falando pra mim, né? Mas não fala não, porque o que passar aqui eu vou pagar vocês’, aí eu pago os volumes, mas ele já me conhece [risos], já estou tão acostumada que eles já me conhece tudo [risos]. É menina, quando me dá eu levo aquela trenhada! [risos]”*.

Relembra as amizades que construiu em Belo Horizonte, com as quais mantém contato até os dias de hoje e que sempre ficam na expectativa de suas visitas. *“Eu tenho muita amizade ali, sabe? Muitas amizades mesmo. Você viu que eu estou aqui e eles ligam pra mim, tem muita colega minha lá que liga: ‘ôh Rosario você tá aí, não tem cálculo de quando vem não?’, eu falo: ‘agora não, mas depois vou dá um pulinho aí pra pontar vocês’. Tem uma colega minha que é doidinha de vim aqui, ela mora só, no sitiozinho dela, os parentes dela moram mais é na roça, gosta mais da roça, igual eu mesmo”*.

Apesar de conhecer muito bem Belo Horizonte e ter laços com o lugar, Rosário fala que gosta mesmo é da roça. *“Eu gosto da roça, eu adoro roça pra mim está mexendo. Lá em casa lá, onde as meninas moram eu ajudava elas plantar, aquelas plantaiada da mata lá, tem planta de todo jeito que você quer. A gente mesmo com dengue, mesmo com a pandemia cuidava, pra evitar de vim algum besouro, algum trem que morde. Aí elas de vez em quando mandam o retrato das plantas pra mim. ‘Aqui mãe, como é que tá suas plantas, uma planta aqui está gigante, a senhora que plantou’.* Quando viaja, é a vista da roça que mais a faz bem, se sente em casa visualizando a mata. *“Eu adoro viajar vendo essas matas, eu adoro mata assim, eu dou muito valor a isso!”*.

No terreno que construiu em Belo Horizonte, seus filhos foram levantando também suas casas, onde ainda vivem. Mesmo na cidade, ela sempre procurou manter suas plantações, ainda que apenas de ervas para chá. *“Eu não plantei horta, só mesmo as plantas, hortelã, esses trem assim de chá. Que não dá pra fazer canteiro lá não, porque os meninos construíram os*

barraquinhos deles tudo lá. Mora tudo perto, eu vou lá é pulando de um pro outro”.

Hoje, quando visita os filhos, precisa ficar um pouco em cada casa, para não gerar ciúmes entre eles. *“Se eu negar um eu levo até uma surra [risos]. É assim, eu fico uma semana em um, uma semana no outro, outra semana no outro, eu tenho que dá assistência para todos, porque se não dou eles cobram. Fala: ‘a senhora tá adulando mais fulano do que eu’ [risos], mas eu trato todos igual, são os dedos da mão, é tudo igual. Eu tenho prazer sabe, porque graças a Deus, Deus me deu meus filhos, agora, se eu casasse com um homem ruim e não tivesse nem uma semente na terra, eu estava perdida! Aí eu ia desgostar mesmo, você entendeu?”.*

Mas não é apenas Rosário que visita os filhos, eles também a visitam no Quilombo. Conta que gostam muito de vir a Praia, pois foi um costume que tiveram desde pequenos. A vida dela foi sempre *“lá e cá”*, nunca houve uma ruptura. *“Eles vêm pra cá, eles gostam daqui, adoram. Eles gostam daqui, porque toda vida eu ficava lá e cá sempre, as vezes eu estava lá e não ficava. Eu ficava lá e cá e eles já acostumaram com a minha vida aqui e lá, assim. É lá e cá. E eu dou assistência, não gosto de ficar abandonando eles não, Deus me livre! É ruim, não dar assistência pros filhos. Que tem mãe que os pais abandona, larga, não tá nem aí, não cuida dos filho, isso pra mim é horrível. Falei: ‘jamais! Eu sou assim, só abandono eles só quando eu fechar os olhos! Eu gosto deles demais”.*

Hoje, graças à fácil comunicação pelos aplicativos telefônicos, ela tenta amenizar a saudade quando está longe, recebendo fotos das plantas que cultivou, dos animais de estimação que não pôde trazer, assim permanece com sua vida *“aqui e lá”*, *“lá e cá”*. *“Eu só não trouxe uma gatinha guarazinha que eu tenho lá porque é difícil, elas cuidam dela. Eu tenho um cachorro que tá com quase 19 anos, aí elas vestem roupa nele e manda o retrato. Nós falamos muito no zapzap [WhatsApp]. Aí elas mostram tudo pra mim, o cachorro ele agora tá ficando cego, tá muito velho”.*

A vida de trabalho começou muito cedo, ajudando nos serviços domésticos, algo que aprendeu observando sua mãe, como na história que conta de um dia em que precisou cozinhar para dez homens que ajudavam seu pai em um mutirão, já que sua mãe havia saído para realizar um parto.

“Teve uma vez que eu cozinhei pra dez homens que estavam trabalhando com meu pai. Eu era pequenininha, aí minha mãe saiu pra fazer um parto e não tinha ninguém, minhas irmãs tudo saiu pra trabalhar. Eu ficava de olho na minha mãe, em tudo que ela fazia, pra aprender. Aí minha mãe falou: ‘êh meu Deus e os homens? Tá trabalhando e agora? Como é que vai fazer?’ e eu bem quieta. Antigamente cozinhou naqueles caldeirão cheio de tora dentro.

Estava o caldeirão lá de feijão, cheio de coisa, de carne de sol e tudo. Eu fui lá, peguei o arroz, lavei, deixei escorrer, peguei o alho, soquei o alho, fiz o arroz. Aí depois fiz a carne, acho que eu fiz uma verdura, não sei o que era mais, fiz lá e fui colocando no fogão, ajeitei esse feijão tudo, fui na mesa, peguei o forro e forrei, coloquei os pratos, naquelas travessas de esmalte que tinha de primeiro. Peguei tudo, ajeitei e na hora que eles chegaram ainda passei o café! Enchi aquele bule de café de antigamente. Pequeninha, pequeninha! E aí agora menina, quando pai chega com essa homarada, a comida já estava pronta. A maioria era tio meu, olhou assim e falou: ‘quem foi que fez essas comidaiada toda e ajeitou isso aqui tudo?’. Aí pai falou assim: ‘olha lá quem foi’, ‘ah não foi não! Não pode ser’.

Outra história que demonstra a precocidade do trabalho em sua vida é sobre seu primeiro serviço como cozinheira, aos 11 anos, em um hotel no município de Manga – fatos que fizeram Rosário repensar os desafios que já enfrentou, de uma vida dura: *“desde pequeninha eu já estou acostumada no duro”. “Aqui em Manga eu trabalhava com onze anos, já comecei a ser cozinheira do Hotel Santana que tinha. E aí minha filha, quando eles chegavam, os hóspedes perguntavam: ‘quem é que fez esse mundo velho tudo aqui?’, ‘você quer ver minha cozinheira mesmo? Pera aí eu vou mostrar, vocês vão cair de costa’. Quando eles olhavam falava: ‘não é ela não, não é ela que faz isso tudo’, e eu fazia tudo! Até aqueles tipos de doce de leite, aquele doce de leite que faz com ovos e claras, tudo eu fazia. Era duro minha filha! Eu trabalhava muito, eu não sei com que milagre ainda estou viva, porque era pra ter batido as botas, desde pequeninha eu já estou acostumada no duro. Cozinhas até de fogão tocado a carvão, essas panças minha aqui é até envermelhada”.*

Luzia

Luzia é vazanteira, quilombola, pescadora e artesã, nascida e criada no Quilombo de Praia. Tem 70 anos e cinco filhos adultos. Dona Luzia sempre carrega um largo sorriso, junto com as suas artes, como o crochê, ensinado por sua mãe, *“eu aprendi com a minha mãe”*, e outras, como o macramê, que aprendeu observando as pessoas, *“eu aprendi olhando alguém fazendo”*.

Foto 38: Luzia



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2023 e julho de 2024.

Hoje, vender seu artesanato é uma realização de algo que, por conta do trabalho duro na roça, não foi possível fazer antes. *“Eu gosto de artesanato, amo! Porque é uma coisa que minha mãe me ensinou, então a gente ficou com aquilo e eu não tive a oportunidade de mais nova fazer. Então agora Deus me deu a oportunidade, aí eu estou fazendo”*. Algo que quer preservar ensinando para mais pessoas, *“para não acabar a cultura. [...]Estou ensinando pros meus netos, minhas filhas, todo mundo sabe fazer”*.

Do conhecimento de sua mãe, traz as técnicas de fiar e tingir as linhas, mesmo que atualmente se encontre para comprar com mais facilidade. Dos seus dez irmãos, diz ser a que mais guarda essas lembranças, dos ensinamentos da mãe. *“A linha minha mãe fiava. [...] Aí depois quando eu saí de casa, que eu casei, a gente já encontrou linha pra comprar. Quando eu aprendi, foi com a minha mãe e as linhas que ela fiava, colhia o algodão e ia fiando, fazendo os novelos de linha. Para tingir pega aquela casca de jatobá, coloca de molho mais ou menos uns oito dias, aí solta aquela tinta todinha na água. Você pega a linha e enfia dentro da água, deixa 3 dias, no outro dia tá da corzinha da casca do jatobá, é tipo um vinho. Aí quando ela ficava tingida, minha mãe enrolava de um jeitinho assim, pra gente tornar voltar pro novelo de linha. A gente ia fazendo o crochê e ficava bonito e não soltava a tinta. Tinha outro matinho que chama anil, que solta aquela tinta azul. Tinha casca de quixaba também, que a gente colocava junto com a casca do jatobá, aí dava um outro tom mais diferente. Era três tons que minha mãe fazia”*.

Dona Luzia nasceu no Quilombo, mas seus pais eram nordestinos, vindos da Bahia.

“Minha família era do Nordeste, lá do Norte. Meus pais nasceram todos os dois lá, a cidade mais próxima, chama Malhada”. Como foram viver na Ilha da Curimatá, próximos ao porto onde paravam as embarcações, viram uma oportunidade de realizar relações comerciais. “Minha mãe fazia uma coisa que as pessoas usavam, que chamava “chenill”. O “chenill” a gente tecia o pano, as pessoas que andam de cavalo que gostavam de usar, serve para enfeitar a cela e minha mãe fazia muito e vendia. O barco de vapor encostava no Porto de Manga, aí as mulheres desciam, aquelas mulheres vinham de longe, às vezes de Juazeiro da Bahia e iam pra Pirapora. Elas desciam e já ia lá atrás da minha mãe, as pessoas diziam: ‘ôh dona Joana, eu quero que a senhora faça um “chenill” pra eu levar”. As pessoas que tinham sítio, fazenda, compravam na mão da minha mãe. Vinham, compravam e no outro dia a gente ia para o comércio comprar coisas pra alimentar”.

A família plantava diversos gêneros alimentícios, como feijão, milho e abóbora. Vendiam *“lenha, ovos, vendia galinha, às vezes a gente tinha farinha, vendia farinha, vendia tapioca”*, dinheiro que usavam para comprar principalmente sal e café. Mas os anos foram passando e trazendo dificuldades, *“a questão de plantação ficou ruim, porque ficou o tempo muito seco, pouca chuva e também minha mãe foi ficando mais velha, meu pai foi ficando mais velho”*. Casou-se aos 26 anos e morou junto com os pais na Ilha durante uns 10 anos, momento em que saiu para São Paulo, *“eles ficaram aqui na Ilha e eu fui embora pra São Paulo”*.

Foi para São Paulo com cerca de 30 anos, disse que as plantações foram ficando difíceis e quis sair para ajudar sua mãe. *“Eu tinha 30 anos, eu estou com 70, foi há 40 anos atrás e aconteceu essas coisas, né? Eu fui pra São Paulo porque a gente trabalhava e começou não colhendo as coisas, igual era. Aí eu senti a necessidade de eu trabalhar lá pra ajudar mais a minha mãe, que ela estava ficando mais velha, aí eu queria ajudar ela”*. Um de seus irmãos já morava lá – um contato importante para a ida. Dona Luzia foi trabalhar como doméstica. *“Eu tinha um irmão que morava lá, foi primeiro que eu. E aí chegou lá e eu fui trabalhar de doméstica. Foi lá que eu arrumei o emprego, porque eu, graças a Deus, não tenho leitura, mas eu tenho muita facilidade de enturmar com as pessoas”*.

Além de seu irmão, havia uma tia e prima que moravam lá e trabalhavam como domésticas, foram elas que conseguiram o contato para o trabalho e acolheram Dona Luzia em casa. *“Trabalhei de doméstica, eu consegui o emprego assim, minha tia morava lá, aí minha tia foi e falou com a menina dela, falou, ‘você vai trabalhar? Pergunta lá a sua patroa se tem alguém precisando, que chegou uma menina aqui, minha sobrinha’. E aí no outro dia, ela já arrumou o serviço pra mim. Fui ficar na casa da minha tia, eles moravam em Santos, não lembro o nome do bairro”*.

Passou a morar na casa da família que foi trabalhar, só ia para a da tia aos finais de semana, seus dias de folga. Vivia em um *“quartinho de empregada”*, que ficava próximo à cozinha, contendo a cama, um pequeno guarda-roupa e uma cadeira. *“Eu fui morar na casa, eu vinha pra casa da minha tia só no final de semana. Durante a semana eu ficava lá, tinha um quartinho de empregada e eu ficava lá. Era perto da cozinha. Tinha uma cama, um guarda-roupinha pequeno e só uma cadeira”*.

Sua rotina no trabalho começava logo cedo e contava com várias funções: limpava, levava a filha da patroa para a escola, auxiliava na cozinha, *“fazia de tudo na casa”*. *“Eu levantava muito cedo, arrumava a casa, levava a menina dela pra escola. Eu fazia de tudo na casa, só não fazia cozinhar, mas preparava assim as coisas, descascava verdura. Tinha uma pessoa que cozinhasse e tinha outra mulher que passava roupa, elas não moravam, essas só iam lá todo dia. Eu ia de pé pra levar a menina na escola, era bem pertinho”*.

Dona Luzia disse ter ficado “brevemente” em São Paulo, mas esse pouco, foi quase uma década, *“eu fiquei pouco tempo lá em São Paulo, mais ou menos uns oito anos, aí eu voltei”*. Relatou ter se adaptado fácil no lugar, para ela foi um desenvolvimento. *“Aprendi a andar até sozinha e eu aprendi muito rápido, aprendi muito rápido. E eu as vezes eu fico ainda com sentimento porque eu não estudei, mas foi muito bom as coisas que eu desenvolvi nesse mundo. Não estranhei lá, adaptei muito, eu andava sozinha”*. Seu retorno ocorreu pelo adoecimento de sua mãe, voltou para ajudá-la, *“depois eu vim embora pra aqui, que minha mãe adoeceu, eu vim embora pra cuidar dela”*.

Mesmo depois do retorno, continuou indo para São Paulo. Quando sua primeira filha nasceu e foi crescendo, ia comprar roupas para ela, *“eu ia sozinha mais Deus”*. Atualmente, ainda vai para comprar roupas para sua filha, que trabalha comercializando as peças, *“compro lá em São Paulo, é eu que vou comprar no Brás, ela vende aqui na feira”*.

Assim como Dona Luzia, seus filhos também possuem trajetórias migrantes – dos cinco, apenas dois estão na Comunidade. Uma filha mora em Brasília, e dois filhos, depois de muitas mudanças, estão no exterior. *“Eu continuo indo pra Brasília, continuo indo pra São Paulo. Tenho cinco filhos, minha filha foi pra Brasília trabalhar e arrumou um serviço bom e agora já comprou casa lá e já mora. Tem dois fora do Brasil, eles estão na Itália, o mais novo trabalha com solda e o mais velho trabalha com guindaste, mas, porém, onde ele mora é longe do guindaste, porque lá é diferente daqui, está trabalhando de esmerilador, não sei nem o que é, é uma outra profissão que ele tá. Foi alguém que levou eles, moraram em Goiânia, de Goiânia foi pro Rio de Janeiro e alguém levou eles pra lá. Um tem cinco anos e o outro vai fazer um ano agora no dia 17 de agosto”*.

Antes de irem para a Itália estavam no Rio de Janeiro; um deles se casou com “*uma mulher de lá*”. A história da primeira saída de um desses irmãos é bastante curiosa: aos 14 anos, sentado na beira do Rio São Francisco, recebeu a proposta de trabalhar em uma firma com guindaste de embarcações – a mesma firma que o levou depois para o Rio de Janeiro. “*Ele já foi com uma firma daqui, essas firmas que mexe com esse negócio de guindaste de navio. Ele estava sentado na beira do rio, o rapaz passou e falou assim: ‘e aí garoto, você quer trabalhar com nós?’.* Ele falou assim: ‘*deixa eu ir falar com minha mãe*’. *Aí chegou lá, ‘mãe, você deixa eu ir trabalhar?’.* Ele começou a trabalhar com 14 anos, começou de ajudante, aí passou a aprender a trabalhar no guindaste e hoje é um guindasteiro profissional. *Aí a firma levou ele pro Rio e ele trabalhou no Rio 14 anos e depois de 14 anos, agora tem um ano que foi pra Itália*”.

A busca de seus filhos por novos trabalhos e lugares, segundo Dona Luzia, se dá pelas novas ambições deles, que tiveram mais oportunidades de estudar e que não desejam trabalhar na roça. “*Aqui era muito difícil pra emprego e as pessoas quando começam a estudar, não querem encarar uma roça, por exemplo, trabalhar numa enxada. Todos eles estão formados no ensino médio, quando estuda não tem vontade de trabalhar na roça, porque o serviço da roça é muito duro, muito duro. Eu até hoje trabalho na roça*”. Se mantém na lida da roça, pescando, cuidando da terra, como disse, é ainda uma mulher de muita coragem: “*eu estou com 70 anos e minha coragem é de quando eu tinha 25, minha coragem não acabou, eu fico impressionada com isso*”.

Assim como o artesanato foi herdado de sua mãe, a pesca entrou em sua vida por meio de seu pai, que passou a “*carga*” dele para ela, a única filha que se interessava em pescar. “*Meu pai era pescador e ele falou assim, quando ele deu a carga dele pra mim, falou: ‘Luzia, quem vai pescar agora é você’.* Ele falou assim, ‘*você que vai pescar e eu vou trabalhar na roça*’. *Porque se eu jogasse um anzol na água eu já pegava um peixe e os outros irmãos não gostavam de pescar e eu aprendi a remar*”. Prática que mantém, inclusive as vendas dos peixes, “*o rio tá aqui pertinho, eu solto meu lance de rede aqui na Ilha da Curimatá, solto minha rede mais meu velho [esposo]. O ano passado, nós ia vender peixe lá em Montalvânia, em outra cidade, de tanto peixe que nós pegava. Eu gosto de pescar, de nadar*”.

Além de pescar, Dona Luzia também planta, “*lá na ilha eu tenho uma chácara de banana com 50 pés, é cada banana maior do que a outra e aí, no que eu vou pescar, eu já vou trabalhar também. Eu chego, estico a minha rede aqui e vou trabalhar, quando eu volto tem uns cinco peixes. Eu pesco com rede, eu pesco com anzol. Os peixes que dá aqui, tem Curimatá, tem Piau, Traíra, Surubim, tem a Piranha que é mais difícil, porque ela corta muito o seu*

anzol”.

Ela segue vivendo com os muitos conhecimentos que adquiriu em sua criação, nas plantações nas vazantes, nas pescas, nos artesanatos. *“Março é a época da vazante, ele vai diminuindo a água e aí nessa terra que fica úmida, aproveita e a gente já planta nela, chega pra plantar e chega e já arruma uma redinha para pegar o peixe. Moça a gente já tem tanto conhecimento!”*.

Regina

Regina é uma liderança sempre presente nas reuniões e atividades. É vazanteira e quilombola, filha de uma mãe nascida em Praia e de um pai que veio do Quilombo Gurutuba ainda criança. Regina nasceu e foi criada em Praia, tem 54 anos e mora com seu pai, irmã e filha. Atualmente, cultiva suas plantações de diferentes alimentos na comunidade, onde além de consumi-los nas refeições da família, vende alguns dos produtos. Durante a semana, trabalha em Matias Cardoso, no Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI).

Foto 39: Regina



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, outubro de 2022 e julho de 2023.

Mesmo sendo uma liderança atuante, possui um histórico de migração em sua vida, dos mais de vinte anos que esteve em Brasília – DF. Em uma de nossas conversas, ela falava sobre uma recente visita à família em São Paulo – uma curiosidade que sempre teve, já que desde pequena ouvia falar sobre o lugar. Porém, essa ida a espantou, devido à quantidade de pessoas passando fome e procurando ajuda. *“Eu conheci muitos lugares, mas eu tinha curiosidade de conhecer São Paulo, eu fui assim em uma época que já estava terminando o COVID e eu vim*

de lá aterrorizada, eu não vou falar que nunca vou voltar lá, mas o que eu vi lá foi fome. Era umas filas assim, que eu perguntava: ‘de que é essa fila?’, ‘ah, do café’, ‘ah, eu vou pegar marmitta pra levar pro meu marido e meu filho’ e ficava naquele frio lá”.

Esse espanto veio de uma reflexão sobre o porquê aquelas pessoas, que não são de São Paulo e estavam passando por dificuldades, ainda continuavam lá. Por que não voltavam para casa, assim como ela fez? Como disse Regina, não saiu pensando que *“nunca mais iria voltar”*. *“Todo lugar que eu ia tinha uma fila dando volta assim e eu falei: ‘meu Deus, o que esse povo está fazendo aqui?’*. E tudo de fora, por que que não volta pro seu lugar? O que tem na cabeça daquele povo, que eles preferem ali passar pela necessidade que voltar pra trás, pra casa? Eu voltava, eu nunca falei que ia pra lá embora que eu nunca mais ia voltar, eu volto pra casa. Gente é uma coisa assim que eu fiquei agoniada, vim embora antes do tempo de lá”.

São Paulo carregava diversas representações em sua vida, por sempre ouvir relatos de outros comunitários sobre as benfeitorias do lugar. Quis ir, para ver com seus próprios olhos aquilo que tanto escutou por anos. Sem dúvidas, essas expectativas foram quebradas e se viu diante de uma realidade bem mais difícil do que parecia, percebendo também a dicotomia dos bairros de pessoas com maior poder aquisitivo e os bairros onde os mais pobres vão morar.

“O povo falava tanto de São Paulo, São Paulo, São Paulo, que eu fui lá ver como que era, como que as pessoas viviam. Assim, as favelas muito sujas, o fedor, a catinga, não sei como consegue viver naquele negócio ali não, eu não sei. A não ser o povo rico ali, nos outros bairros ricos é outra coisa, mas o pobre mesmo que mora onde eu andei, o povo fala do Capão Redondo, só mata. Pois eu rodei aquele trem lá todinho, fui em Guarulhos, Santo André, só pra mim ver com os meus próprios olhos, fiquei foi dias só rodando, pra mim ver o que o povo acha tanto em São Paulo, eu não vi nada! Nada que me falasse assim eu vou ficar aqui, eu vim de lá aterrorizada. Eu não sei o interior, o povo vai muito pro interior, mas São Paulo mesmo. Meu irmão mora em Franca, não sei quantos anos, vinte e poucos anos, ele nunca foi em São Paulo, porque, todo mundo que vai lá, já vem aterrorizado com São Paulo, ele mora no Estado de São Paulo, mas nunca foi em São Paulo”.

Ao narrar sobre sua ida para Brasília, as lembranças aparentam ser melhores do que a experiência de conhecer São Paulo. Foi para o Distrito Federal no início da década de 1990. A princípio, começou trabalhando como babá. *“Em Brasília eu morei vinte e poucos anos. Fui em noventa por aí, foi na época de Collor, estava na eleição de Collor com Lula. Eu era babá, na época eu era babá de uma família que era alemã”.*

Durante os mais de vinte anos que esteve por lá, construiu uma vida, teve comércio próprio, buscou formação, tirou sua carteira de motorista – foram várias tentativas para viver

melhor. Dos trabalhos que teve, além de babá, foi motorista de van escolar, dona e gerente de um restaurante e, nos últimos anos de sua estadia, fez cursos para acompanhante escolar especializada em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). *“Depois de babá eu tive negócio próprio, tive restaurante. Comecei como babá, depois eu especializei em criança com autismo, sou formada pra trabalhar com autismo, e fui motorista, carregava menino pra escola, pegava menino em escola, foi em [19]97 eu tirei a carteira lá. Fiz muita coisa, fui de babá a dona de restaurante e de criança com autismo e mãe de Sara”*.

Além de todas essas profissões que exerceu, também foi o momento que se tornou mãe e esse foi um dos motivos que a fez retornar ao Quilombo, *“chegou o tempo de voltar”*. A princípio, ainda imaginava que depois que sua filha crescesse um pouco mais, retornaria para Brasília. Porém, na época, conseguiu aprovação no concurso da prefeitura de Matias Cardoso, para trabalhar com serviços gerais no CEMEI. *“Quando saí de lá estava trabalhando com crianças com autismo. [...] A decisão de vim foi porque chegou o tempo de eu voltar por causa dela [filha], que ela tinha nascido. No entanto, eu não ia ficar, eu ia voltar de novo se eu não conseguisse emprego aqui. Ela nasceu lá e depois eu vim. Eu ia voltar pra lá e ela ia pra creche, mas aí o que aconteceu? Quando eu ia voltar, eu passei no concurso aqui, aí eu fiquei. É mais fácil, tem ajuda, tem a família”*.

A estabilidade de poder contar com o trabalho em Matias Cardoso e, principalmente, a ajuda e apoio da família foram motivos que a fizeram desistir de sair para Brasília novamente. Como bem destacado por ela, saiu, mas nunca dizendo que não voltaria, pois o seu lugar é no Quilombo. *“Eu nunca falei que eu não voltava pro meu lugar não, o meu lugar é aqui. Você só fica lá o tempo determinado que você tem que ficar, mas se não deu certo... Como eu não queria que ela fosse pra creche essas coisas assim, aqui era o melhor lugar, a casa do avô está aí”*.

Estando agora na Comunidade, desloca-se diariamente em seu carro para o trabalho no CEMEI de Matias Cardoso, coincidindo essa rotina com a lida na roça e as articulações em prol do Quilombo. *“Nas lagoas produz abóbora, produz feijão catador ou feijão de arranca, depende da época. Agora em agosto mesmo, chegou a época de plantar o catador, que lá não precisa de água, a lagoa tem o segredo, porque você planta e a umidade à noite faz a tarefa de molhar, então dá muito feijão catador nessa época agora de agosto. Mas lá tudo que você planta dá”*.

A maioria dos alimentos que planta junto com o seu pai é destinada ao consumo da família, mas também conseguem vender. Hoje, as vendas são através de uma rede social de mensagens instantâneas, onde divulga os produtos que estão à venda e entrega para quem encomendar. *“Lá assim, a gente planta eu mais pai, planta muito feijão catador, às vezes é só*

pra alimento da gente e vende também. Eu vendi bastante também. Eu mesmo vou na feirinha não, porque é à noite. Eu coloco é no status do meu celular e coloco lá, e já levo, já pronta entrega na casa da pessoa. É igual quando eu planto um alface, o cheiro verde também”. Regina se divide entre o trabalho na cidade, a lida na roça, a luta pelo território tradicional e o seguimento das tradições do lugar, como a Festa de Nossa Senhora Aparecida.

Maria Luiza

Maria Luiza tem 73 anos de idade, dos quais viveu 67 em Praia. No capítulo I, relatou sobre sua chegada de Pernambuco em 1958 com os familiares, dentre eles, seu irmão Manoel. Se identifica como vazanteira e quilombola, e afirma ser alguém que gosta “*muito de estar na roça*”.

Foto 40: Maria Luiza



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2022.

Dona Maria Luiza chegou em Praia com apenas seis anos, crescendo e criando suas raízes no lugar. Se casou com Seu Severino e criou os filhos enquanto seu esposo ia e voltava para trabalhar, dinâmica que se manteve por mais de vinte anos. Sua ida para Belo Horizonte ocorreu em um momento delicado de saúde; devido a uma doença, precisou ir também, levando seus filhos. Foram sete anos de tratamento até ser possível seu retorno. “*Essa ida que ele falou que eu fui pra Belo Horizonte, eu tive um problema, um câncer no pulmão. Eu fiquei sete anos*

lá no tratamento, quando as revisões ficaram de seis em seis meses, eu vim embora pra cá e ele [esposo] ficou lá mais de um ano, aí depois ele veio. Eu operei foi em [19]93, acho que foi três de março de [19]99 que nós viemos pra aqui. Eu fiquei sete anos fazendo tratamento direto lá, aí depois eu fiquei fazendo revisão de seis em seis meses, aí eu já ia daqui”.

Estava acostumada com a rotina de idas e vindas de Severino, mas no momento de doença, viu-se necessitada a ir também para Belo Horizonte, onde, aos poucos, foi levando os filhos e se organizando. *“Nós ficava aqui e ele trabalhava fora, foi pra Belo Horizonte e trabalhou fora. Depois eu adoeci e fui pra lá, fiquei sete anos e voltei pra cá. Foi a família toda, porque era causa de vida ou morte, as notícias que vinha pra cá não eram boas. Então meus meninos tudo pequeno, foi carregando de pouco a pouco até que foi a família toda pra lá e nós alugamos um barraquinho e ficamos esperando tudo o que Deus tinha pra nos dar”.*

No começo, a família contou com o apoio de outros familiares que estavam em Belo Horizonte. Um sobrinho de Dona Maria Luiza disponibilizou sua casa para que morassem, localizada no bairro União. Posteriormente, conseguiram se organizar para pagar o aluguel de uma casa no mesmo bairro. *“Nós moramos bastante tempo assim no União, essa época que eu fiquei doente. Fiquei na casa de um sobrinho meu, já que meus irmãos moravam lá, eu tenho um irmão que mora até hoje e tinha um sobrinho meu que tinha uma casa no União. Ele viu a situação perigosa de doença que eu estava, foi e deu nós a casa e ele tinha outra, aí deu a casa pra nós morar. Depois nós mudou pra uma casa também no União, aí nós já estava com um estabilidade, já dava pra pagar aluguel, aí juntava a família”.*

Conta que a casa que viveram era bem pequena, com apenas dois cômodos. Ainda assim, isso nunca atrapalhou que recebessem pessoas do Quilombo, tanto visitas, como aqueles que iam trabalhar em Belo Horizonte. Mesmo em um momento delicado de saúde, Dona Maria Luiza permanecia com seu jeito acolhedor, que ajuda o próximo. *“Essa menina [filha] que estava aqui aquela hora já morava lá em Belo Horizonte e aí nós ficamos reunidos. Morou todo mundo, a família grande e ainda chegava mais parente de todo lugar, daqui que ia me visitar, que ia trabalhar e ficava lá em casa. Então minha casa era pequeninha, pequeninha, dois cômodos só, mas a hora que fechava a porta, o que estava lá dentro não saía mais, porque toda vida minha casa é sempre cheia”.* Nesse momento de sua fala, Seu Severino comenta que quando foram construir a casa nova no Quilombo, ela quis que fosse grande – por ter estado a tantos anos em uma casa pequena. *“Quando foi fazer essa casa aqui fez desse tamanho, foi por isso, que ela morou muito em casa pequena”* (Severino).

Um ponto em que fala com saudades de Belo Horizonte é a reunião de todos os filhos, algo que sente falta, já que alguns estão por lá. A sua ida temporária, visando o tratamento de

saúde, acabou antecipando a mobilidade deles. *“Eu gosto de ter muita gente, eu gosto de ter a família. Eu sou uma pessoa muito comunicativa com gente, eu gosto de família, a casa cheia. Eu me sinto assim deprimida no domingo, que não vejo um bocado deles”*.

Ela ainda tem dois filhos em Belo Horizonte. Uma de suas filhas havia retornado recentemente, depois de já ter *“criado os filhos”* e dedicar muitos anos de trabalho. Resolveu voltar para o lugar, em busca de tranquilidade e da possibilidade de estar junto com os pais – ela estava tentando vender a sua casa em Belo Horizonte. *“Lá tem dois filhos ainda, tinha três, mas uma está pelejando pra conseguir vender uma casinha que tem lá, que já ajeitou uma casinha aqui pra comprar. Nessa ida pra Belo Horizonte essa menina minha foi também, ela tinha casado de pouco, tinha dois meninos e agora está de volta, os filhos cresceu, não tem mais aquela estabilidade de estar mais em cidade trabalhando. Então ela pegou e está vindo embora, está esperando vender a casa dela lá, pra poder comprar a de cá, já pra vim embora. Mas já tem mais de um ano que ela está aqui mais nós”*.

Além da parte emocional das saudades, Dona Maria Luiza fala sobre o avançar de sua idade e a de seu marido, ressaltando o quanto isso requer ajuda e faz com que seus filhos queiram estar mais próximos. *“Ela quer vim pra aqui porque a gente já não está mais menino e dois velhos, a gente fica muito precisando de ajuda, de varrer um quintal pra gente. Eu preciso muito, porque, com esse tratamento que eu fiz de pulmão, eu fiquei muito assim, que eu sou uma pessoa muito ativa, eu gosto de trabalhar, eu não gosto de ficar parada, mas tem serviço que eu não dou conta de fazer”*.

Foi uma vida de muita labuta, desafiando a saúde, mas assim os filhos *“vão chegando pra mais perto”*, para ajudar aqueles que fizeram de tudo por eles. *“A gente também já chega nessa idade, foi uma criação muito de luta, então a gente não tem mais aquela saúde, eu não tenho. Não dou conta de varrer quintal, de lavar bastante roupa, então é minha família que faz isso, aí vem uma nora minha, vem filha. Então eu vivo assim. Eu acho que é por isso que estão chegando mais pra perto, porque está vendo que a gente também já está numa certa idade, que já não está mais criança, já é hora dos filhos estar por perto”*.

Estar na roça para Dona Maria Luiza é motivo de muita alegria, é seu lugar de identificação. *“Aqui eu gosto muito, gosto muito de estar aqui na roça, toda vida nós morou na roça. Então eu me sinto muito bem, que eu gosto de plantar, eu gosto de colher, eu gosto que tenha pra vender, eu gosto que tenha pra mim dar. Eu sou uma pessoa assim, eu não quero nada pra mim só, o que eu tenho, às vezes é mandioca, é laranja, é manga, tudo que tiver, eu não sou aquela pessoa segura pra nada”*. Sobre Belo Horizonte, afirma não ter se *“acostumado”*, pois sentia que não era de lá, diferente de sua chegada em Praia, onde cresceu

e se identificou como do lugar.

Até os dias de hoje segue cuidando de suas roças. Sua maior riqueza é seguir de passo a passo com tudo que aprendeu nas suas vivências. *“A gente vive assim naquela lida sabe? Não é fazer muito, eu acredito mais no todo dia, mais no tiquinho, do que no muito. Porque o que nós faz todo dia um pouco, esse que é o rentável, que a gente às vezes não dá valor a um gotejamento, mas o gotejamento é o que mais molha. O que mantém a nação fraquinha é o pingo pingo, é aquele pouco que você aprendeu fazer com o pouco. Você se sente feliz, você se sente realizado, dá pra sobrar que você ajuda, você doa, então isso pra mim é uma riqueza”*.

Histórias do café e do “trecho”

Mesmo havendo uma predominância de saídas para a *“cidade grande”*, existem histórias daqueles que se colocaram no *“trecho”* e foram trabalhar em grandes fazendas de café. Essas mobilidades tendem a ser mais cíclicas, principalmente as idas no período da colheita do café, mas há também histórias mais longas e vínculos que foram criados especialmente na região do Triângulo Mineiro, com prevalência para o município de Patrocínio. Dentre elas, conheci as histórias de Sulino e Rita.

Me relataram na Comunidade sobre o recente retorno de Sulino em outubro de 2022, então marcamos uma visita à sua casa, a fim de conhecê-lo e ouvir sua experiência. Durante nossa conversa, percebi que não só ele, mas sua esposa Rita também havia vivido essa migração. Foram os dois que me ensinaram sobre a vida na *“panha de café”*.

Sulino e Rita

Sulino, 60 anos, é vazanteiro e quilombola, nascido e criado em Praia, casado com Rita, com quem tem oito filhos. Ele nunca havia saído do Quilombo; sua família é nativa do lugar, viviam realizando os trabalhos da roça – nas plantações nos tempos das chuvas e das vazantes, na união para a preparação dos alimentos, como as farinhas de mandioca e cuidados com as pequenas criações –, um calendário sempre repleto de muitas atividades.

Depois de seu casamento e chegada dos filhos, passou a sair para outros lugares, buscando melhores condições financeiras. Viveu por alguns anos no município de Manga, trabalhando em fazendas e, depois disso, acabou indo para Patrocínio. *“Daí eu saí e fui pra Patrocínio e em Patrocínio tem uns trinta anos que eu mexo por lá. Agora que eu vim pra cá de novo, de volta”*.

Foto 41: Sulino



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, outubro de 2022.

Foram várias idas para lá. A primeira saída ocorreu em 1990, onde viveu e trabalhou em uma fazenda chamada Makena por 13 anos. Posteriormente, foi viver na cidade e continuou trabalhando em diferentes fazendas de café. *“Fui para lá nos anos noventa. Só numa fazenda eu trabalhei treze anos, na Fazenda Makena que tem lá. Aí depois saí da Fazenda Makena, fui pra a cidade, da cidade aí trabalhei em várias fazendas. Aí agora me deu na ideia de vim pra aqui, passar uns tempos aqui, a gente também tá ficando velho cansado”*.

A decisão de *“sair pra fora”* apareceu como necessidade, em um momento de dificuldade em conseguir emprego. *“Na época que nós saímos daqui pra lá, estava meio difícil aqui, trabalho estava meio difícil”* (Sulino). *“Quando ele estava empregado não era tão ruim, mas quando estava desempregado, não era muito bom não”* (Rita). *“É que eu nunca fiquei assim, muito desempregado não, né? Quando a gente estava empregado aqui era bom, mas quando estava desempregado, pra poder você até encaixar em outro serviço, a gente passava uma época meio difícil. Por isso que chegou o ponto da gente sair e ir pra fora, porque teve umas épocas que foi muito difícil pra gente de trabalho”* (Sulino).

A primeira ida era para ser temporária; saiu com a intenção de trabalhar na colheita de café e pretendia retornar ao final. Foi Dona Rita a figura central para que continuasse por lá, e foi assim que ele passou a palavra a ela. *“Nós foi pra lá assim, pra panha de café, porque lá eles panhava o povo aqui, levava pra lá pra fazer panha de café. Aí eu fui, o primeiro ano que eu fui era pra mim ir e voltar, mas aí a minha esposa pegou, eu mandei um dinheiro pra ela, pra ela acertar com os Armazém aqui e tudo... Conta aí”* (Sulino).

Rita, 58 anos, é vazanteira e quilombola de Praia, tendo toda a sua formação no lugar,

aprendendo desde criança as diferentes atividades laborais e culturais praticadas. A partir de sua perspectiva, narrou sobre a primeira ida de Sulino para o café. Foi no ano de uma grande cheia; ela havia ficado com os seis filhos que tinham na época. Quando ele telefonava, falava que queria voltar, porque lá era muito diferente, chovia bastante e não estava tendo como trabalhar, mas ela pedia para que esperasse mais um pouco, pois poderia melhorar. Quando ele conseguiu enviar o primeiro dinheiro, que seria para pagar a conta do “armazém”, ela usou para comprar as passagens e ir em segredo para Patrocínio, pois já havia dito que queria ir, mas Sulino a aconselhava a não fazer isso.

“Ele foi pra lá no ano noventa, foi pra trabalhar e voltar. Só que quando ele foi, foi na época daquela cheia de noventa pra noventa e um e eu fiquei só com os meninos, aí eu já tinha seis meninos. Sempre quando ele ligava falava: ‘eu vou vim embora’, eu falava assim: ‘por que?’, aí ele: ‘ah, mas aqui chove muito, aqui é diferente, não dá muito assim, pra trabalhar’, eu falei assim ‘não, moço. Vai aguentando um pouco aí e deixa ver se melhora’. E aí quando ele mandou o primeiro dinheiro pra mim pagar o armazém, fazer uma compra, pra ficar com os meninos de novo, eu peguei esse dinheiro e na época tinha uma linha de ônibus pra lá pra Patrocínio, era um ônibus que cobrava mais barato e eu fui. Paguei as passagens e fui pra lá, eu com meus meninos. Ele já estava lá e quando eu falava que eu ia, ele falava: ‘você não é doida, você não vem não’, eu falava: ‘não, eu vou, porque ficar aqui, os meninos adoeceu tudo’, e aí eu fui, ele foi em janeiro e eu fui em fevereiro. Só que quando eu cheguei lá assim, pelo lugar que a gente ficou, lá chamava favelão” (Rita).

Foto 42: Rita



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, outubro de 2022.

Foi a partir desse encontro dos dois em Patrocínio que a família começou a organizar a

vida nesse novo lugar. Nessa fazenda, os funcionários que moravam lá ficavam em um alojamento apelidado por eles de *“favelão”*, uma nomenclatura usada para indicar que estavam em um ambiente com desorganizações e bastante povoado.

Pela descrição de Sulino e Rita, a fazenda era de dimensões exorbitantes, ou seja, um grande latifúndio. Em um pequeno espaço, havia cerca de treze barracões lado a lado, onde aproximadamente doze famílias se abrigavam. Não havia coleta de lixo, a rede de esgoto passava pelo quintal e as ruas do plantio de café ficavam próximas, o que gerava muita sujeira.

Dona Rita, acostumada a manter o terreiro limpo e organizado, somada ao fato de ser um lugar de muita chuva, arrependeu-se da partida, mas não compartilhou esse sentimento com Sulino. A fim de melhorar as condições de habitação no lugar, buscaram falar com o gerente, que aceitou que retirassem duas ruas de café. Esse movimento incentivou os outros moradores a procurarem arrumar melhor o *“favelão”*.

“Você imagina uma fazenda grande, enorme e com um favelão com mais de treze barracos, tudo emendado um no outro” (Rita). *“Ali morava umas doze famílias nesse local lá”* (Sulino). *“Quando eu cheguei lá que eu vi assim, aquele lugar chuvoso, muito chuvoso e muita sujeira nas portas do barraco. As famílias que morava não zelava e eu, como eu gostava de meu cantinho limpinho, minhas coisinhas limpinha, terreiro limpinho, que eu tinha meus meninos, eu senti arrependimento, né? Mas não falei com ele não, eu não falei com medo dele brigar. Eu fiquei e a gente foi falando com o gerente pra limpar, que estava muito sujo e as crianças adoecia demais. E aí veio o dono mesmo da fazenda, ele conversou, os que trabalhava lá também conversou e aí mandou tirar, que os café tudo era em cima da porta, aí tirou”* (Rita). *“Eu pedi ele pra tirar duas ruas de café de perto do terreiro da casa que a gente morava e fazer limpeza. Ele liberou para mim, falou: ‘não, você arruma uma caçamba aí, um trator e você faz aí o que você vê que dá certo de fazer, pode fazer’. Aí nós começamos fazer limpeza lá, que o trem era imundo demais, muito sujo, era rede de esgoto dentro do quintal”* (Sulino). *“E aí todo mundo quando viu a gente fazer a limpeza se animou também. Aqueles que morava lá começou a fazer a limpeza também”* (Rita).

A fazenda recebia um número grande de trabalhadores e não havia alojamento para todos, então, além do *“favelão”* – que se encontrava em péssimas condições –, alguns trabalhadores ficavam em barracos de lona. *“Tinha o alojamento grande, mas não dava conta de alojar todo mundo, aí fazia barraco de lona dentro das lavouras, debaixo dos pés de árvore”* (Rita). *“Quando eu cheguei para lá já entrei no barracão, lá no favelão, era vários cômodos pra colocar as famílias”* (Sulino). *“Era emendado, essa parede aqui era uma casa, aqui pro lado de lá era outra”* (Rita). *“Todas as paredes emendadas assim, mas sempre tinha uma casa*

separada pra colocar a família. Depois que a gente chegou pra lá a gente mudou a cara desse favelão. O dono liberou pra tirar umas ruas de café perto das casas e fazer limpeza, eu, um cunhado meu e um primo meu fizemos a limpeza lá e eles gostou e impediu o povo de jogar lixo, levou os baldes pra colocar, tirou aquela sujeira” (Sulino). “Não tinha coleta de lixo e tudo que pegava jogava lá na porta” (Rita). “Era aquela lama, era esgoto de pia de banheiro caindo quase no quintal assim, aí a gente fez limpeza de tudo, tirou aquelas águas porca” (Sulino). “Eles fizeram banheiro também, lavatório de roupa, banheiro separado. Eles foram investindo mais, que viu que as famílias que estava ali queria coisa mais limpa” (Rita).

Mesmo falando sobre o arrependimento que sentiu ao estranhar aquele ambiente sujo e desorganizado, com um clima diferente de muita chuva e frio, Dona Rita destaca que era um lugar “*farto*”, onde criou seus filhos, vestindo-os bem e conseguindo comprar suas coisas. Foi através de muito trabalho que atingiu esses objetivos, passou de uma fase de estranhamento para uma fase de especialização das normas e do trabalho, processo que envolveu desde conhecer como era o café até saber lidar com ele.

“Era muito chuvoso, só que era um lugar muito farto, muito bom, o serviço era demais. Na época eu não sabia nem como que era o pé de café e de repente eu me vi ali dentro daquela fazenda, daquela lavoura enorme de grande que não tem nem como comparar o tamanho, eu não sei nem dizer que tamanho era. Aqueles pé de café, tudo carregadinho, nossa ali eu endoidei, eu falei: ‘É aqui que eu vou ganhar dinheiro!’. Eu tinha muita vontade de comprar minhas coisas, de vestir meus filhos bem vestido também. E ali, naquele ano, quando passou aquela chuva, já veio a época da colheita do café, e aí a gente caiu dentro e trabalhamos o primeiro ano. Era pra voltar no final da colheita, nós gostou e não veio. Trabalhamos no segundo, terceiro e foi ficando, foi ficando, só que lá eu gostei muito assim, porque eu criei meus meninos lá tudo” (Rita).

O casal tem oito filhos, dentre eles, um é de “*criação*” e sobrinho biológico de Sulino. Foram para lá muito novos, outros nasceram em Patrocínio e cresceram durante esses treze anos que viveram na Fazenda. Depois de mais de uma década, a família conseguiu se estruturar e passaram a morar na área urbana de Patrocínio. As crianças se tornaram adultos, foram formando suas próprias famílias, até que Sulino e Rita ficaram novamente sozinhos.

“Foram todos pequenos pra lá” (Sulino). “Eles foram tudo pequeno, quando eu vim pra morar mesmo na cidade, eles já estavam tudo rapazinhos e com o dinheirinho de lá, a gente foi juntando e comprou uma casinha. Comprou um lote, depois do lote eles trocaram a troco de uma casa, então a gente morou pouco tempo de aluguel naquela cidadezinha ali. A cidade é Patrocínio, mas o bairro que nós morava era Serra Negra. Então pra mim foi muito bom, eu

gostei demais e os meus meninos também. Ali já os mais velhos foi casando, foram casando todo mundo e foram, foram, até que casou o derradeiro e aí ficou só eu e ele. São sete filhos” (Rita). “Oito com o que nós cria” (Sulino). “É, tem oito, com esse que nós cria, nós já pegou bem depois foi em 2006 que eu peguei ele aqui” (Rita). “Filho do irmão meu que mora aqui” (Sulino).

Dona Rita reconhece que o trabalho no café *“era sofrido”*, principalmente para as mulheres, por se tratar de um serviço braçal que exigia carregar muito peso. Ela descreve essa rotina pesada, mas ressalta novamente a *“fartura”*, resultado das várias funções que a família assumia ao longo dos dias, o que gerava uma maior diversidade de renda.

“Era um lugar muito farto, você tinha de tudo ali dentro de casa, você trabalhava, ganhava seu dinheiro. Era sofrido, porque eu vou falar, quem mexe com café, essas lavouras é sofrido demais! Principalmente pra mulher, mas a gente, como tinha aquele desejo de trabalhar, então eu não importava com peso, não importava com nada. Eu carregava a saca de 70 litros de café verde com maduro, porque você colhe ele é verde com maduro, vem tudo. Ali você mede, põe na saca, então dá 70 litros e eu pegava aquela saca, colocava aquilo no joelho, daqui eu jogava no ombro e ia deixar no carreador, um carreador mais ou menos como daqui lá naquela fazenda ali, lá pra lá. Mas tem carreador maior ainda, que dá a volta, né? Então, carregava nas costas e quando era no final da quinzena, a gente ia lá e recebia o pagamento e ia gastar, de quinze em quinze, tinha o pagamento” (Rita). “De quinze dias, depois passou mensal” (Sulino).

“Mas aí tinha mais outros trabalhos, não era só de café. Tinha plantação de capim, tinha plantação do próprio café. A gente enchia as saquinhas, fazia viveiro de mudas, depois plantava o café, as sementinhas dentro das saquinhas, aquela sementinha nascia. A gente ia mudar aquelas, se tinha adoecimento, a gente tirava uma e mudava para outro que não vingou. Então vinha um caminhão, uma turma ia enchendo aquelas caixas de café, daquelas mudas, e o caminhão ia levando e outras turmas plantando. Eu plantei café, a muda, eu enchi saquinha de café, eu plantei a semente, eu espalitei a semente. Então eu trabalhei de muitas coisas, eu plantei capim, carregava aquelas varolas de capim nas costas” (Rita).

Quando moravam na fazenda, o trabalho não era apenas no período da colheita do café, mas se desmembrava para outras séries de serviços prestados. *“Depois da colheita do café tinha serviço pra gente trabalhar também, tanto o homem quanto a mulher. Depende de querer trabalhar” (Rita). “Tinha tirar cipó, ir pra lavoura, cortar cipó que subiu nos pés de café, capim” (Sulino). “Era desbrotar café, amarrar café. É uma coisa que não dá nem pra explica direitinho, que é bem complicado mesmo. Pra amarrar café, você junta o pé de café que está*

aberto e leva lá e amarra com barbante. E pra desbrotar aqueles pés de café que crescia e saía os brotos por baixo, você pegava aqueles brotos e arrancava, puxava ele, tinha broto que já estava grosso, você puxava pra não deixar atrapalhar a floração do café. Aprendemos tudo lá” (Rita).

Esses serviços foram aprendidos na prática, observando e contando com a ajuda dos colegas mais experientes. Sulino já havia trabalhado com máquinas agrícolas, como o trator, nas fazendas próximas ao Quilombo, em um processo de procurar oportunidade. Mas a máquina do trabalho com o café, como a colheitadeira, aprendeu a operar em Patrocínio. *“Aprendemos vendo os outros trabalhando e aqueles fiscal ia ensinando como é que fazia. As pessoas iam pegando a prática, ia fazendo. Mas quando a gente chegou pra lá, a gente não entendia nada de lavoura de café. Eu mexia com máquina, já tinha costume de trabalhar com trator e tudo, mas colheitadeira de café eu nunca tinha trabalhado, aprendi trabalhar pra lá. Aqui, eu trabalhava com trator, eu tinha uns amigos que mexia com máquina, comecei trabalhando com eles de ajudante e eles foram me dando a força, me ensinando. Fui pegando a prática e continuando, aí quando eu aprendi mesmo, peguei máquina na fazenda e continuei trabalhando, mas eu dependi muito da oportunidade dos amigos. Mexia já com máquina, aí eu trabalhava junto mais eles, eles foi me dando a oportunidade, fui aprendendo” (Sulino).*

Ao falar sobre como soube do trabalho em Patrocínio, Sulino conta que foi através de parentes. Tinha intenção de sair de Patrocínio e ir para São Paulo, onde seu irmão havia conseguido outro trabalho para ele, mas, como Dona Rita foi para Patrocínio, desistiu da ida para São Paulo. Assim, foi *“ficando”*. Lembra bem que, em alguns períodos, conseguia receber um bom dinheiro, mas houve outros difíceis, quando apenas conseguiam pagar as despesas.

“Tinha um cunhado meu que foi pra lá. Primeiro foi um cunhado do meu cunhado, aí chamou e levou ele. Depois, tinha um sobrinho dela aqui, que trabalhava lá, já tinha acho que quase um ano, ele falou: ‘não, vocês vêm pra cá que é muito bom sô. Vem que vocês vão gostar’. Ele veio aqui, me chamou pra ir pra lá e eu fui. Quando cheguei lá eu falei: ‘eu vou, mas de lá eu vou pra São Paulo’, porque meu irmão tinha arrumado um serviço em São Paulo pra mim, tenho um irmão que mora lá. Eu falei: ‘vou só passar uns dias e vou’. O serviço de São Paulo era mexer com negócio de máquina também, eu ia trabalhar na melosa que fala, lubrificar máquina, ia entrar primeiro de meloso, talvez até de cozinheiro. Fui pra Patrocínio, cheguei lá, fui gostando e fui ficando, aí quando eu fui falando de ir embora pra São Paulo pra lá, a mulher pegou o dinheiro aqui e cascou fora pra Patrocínio. Quando eu vi, achei que ela estava aqui, ela estava chegando lá, aí eu não fui mais pra São Paulo. O próprio gerente lá em Patrocínio falou comigo: ‘não sô, você com tanta criança aí, tanto serviço aqui, o que que você

vai fazer em São Paulo? São Paulo é corrido demais, aqui é melhor pra você manter suas crianças, pra estudar, pra trabalhar’. Eu fui ficando, fui gostando, fui ganhando dinheiro. Uma época você ganhava dinheiro, uma época você não ganhava dinheiro, só livrava mesmo as despesas, mas a gente foi ficando, graças a Deus!” (Sulino).

Essa saída solitária de Sulino foi marcada por sentimentos incertos; a chuva incessante fazia-o pensar que não conseguiria trabalhar naquele clima, e a vontade era de retornar. *“Quando eu fui para lá estava chovendo demais, muita chuva, foi uns 40 dias de chuva direto. Você trabalhava ali uma hora, duas horas no máximo, caía água, chuva mesmo, direto. A gente trabalhava mais em barracão, misturando adubo pra poder, quando desse uma trégua, a gente adubar café. Aí adubava café, outra hora, colocava lenha no secador pra época de secar o café, era assim. Quando o tempo abriu, que a gente começou trabalhar, desenvolver. Mas foi uns 40 dias de chuva direto, a vontade era só de vim embora, eu falei: ‘o que eu vou ficar fazendo aqui desse jeito? Eu acho que eu vou embora’, aí eles falavam: ‘não, moço, tem paciência. Não vai ficar assim direto não, depois a chuva vai controlar, aí a gente começa a trabalhar, vai aparecendo os serviços” (Sulino).*

No princípio, Sulino começou a fazer apenas trabalhos manuais, mas como já havia tido a carteira assinada demonstrando experiência com máquinas agrícolas, passou a trabalhar com colheitadeira. Não havia revelado aos patrões sua prática, segundo ele, queria entender primeiro o “esquema do lugar”. *“Fui ficando e trabalhando braçal, depois eles olharam minha carteira lá, viu que tinha profissão, aí falaram: ‘ué, você trabalha com máquina e você não falou? Aí eu falei: ‘não, porque a gente chega assim, fica meio sem jeito. Tem que ver o esquema do lugar primeiro, pra poder a gente ver’. Aí ele falou: ‘não, nós vamos arrumar trator pra você trabalhar’. Aí arrumou o trator pra mim trabalhar, fui trabalhando. Aí depois chegou a época que foi aparecendo colheitadeira, nessa época eram poucos que tinha colheitadeira lá, aí foi aparecendo nas fazendas. Antes colhia tudo na mão na época que eu cheguei pra lá e depois foi aparecendo colheitadeira. Quando começou a aparecer colheitadeira eles foi passando a gente pra trabalhar com a colheitadeira, vinha os técnicos ensinar, os engenheiros vinham dá instrução pra gente, como é que fazia, como é que não fazia. A gente foi pro campo e foi começando a trabalhar” (Sulino).*

Embora tenham vivido longos anos por lá, a parte legal de seus contratos não era mantida; na verdade, havia uma série de negociações. Sulino explica que, quando chegou, assinaram sua carteira de trabalho; nos períodos de colheita, faziam um contrato, mas após esse tempo, ficavam meses sem a carteira assinada – situação que muitas vezes não era revelada para os trabalhadores, que continuavam desempenhando suas funções sem esse suporte legal para

assegurar seus direitos e comprovar o vínculo empregatício.

“Na época que eu trabalhei lá eles tinham um tal de contrato. Primeiro, quando eu cheguei lá, eu fichei. Aí depois, quando era na época da colheita tinha o contrato de safra. Eles pegavam, dava baixa na carteira da gente, a gente entrava em contrato de safra. Quando vencia o contrato de safra, a gente ficava ali dois, três meses, tinha vez que até seis meses sem fichar a carteira. Aí era desse jeito, porque eles ficavam enrolando a gente pra fichar e falava: ‘não, tá fichada, tá fichada’, quando você ia ver lá no escritório, não estava e nem nada. Você estava trabalhando avulso” (Sulino).

Os salários também se alteravam; no trabalho de colheita, recebiam pela produção, quantidade de café colhido e multiplicado pelo valor da saca. As outras diversas atividades que realizavam eram por diária e, alguns trabalhos, como o de tratorista, havia um salário estipulado. *“O pagamento quando era de café, era por saca. Aí quando era serviço geral, que eles falam, a gente trabalhava na diária, pagava a diária. Agora, eu trabalhava mais era o salário fichado, o meu era fichado, ou se eles tivesse pagando fichado ou se não tivesse, eles pagavam o salário. Aí a gente tinha um contrato de salário. É pra pagar tanto pra você ir para o trabalho de tratorista e quando ia para lavoura era tanto, era desse jeito”* (Sulino).

Relembrando os treze anos que viveram na fazenda, contaram a rotina dos filhos no lugar. Antes, havia uma escola na própria fazenda, mas depois as crianças passaram a frequentar a escola na cidade, situada a cerca de 12 km, deslocando-se por meio do ônibus escolar. *“Tinha o ônibus que pegava lá na porta. Quando nós chegamos pra lá, tinha acabado com a escola, tinha grupo lá que lecionava, aí depois estava dando muito problema lá dentro pra fazenda, eles pegaram e tiraram a escola de lá e levou pra a cidade É pertinho também da fazenda, 12 km só, da cidade na fazenda é 12 km”* (Sulino).

Essa grande fazenda, além das plantações, possuía comércios, onde vendiam uma diversidade de produtos, diminuindo suas idas à cidade para fazer compras. Comércios esses que geravam alguns empregos, mas também dívidas e perdas salariais. Materiais para o trabalho, como luva, eram oferecidos de forma gratuita no início, mas depois passaram a ser descontados no salário, assim como a cesta básica. *“Lá também tinha cantina, eu trabalhei na cantina”* (Rita). *“Tinha cantina lá dentro, tinha armazém pra vender. Era armazém sortido de tudo, tinha açougue. Eu ia na cidade comprar alguma coisa assim, negócio de roupa, alguma coisa diferente que você queria, mas de cereais tinha tudo dentro”* (Sulino). *“Comida, essas coisas tinham lá, tinha gás, esses trem”* (Rita). *“Fazia a compra pra descontar no final do mês. Eles metiam a faca na gente de todo jeito lá mesmo. Você comprava a luva, você pagava, tinha vez que eles descontavam. No início eles dava, aí depois eles pegou descontando as luva. Pano*

de café eles davam também, aí depois pegou descontando do povo, porque o pano é pra panhar café no chão, né?” (Sulino). “De graça era só escada” (Rita). “Era pra você derrubar o café em riba do pano e ir panhando, aí eles cobravam. No início não cobrava e depois pegou cobrando. O pano dava para usar uns dois anos” (Sulino).

O salário também contava com uma variação conforme o valor da safra. Quando havia uma quantidade maior de café, eles conseguiam colher mais, mas o valor pago era menor; ao contrário, quando a safra era menor, os valores se tornavam mais altos. *“Se eu panhasse dez sacas de café, vamos supor, porque eu panhava até mais, na época era muito barato, uma saca de café era quatro reais. Na verdade, não era reais ainda não, na época era cruzeiro. Então, lá chegou a ponto da gente panhar café de vinte e cinco reais a saca. Aí dava pra gente panhar cinco saca no dia, porque esse daí já era café mais fraco, mas dava pra gente ganhar e livrar o dia bem. Porque já pensou, você panhar cinco saca de café de vinte e cinco? Já era lucro e na época que era quatro reais você panhava vinte sacas, vinte e cinco, pegava mais porque era mais café” (Rita).*

Mesmo diante de tantos intrincamentos, o casal fala que, no começo, foi uma época muito boa para *“ganhar dinheiro”*. No entanto, segundo Sulino, isso era em função da predominância do trabalho manual – nos últimos anos as máquinas ficaram mais presentes. *“Na época que nós chegamos pra lá você ganhava muito dinheiro para poder panhar café, porque não tinha máquina quase, alguma fazenda que surgia com máquina. Mas hoje não, você não tem quase jeito de ganhar muito dinheiro pra panhar em colheita de café, porque tem máquina. As máquinas hoje panha noventa por cento das lavouras, o café do chão as máquinas panha, o café do pé elas panha quase tudo, aí não fica quase nada pro trabalhador braçal” (Sulino).*

Essa fazenda recebia trabalhadores de muitas localidades, mesmo que sazonalmente. No tempo da colheita, quando tinha mais demanda, chegavam todos os dias cerca de quinze ônibus cheios. Muitos parentes de Sulino e Rita também foram para lá nesses períodos. *“Tinha gente de vários lugares. De Montes Claros, daqui de Manga, de Janaúba, de Matias [Cardoso], da Bahia. Tinha parente da gente, tinha muito colega da gente que encontrava. De Bahia, até do Pernambuco, os Cearenses, tudo tinha. Ia tudo pra lá, acampava nas fazendas e várias fazendas lá, todo lugar tinha. Na época que eu cheguei pra lá, só nessa fazenda que eu trabalhava era quinze ônibus, que todo dia chegava com gente, quinze ônibus cheio de gente direto, direto. Era seis meses nesse batidão” (Sulino).*

Com o passar dos anos, as fiscalizações se tornaram frequentes, o que gerou modificações em muitas das antigas atitudes da gerência da fazenda. Eles não souberam precisar a data, mas foi por volta do fim da década de 1990 e início dos anos 2000. *“A fiscalização*

também começou dar em cima também. Começou a aparecer a fiscalização, que de primeiro não tinha não. Aí depois começou aparecendo, em 2006 por aí, 2002, 2003 eu acho” (Sulino)
“Não, foi de [19]96 pra cá, aí eles montou de cima e todo ano eles estavam lá” (Rita).

A fiscalização era mais atuante no período de maior movimento. Durante a colheita, observavam as acomodações e questionavam os trabalhadores sobre seus direitos, como a carteira assinada e pagamento dos salários. *“Eles só iam de vez em quando, ia mais em época de colheita, que ajuntava o povo, bastante gente, aí acho que a fiscalização montava em cima. Chegava no barracão olhava, olhava como é que estava os quintais, se estava limpo e perguntava se a gente estava fichado, se não estava, como é que estava o pagamento, se estava pagando em ordem ou se não estava. Era assim, eles passavam a saber, tinha uns que às vezes escondia com medo de sair da fazenda, mas outros já falavam a verdade, o que estava acontecendo dentro da fazenda” (Sulino).*

No relato de Sulino, é perceptível que havia muito receio dos trabalhadores em denunciar as situações, por medo de perderem seus empregos. Havia uma tentativa entre eles de se apoiarem e manterem o silêncio sobre a identidade de quem fez as denúncias. Porém, aconteceram casos em que levaram o nome do delator aos patrões. *“Quando achava alguma coisa na fiscalização ia reclamação pro escritório, falava: ‘está acontecendo isso, se nós voltar aqui e continuar desse jeito é perigoso fechar a fazenda’. Esse favelão lá mesmo fez derrubar, derrubou para poder fazer casa. Às vezes eles não descobria quem era aquela pessoa que dava a verdade, eles pegava e deixava quieto. Mas quando descobria, que eles passaram a saber quem é, eles mandavam embora. Porque às vezes, algum colega vinha puxar saco e chegava lá, falava no escritório, aí chegava na boca dos homem e os homem sabia quem era, os donos. Tinha uns que falava: ‘não, vamos ficar quieto, que a gente tá aqui dentro’” (Sulino).*

Mesmo diante dessas situações, Dona Rita percebe o lugar com benevolência, que, para ela, foi propício para criar seus filhos e para que eles aprendessem uma profissão. *“Lá era um lugar muito bom assim pra gente, principalmente pra quem era mãe, pra cuidar, pra criar os filhos. Eu dou graças a Deus que meus filhos aprenderam profissão lá, todos eles, só não os mais novinhos, mas os outros maior tudo aprendeu lá” (Rita).*

Já Sulino destacava que o trabalho nunca acabava, que muitas vezes havia insistência pelos patrões para que trabalhassem aos finais de semana, perdendo até seus dias de folga. *“Vinte e quatro horas a gente trabalhava, eram três dobras por semana que a gente fazia e tinha vez que eles ainda insistiam pra gente trabalhar o sábado e o domingo. Tinha que trabalhar mesmo, porque lá era muito serviço na época, não dava conta, tinha vez que não dava conta. Quando você começava na fazenda, às vezes batendo um veneno, quando você saía*

lá, você já tinha que voltar de novo batendo veneno, pra poder chegar na época certa. Outra vez você estava gradeando pra ficar limpo dentro do café, você pegava aqui gradeando no início da fazenda aqui, quando você saía lá que terminava, já podia pegar de volta. Era muito serviço, fazenda muito grande” (Sulino).

Nesse ciclo de muito trabalho, além do casal, os filhos começaram logo cedo a realizar serviços na fazenda, com idades por volta dos doze anos. No contexto do trabalho infantil, Sulino conta que os patrões pediam para que os pais assinassem um documento se responsabilizando pelos filhos. Ele nunca assinou, pois entendia que esse documento tirava da Fazenda qualquer responsabilidade em situações como acidentes, por exemplo. *“Meus meninos começaram a trabalhar com idade de treze anos, doze. Eles pegavam e falava com a gente pra assinar um papel lá responsa pra poder os meninos trabalhar. Eu nunca assinei não, falei: ‘não vou fazer isso. Se vocês querer botar eles pra trabalhar, vão trabalhar por conta suas, porque vai que acontece alguma coisa, algum acidente com eles aí, como é que eu vou fazer, sendo que eu assinei pra eles trabalhar? Se vocês querer, vai trabalhar por conta da firma, que alguma coisa que haver a firma é responsa, mas eu não vou assinar nada não’. Tinha gente lá que assinava, mas eu mesmo nunca assinei pra poder meus filhos trabalhar não”* (Sulino).

O pagamento era individual, mas como eram menores de idade, Dona Rita quem recebia pelos filhos. *“Cada um recebia seu pagamento, ela recebia o pagamento dela, eu recebia o meu, os meninos também recebiam”* (Sulino). *“Só que aí eu assinava por eles, é que eles eram de menor, né? Mas o cheque deles vinha, cada qual pegava o seu, só que aí eu assinava”* (Rita).

Os trabalhos que os filhos começaram a realizar eram considerados mais simples, como “riscar café”, procedimento para manter o café seco. Com o tempo e o crescimento deles, passaram a realizar outros, do trabalho manual nas colheitas até o trabalho com máquinas, que foi ensinado para eles pelo próprio Sulino. *“Eles trabalhavam era empurrando café no terreiro para secar, riscando café no terreiro pra lá e pra cá o dia todo com um rastelo, outra hora era um rodo. Igual você mexe com cacau assim no terreiro, você já viu assim eles secando cacau no terreiro? É naquele mesmo sistema. Só que o terreirão era grande, que às vezes ia trabalhar dez, quinze homens só no terreirão direto, era muito café pra riscar no dia e principalmente se tivesse dando chuva, que o café não parava enxuto. A gente tinha que riscar o dia todo pra poder secar. Quando ficaram mais velhos aí eles pegaram trabalhar nas lavouras assim, fazendo serviço braçal, depois começou trabalhar com máquina, né? Eles deram oportunidade da gente ensinar eles pra trabalhar e a gente foi ensinando”* (Sulino).

Foi um processo aprender a realizar esses trabalhos. Como Dona Rita comenta, podem aparentar facilidade em sua descrição, mas, na verdade, demandam muita dedicação e suor. *“Os*

meus meninos mesmo, trabalhava em secador, que é uma coisa muito grande. É secando café, secando feijão, secando milho, tudo isso tinha os galpão. Tudo isso eles aprendeu fazer, que não é muito fácil, a pessoa tá falando e quem tá ouvindo acha assim: ‘ai deve ser facinho’, mas quem tá trabalhando lá não é fácil. Porque vira noite, trabalha secando feijão, vira noite secando milho e vira noite secando o café dia e noite” (Rita).

Serviços para fazer não faltavam. Além do café, haviam outras funções, dentre elas, a “*lavoura branca*”, onde plantavam feijão, milho – produtos que podiam consumir em certa quantidade. Era praticamente uma “*cidade*”, como dito por Dona Rita. “*Quando terminava a safra do café, eles investia em lavoura branca, plantio de feijão, de milho*” (Rita). “*Fazia muito capim pra gado, tirava muito leite também, tinha outras plantaço. Só leite lá dentro tiravam tinha vez que era 8 mil litros de leite por dia*” (Sulino). “*Lá era assim, era uma cidade, um entra e sai de caminhão, buscando milho, buscando feijão, tinha criatório onde criava os bichinhos, granja de porco, a maternidade onde ajudava as porcas a dar cria, tinha de tudo. Era um entra e sai, era muito movimentado!*” (Rita). “*Não parava não! A firma muito grande, o movimento era grande. O feijão a gente podia consumir, feijão, milho eles deixavam pegar. Se quisesse pegar pra comer cozido ou assado ou fazer pamonha podia*” (Sulino). “*Lá em casa, era a casa que todo mundo quando passava era olhando assim: ‘ih, Dona Rita hoje tá fazendo pamonha, tá fazendo mingau’, era de fartura*” (Rita). “*Na semana santa liberava o leite da fazenda pra pode pegar e fazer doce, o que quisesse, eles liberavam*” (Sulino). “*Fazia aqueles tachão de doce*” (Rita).

Sobre os momentos de sociabilidade entre os que moravam na fazenda, contam que conseguiam realizar comemorações, principalmente de aniversários, nos quais se reuniam. Também ocorriam festas de casamentos, entre outros. “*A gente reunia, comemorava aniversário, outra hora casamento, ia na cidade, casava e levava a festa pra lá. Pedia a eles para fazer a festa e eles liberavam. Aí tinha vez que até ajudava assim*” (Sulino). “*Aniversário era o que mais tinha*” (Rita).

Em relação às amizades, devido ao intenso fluxo de chegadas e partidas, acabavam não sendo duradouras. Como me falaram, provavelmente nem reconheceriam muitos que passaram por lá. Todavia, durante o tempo em que estiveram juntos, dependendo da compatibilidade de pensamentos, criavam laços de afetos. “*Tinha amigos, têm as pessoas certas*” (Sulino). “*Eu mais era mulher, fazia amizade mais com as mulheres, aquelas que era casada. Tinha uma solteira também, que trabalhava e não dava trabalho*” (Rita). “*A gente encontra com poucos de vez em quando. Passou muita gente lá pela cabeça da gente. Se ver a pessoa mesmo, tem hora que nem lembra. Às vezes a pessoa lembra, fala: ‘ah, você trabalhou no tal canto assim?*

Eu lembro de você’, aí a gente começa a conversar” (Sulino). “Tem deles mesmo que se eu ver hoje eu não conheço mais” (Rita).

Mas, durante todos esses anos, puderam contar com os familiares – tanto no começo, para conseguir o emprego, quanto depois, quando essa dinâmica se inverte e o casal passou a receber os parentes que iam trabalhar. Geralmente, esses parentes ficavam apenas no período da colheita e, quando partiam, deixavam saudades, pois mesmo estando em uma fazenda de grandes proporções, com muitas pessoas, era diferente de estar em família. *“Eu tinha cunhado lá, sobrinha, tudo. Meu sobrinho também foi daqui, trabalhou lá comigo. Irmão meu foi, trabalhou, ficou lá morando mais eu lá, trabalhando durante a colheita. Aí depois da colheita eles vinha embora. A gente ficava lá sentindo falta, aí fica um vazio, tem muita gente, mas você tá com a pessoa dentro de casa assim mais você, pra depois sair, aí fica aquele vazio” (Sulino).*

Nesses retornos, os familiares traziam alguns alimentos para o Quilombo. *“Às vezes a gente tinha colheita de feijão, aí a gente dava feijão pra trazer, trazia café, panhava muito abacate na época e trazia nos ônibus. Às vezes matava porco lá também, eles davam aqueles toicinhos de porco, tinha vezes que a gente comprava porco na mão deles pra abater. Aí sobrava e a gente mandava, dava eles para trazer para cá” (Sulino). “Pra trazer pra cá, tinha que passar é sal pra não perder” (Rita). “Na época que nós chegamos pra lá, quase toda a rua de café lá tinha um pé de abacate, aí depois eles foram cortando, por conta das máquinas que colhia café que não passa por cima dos pés de abacate, aí teve que cortar. Lá tinha de tudo quanto era fruta, de manga, batata, goiaba. Era uma fazenda assim que você não passava fome, se andasse dentro dela assim, você encontrava alguma coisa dentro da lavoura pra comer” (Sulino).*

Depois do período em que moraram na fazenda, eles se mudaram para a área urbana de Patrocínio. Os arranjos entre as casas foram se organizando conforme suas mobilidades, tanto no Quilombo quanto em Patrocínio. A casa que possuíam no Quilombo ficou com uma irmã, que mais tarde se mudou, permitindo que eles retornassem. Já a casa de Patrocínio agora é de uma de suas filhas.

“Quando eu comprei o lote, eu estava na fazenda ainda. Depois nós demos de mudar pra cidade e eu achei um negócio numa casa que estava em construção, passei o lote pro cara, peguei a casa e devolvi um resto em dinheiro e fui terminar a casa. Terminei e hoje eu até passei ela pra minha menina, minha menina que é dona dela hoje. Aqui eu tinha uma casinha, nesse dito ponto aqui, aí depois a casinha foi ficando muito deteriorada, minha irmã pegou e pediu: ‘Sulino, posso derrubar essa casinha sua pra eu fazer uma casa pra mim no lugar?’, eu falei: ‘pode, você já tá morando aí, não tem problema não’. Aí ela pegou, derrubou a casa e

fez essa aqui pra ela. Depois o marido dela arrumou um terreno aqui que chama Nova Era, ele sozinho lá estava ficando muito difícil, aí ela mudou com ele, a família não quis mais ficar aqui, foi pra lá e ela deu de vender e eu comprei o direito dela. Aqui hoje é meu, tenho o direito da herança de mãe e tenho o dela que eu comprei” (Sulino).

Ao contrário de Dona Rita, Sulino preferiu morar na cidade, pois foi quando conseguiu ter momentos de descanso aos finais de semana. Quando viviam na fazenda, o serviço era o tempo todo. *“Eu acho que foi melhor, ela diz que não, mas eu acho que quando nós mudamos pra cidade foi melhor de quando morava na fazenda. Quando morava na fazenda todo dia eu tinha que trabalhar, tudo que aparecia a gente tinha que estar ali pra fazer e na cidade não. Você trabalhava na semana, sobrava um final de semana pra descansar, não trabalhava direto assim, sábado, domingo direto. Pra mim eu achei melhor na cidade, a gente ia nas firma trabalhar, mas quando era os final de semana estava em casa”* (Sulino).

A rotina na cidade era diferente: acordavam bem cedo, pois às quatro horas da manhã precisavam pegar o ônibus para ir até a fazenda, onde passavam o dia e retornavam à noite. Mesmo morando na cidade, Sulino continuou trabalhando na mesma fazenda por um tempo. Posteriormente, diversificou os lugares de trabalho e passou a sair de Patrocínio para trabalhar sazonalmente em outras localidades. *“A firma pegava a gente na cidade, tinha os pontos, conforme a firma, saía quatro horas da manhã. Era muitas firmas, porque ali você trabalhava numa época e você ia saía, ia pra outra, ia mudando os esquemas, mas eu trabalhei em várias fazendas. Prestava serviço pra fora, que as vezes que eu estava em alguma fazenda, eu ficava durante a colheita mais pra fora. Quase não ficava em casa não, a família ficava na cidade e eu saía para fora. Tinha vez que passava cem dias pra fora, tinha vez que passava uns seis meses. Eu saía de lá e vim até aqui pra Bahia, que começou a mexer com café por aqui”* (Sulino).

Sulino saiu do Quilombo para trabalhar, foi para Patrocínio e de Patrocínio continuou a sair. Chegou a trabalhar no estado da Bahia e em Brasília. O curioso é que eram fazendas dos mesmos proprietários ou de conhecidos que indicavam. *“Trabalhei nessa região aqui de Bahia, colhendo café de máquina. Ia pra Brasília, trabalhei em volta ali de Brasília, trabalhei colhendo café também. Os patrões tinham fazenda pra lá, eu ia pra lá e colhia pra eles e depois colhia pros outros colegas dele. Eles tinham fazenda em outros municípios. Pra cá pra Bahia eu colhi pra uns amigos deles, agora lá em Brasília foi pra eles mesmo. Tinha vez que ficava três meses, três meses, cem dias pra lá, era assim. Tinha vezes que ficava durante a colheita toda”* (Sulino).

Mesmo residindo na cidade, Dona Rita também continuou trabalhando, até que adotou

o sobrinho, que enfrentava questões de saúde e precisou de seus cuidados durante o tratamento. Essa relação de “criação” demandou arranjos entre os lugares. *“Mesmo depois que nós mudamos pra cidade eu trabalhei bastante ainda, eu parei de trabalhar depois que eu peguei o sobrinho dele aqui que estava doente. Então eu comecei a mexer com as consultas dele e quando eu vi que o caso era muito sério, os médicos proibiram de trabalhar, aí eu fui pegando guarda provisória, até que saiu a guarda definitiva pra mim e o caso dele foi muito sério, ele operou do coração, operou do pulmão, tudo na mesma época. Quando ele estava melhorzinho, quiseram que trouxesse pra cá porque ia sair um benefício pra ele, porque quem opera do coração tem direito, ficou aqui, mas pegou tuberculose no pulmão que era saudável e aí eu vim buscar de novo. Daí pra cá, pronto, fiquei por conta, não trabalhei mais porque eu ia três vezes na semana pra Uberlândia. Mesmo em 2015, que eu vim cuidar da mãe dele aqui e eu trouxe ele, eu viajava direto daqui com ele pra lá fazer o tratamento”* (Rita).

Nos anos em que estiveram em Patrocínio, o casal teve constantes retornos ao Quilombo, motivados, em sua maioria, por questões de saúde de familiares, como a mãe de Sulino. Mesmo estando distantes geograficamente, ainda havia um senso de responsabilidade e da necessidade de ajudar a família nos momentos de “precisão”. Nessas circunstâncias voltavam a praticar a rotina antiga, na lida da roça.

“Eu andei plantando muita roça aqui, até depois que eu fui pra lá, que com essa já está com três vezes que eu vou pra lá e venho e fico uma temporada aqui, planto roça, ajudo eles aqui mexer com roça, planta milho, feijão... Primeiramente minha mãe adoeceu uma época e não estava muito boa, eu vim pra cá mais ela, pra poder cuidar dela, ficamos aqui na casa de mãe um tempo, ela melhorou um pouco, nós foi embora. Aí depois o marido da minha irmã morreu, ela ficou só, estava meio desorientada sem saber o que é que fazia, eu vim e fiquei aqui uns seis meses trabalhando mais ela, fiz roça e tudo, deixei milho, empastei, deixei roça de pasto aí pra ela, que nem isso tinha pra tratar dos bichos. Peguei e fiz pasto pra ela pras criação, plantei milho, deixei roça de milho maduro, feijão e tudo. Aí fui embora pra lá também, aí não voltei não. Quando é agora eu volto [risos]” (Sulino).

“Nós veio em 2015, sua mãe tornou arruinar de novo. Ela estava na casa da sua irmã e ela não estava dando conta de cuidar e nós veio em 2015 e aí eu fiquei na casa dela lá uns dois meses. Foi o tempo que minha cunhada já tinha mudado daqui, aí eu pedi pra vir ficar aqui porque lá só tem homem, eu pedi para vim pra cá, fiquei aqui. Então nós ficou aqui em 2015, 2016, 2017, no final de 2018 eu voltei pra lá e aí o menino meu não podia vir mais pra cá, porque ele estava fazendo um tratamento diariamente. Aí eu voltei com ele pra lá e Sulino ficou” (Rita). *“Fiquei aqui, passou uns dois meses, depois eu fui embora pra lá”* (Sulino).

“Foi mais ou menos no mês de junho de 2018. Aí ele ligava pra mim e falava que não estava passando bem. Como eu vinha trazer um papel do menino, eu vim e perguntei se ele não queria ir pra lá ver o que era, que ele disse que sentiu dor no peito e de noite não estava dormindo. Aí conversei com minhas meninas, meus meninos, aí falou: ‘não, manda ele vim’. Ele sem querer ir por causa dos animal dele, gado, essas coisas. Aí eu falei: ‘então você que sabe, você fica aí agora, só que agora não tem como eu vim aqui mais não’, depois ele resolveu ir, chegou lá as meninas já foi pagando consulta pra ele, exame e tudo. Mas eu acho que era tudo começo de depressão, que não deu nada. Então, daí a gente não veio mais, ele já ficou lá, aí agora que nós veio, agora. Nós ficou lá 2018, 2019, 2020, 2021, agora em abril desse ano que nós veio, dia cinco de abril desse ano que nós veio pra cá de novo” (Rita).

O recente retorno em 2022 se deu com uma diferença: veio também com uma motivação de trabalho. Em parceria com seu genro, que passou a comercializar café, Sulino viu uma oportunidade de estar no Quilombo e ajudar com as vendas na região. À medida que foi presenteando alguns parentes, acabou conquistando clientes. *“Nós voltamos pra cá porque meu genro mexe com venda de café. Aí agora ele me pediu se eu não queria vir pra cá trabalhar aqui nessa região, vendendo café aqui. Eu mexo aqui com isso, com venda de café. Meu genro é de lá de Patrocínio, ele é paranaense, mas foi criado dentro de Patrocínio, trabalha com negócio de venda de café lá e nós saía pra vim trabalhar aqui, carregava o caminhão e vinha trabalhar aqui nessa região, fazendo entrega. Ele pediu pra mim ficar aqui e ele ficar lá, porque não estava dando conta de atender aqui e lá. Foi uma indicação minha, eu que falei com ele, ‘vamos pro Norte de Minas, começar por lá que eu acho que vai dar certo’. Aí nós começamos vendendo aqui, aí agora foi expandindo. É o Café Ouro Minas. Eu trazia pra família e pra fora, pros amigos, pegaram gostar e a gente foi vindo, vinha e passava aqui uma semana, quinze dias. Agora eu vim pra aqui mais por isso, pra poder tocar” (Sulino).*

Hoje, Sulino ficou encarregado de realizar as vendas e entregas na região. O café já vem empacotado e chega por meio de uma linha de ônibus – quando em maior quantidade, o genro faz o percurso de carro. *“Eu trabalho aqui, eu faço entrega aí nos armazém, trabalho pela roça nesses arraialzinho mais pequeno. Os cafés já vêm empacotados” (Sulino).* *“Lá o meu genro faz o processo todo. Aí pra vim, ele ensaca tudo, vem tudo já a quantidade pesada, a medida certa e ele põe num ônibus que vem por Januária e a gente pega lá em Manga” (Rita).* *“Manda pelo ônibus, quando a quantidade é pouca, mas se depender de quantidade maior, ele vem de carro trazer. Vou buscar em Manga, minha cunhada mora de lá, eu durmo na casa dela, que o ônibus chega muito cedo, quatro horas da manhã. Entrego em Montes Claros, em dois armazéns maiores, trabalho aqui pro lado de Januária, Montalvânia, aqui em Matias Cardoso,*

Gado Bravo ali, Lajedão, Lajedim e aqui pra Bahia também, mas na Bahia eu vou perto aqui mesmo” (Sulino).

Refletindo sobre as saudades que sentiam quando estavam em Patrocínio, a opinião dos dois diverge. Sulino diz que sentia bastante falta do Quilombo, do “*lugar da gente*”. Já Dona Rita diz que apenas da família, mas não do lugar. Sulino reflete que hoje, para ela, é mais difícil admitir esse sentimento, porque agora que retornaram, sentem saudades dos filhos que ficaram em Patrocínio e o coração fica dividido entre essas duas localidades.

“Eu sentia saudades do lugar. A gente sentia! O bom que a gente esteja assim, mas a gente sente falta do lugar da gente, da família” (Sulino). “Eu não sentia, eu não sentia não, saudade só da família, mas eu não sentia não. Sentia saudade da minha família, do povo da gente que ficou pra trás, mas assim, em questão do lugar não” (Rita). “Ah ela é [risos], mais desapegada. Fala assim porque hoje ela sente muita falta porque nós veio pra aqui, mas os filhos tá tudo pra lá, só tem um aqui com nós. Aí por isso que ela fala que não sente falta, porque o pensamento dela está lá nos filhos” (Sulino).

Além da comercialização do café, tinham planos de “*mexer com roça*”, mesmo considerando que nos últimos anos se tornou mais difícil, devido à irregularidade das chuvas. *“Quero mexer com roça esse ano aqui, plantar ao menos um pouco de feijão, pra gente ir comendo verde aí. De quando eu cheguei por aqui não mexi com roça ainda não, agora que eu estou querendo mexer. Pegar a época da chuva e plantar um pouco. A chuva pra nós chega agora, mas é coisa pouca também que eu vou mexer, é pra consumo mesmo, milho, feijão” (Sulino). “Na verdade, já tem até um pouco de tempo que milho não dá, nessa região aqui, de chuva não” (Rita). “Aqui ninguém colhe milho de chuva não” (Sulino). “E antes era fartura de milho” (Rita). “Quem tem irrigação colhe, mas não tendo, de chuva mesmo, aqui é um feijãozinho e só, milho quando tá na época quase de acabar de vingar, falta chuva e acaba tudo. Antigamente dava. Antigamente, tudo se plantasse você ganhava aqui e hoje também tem muita praga” (Sulino). “Você plantava o milho, você colhia o feijão, nossa até perdia. Abóbora, melancia, mandioca, dava muito. E esse pedaço daqui pra lá, era a roça. Tudo que plantava colhia e tudo era coisa boa, sabe? O milho, era cada espigona de milho, cada palha, nossa! Era bom demais, muita fartura! Você plantava e deixava lá, só capinava para não deixar no mato e o resto, Deus que mandava chuva” (Rita). “Na lagoa aí meus irmãos plantam. É mais fácil, porque ali você pega a umidade da lagoa, sustenta mais a planta. Eles plantam direto. Eu, tem muita época que eu plantei na lagoa, nunca mais plantei, eles quem toma de conta aí e planta” (Sulino).*

CAPÍTULO IV

“VAI E VEM”: A MALHA, OS SENTIDOS E OS TEMPOS



Uma pedagogia vazanteira da migração

No processo de qualificação da tese, expressava meu desejo de compreender os sentidos do migrar a partir das categorias êmicas dos interlocutores, me afastando de qualquer tipo de aprisionamento teórico. A professora da banca, Dra. Maria Dione Carvalho de Moraes, refletiu sobre esse ponto – que me encaminhava para uma pedagogia da migração.

Pensar os vazanteiros não como sujeitos assujeitados, mas atores e atrizes que produzem narrativas e contranarrativas é o que essa teoria êmica propõe, apontando para um sistema de saberes que se constrói na subalternidade. A experiência vazanteira apresentada neste estudo revela elementos que indicam uma pedagogia vazanteira da migração – não de forma essencialista, mas demonstrando que, para além das teorias acadêmicas, os próprios sujeitos, em suas especificidades, criam saberes, estratégias, narrativas, movimentos e ciências sobre suas mobilidades.

Muitas vezes, meus caminhos de pesquisa me conduziram a uma visão disciplinar sobre as migrações, embora sempre as compreendesse como um processo complexo que exige um olhar às singularidades de cada experiência, sem naturalizações ou apego a dados censitários frios. A preocupação em não reproduzir as amarras que o campo de estudos da migração pode possuir surgiu com um amadurecimento das minhas pesquisas, visando densificar a discussão da forma que merece. Nesse processo, a leitura do texto: “A Invenção da Migração”, um relatório de pesquisa do projeto “Emprego e Mudança Sócio Econômica no Nordeste” de 1977, redigido pelos antropólogos Alfredo Wagner e Moacir Palmeira, corroborou com essa reflexão.

Esse texto aborda importantes questionamentos sobre a utilização hegemônica de migração. Os autores buscaram traçar uma genealogia dessa e de outras categorias para pensar determinados processos sociais que o “senso comum intelectual contemporâneo designa como migrações” (Almeida e Palmeira, 1997, p. 02). Nas demais experiências de pesquisa, como na dissertação (Pires, 2019)⁴⁵, havia destacado a questão da identificação que os sujeitos fazem dessas vivências de mobilidades. Ou seja, aquilo que os pesquisadores agrupam como um conjunto de fenômenos de mesma natureza, são pensados, vividos e administrados, de formas diversas pelos que vivem, passando por outros termos e designações. Por isso, a relevância de questionar o “senso comum intelectual”, já que a própria categoria migração revela nenhum ou pouco entendimento dos sujeitos que se movimentam.

A dicotomia difundida entre lugar de origem e lugar de destino decorre da predominância das nomenclaturas Emigração e Imigração, que surgiram antes da própria

⁴⁵ Ver Pires (2019), capítulo III: “Viver lá e viver aqui: processos migratórios e resistências”, tópico: “Tempo de voltar para o lugar da gente: a representação das migrações para os que saem e para os que ficam”, p. 115-122.

Migração. Para os autores, isso demonstra uma “xenofobia terminológica”, vinculada a políticas e discursos racistas. Se a ótica adotada fosse a dos lugares de entradas ou saídas, olharíamos para as causas e consequências, o que nos levaria a distinções entre os tipos de migrantes segundo suas origens.

Isso os tornaria bem-vindos ou não, configurando movimentos a favor ou contra, em que a saída do campo para cidade se destacaria por uma conotação extremamente exacerbada, “que terá sua dimensão de catástrofe ou tragédia acentuada pelo acionamento do termo êxodo, que neutralizará o caráter individual que acompanha o termo emigrante” (Almeida e Palmeira, 1997, p. 12).

Assim, podemos entender que a importância de uma teoria da migração está justamente na passagem de um olhar que visava apenas ponto de partida ou chegada, para considerarmos o processo como um todo, não privilegiando apenas uma das direções – uma perspectiva mais ampla e abrangente.

Diante da densidade, compreende-se as críticas aos manuais que delimitam fronteiras e estabelecem cortes. Pode-se pensar as mobilidades espaciais a partir de grandes categorias, como: migração, emigração, imigração, êxodo e “cada uma delas entretém um discurso sobre as migrações”, mas por meio de um recorte particular dos “fatos” e dos conceitos (Almeida e Palmeira, 1997, p. 64).

Os autores finalizam o texto afirmando a inexistência de um único conceito sociológico de migração e sim conceitos, pois as definições possíveis são infinitas. “A “migração” não precisa ser pensada necessariamente através da migração” (Almeida e Palmeira, 1997, p. 72), pois ela pode e tem sido pensada através de outros conjuntos de conceitos e de fenômenos. “O zelo pelos conceitos e teorias construídas para pensá-la como uma entidade distinta podem estar ocultando um zelo pelas categorias e teorias espontâneas do social que ordenam e justificam uma forma histórica da sociedade” (Almeida e Palmeira, 1997, p. 72).

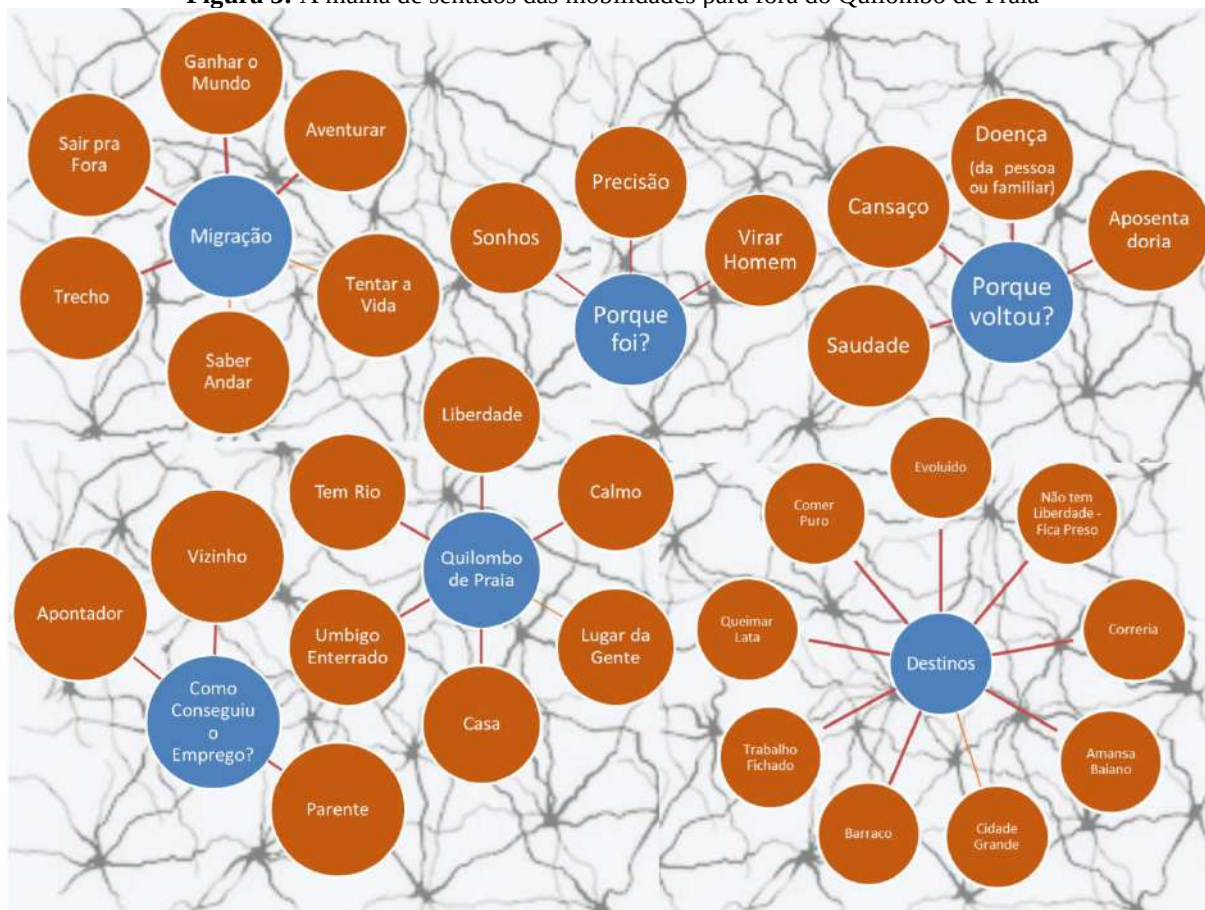
Assim, reafirma-se a importância de um olhar aberto para os diversos movimentos migratórios e suas expressões, por meio de uma problematização de categorias epistemológicas e êmicas. É necessário contestar teorias vigentes, como a velha percepção do campesinato como fixo e imóvel, haja vista o imenso número de formas de circulação, que as teorias muitas vezes não dão conta de analisar.

Outra falha teórica perceptível é a naturalização intelectual das concepções sobre o que é ser migrante, principalmente no que se refere às migrações internas. Deve-se atentar ao que os sujeitos pensam sobre esses movimentos e entender que as relações podem ser mais fluidas do que se tende a querer encontrar. Por exemplo, as análises censitárias que, baseadas na ideia

de família como domicílio estabelecido, não dão conta de abarcar as migrações temporárias e as *famílias espalhadas* por muitos territórios, conectadas por tensos vínculos, onde existe uma administração coletiva de vários espaços (Comerford, 2014a e 2014b).

Partindo para a pedagogia das migrações que aprendi com os vazanteiros do estudo, compreendi que as mobilidades que realizam estão intimamente ligadas ao modo de vida, ao que chamam de “*Sistema Vazanteiro*” e que, mesmo os movimentos que os levam a “*sair para fora*”, não desarticulam, mas atualizam o Sistema. Através das categorias que compartilharam comigo, organizei o organograma a seguir – lembrando que, não são aspectos dicotômicos e separados, mas sentidos entrelaçados.

Figura 3: A malha de sentidos das mobilidades para fora do Quilombo de Praia



Fonte: Trabalhos de Campo. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2024

Quando falam sobre o Quilombo, especialmente em comparação aos destinos, destacam o sentimento de pertencimento, expresso nas categorias de “*lugar da gente*”, “*umbigo enterrado*” e “*casa*”. O “*lugar da gente*” é onde são aceitos e se sentem parte, assim como também a relação de nascimento daqueles que tiveram seus cotos umbilicais enterrados nas terras do Quilombo, indicando suas raízes passadas e de futuro.

A casa é o espaço compartilhado pelos entes queridos, onde cada cômodo revela suas

próprias relações. Nesses casos, o Quilombo é sempre lembrado pelo que não encontram fora, como a “*liberdade*”, a “*calmaria*” e o “*Rio*”. A liberdade aparece em múltiplas circunstâncias, de segurança, de ir e vir, de plantar, de colher, de tempo. O Quilombo também é um lugar dito como calmo, que tem o Rio São Francisco e tudo o que ele representa, pois “*quem já bebeu a água do São Francisco, não fica longe dele mais*” (Gilberto).

São essas categorias que os interlocutores utilizam ao falar sobre Praia (Figura 4):

Figura 4: Os sentidos e categorias êmicas sobre o Quilombo de Praia



Fonte: Trabalhos de Campo. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2024

Das categorias que utilizam para representar os destinos (comparando com o Quilombo), destacam pontos em relação ao ambiente, à forma de trabalho, à rotina e às vivências diárias. As saídas para os centros urbanos configuram uma “*cidade grande*”, marcada pela “*correria*” e a falta de liberdade, pois sentem que “*ficam presos*” a uma vida de muito trabalho, sem tempo de sobra. Em relação aos serviços, um dos grandes objetivos é o “*trabalho fichado*”, ou seja, de carteira assinada, mas também é lembrado, de forma pejorativa, o termo xenofóbico “*amansa baiano*”, que ouviam ao se referirem a eles durante os trabalhos na construção civil.

Dos desafios enfrentados na alimentação, que difere do comer saudável no Quilombo, surgem expressões como “*queimar lata*”, usada pelos homens para indicar a necessidade de cozinhar, e “*comer puro*”, quando não conseguiam uma alimentação completa, principalmente

tendo a falta de proteínas animais.

Ao contrário da casa que possuem no Quilombo, nos destinos vivem em “*barracos*”, acomodações pequenas e improvisadas, mas dependendo da situação, alguns conseguem ter uma casa dentro da possibilidade de compra ou construção.

Mesmo citando pontos negativos, as cidades grandes são referenciadas como “*evoluidas*”, demonstrando o entendimento de que existe uma variedade de trabalhos e possibilidades. Os interlocutores destacaram essas categorias, a partir de suas percepções e também de terceiros, sobre como são os destinos (Figura 5):

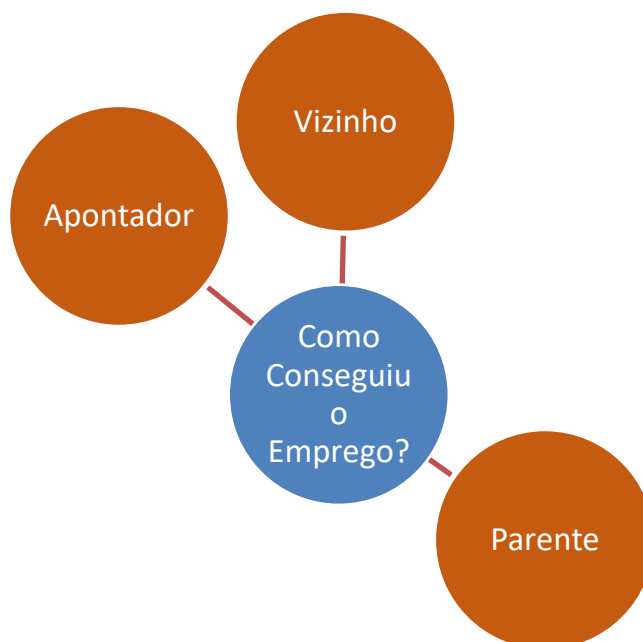
Figura 5: Os sentidos e categorias êmicas sobre os destinos



Fonte: Trabalhos de Campo. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2024

Sobre a maneira como conseguem os trabalhos, se organizam em três formas principais: “*parente*”, “*vizinho*” ou “*apontador*” (Figura 6). Parente refere-se a qualquer familiar, seja de origem sanguínea ou por relacionamento comunitário, assim como a noção de vizinhança, envolve pessoas próximas que desempenham a função de indicação do trabalho e oferta de apoio, baseando-se na experiência que adquiriram primeiramente. Apontador designa a pessoa responsável por organizar trabalhadores para realizar um determinado serviço, assim como indivíduo de alguma empresa que arregimenta esses trabalhadores. Esses trabalhos são, geralmente, temporários e agrícolas, como na colheita de café, ou ligados a obras de construção civil e demais empreendimentos.

Figura 6: Os sentidos e categorias êmicas sobre as formas de conseguirem os trabalhos



Fonte: Trabalhos de Campo. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2024

Ao falarem sobre as motivações da saída, é percebido três grandes pontos: “*virar homem*”, “*sonhos*” e “*precisão*” (Figura 7). Essa decisão se liga ao momento de vida, faixa etária, estado civil, gênero e outros. No caso dos homens, durante a juventude e estando solteiros, indicam os sonhos ligados a desejos de consumo, crescimento e a necessidade de “*virar homem*”, ou seja, do amadurecimento através do trabalho.

Na fase adulta e principalmente depois do casamento e filhos, a saída vem pela “*precisão*”, pela obrigação de suprir as necessidades básicas da família, como vestuário, alimentação etc.

A migração feminina, nesta pesquisa, se destaca predominantemente por motivos de “*precisão*”, uma vez que a maioria das saídas foi realizada por mães. Ainda assim, houve casos ligados aos sonhos. Uma observação importante a se fazer é que esses motivos para as saídas não se anulam, podendo coexistir. Dentro da ideia de “*precisão*”, temos um reflexo maior para a vida no Quilombo como um todo, principalmente em relação às estratégias adotadas diante do “*encurralamento*” do território e crescimento das famílias.

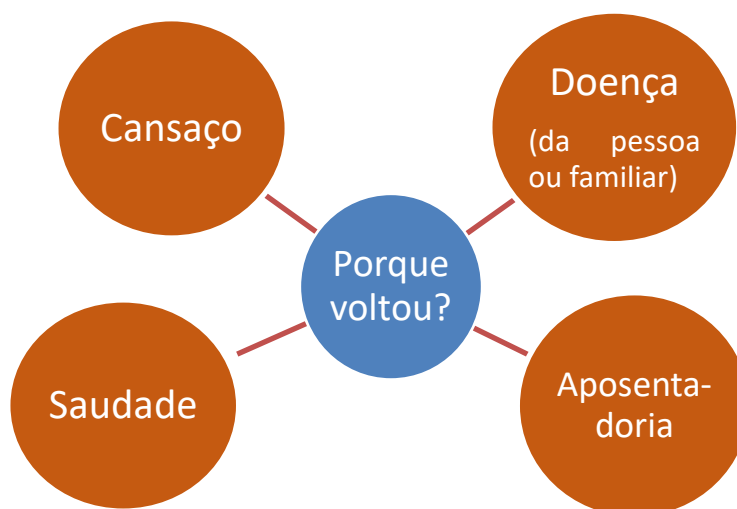
Figura 7: Os sentidos e categorias êmicas sobre a decisão de sair



Fonte: Trabalhos de Campo. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2024

Ao expressarem sobre a decisão de retornar, indicam: “*saudades*”, “*cansaço*”, “*doença*” e “*aposentadoria*” (Figura 8). Os retornos podem ser em pouco tempo ou depois de um longo período; podem vir depois dos objetivos serem atingidos, mas também depois de frustrações. As saudades revelam a falta do Quilombo e dificuldades de adaptação; o cansaço é um acúmulo da experiência da nova rotina. Há casos em que essa volta acontece por questões de saúde, tanto da pessoa que retorna quanto de familiares na Comunidade. Além disso, existem aqueles que voltam devido à aposentadoria, de maneira geral, assinala também aqueles que depois de longos anos fora, resolvem voltar a viver no lugar.

Figura 8: Os sentidos e categorias êmicas sobre a decisão de voltar



Fonte: Trabalhos de Campo. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2024

Ao se referirem às mobilidades realizadas, os sujeitos utilizam categorias como: “*tentar a vida*”, “*aventurar*”, “*ganhar o mundo*”, “*sair pra fora*”, “*trecho*”, “*saber andar*” (Figura 9). As expressões “tentar a vida” e “aventurar” são formas de se arriscar, associadas às tentativas e possibilidades de atingir determinados objetivos. Da mesma forma aparece “ganhar o mundo” e “trecho”: “mundo” representa tudo que está além do Quilombo, enquanto “trecho” indica o estar em movimento.

“Sair para fora”, como dito, é essa sensação que não sugere redundância, mas sim um forte sentimento de afastamento da experiência de vida que se tinha. “Saber andar” não aparece apenas em relação às migrações, mas também sobre os movimentos de luta territorial, indicando os saberes que precisam obter para viver e circular em diferentes ambientes, aprender a andar e aprender a andar sozinho, é sobre a resistência para além do Quilombo.

Figura 9: Os sentidos e categorias êmicas sobre como entendem a migração



Fonte: Trabalhos de Campo. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2024

Esses processos de mobilidades são também processos de aprendizado, estratégias e produção de uma vida em movimento. Entendendo que as categorias que emergem nos organogramas, de cada assunto incluso nos círculos azuis, não são pontos conectores ou etapas desassociadas, falo da complexidade do “*Sistema Vazanteiro*”: um mundo de perambulação.

Na primeira parte da tese, apresentei a territorialidade dos interlocutores como pautada no movimento, uma simbiose entre eles, o rio, seus tempos e territórios. Nesta segunda parte, indico as características dos processos migratórios ou, simplesmente, das “*saídas para fora*”,

que não são opostas à primeira discussão, mas uma continuidade de um modo de vida.

As mobilidades, na atualidade, são consideradas como um direito humano fundamental, que deve ser garantido. Todavia, podem aparecer em contextos de privação de outros direitos essenciais, inseridas em conjunturas marcadas por exclusões. A experiência dos vazanteiros deste estudo, indica uma afetação a partir do contexto maior de projetos de desenvolvimento, que desafiam o viver pleno.

Para além das terras desterritorializadas, os caminhos das águas foram desviados por empreendimentos e fazendeiros. O Compadre D'Água já não aparece mais. As lagoas foram secando. Na lógica da produtividade, não entendem como o vazanteiro, que “*o caminho do Rio, você tem que deixar liberado*” (Regina).

As famílias foram crescendo dentro desse território encurralado e, diante dessas problemáticas, por consequência, a “*saída para fora*” se torna uma alternativa, não de dissociação, mas de permanência dos laços e da vida no Quilombo. Os que saem não deixam de ser vazanteiros e quilombolas, nem de estar presentes de alguma forma. Essas mobilidades para outras regiões não são uma história dos dias de hoje, pois acontecem desde “*de primeiro*”, ou seja, nos tempos antigos.

As saídas demonstram uma estratégia de continuidade, de sobrevivência ou melhor, de resistência. Como dito, não distanciam, ainda que geograficamente sim, os sujeitos que mantêm seus laços e formas de ajuda mútuas, mesmo em espaços diferentes. Sair é “*aventurar*”, “*tentar a vida*”, é empreender um movimento em busca do aprovisionamento. Dentre as categorias que utilizam para expressar essas mobilidades, foi perceptível que as saídas desenvolvem tanto um papel de amadurecimento quanto de sustentação da família.

Existem determinados padrões que podem ser compreendidos como regras subliminares, que repetem, mas se atualizam e carregam especificidades. Em sua grande maioria, as saídas ocorrem com a colaboração de um familiar que já havia passado pelo mesmo processo – é sempre referido um parente que foi antes, mas nunca se sabe ao certo quem foi o primeiro a sair. Saindo de Praia para a “*cidade grande*” ou no “*trecho*” nas fazendas cafeeiras, não se deslocam apenas de um ponto a outro. Primeiro, pelo processo que existe; segundo, pelos “destinos” que, muitas vezes, os levam para outras mobilidades.

O sujeito que se movimenta para fora, além do conhecimento que tem enquanto vazanteiro e quilombola, adquire novas ciências, do aprender as dinâmicas dos/nos novos lugares. Em suas falas, percebi as distinções que fazem entre Quilombo e destinos, no sentido da percepção das diferenças dos dois ambientes. O Quilombo traz o sentimento de lar, de um lugar onde habitam uma casa, onde há liberdade para gerir seus tempos e decisões.

Já os destinos aparecem como lugares que aprisionam, que centram majoritariamente no trabalho. Embora, devido ao grande número de parentes, é perceptível que de algum modo buscam se ajudar, inclusive dividindo casas e vizinhanças. No entanto, nas cidades não se pode reproduzir totalmente a experiência de vida do Quilombo, principalmente pela falta do Rio e dos sabores dos alimentos cultivados por eles. Mas, saliento que, em pequenos detalhes, eles buscam reproduzir costumes, como cultivar algumas espécies nos quintais, além das próprias crenças – que continuam, mesmo com diferenças.

As percepções e os novos conhecimentos dos destinos possuem especificidades, já que nem toda experiência é feliz e também há frustrações. Um desses pontos se mostra nas significações que possuem de São Paulo e Belo Horizonte. São Paulo não é necessariamente a Capital Paulista e, assim como Belo Horizonte, podem indicar cidades da região metropolitana. Os trabalhos nas áreas urbanas não possuem uma identificação e critério, pois ficam abertos para o “*que vier*”. Os serviços dos homens tendem a ser mais rotativos, o trabalho doméstico menos, pois ficam por anos em uma mesma casa, exceto no caso das diaristas.

As temporalidades nos dois lugares aparecem de maneiras diferentes, correria em oposição à calma. Enquanto os tempos de trabalho no Quilombo se relacionam aos tempos e aos comandantes da natureza; os destinos sofrem com um ritmo mais intenso, que inclui preparação, deslocamento e pouco descanso. A vida nos destinos exige novos aprendizados, como utilizar o transporte público, criação de currículos, habilidades diferentes das que possuíam. Embora causem estranhamento e dificuldades no início, com o tempo, demonstram bastante confiança e intimidade com esses assuntos.

De onde se sai, os percursos e para onde se vai, são linhas reticuladas de uma experiência em constante formação, um conhecimento narrativo, como Ingold (2015) aponta. A distância que pode haver geograficamente, não se assume na forma de separação, mas permanente ligação. Há um constante vai e vem, que começa com um interesse no trabalho, mas se revela de diferentes maneiras. Essa ligação decorre das inúmeras movimentações entre pessoas e coisas, mas também através dos arranjos que se fazem, já que há uma administração coletiva desses diferentes espaços (Comerford, 2014a e 2014b).

Uma situação de doença, por exemplo, pode motivar uma saída – como no caso de Maria Luiza – ou um retorno – como ocorreu com Eudileno. O fenômeno da “*criação*” de crianças também ocorre. Lembro-me de um dia na casa de Dona Chica, quando ela relatava suas lembranças: contou que teve 14 filhos e, ainda assim, “*pegou mais três*”, além de ter criado alguns netos. Um desses casos é o da neta que ela criou desde os nove meses e que permaneceu no Quilombo até os dez anos de idade, quando foi para Belo Horizonte para morar com a mãe,

que, naquele momento, já tinha condições de viver com ela.

Esse ir e vir constante demonstra como cada indivíduo conhece e vive a experiência de mobilidade. As saídas, por exemplo, não impediram que, atualmente, muitas dessas pessoas sejam lideranças importantes na luta pelo território. Sem dúvidas, a esperança da titulação contribui para que fiquem, animando outros retornos. Os retornos, assim como as saídas, são estratégias e revelam diferentes razões. Dentre os casos, recorro uma conversa com Domingos, que contou ser um piauiense que viveu por 28 anos em São Paulo. Foi lá que conheceu e se casou com sua esposa, uma vazanteira e quilombola de Praia.

Na ocasião da conversa, fazia oito anos que haviam retornado para o Quilombo, *“conheci ela lá em São Paulo. Foi trabalhar e a gente se conheceu lá. Aí nós viemos pra cá, o pai dela faleceu e nós veio, está com oito anos que estamos aqui”*. As conexões entre esses diferentes lugares extrapolam também para situações de relacionamentos – novos casamentos ocorrem com pessoas de outras localidades, ligando ainda mais espaços.

Essas narrações e perambulações revelam impactos não apenas nos que estão em movimento, mas também naqueles que se deslocam através das experiências dos outros. Um desses casos é bem representado pelo relato de Carlúcio, um homem de 37 anos, vazanteiro e quilombola, nascido e criado em Praia.

Minha conversa com ele veio por indicação de sua irmã e, à medida que fomos dialogando, percebi que ele nunca havia saído – na verdade, não considerava que sim. Apenas mencionou um momento, aos treze anos, em que esteve no município vizinho de Manga, entre 1998 e 2003. *“A história da gente praticamente toda aconteceu aqui. De nascimento a tudo aqui. Sem precisar mover pra outro local”*. Um de seus irmãos mais velhos morava no município com a avó, esta que acabou adoecendo e foi para o Quilombo ser cuidada pela filha. Ele disse ter ido fazer companhia ao irmão e, na época, passou a estudar por lá. Comenta que sua avó gostava da cidade, *“ela gostava daquele movimento”*, mas sua mãe não. Nunca pensou em ir para lá e sempre respondia a quem perguntasse que: *“sair daqui só se for no caixão mesmo, direto pro cemitério”*.

A criação da família foi toda no Quilombo. Ele destaca a virtude trabalhadora do pai, que sempre lutou pelo sustento dos 14 filhos. *“Meu pai era um trabalhador, assim muito focado na roça. [...] Ele construiu a família, tendo uma sequência de filhos e nessa sequência tinha um compromisso sério de buscar o alimento, através dos trabalhos e trabalhava pra ter a renda pra poder sustentar nós”*. Nas atividades de cultivo dos pais nas vazantes e terras altas, e na pesca, os filhos acompanhavam, aprendendo as funções desde cedo. *“Tem uma vazante que o Rio São Francisco jogava aquelas enchentes, bem próximo aqui no fundo do terreno, corta um*

sangrador onde passa as enchentes do Rio, desde de criança, nossos pais saíam e a gente aprendia até pescar, desde criança”. Um período lembrado como de muita fartura, “a gente tinha fartura de feijão na época, chovia bastante, a gente sempre tinha bastante feijão. Às vezes as coisas que precisava comprar a gente sofria um pouquinho mais, a questão do arroz, por exemplo. O arroz a gente tinha acesso também, mas é uma cultura que é difícil acessar o grão, aquela casca, aquilo para remover é um pouco complicado, a gente removia na base do pilão. A gente sempre ajudou os pais”.

Do período que foi morar em Manga, conta que, muitas vezes, sentia-se diferente dos meninos da cidade. “A comunidade aqui é formada por parentes, todo mundo conhecido, todo mundo próximo, então quando eu mudei pra lá foi diferente [...] Lá na cidade, tinha essa diferença de mais pessoas. Foi bacana, eu gostei muito, mas às vezes há um impacto, a gente é humilde. Você via que era diferente, porque aqui é todo mundo do mesmo perfil, muito padrão, chegando lá, já percebia essa diferença, a questão social já tinha essa diferença”.

Mesmo sem considerar que foi para muito longe do Quilombo, sofreu com os efeitos de se perceber diferente em um lugar também diferente. As constantes mobilidades de seus irmãos para São Paulo e Belo Horizonte certamente interferiram em sua vida e em suas percepções sobre esses lugares. Um fato ilustrador dessa questão veio com uma situação difícil que a família passou: o falecimento de um dos irmãos, em São Paulo.

“Eu gosto de ir mais para Belo Horizonte, São Paulo, praticamente nem fui, porque nós tivemos uma perda de um irmão em São Paulo e eu perdi muito o foco [...]. Quando o meu irmão foi assassinado, eu era novo, recebi a ligação e não contei pro pessoal, não quis acreditar, na época eu tinha 11 anos. Eu estava assistindo TV sozinho, meus pais dormiam cedo, estava próximo de meia noite e o telefone chamou, eu estava quase dormindo, assustei e peguei o telefone. Tinha chegado de pouco o telefone aqui, era comunitário e ficava aqui em casa. Na hora que começou falar as primeiras coisas eu não quis acreditar naquilo, a ligação caiu, porque o sinal cai fácil. Eu falei: ‘nossa, eu vou desligar esse telefone aqui, o que faço?’. Eu fiquei com aquilo, fiquei horas e horas, até quando consegui dormir. Quando foi no outro dia cedo, eu assustei, o telefone chamou e alguém atendeu, o pessoal da minha família começou a chorar e daí eu não conseguia lembrar do que tinha acontecido”.

Ele demonstra uma visão crítica a essas saídas para a “cidade grande”, pois muitas vezes levam os seus a viverem em regiões periféricas e com mais índices de violência. “A questão da gente morar na cidade grande, quando a gente é baixa renda, vai pra uns lugares muito ruins. Tipo assim, qualquer lugar você vai estar exposto a violência, você vai ter coisas ruins, mas assim, eu falo: ‘pô’, pra São Paulo, pelo menos onde o pessoal da minha família

mora lá? Eu falei: ‘Ah, não!’ Não quero conviver naquele meio, aquele meio pra mim ficou pesado”.

Essas percepções se ligam às histórias que viveu, mesmo não estando lá. Nos momentos de visitas aos familiares, quando, sente como se estivesse visualizando aquilo que já sabia. *“Eu estava em Belo Horizonte há pouco tempo. Saía às vezes pra encontrar meus sobrinhos num lugar, você vai no meio de um bairro favelado, eu caminhava e olhava pra trás. Saía do Aarão Reis, que é um bairro muito esquisito, porque tem uma via principal que acaba sendo quase única. Às vezes quando era noite eu ia sair pra encontrar a gente lá no bairro, ia caminhando porque era pertinho. Mas eu pensava: ‘ai caramba, eu não gosto muito disso’. Só que lá é bem tranquilo, tem aqueles controles, eles não deixam fazer assalto no bairro, tem os controles de tráfico. Então, é muito tranquilo, em questão do roubo, mas, no entanto, a pessoa tem que conhecer. Tem os olheiros, eles observam quando a pessoa chega e roda com os parentes, já mais ou menos sabe que você é conhecido. A gente dá uma saída e sempre dá aquela sensação meio chata. Eu se fosse morar numa cidade grande assim, eu queria morar em um local melhorzinho um pouquinho, porque morar nos lugares desses, literalmente dá um certo desconforto”.*

Entende que essas mobilidades são desafiadoras e que o melhor cenário seria que não precisassem sair de seus lugares. *“É complicado, porque sofre aqui na região porque não tem acesso a nada. Às vezes a pessoa procura assim, ‘vou trabalhar e vou estudar’, quando chega lá, às vezes tem hora que nem consegue estudar, mas vai trabalhar porque não tem acesso a trabalho aqui, porque quer procurar uma independência. Eu acho que essa questão, infelizmente, se faz necessária, porque não tem uma política pra desenvolver o local pra que as pessoas possam permanecer nos seus locais. Infelizmente, temos que migrar pra cidade, em busca de uma coisa que às vezes nem sempre as pessoas encontram”.* Para Carlúcio, é misturando-se aos nativos, que as migrações se tornam bem-sucedidas. *“Os sonhos se realizam quando você consegue conciliar trabalho, estudo e alcançar os objetivos e sei lá, misturar, tornar uma pessoa daquele local”.*

A complexidade das mobilidades revela como elas ligam espaços, pessoas e sentidos. Nos relatos dos interlocutores, a palavra migração não era comumente mencionada, como dito por Carlúcio e também em uma conversa com seu irmão José Carlos. Percebendo essa citação, quis compreender qual era o sentido da palavra para ele, que me respondeu: *“Migrar é assim, é você deixar o seu habitat, onde você foi nasceu e criou, pra tentar viver em outra comunidade ou outra cidade que você não nasceu ali, você não é adaptado ali. Ou seja, você vai tentar buscar uma forma de viver diferente daquela realidade de onde que você nasceu e foi criado,*

aí você pensa assim, vou em busca de um objetivo, diferente da realidade que a gente nasceu, foi criado e mora ali” (José Carlos).

Então, para José Carlos, migrar é o estar fora, ser estrangeiro no lugar. Conta que ouviu essa palavra nos estudos de história no período escolar, quando era comum falar das migrações forçadas, das quais presenciou muitas. No entanto, a sua experiência havia sido em busca de “outro conhecimento” e recursos para sobrevivência.

“Eu lembro que eu estudei essa parte de imigrantes e aí então já conhecia o que era essa palavra migração, já havia estudado. É essa demanda de a pessoa conviver num local que ele foi nascido e criado ali, e dali ele teve que migrar pra outro. Muitas das vezes acontece que a pessoa é migrado forçado, forçado a deixar aquele país ou aquele local, igual aqui na região tem essas demandas de terra, isso não vem de hoje, desde os antepassados, de questão de indígena, povos tradicionais, que a pessoa é forçada a migrar dali, por que chega os fazendeiros, de grande porte, de posse alta e vai lá e obriga aquele pessoal sair dali, aí eles tem que migrar, querendo ou não, sendo da vontade ou não, pra não chegar a vir a morrer, por conta das ameaças, aí migram forçado. Mas no caso meu foi uma migração em busca de outro conhecimento, ou até mesmo recurso, pra poder sobreviver”.

A pedagogia vazanteira da migração nem sempre carrega um entendimento dessa categoria, mas um grande conhecimento da vivência desses movimentos. Não é possível simplificar as inúmeras dimensões que acompanham essas mobilidades, que influenciam toda a vida do Quilombo em diversas dimensões. Contudo, é importante destacar que, a partir do entendimento dos interlocutores, afasta-se da discussão que a regra é normalizar o “ficar” e se opor ao movimento.

Na tradição acadêmica, ao focar nas ideias de partida e destino, deixamos escapar a compreensão do movimento (Almeida e Palmeira, 1997), como se migração fosse apenas uma simples passagem entre dois pontos. Assim, espero ter representado que esse fenômeno em sua complexidade, é pensado e vivido por diferentes conceitos, sendo os conceitos nativos os mais importantes nesta tese.

Para onde se vai e volta, a circulação das pessoas

Em julho de 2023, durante uma reunião no Quilombo de Praia, onde estavam presentes uma diversidade de membros, de crianças a idosos, revejo Rita e Sulino. Seu Sulino me contava que o café naquele ano estava “fraco” e ruim para vender, ele estava há um ano sem ir para Patrocínio. Já Dona Rita me disse que havia chegado de lá um mês antes e que voltaria em agosto para fazer um tratamento de saúde, “lá é melhor pra saúde, tudo de graça”, dizia ela.

Na sua última ida à Patrocínio, Dona Rita trouxe sua neta Laura, filha de seu filho, que estava em férias escolares. A avó chamou a neta para me apresentar. Laura tinha sete anos de idade e se aproximou com seu conjunto cor-de-rosa, profundos olhos castanhos e longos cabelos cacheados. Me contou que estava fazendo o 2º ano do Ensino Fundamental, vivia em Patrocínio com os pais e sete irmãos, mas dizia com risadas que queria morar em Praia, expressando as diferenças que sentia entre os dois lugares.

Nesse dia da reunião, o Quilombo estava desenhando o mapa do seu território que iria compor a Nova Cartografia Social da Comunidade. Em meio àquele ambiente, com folhas e muitos lápis de cor e hidrocores, Laura me disse que quando crescer queria ser “artista”, pois amava desenhar. Eu, prontamente, peguei lápis de colorir e duas folhas e perguntei se ela poderia fazer dois desenhos para ilustrar meu livro (tese). Pedi que desenhasse Patrocínio, do jeito que entendia, pois seria uma forma de conhecer o lugar (Figura 10).

Figura 10: Desenho de Laura sobre sua casa em Patrocínio-MG



Fonte: Desenho de Laura. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2023

Como uma futura artista, Laura desenvolvia seus desenhos com técnicas muito aprimoradas, incluindo um esfumado que realizava esfregando as pontas dos dedos sobre o colorido, se mostrando bastante perfeccionista em cada parte. Ao pintar uma representação de Patrocínio, começou desenhando um longo retângulo com divisórias – explicou que era o muro de sua casa e o portão ao lado. Não esqueceu dos detalhes: a caixa de correio, lâmpada, toda a estrutura da casa e até um pequeno detalhe em uma das paredes, onde uma casinha tinha escrito a palavra em inglês “home”. Conheci a casa de Laura, o seu lar, através de seu desenho, mas

também quis um desenho de onde estávamos naquele momento, o Quilombo de Praia:

Figura 11: Desenho de Laura sobre o Quilombo de Praia-MG



Fonte: Desenho de Laura. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2023

Diferente de Patrocínio, onde Laura começou traçando o muro – simbolizando delimitação, proteção e isolamento –, o desenho do Quilombo trouxe outros elementos representativos. Ela fez um belo e imponente sol, com detalhes amarelo e laranja, bem oportuno para indicar as altas temperaturas do lugar. Em azul, traçou uma linha com curvas para representar o Rio São Francisco, e acrescentou um barco que trazia alguns componentes que vemos também nas balsas, como a bandeira do Brasil e o nome.

Laura representou suas percepções entre dois lugares que falam da sua história e de sua família. Ela é fruto dos movimentos de seus avós, que foram para Patrocínio através do conhecimento de outros que foram primeiro; ali, o seu pai cresceu, constituiu sua família e lhe deu a vida. Mesmo Laura não tendo nascido no Quilombo, vive ligada ao lugar, conectada a esses movimentos que agora ela própria empreende. Vir para Praia nas férias é, para ela, momento de reencontro com a família que fica, com os avós, a bisavó, tios e primos. Na sua criatividade de futura artista, demonstrou que desde pequena possui entendimentos sobre as diferenças dos lugares, reconhecendo onde tem mais liberdade e onde há mais reclusão.

Há uma infinidade de histórias como essa, que representam os movimentos realizados por esses vazanteiros/quilombolas. Um constante “*vai e vem*”, “*pra aqui, pra acolá*”, “*lá e cá*” entre gerações, que resulta na construção de sentidos e novos conhecimentos. As malas que usam no início das viagens carregam mais que roupas – transportam expectativas, combinados, medos, ajudas e os modos de vida que aprenderam em Praia, tanto daqueles “*nascidos e criados*” quanto dos “*aceitos no sistema*”.

Para viver nos novos lugares, precisam se “*acostumar*”, adquirir saberes diferentes. A “*correria*” que no começo assusta, torna-se rotina; as ruas desconhecidas, que antes amedrontam, passam a ser conhecidas. A sensação de timidez, desajustamento, medo e confusão, vão se transformando em confiança e conhecimento.

Foto 43: O movimentar das pessoas no Quilombo de Praia



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2022, 2023 e 2024.

“*Saber andar*” e “*aprender andar sozinha(o)*” indicam a nova capacidade de circular no espaço desconhecido e de navegar através dos saberes, de como trabalhar, como se destacar, como ter “*oportunidades*”. Precisam ter “*cultura*”, como disse Seu Manoel, entender o lugar e suas regras para que não sejam engolidos.

Os novos lugares proporcionam uma experiência diferente de habitar. Vivendo nos bairros, buscam estar próximos às famílias, que são um amparo importante, mas acabam próximos também por questões estruturais. Como exposto na lista de bairros vividos por eles (Quadro 3), excetuando os de classe média alta, que se referem às trabalhadoras domésticas que moravam na casa dos patrões, a maioria das localidades são bairros periféricos, lugares nos quais conseguem pagar o valor do aluguel e das despesas, encontrando seus “*barracos*”. Além da localização periférica, esses bairros também se caracterizam como espaços de migrantes.

Para citar um exemplo, temos o caso do Novo Aarão Reis, localizado na região Norte de Belo Horizonte, onde vivem e viveram muitas pessoas de Praia, como o José Carlos. Esse bairro se forma a partir de uma ocupação de terras. Costa e Ávila (2011) afirmam que,

segundo relatos dos administradores e funcionários do Centro de Saúde, são em sua maioria migrantes do Norte de Minas, além dos antigos moradores do Povoado do Onça e trabalhadores das fazendas da região. A ocupação se consolidou na década de 1990 e, atualmente, o bairro conta com uma população de aproximadamente 10.000 pessoas. Seus habitantes são em grande parte famílias de baixa renda e com carências sociais e afetivas graves, sem desprezar ainda a violência cotidiana trazida pelo tráfico de drogas e outros (Costa e Ávila, 2011, p. 208).

Fazendo uma pesquisa rápida no *Google*, as notícias relacionadas ao bairro apontam situações de tráfico de drogas, homicídios e riscos geológicos, como inundações e deslizamentos de terras. Não cabe aqui a intenção de naturalizar essas questões ou reduzir o bairro a esses fatos, já que nos relatos é narrada a habituação que vão tendo no lugar, de compreender como funciona, de receber visitas dos parentes e já os apresentar para que possam também circular por lá. Mas, sem dúvidas, revela a vulnerabilidade desses lugares e a convivência que precisam enfrentar com casos de violência.

Muitos dos sentidos novos são, na verdade, provenientes do modo de ser que carregam. Eles esperam a “*oportunidade*” para demonstrarem suas qualidades e aprenderem, assim como no processo de aprender a tocar e sambar, que ocorre por meio da observação e respeito aos mais velhos. Seu Benedito contou que aprendeu tocar a caixa⁴⁶ pedindo oportunidade: “*quando a Folia de Reis chegava lá na casa do meu pai, quando acabava de cantar que os foliões, por exemplo, batiam o samba, aí eu pedia oportunidade. Eu disse, ‘óh meu tio, me dá a caixa aí, deixa eu bater um pouquinho, eu também quero aprender’.* ‘*Tá aqui meu filho, tá aqui*’. *Aí eu comecei a tocar na caixa. Tocava o samba, aí também aprendi a tocar o Reis*”. Assim como esperar a oportunidade para aprender a tocar, meus companheiros de pesquisa agarram suas oportunidades em novos trabalhos e lugares, sem nunca se desligarem de Praia.

Os movimentos em Praia não são apenas de uma origem para um destino, mas uma constante movimentação. As famílias, mesmo separadas ou “*espalhadas*”, como referido nos estudos de Comerford (2014a e 2014b), se mantêm ligadas, desprendendo ajudas entre os lugares. Assim, temos histórias de “*criação*” de crianças entre familiares, tanto ficando no Quilombo quanto saindo. Os momentos de doença também são definidores, influi nas movimentações, pode provocar saídas e retornos, sendo comum a circulação de parentes para ajudar nesses momentos. Dentre tantas histórias, cito uma fala da liderança Luzia Francisca,

⁴⁶ Instrumento de percussão feito com couro animal e madeira.

que me contou que nunca havia saído do Quilombo para ficar, mas além das visitas aos irmãos em São Paulo e Belo Horizonte, foi muitas vezes para auxiliar, assim como quando sua *“irmã de São Paulo”* adoeceu e ela foi para lá com sua mãe: *“ficar uma semana pra ajudar”*.

Esses percursos, por vezes provisórios ou mais duradouros são sempre constantes, além das ajudas, aparecem em forma de visitas. *“Receber”* e *“receber bem”* a visita é um código moral de Praia, digo isso por experiência própria, de quem foi recebida muito bem, com preocupações sobre as acomodações e a alimentação. Em Praia sempre recebem, as boas casas são movimentadas e, por isso, as cozinhas costumam ser mais espaçosas e com longas mesas, para caber toda a família. Esse costume acaba os acompanhando nos outros lugares, mesmo que os *“barracos”* sejam menores que as *“casas”* no Quilombo, como dizia Dona Maria Luiza sobre Belo Horizonte, *“chegava mais parente de todo lugar, daqui que ia me visitar, que ia trabalhar e ficava lá em casa. [...] Era pequeninha, pequeninha, dois cômodos só, [...] toda vida minha casa é sempre cheia”*.

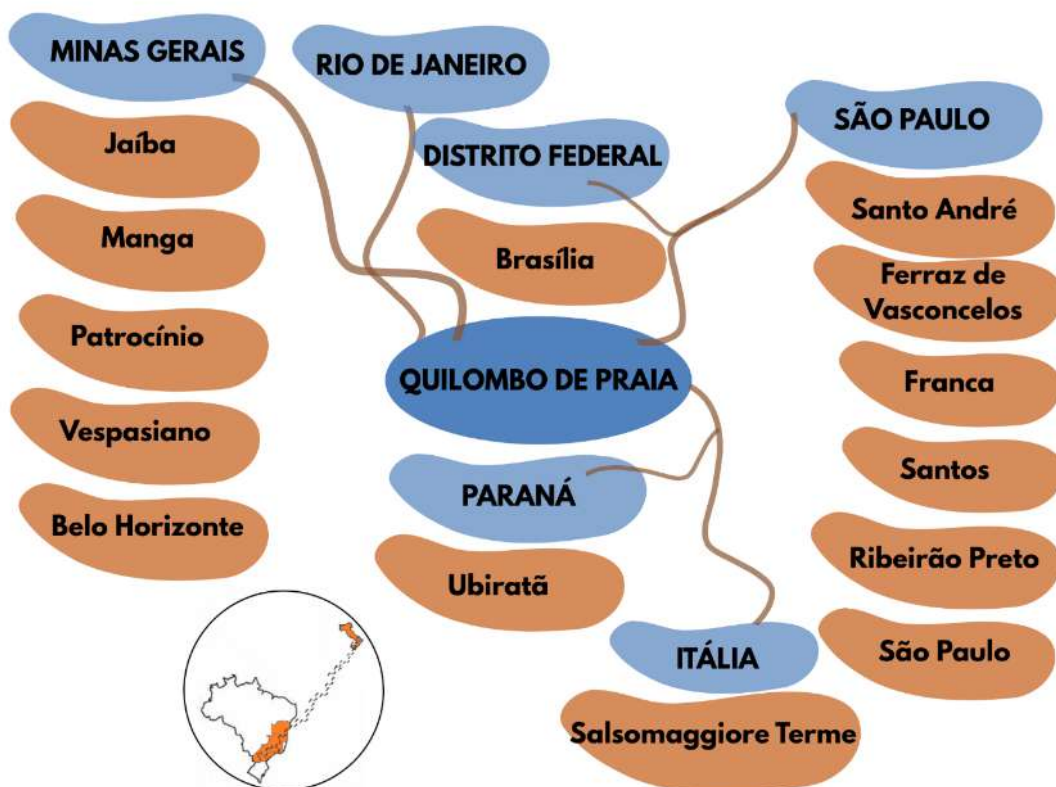
Recebem os parentes que vão trabalhar, os ajudando até se estabelecerem, mas também para visitas. No Quilombo, desejam proporcionar a experiência de voltar para casa, passando pelos lugares, comidas e costumes simbólicos. Já nos outros lugares, oferecem o conhecimento do novo, de lugares, comidas e costumes. Mas, essas visitas precisam seguir uma rota pelas casas; não devem ficar em apenas um lugar, para evitar ciúmes e *“conversas”* entre os familiares. Por isso, vão dividindo a atenção, ficando um pouco em cada lugar, ademais das casas que precisam ir para *“tomar um café”*.

Além de tantos sentidos empreendidos, esses sujeitos em movimento lidam com percepções diferentes de tempo. Oito anos em São Paulo para Dona Luzia, por exemplo, foi considerado pouco, provavelmente se comparando às experiências de décadas que outros comunitários possuem. O tempo estando fora dificilmente é contínuo, já que, como visto, estão constantemente indo e voltando e, por vezes, a quantidade de tempo que se esteve fora pode ser maior do que a que viveu no Quilombo, mas isso não indica ruptura ou desligamento. Como o caso de Genival, que dizia ter passado mais tempo em São Paulo do que na Comunidade, mas que não rompeu com o lugar. Mesmo longe permaneceu de alguma forma. *“Eu fiquei até os vinte e dois anos e já estou quase dez aqui de volta, então, já estou passando de novo, é a minha naturalidade, mas até um tempo atrás eu vivi mais em São Paulo do que aqui”*.

Assim, percebe-se que há um intrincamento de diversas histórias que representam categorias nativas de um aprendizado feito em movimento. O movimentar faz com que distâncias sejam encurtadas, mobilizando pessoas e sentidos. Criam-se ramificações entre esses lugares, com casos em que o destino leva os sujeitos para novos movimentos – como Genival

que foi para São Paulo e de lá passou a dirigir como motorista para outros estados; Sulino, que foi para o café em Patrocínio e seguindo sua trilha foi para outras colheitas antes de retornar ao Quilombo; e os filhos de Dona Luzia, que de Praia foram para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para Itália. São muitos lugares interconectados, formando uma malha em constante construção (Figura 12).

Figura 12: A malha de lugares percorridos por Vazanteiros do Quilombo de Praia



Fonte: Trabalhos de Campo. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2024

Essa malha é formada a todo momento, no trilhar das pessoas e de suas narrativas. Percorrendo esses caminhos através das narrações de meus companheiros de pesquisa, pude conhecer essas experiências e compreender a importância dos movimentos para suas vidas – e de falar sobre eles. Contar suas experiências transforma essas narrativas em conhecimento, capaz de atravessar gerações, modificando e emaranhando os movimentos. É a experiência de um mundo em construção, um contínuo movimento e devir, “tecido a partir das inúmeras linhas vitais dos seus múltiplos componentes humanos e não humanos enquanto costuram seus caminhos através do emaranhado de relações nas quais estão enredados de maneira abrangente” (Ingold, 2012, p. 211). Além do trilhar das pessoas, a malha também é tecida através da circulação dos sentidos, tempos e coisas.

Para onde se vai e volta, a circulação das coisas

Um objeto é definido como algo material que pode ser percebido pelos sentidos, é revelado “como um fato consumado, oferecendo para nossa inspeção suas superfícies externas e congeladas” (Ingold, 2012, p. 29). Ingold (2012), propondo trazer “as coisas” de volta à vida, defende que o mundo em que habitamos é composto não por objetos, mas por coisas.

Neste tópico, trato dessa ideia de “coisa” do autor, enquanto um agregado de fios vitais, um parlamento de fios:

um “acontecer”, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam [...] a coisa tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós. Numa palavra, as coisas vazam, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas (Ingold, 2012, p. 29).

Assim como a vivência dos vazanteiros com a vazão e vazante do rio, compreendo que, em suas mobilidades, as coisas também vazam. Seus corpos se movimentam e circulam carregando coisas que, muitas vezes, passam a se mover sem eles, mas carregando suas relações. São alimentos, vestuários, dinheiro, mercadorias e mais, tecendo a malha de coisas (Figura 12) que estão no movimento das pessoas.

Figura 13: A malha de coisas que se leva e que se traz do Quilombo de Praia



Fonte: Trabalhos de Campo. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2024

As coisas se movem principalmente através de transportes coletivos terrestres, são ônibus que, dependendo da localidade, fazem distintas rotas, passando por diferentes estados e cidades, parando nos pontos mais próximos ao Quilombo, geralmente no município de Matias Cardoso ou de Manga, o que demandará outros tipos de transportes – que podem incluir barcos, balsas, bicicletas, cavalos, carros e motos. Os bagageiros vão carregando as coisas preparadas e arrumadas para enfrentar a viagem, com os cuidados para aqueles que receberão.

Das principais coisas que se movimentam, destacam-se as comidas. A alimentação no Quilombo é frequentemente citada com nostalgia nos outros lugares, onde “*estranham*” os sabores. Por isso, criam-se formas de matar essa saudade. As comidas circulam em isopores e bolsas térmicas, junto com as pessoas em momentos de visitas, ou são enviadas através dos ônibus ou por outros parentes. Carlúcio contava como eram essas visitas, principalmente do “*peçoal de São Paulo*”, que, devido à distância, são mais raras e, justamente por isso, vistas como o momento ideal de sanar a saudade da família e dos alimentos. “*Geralmente quando eles vêm de São Paulo, vêm e volta com muita coisa, muito queijo, doces. Não sei por que o peçoal de São Paulo gosta tanto de doce? É queijo, doce, muitas coisas, sempre alguma coisa eles querem levar. Sempre trazem, presenteia a minha mãe com alguma coisa e tem que levar queijo, doce. Geralmente, eles pedem pra minha mãe fazer doce de leite, de corte, doce de mamão, tudo que é doce. Eu acho que lá em São Paulo não tem muita coisa não. Eles gostam de variedade de doce mesmo. Minha mãe faz cocada também*”.

As visitas do Quilombo para os outros lugares e vice-versa, são acompanhadas de coisas, que representam o ato de presentear, rememorar e ressignificar. Dos outros lugares trazem, geralmente, industrializados, como guloseimas para as crianças, eletrônicos, vestuário e calçados – as ditas “*lembrancinhas*”, que são presentes especiais pensados para os parentes. É comum também que tragam não apenas as coisas em si, mas o dinheiro para comprar na região, o que ocorre quando adquirem eletrodomésticos e móveis para a casa. Existe a compra de motocicletas, vistas como um símbolo das conquistas desses trabalhos fora, assim como a reforma e construção de casas no Quilombo, que aparecem como resultado de seus movimentos.

Há também a movimentação de mercadorias. A partir do conhecimento adquirido fora, temos a formação de empreendimentos, como Dona Luzia que “*aprendeu andar sozinha*” em São Paulo e, mesmo depois de retornar ao Quilombo, continua indo para o Brás – bairro paulistano de grande concentração comercial, principalmente de vestuário –, lugar onde compra roupas que sua filha venda nas feiras de Manga. Outro exemplo é o caso de Sulino, que trabalhou nas plantações e colheitas de café por décadas em Patrocínio e, através de uma sociedade com seu genro, passou a comercializar café no Quilombo, comunidades e municípios

próximos. Esses casos revelam maneiras criativas de ressignificar esses lugares e as experiências adquiridas.

Trazer presentes e “*lembrancinhas*” é quase uma obrigação, especialmente baseada nos exemplos dos que foram primeiro. José Carlos nos contou que, antes de sair pela primeira vez, ainda criança, já acompanhava os movimentos de seus irmãos mais velhos, esperando ansiosamente para revê-los e pelos presentes que traziam. Assim, quando chegou sua vez de sair, lembrou-se disso e se comprometeu a fazer o mesmo que haviam feito por ele, “*depois eu cresci, falei assim, eu também porque não fazer o mesmo? Vou passear, levo presente, levo bala, levo um bombom, levo um chocolate e assim fazia a alegria*”.

Do Quilombo levam as coisas que estão intimamente ligadas às memórias afetivas – um resgate das vivências através das comidas. A relação com a comida em Praia é diferente do que encontram em outros lugares: as refeições são feitas nas mesas das cozinhas, reunidos com os familiares, conversando sobre o dia. Determinados alimentos precisam ser preparados no fogão a lenha, outros já são feitos no fogão a gás. Enchem pratos fundos com arroz, feijão, algum tipo de proteína animal – chamada de “*mistura*” –, verduras, saladas, sucos naturais e doces caseiros das frutas da época, muitas vezes acompanhando um café. Embora muitos produtos, como o arroz, sejam comprados nos armazéns na cidade, há uma predominância de alimentos produzidos e extraídos por eles, como as verduras, legumes, frutas, o próprio peixe, além de suas variações, que aparecem em doces, sucos, bolos, entre outros.

O “*estranhar*” do alimento em outros lugares passa por essas situações, devido à perda de identificação com o processo de preparo, o alimento também perde o sabor. Como diferenciou Oseias: “*não é a mesma coisa de você pescar um peixe aí no rio e você comer*”. Montanari (2013, p. 15) trabalha a categoria comida na perspectiva cultural, pois segundo o autor “os valores de base do sistema alimentar não se definem em termos de ‘naturalidade’, mas como resultado e representação de processos culturais que preveem a domesticação, a transformação e a reinterpretação da natureza”. Ou seja, comida é cultura. Ao ser produzida, preparada e consumida, se torna simbólica, estando intimamente ligada às identidades. De diferentes maneiras, a comida representa os modos de vida e, por isso, também distingue e causa estranhamento diante do que é diferente. Em relação à alimentação, somos “*etnocêntricos*” – julgamos as outras práticas alimentares.

Em concordância com Woortmann (2013), entendo que a comida é linguagem, que expressa meios de sociabilidade e, isso revela distinções entre o que é comestível e comível, o que consumido por nós e pelos outros. Isto posto, um ato corriqueiro como se alimentar, tem vestes de “*natural*”, entretanto, é totalmente cultural e nos representa enquanto sujeitos, grupo

social, gênero, religião e política, além de envolver os territórios e modos de vida. Por isso, a alimentação é um processo social complexo.

Levar o alimento é levar parte da sua cultura, daquilo que te distingue, que te retorna ao seu lugar e à sociabilidade envolta e por trás daquelas comidas – comidas que, em outros lugares, são feitas de formas distintas. Fora do Quilombo, a dieta costuma ser mais restrita, de produtos industrializados, congelados e não “*puros*” como os da roça.

Em Praia, da mandioca colhida, realizam muitos preparos, consomem cozida, retiram a goma, se alimentam e alimentam as criações animais. Um desses preparos, muito usual no lugar é a puba, massa extraída da mandioca fermentada. Coloca-se a mandioca de molho com água durante alguns dias, até sua fermentação. Amassam a mandioca com as mãos, colocam a massa formada em um saco de pano espremendo até sair toda a água, deixam pendurada no sol para secar melhor. Assim, com ela pronta, preparam doces, bolos e diferentes quitutes.

Dona Rita narra sobre uso rico e diversificado da mandioca: *“na hora de farinhar, fazer a farinha da mandioca, a gente aproveitava a crueira. A crueira também serve pra fazer bolo, tratar de criação, é aquele resto que você tira da mandioca. Ele que sobra quando você rala pra fazer a farinha. Você peneira ali, aí sobra aquele grosso, sabe? Aí aquele grosso, já tem o lugar certo, você põe pra secar e vai mexendo nele lá pra secar no sol, aí trata de criação, tem gente que faz bolo. A gente põe, fazia aqueles jirau⁴⁷ que põe no alto por causa de galinha, estendia uma lona e botava pra secar, pra impedir dos bicho de ficar pisando dentro”*. Esses processos são feitos principalmente nas “*oficinas de farinha*”, ou nos quintais das casas.

Foto 44: Dona Anita em oficina de farinha no Quilombo de Praia, Matias Cardoso



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2022.

Luzia e sua mãe, Dona Maria, pegam a goma retirada da mandioca, juntam com os ovos,

⁴⁷ Armação de madeira usada para diferentes funções, como guardar utensílios domésticos, pia de lavar; suporte para produção de hortaliças, para secar alimentos.

fermento e rapadura e preparam um bolo delicioso, chamado de “brevidade” – embalada cuidadosamente e enviada para os irmãos de Luzia, nos ônibus e através de outros parentes. Em um dos campos, também ganhei uma brevidade. Fui presenteada em uma visita, por um alimento identitário, que fala das raízes, de conhecimentos passados por gerações, de receitas que foram aprendidas com a avó, da avó, da avó. Dessa forma, preparar os alimentos para que se levem do Quilombo, é demonstrar o amor por esses familiares, dos sabores que são privados. Foi assim que, em outro trabalho de campo, Luzia me perguntou se eu lembrava daquela brevidade de rapadura – como esquecer?; disse-me que a havia feito recentemente para os irmãos, enviando não só o alimento, mas toda a ligação que representa.

As diferenças entre o que trazem e o que levam indicam contrastes entre as vidas nos lugares – diferenças simbólicas, que revelam os distintos valores que são dados às coisas no/do Quilombo e fora dele. É muito comum ouvir, nos relatos, que na Comunidade, vivida como uma grande família, sempre há com quem contar e o que comer. Já nos outros lugares, convivem com uma maior individualidade e dependência do dinheiro, como disse Gilberto: *“aqui é um lugar hospitaleiro, um dá uma coisa outro dá outra, e na cidade se você não tiver dinheiro você não compra, você não come nada, você tem que ter dinheiro pra locomover, pra comprar tudo, mas aqui não precisa tanto de dinheiro. Você não tendo dinheiro, mas tendo uma boa convivência, todo mundo dá as coisas, todo mundo ajuda, todo mundo é hospitaleiro aqui”*.

Percebi que as direções para onde as coisas vão modificam o que é levado e as suas representações. O que se traz dos outros lugares costuma possuir maior valor monetário e é enviado em volumes mais extensos. Isso ocorre, como dito, pela centralidade que o dinheiro possui fora em comparação com a Comunidade, se mostrando como uma maneira de validar o sucesso da mobilidade realizada.

Sair do Quilombo exige acordos, negociações e implica sacrifícios. Há uma dependência e ligação entre os que ficam, os que vão e os que já estão lá. Isso tudo envolve expectativas e promessas, como na história de Marli, que ao ir para São Paulo, teve que deixar seus dois filhos com a mãe. Sua saída já foi com a afirmação de que o trabalho ajudaria a comprar roupas para ela e as crianças, além de eletrodomésticos para a mãe; e foi o que fez. Esse período fora se postergou mais do que o planejado, mas era legitimado pelas coisas que trazia ou enviava. As roupas, calçados, móveis e eletrodomésticos indicavam o sucesso de seu movimento, percebido também pela família: *“aí mãe viu que nós estava desenvolvendo”*.

Conseguir comprar uma motocicleta ou a calça de marca de sucesso da época e todas essas coisas que são trazidas e presenteadas, são símbolos do êxito das mobilidades ou tentativas de não destacar determinadas frustrações. Por outro lado, o que se leva do Quilombo

para os outros lugares pode possuir pouco valor monetário, mas possui um alto valor simbólico. É uma das maneiras principais de preservação dos vínculos com a Comunidade e do pertencimento ao lugar.

Essas características são similares às que aparecem na etnografia de Braga (2012, p. 248) sobre fluxos migratórios e de mercadorias entre Piauí e São Paulo, afirmando que o que se leva do Piauí “tem um significado extremamente forte, pois ele não só simboliza a aliança, o parentesco, o vínculo social e afetivo, como tem uma profunda capacidade de fazer os envolvidos nessa relação de troca a reconhecerem-se como parte de uma mesma coisa”.

Foto 45: As coisas que se movimentam



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2022, 2023 e 2024.

Grandes estudos de cunho etnográfico já analisaram a circulação das coisas e suas significações em diferentes contextos, como os estudos nas Ilhas Trobriand de Malinowski (1976), que trazia a circulação do Kula, entre pessoas, colares e braceletes, demonstrando a existência de um sistema complexo de trocas, muito importante para a criação e manutenção de laços sociais e reciprocidade.

A reciprocidade é outro ponto destacado por Mauss (2003), por meio do seu conceito de dádiva, entendido como um sistema de trocas e obrigações mútuas. Essas trocas não eram exclusivamente econômicas, mas fatos sociais totais, pois se manifestavam e afetavam

simultaneamente diversas dimensões da vida social. A obrigação tripla de dar, receber e retribuir formam um ciclo moral – percebido nas circulações das coisas em Praia –, eixo primordial para nutrir e manter os vínculos entre diferentes lugares.

Acompanhar os movimentos dos meus colegas de pesquisa me fez perceber a profundidade envolvida, de uma malha sempre tecida, que circula coisas, e essas coisas vazam, criam e envolvem memórias, normas, símbolos e até comércios. Demonstra o quanto, mesmo entre lugares diferentes, os vínculos se mantêm sólidos e dinâmicos, e esses vínculos são fundamentais para a manutenção dos laços e as possibilidades de novas mobilidades para as novas gerações. Para onde se vão e voltam, estão sempre se movendo e construindo, entrelaçados por muitos lugares e sentidos. As distâncias geográficas não os distanciam totalmente. Mesmo com uma expressiva mobilidade, permanecem resistindo na “luta” – e a luta acontece também no movimento.

O movimento da “luta”: as reuniões, os batuques, as viagens

O dia amanhece. É hora de começar a organizar a reunião. Juntam-se as cadeiras, colocam-nas em círculo. Hasteiam faixas com dizeres como: “*Sejam bem-vindos ao Quilombo de Praia*”, “*Demarcação das nossas terras já*” e “*Queremos nosso grupo escolar de volta*”. A cabaça escrita “Quilombo de Praia” é colocada sobre a mesa. Organizam os instrumentos, triângulos, tambores e baquetas. A caixa, instrumento de percussão feito com couro animal e madeira, é testada e colocada no sol, pois a temperatura altera a sua sonoridade.

Foto 46: Os movimentos da/na luta



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2022, 2023 e 2024.

As pessoas vão chegando – em barcos, cavalos, bicicletas, motos, carros, a pé, de carona ou sozinhas. Crianças, jovens, adultos e idosos. Muitos homens usam chapéus de couro ou bonés, geralmente com inscrições de algum evento ou campanha eleitoral. Vestem calças ou bermudas jeans, botinas nos pés, camisas de botão, blusas de eventos e da Associação Quilombola. As mulheres usam lenços coloridos no cabelo, roupas também coloridas e estampadas; algumas vestem vestidos e saias rodadas.

Vão se aproximando e cumprimentando a todos, trazem recados, saem para chamar aqueles que ainda não chegaram. Algumas mulheres se organizam na cozinha, ajeitando o café e adiantando o preparo do almoço, descascando as verduras. É a hora de começar a reunião, vão avisando para se “*ajuntar*”. Alguém pega o microfone e chama a todos para se reunirem, agradece os presentes e explica sobre a dinâmica que aconteceria naquele dia.

Uma oração é iniciada. Logo depois, pegam os instrumentos, se colocam em pé e em círculo. O “*batuque*” começa. Batem as caixas em um ritmo animado, cantam em coro os versos e de dois em dois vão entrando no meio da roda para sambar. As mulheres rodam suas saias, os pés se movimentam rapidamente, junto com o movimento dos quadris e braços.

Foto 47: Batuque no Quilombo de Praia, Matias Cardoso



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, julho de 2023.

Partem para as atividades da reunião; “*assuntam*” tudo o que é falado, ou seja, prestam atenção, fazem pausas para as refeições e mais batuques. Essa é uma narração de um dia de reunião no Quilombo. Pude acompanhar alguns desses encontros e perceber os elementos que são acionados, desde as vestimentas até o “*batuque*”, importante símbolo da cultura do lugar. Mas o movimento da luta requer muitas “*andanças*”. Por isso, as lideranças viajam com frequência, realizam intercâmbios em outras comunidades, participam de eventos políticos e acadêmicos, buscando defender seus direitos.

Assim como o movimento de “*tentar a vida lá fora*”, na “*luta*” também precisaram adquirir novas habilidades e conhecimentos. Muitos já tratam de questões jurídicas de forma consciente, citando artigos importantes, carregando consigo documentos de suas Comunidades e reafirmando suas identidades. O movimento de suas lutas, como já tratado, foi fortalecido pela “*rede de parceiros*”, entidades e pesquisadores que os acompanham há muito tempo.

Ouvi muitas histórias de viagens que empenharam: formações temáticas, manifestações comunitárias ou para apoiar outras comunidades. Viagens que possibilitaram que esses sujeitos conhecessem muitos lugares. Seu Manoel, por exemplo, me contava que nunca foi de “*gostar de viajar, viagem longa*”, mas que teve “*sorte pra viajar*” e viajou “*um bocado*”, como para o Rio de Janeiro, Cuiabá e Bahia.

Tiveram que aprender a viajar e ficar fora. Essas saídas se tornaram momentos importantes, de conhecer outras histórias que inspiram suas lutas, de ratificar suas “*raízes*”, de criar conexões em busca de apoios. Ao longo desses anos de pesquisa, pude acompanhá-los em três eventos fora do Quilombo – dois na UNIMONTES e um na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Os eventos na UNIMONTES, realizados no campus de Montes Claros, ocorreram em 2023 e 2024. A Universidade já é bastante conhecida por eles – que, esporadicamente, participam de atividades no local –, fruto de uma longa relação com pesquisadores e grupos de pesquisa. Em fevereiro de 2023 participaram de um evento sobre Protocolos Autônomos de Consulta Livre, Prévia e Informada – instrumento importante por meio do qual as próprias Comunidades Tradicionais estabelecem as condições sob as quais devem ser consultadas, garantindo que esse processo seja conduzido com respeito e de forma adequada.

O evento foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) e o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA), com o apoio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e do Projeto Nova Cartografia Social do Nordeste. A programação foi dividida entre uma oficina, seminário e trabalho de campo.

A “Oficina de Construção de Protocolos de Consulta” foi direcionada a lideranças de

Povos e Comunidades Tradicionais, pesquisadores, movimentos sociais e instituições de mediação e apoio. Buscou-se refletir sobre o que são os protocolos, o contexto de seu surgimento a partir da Convenção 169 da OIT e seu papel como instrumento de proteção ao direito à participação.

Durante a oficina, foram apresentados três relatos de experiências de elaboração de protocolos comunitários por representantes dos grupos de Apanhadores de Flores Sempre Vivas na Serra do Espinhaço (região de Diamantina-MG); das comunidades Geraizeiras do Vale das Cancelas (em Grão Mogol); e das comunidades do Quilombo de Alcântara (no Maranhão).

No “Seminário: Territórios, Ambiente e Conflitos”, foram apresentadas e debatidas experiências de pesquisas desenvolvidas nas universidades convidadas. O encerramento ocorreu com um trabalho de campo no Quilombo da Lapinha, que contou com a participação das demais Comunidades Tradicionais Vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e o Quilombo de Praia. Essas quatro comunidades deram continuidade às discussões sobre os Protocolos de Consulta, visto como instrumento de defesa e garantia de direitos. Atualmente, estão em processo de elaboração de seus protocolos, contando com as discussões e relatos de experiências acompanhados durante esse e outros eventos.

Outro evento realizado na UNIMONTES foi o VII Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais, com o tema: “Primavera dos Povos rumo à COP 30: Ancestralidade, Justiça Climática e Direitos Territoriais”, que ocorreu em duas etapas: entre os dias 09 e 11 de setembro, na Universidade, e nos dias 12 e 13 de setembro, no Quilombo da Lapinha. Esse evento foi planejado durante muitos meses e por uma equipe que conteve pesquisadores, docentes, discentes e parceiros. Organizado pelo PPGDS; NIISA; CAA/NM e Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, além do apoio e participação de diversas instituições, universidades, grupos de pesquisa, movimentos sociais e outros coletivos.

O Colóquio contou com a participação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, grupos de pesquisa, instituições governamentais e não governamentais, além dos Povos e Comunidades Tradicionais vindos de várias regiões do Brasil, África, Europa e América Latina. Foi um importante espaço de reunião e diálogo, no qual múltiplas conexões foram estabelecidas.

Em julho de 2024, estive na UFMG, em Belo Horizonte, como participante inscrita na 34ª Reunião de Antropologia. Na ocasião, também pude acompanhar a ida dos companheiros de Praia, Lapinha, Pau Preto e Pau de Légua – que foram por meio de uma articulação da equipe que os auxilia na construção de seus protocolos de consulta. Eles participaram de diferentes atividades, com destaque para a oficina intitulada “Protocolos Autônomos em contextos de

Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais”, coordenada pelas professoras doutoras Felisa Cançado Anaya (UNIMONTES-MG) e Rumi Regina Kubo (UFRGS).

Dentro de suas especificidades, esses três eventos apontam para pontos convergentes. Revelam as redes de apoio que auxiliam as comunidades em suas lutas e colaboram com essas viagens que oportunizam o estabelecimento de conexões. O convívio com outras comunidades contribui para que reflitam sobre suas estratégias e experiências; ocorrem muitas trocas, constroem-se amizades, compartilham-se sementes.

A mobilização interna deles também é perceptível: é necessário escolher quais lideranças irão representar o grupo – aqueles que ficam responsáveis por saírem e trazer os entendimentos adquiridos para os que permanecem. Essa dinâmica envolve combinados, disponibilidades e confiança sobre eles.

Assim como as reuniões no Quilombo, nas viagens usam seus elementos identitários como marcas de suas culturas, formas de reafirmarem suas resistências. Extremamente arrumados, carregam consigo seus adereços principais – detalhes que os localizam em suas tradições e indicam suas origens. Lenços, turbantes, brincos, chapéus, bonés, camisas, bolsas, adesivos, bandeiras, batuques, samba e gritos de ordem também entram no movimento.

A maioria desses eventos se estabelece como uma etapa de novas funções nas lutas. Muitos são finalizados com cartas públicas de denúncia sobre questões de extrema urgência. A partir dessas experiências, organizam-se os próximos passos. Ao retornarem para o Quilombo, repassam o que foi discutido a todos que ficaram, e assim continuam no movimento.

É importante frisar que o movimento da “*luta*” está em constante movimentação. Trata-se de um processo de construções e reconstruções, em que cada período traz consigo suas urgências e direciona suas ações. São diferentes formas de ação política, em busca da efetivação dos direitos, mas, de modo primordial, pela titulação de suas terras. Em grande medida, muitas lideranças já estiveram por um período fora do lugar. Isso, contudo, não altera suas autoridades; ao contrário, hoje são elas que se colocam a “*andar*”, em busca das garantias dos direitos de seus lugares.

Estar em movimento, e dentro do movimento, é parte muito valorizada. Gilberto, certa vez, queixava-se de companheiros que “*não estão no movimento*”, pois, segundo ele, “*a doença é uma só*” e a “*luta é coletiva*”. “*Se o quilombola não planta, a cidade não janta!*”, entoavam em coro, com os punhos cerrados e erguidos. O movimento da “*luta*” é o que os visibiliza, seja nas reuniões, nos batuques ou nas viagens.

ENCHENTES E VAZANTES TEÓRICAS II



As circulações de pessoas e objetos foram temas recorrentes em estudos etnográficos, como nos clássicos estudos de Malinowski (1976), Evans-Pritchard (1999) e Mauss (2003). As mobilidades humanas despontam sobre assuntos emergenciais na atualidade, de situações de refúgio, de controles de fronteiras, deslocamentos compulsórios, entre outros. No Brasil, desenvolveu-se não apenas uma trajetória de estudos sobre migrações internacionais, mas, sobretudo, sobre as mobilidades internas, especialmente entre grupos camponeses, cujos deslocamentos se ligam ao histórico da questão territorial e à forma como foi imposta no país.

Os chamados estudos migratórios no Brasil indicavam, a partir da década de 1930, o contexto das restrições à imigração no país. Até os anos 1980, a maioria dos recortes visavam entender o fenômeno contemporâneo das migrações de áreas rurais para urbanas e industrializadas. As principais referências nesse período foram pesquisas fundamentadas na abordagem histórico-estrutural, os quais, embora superassem a ótica neoclássica – que via a migração como uma escolha meramente individual, racional e voluntária –, ainda se baseavam em um paradigma centrado em fatores de expulsão e atração. Segundo essa perspectiva, as migrações resultam do deslocamento de sujeitos de localidades “atrasadas” para regiões em ascensão e desenvolvidas. “Tais estudos tendiam a enfatizar o caráter definitivo das migrações rurais-urbanas ou entre as regiões Nordeste e Sudeste” (Menezes, 2012, p. 22).

Em paralelo, entre os anos de 1970 e 1980, observa-se um movimento nos estudos, que questiona o caráter definitivo das migrações rural-urbanas, defendendo que elas ocorriam como forma de reprodução da vida de camponeses, como tratado por Garcia Junior (1990) e Woortmann (1990b). Ainda assim, a maioria dessas abordagens possuíam uma predominância de enfoque sobre os fatores econômicos.

Atualmente, as formas de mobilidades modificaram em determinados aspectos, como origens, destinos, duração e grupos que migram, além de se apresentarem de maneira cada vez mais múltipla. Essas características exigem uma revisão das perspectivas teóricas, assim como das tipologias gerais que rotulavam, de tipologias e categorias fixas (Menezes, 2012), como as ideias de origem e destino, migrações definitivas e de retorno.

Diante de tamanha diversidade, e buscando não naturalizar os interlocutores como sujeitos fixados, tivemos uma virada nos estudos: os pesquisadores passaram a se dedicar à compreensão da complexidade desses processos e as questões envolvidas. Dentre esses autores destaca-se Flores (2010, p. 07), que entende que “a migração se tornou um fenômeno de mobilidade”. Não se refere mais a um deslocamento de origem para destino, mas de grupos que também são “capazes de circular, de percorrer espaços e de se apropriar deles, “produzindo territórios”, participando da criação de riquezas e de novas identidades sociais” (Flores, 2010,

p. 07). Nesse sentido, temos encurtamentos de distâncias – não sob uma perspectiva geográfica, mas das relações entre diferentes lugares.

Caminhando, como proposto por Tarrius (1996, p. 04), para um paradigma da mobilidade, entende-se que esta vai para além da mobilidade espacial, pois “mover-se no espaço sempre significa cruzar hierarquias sociais”. Portanto, refere-se a uma diversidade de temporalidades e localidades. Tarrius (1996) propõe a noção de territórios circulatorios, pensando com fluidez a questão das mobilidades e dos territórios.

Para ele, todo espaço é circulatorio, mas nem todo espaço é território. O território circulatorio remete à socialização em diferentes espaços, nos quais os sujeitos em movimento se reconhecem, investem ou atravessam, iniciando um vínculo. Entende que essa noção introduz uma dupla ruptura nos significados comuns de território e circulação, sugerindo que a ordem de sedentarização não é essencial à manifestação do território e contradiz as concepções logísticas de circulações e de fluxos, para investir o movimento espacial com os sentidos do social.

Esses pontos conduzem as pesquisas a uma compreensão da complexidade dos movimentos, rompendo com as naturalizações das ideias de imobilidade ou com discursos que atribuem pesares às mobilidades. Trata-se de entender o que se constrói e o que os interlocutores falam sobre essas vivências.

Sayad (1998), a partir do conceito de Mauss (2003), já caracterizava a imigração como um fato social total, ou seja, um fenômeno que envolve toda sociedade, manifestando-se em diferentes dimensões. Um fenômeno de tamanha expressão exige uma análise aberta, Menezes (2012, p. 26) afirma que a “condição de mobilidade não expressa, portanto, desenraizamento, desagregação familiar, mas, antes, uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais”. Os que estão em movimento não apenas circulam, mas apropriam-se dos espaços e criam sentidos.

Não se trata de renunciar às categorias de migrante ou migração, mas de reconhecer a importância de uma teoriaêmica, que dá relevância para as categorias e narrativas dos nativos. Percebe-se como os trabalhos etnográficos colaboraram para uma atualização das categorias, que a partir de diferentes recortes teóricos-metodológicos, ampliaram as discussões, integrando outras possibilidades, das mais diversas formas de mobilidades.

É necessário colocar em xeque algumas tendências, como as concepções universalistas, deterministas, economicistas, o objetivismo sobre a decisão e o próprio nacionalismo metodológico, ainda fortemente arraigado. Nem toda migração é negativa; antes de tudo, trata-se de um direito humano de ir e vir, que pode significar uma forma de viver, na qual a provisão

da família frequentemente aparece como motivação central, como fonte de objetivo e planejamento. Além disso, não somente se deixa e se perde “coisas” nas mobilidades, também se cria, se conecta e se aproxima – mesmo à distância geográfica –, pois não encontraremos sujeitos afixados.

Não se pode determinar que as migrações são motivadas apenas pelo fator econômico, como se fossem movimentos totalmente racionais e intencionais, sem considerar que envolve pessoas, com sentimentos, ambições e envoltas em contextos sociais complexos. Tampouco se deve fixar nas ideias de local de origem e destino, se não entendermos que existe um percurso, que ser família não é unicamente dividir um domicílio, pois as circulações criam territórios de parentesco, ou seja, *famílias espalhadas* (Comerford, 2014a e 2014b) por diferentes localidades, que são dependentes, se unem e se apoiam. Os sentidos do que é casa; do morar; de quem é família; do que é provisório ou permanente, vão além das tabulações, preceitos e dados quantitativos, que mesmo importantes para a contextualização, não vão conseguir acessar as minúcias e diferentes sentidos que estão sendo construídos no ir e vir.

Nesta pesquisa, foi realizado um esforço de superação do lugar comum nos estudos das migrações, principalmente no que se refere aos estudos rurais, que podem cair no erro de demonizar todas as formas de mobilidades, agrupando-as sob o mesmo patamar, sem buscar nas sutilezas de quem vive esses processos, as diferenciações que os próprios aplicam.

Há numerosos tipos de movimentações e em diferentes escalas da vida cotidiana. Por essa razão, por meio da observação e das narrativas, foram apresentados os termos nativos e o sistema próprio do lugar, com regras e critérios, a partir dos quais tais mobilidades ganham sentido, valor e são ponderadas.

A migração aparece e é aprofundada à medida que foram apresentadas as interpretações nativas das mobilidades. Livre de camisas de força teóricas, não busquei encaixar as histórias na categoria migração, mas sim mostrar que ela pode ir muito além, como movimento, circulação, visita, saída e retorno.

Souza e Guedes (2021) também abordam uma antropologia das mobilidades, desenvolvendo estudos nos quais as mobilidades não são apenas centrais, mas constitutivas dos mundos dos interlocutores. “O interesse pela mobilidade se dá em grande medida em função de transformações e processos que oferecem parâmetros fecundos para configurar e caracterizar o mundo ‘contemporâneo’” (Souza e Guedes, 2021, p. 10).

Eles propõem uma radicalização da valorização dos pontos de vista e formulações nativas como eixos estruturantes da prática etnográfica e do empreendimento intelectual:

Essa crescente atenção às categorias, aos vocabulários e às linguagens pelos quais esses movimentos e deslocamentos são expressos e constituídos pelos interlocutores se faz acompanhar, com frequência, da constatação de que a mobilidade assim expressa é algo fundamental e valorizado por eles (Souza e Guedes, 2021, p. 22).

Esses apontamentos nos conduzem novamente a Ingold (2012 e 2015) e à sua defesa da primazia do movimento, da importância de se afastar da ideia de um mundo – e de uma antropologia –, baseado na fixidez espacial, pois “onde quer que haja vida, há movimento” (Ingold, 2015, p. 122).

Nesta etnografia, fui levada a me movimentar junto com os interlocutores, compreendendo que, em suas vidas, há uma centralidade dos movimentos – são, de fato, vidas em movimento; desde o movimento do modo de viver vazanteiro e quilombola, que flui com o rio e seus tempos, aos movimentos da “luta” e do “sair para fora”.

A complexidade existente nessas formas de mobilidades se expressa na ligação de diferentes lugares, na formação de um “mundo composto”, como em Godoi (2023), e também na articulação de tempos. Martins (1988, p. 49) já indicava que os tempos das mobilidades não se ligam a cálculos de duração, mas sim, subjetivamente, ao sentimento de ausência, “o essencial é a concepção de ausência”, ou seja, o sentimento daqueles que estão em movimento.

Ao se movimentarem, os interlocutores desta pesquisa foram construindo e criando novas possibilidades de existência. Através dos trabalhos de campo, percebeu-se que vivem em resistência, ou melhor, resistências. “Resistir é re-existir através do tempo, é se atualizar para permanecer, é sair para ficar” (Pires, 2019, p. 121). No entanto, isso não significa que os debates sobre as “atentações” que atingem seus territórios estejam em segundo plano, pois dificultam uma vida plena e suas maneiras de se movimentar.

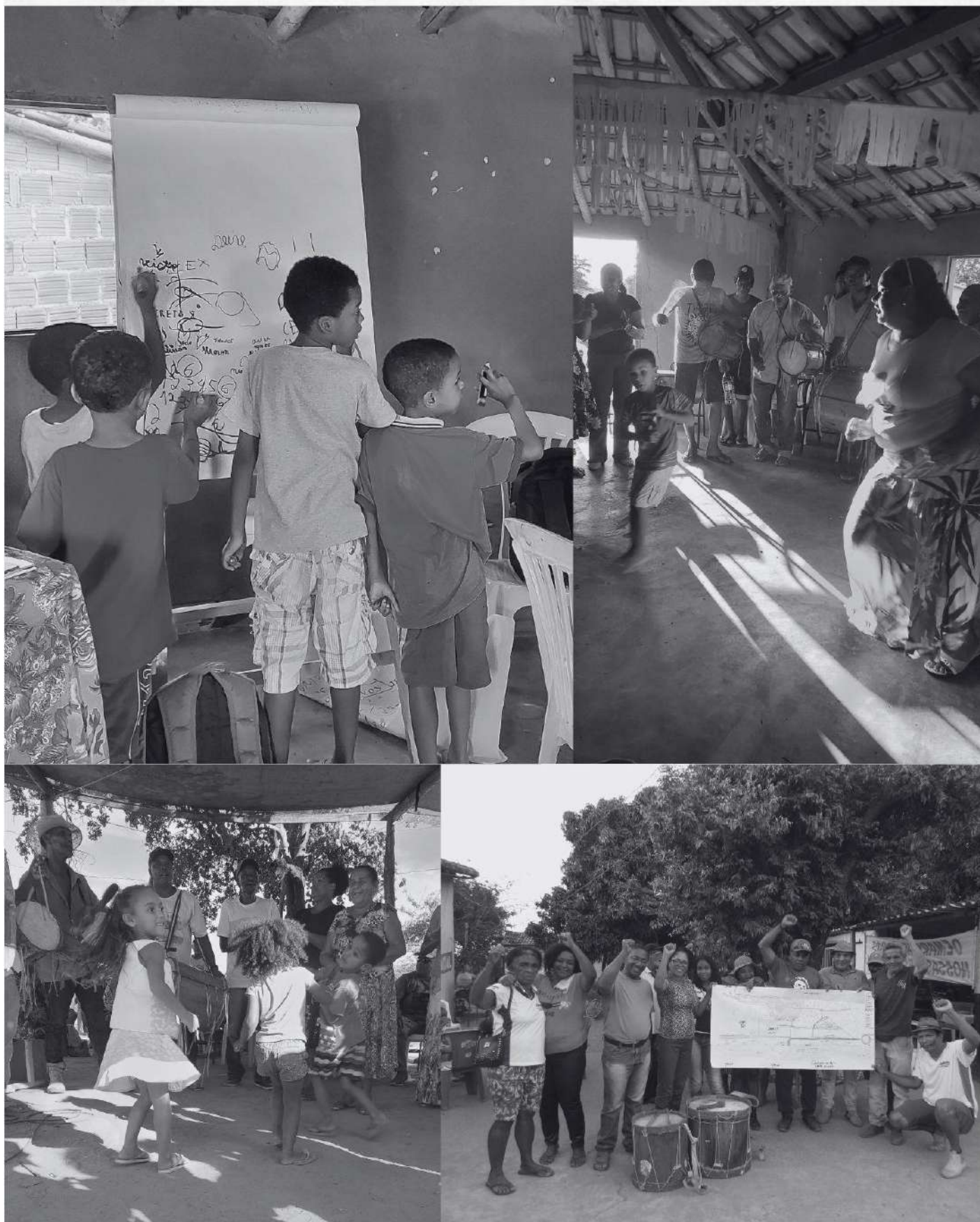
Ao longo da tese, foi evidenciado o quanto as políticas comungam com um discurso que ainda exclui as mesmas pessoas. Ficou escancarada a urgência de rever o padrão de “desenvolvimento” e consumo que é perpetuado. As mudanças climáticas são apenas um dos efeitos perceptíveis de como esse capitalismo predatório tem afligido a existência de humanos e não humanos no planeta. Nesse sentido, um conceito fundamental é o de *slow violence* (violência lenta) de Nixon (2011), trata-se de uma violência que atinge principalmente grupos nas margens econômicas e minorias raciais, “ocorre gradualmente e fora da vista, uma violência de destruição retardada que se dispersa no tempo e no espaço, uma violência de atrito que normalmente não é vista como violência” (Nixon, 2011, p. 02).

Vimos que as afetações contemporâneas nos territórios vazanteiros e quilombolas são resultado de raízes históricas e projetos de desenvolvimento que se atualizam a cada época. Tais ações nem sempre se configuram como eventos diretos e momentâneos, mas ocorrem

gradualmente. Como afirmado por Nixon (2011, p. 08), trata-se de uma perversidade com validação estatal e de discursos que beneficiam grupos de grande interesse capital: “a violência, sobretudo a violência ambiental, precisa ser vista – e profundamente considerada – como uma disputa não apenas pelo espaço, ou pelos corpos, ou pelo trabalho, ou pelos recursos, mas também pelo tempo”.

A relação respeitosa que conhecemos com as territorialidades, presentes nas práticas e saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais, evidencia o quanto esses diferentes grupos étnicos contribuem, de forma efetiva e contínua, para a sustentabilidade socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CAMINHOS



Era 11 de outubro de 2022. Retornava pela segunda vez ao Quilombo de Praia para acompanhar as festividades de Nossa Senhora Aparecida. Essa tradição remonta a mais de cem anos e começou com Maximiana, matriarca fundadora da festa. Ela recebeu um quadro da santa “*de uma prima que morava em São Paulo*” e, a partir daquele presente, passou a rezar a novena todos os anos – nove dias da reza do terço até o dia doze. Os mais velhos tomaram conta do rito até que muitos foram partindo. A tradição então foi passada para os filhos, e hoje é a geração mais nova, netos e bisnetos de Maximiana, que foi chamada para “*tomar conta da tradição*” (Regina).

Na noite do dia 11, rezaram o último terço. Reuniram e soltaram foguetes, registrando o festejo. Claudina, neta de Maximiana, conduziu a celebração, distribuiu a eucaristia aos presentes, refletiu sobre o evangelho lido e finalizou com os combinados para o dia seguinte: a festa. Os assados já estavam sendo preparados. As mulheres organizavam deliciosos pratos e enfeitavam com plásticos coloridos para que fossem colocados no leilão.

Acordamos cedo no dia 12. Fomos para frente da Igreja. O mastro já estava erguido e, bem no alto, na sua ponta, balançava a bandeira de madeira com imagem de Nossa Senhora, destacando-se contra o céu azul de um dia ensolarado. O movimento já era intenso, homens, mulheres, jovens e idosos ajudando a preparar a festa. Uma parte foi para cozinha, fazer as comidas típicas que iriam vender nas barraquinhas: galinhada, feijão tropeiro, canjica, caldo de mandioca, farofa e mais. Outros foram para a ornamentação: enfeitar as barracas, pendurar as bandeirolas guardadas desde o ano anterior, montar o altar e colocar as cadeiras para a celebração da missa. São muitos os trabalhos, e cada um ajudava como podia. Ao terminar a arrumação para a festa, todos foram se arrumar.

Já à noite, chegam todos enfeitados, com roupas coloridas, brilho, salto alto, cabelos arrumados, alguns homens com botas, chapéus e camisas sociais; e meninas com lindos vestidos rodados. Iniciam com a missa realizada pelo padre de Matias Cardoso, a celebração é cheia de simbolismos. Na procissão das ofertas, levam ao altar a imagem de Nossa Senhora Aparecida, uma rede de pesca e um prato com peixe. Ao final, realizam a benção ao mordomo e a festa do mastro, que carregam uma bandeira com a imagem da santa e são vestidos com manto azul e coroa. Nesse momento, fazem testemunhos sobre graças atendidas, geralmente o mordomo e festeiro são pessoas que pegam a bandeira a fim de pagar alguma promessa.

Após a missa, partem para a festa, tocam samba, comem e bebem. O leilão começa e a diversão se intensifica a cada lance. O puxador do leilão precisa ser muito carismático e interagir com todos. Naquele ano, eles disseram que foram “*embora com os pés coçando*” (Luzia), pois a prefeitura não enviou o aparelho de som que esperavam. Mesmo assim,

improvisaram um samba. Recebi notícias de que, as festas dos anos seguintes foram mais “*movimentadas*”, conseguiram som e tiveram shows ao vivo, com forró, samba e batuque.

Viver a festa e ajudar a prepará-la, foram experiências que me colocaram em um lugar privilegiado: na intimidade de uma tradição centenária. Pude ver os arranjos que são formados, a organização de toda Comunidade em prol desse momento, que reflete as raízes com os antepassados, conectando-os através da religiosidade. É momento de socialização, por isso, arrumam a festa e se enfeitam. O dia 12 de outubro é feriado nacional, sendo assim, a depender do dia da semana, facilita a participação dos quilombolas que estão fora, pois é uma das coisas lembradas com saudades. “*É movimentado*”!

Regina compartilhou que a imagem da santa que chegou na Comunidade no início do século passado, foi um presente de uma “*prima de São Paulo*” de sua avó. Essa colocação, como outras ao longo da tese, indicam a densidade e historicidade dos movimentos para os interlocutores dessa pesquisa.

A partir de 2022, quando a pandemia passou a permitir períodos de flexibilização das atividades presenciais e com a vacinação mais avançada, iniciei meu contato com o Quilombo de Praia e com as “*irmandades*”: Quilombo da Lapinha, Pau Preto e Pau de Légua. Foram diferentes oportunidades de encontro, em seus territórios e um pouco no meu, quando vieram à Universidade. No início, me viam como aquela que foi trazida por alguém de confiança, mas com os reencontros frequentes, tive o prazer de ser sempre recebida com alegria, cuidado e hospitalidade. Era chamada com carinho de “*menina*”, “*estudante da UNIMONTES*”, “*do NIISA*”.

Estar com eles em diferentes oportunidades me colocou nos rastros de seus movimentos. No começo, eu queria entender sobre as partidas daqueles parentes de São Paulo e Belo Horizonte, que apareciam nas conversas em cada casa que eu pisava. Mas, convivendo com eles, fui sendo levada a regressar e me aprofundar nas suas mobilidades.

Precisei retornar à diáspora africana, registrar a vinda forçada de africanos ao Brasil e a escravização que perdurou por quase 400 anos. Foi necessário destacar como se deu a implementação da propriedade privada da terra e como ela foi afastada dos grupos que, ainda hoje, enfrentam disputas por seus territórios. Precisei falar do campo negro do Jahyba, da proteção e movimentação que os grupos negros realizavam na região, e do posterior acesso da população branca, deflagrando conflitos sobre as terras por meio de expropriações. Foi preciso explicar sobre o contexto das localidades da pesquisa, com os incentivos à modernização do campo, sobre a implementação do Projeto Jaíba e sua compensação ambiental, que “*encurralou*” as comunidades vazanteiras e quilombolas do lugar.

A partir do momento em que busquei compreender a diversidade de movimentos, pude me aproximar mais da identidade vazanteira. Percebi que os movimentos são estratégias antigas. As comunidades vazanteiras com as quais tive contato representam uma formação construída a partir de muitos lugares, das mobilidades dentro do próprio campo negro do Jahyba e do recebimento daqueles que vieram do Nordeste e chegaram pelo rio.

O “*Sistema Vazanteiro*”, de que tanto me falaram, é dinâmico e fluido. Ele não diz respeito apenas à relação com o Rio São Francisco e à agricultura que praticam em suas vazantes deixadas após as cheias. Trata-se, sobretudo, de um modo de viver, que expressa abertura aos chegantes, e representa as estratégias de movimentos antigas e atuais.

A identidade, portanto, foi firmada na tese como situacional e processual. Ao falarem sobre seus antepassados, as diferentes comunidades se cruzam, revelando níveis de parentesco e contato entre elas, movimentos que demonstram a fluidez e a ancestralidade das circulações. Estar em movimento é parte da origem desses sujeitos, que se movem sobre seus territórios e ambientes formados pelo Rio São Francisco, empenhando seus saberes históricos na lida de suas diferentes atividades. Como vimos, o movimento não se deu apenas dentro do território habitado e com os chegantes, mas também para fora, para São Paulo, Belo Horizonte e Patrocínio, no trabalho do café.

Entender os sentidos dessas mobilidades vai além de pensar nas ligações entre origem e destino, mas nas construções que criam ao se movimentarem. Relatos antigos sobre as mobilidades para a “*cidade grande*” e relatos mais atuais comprovam a continuidade e atualização dessas práticas. Aparecem como uma estratégia, devido ao cercamento do território e ao crescimento das famílias, como uma necessidade de que alguns saiam para que outros permaneçam. Esses movimentos também surgem como costumes transmitidos por gerações e, além de responderem à “*precisão*” de prover a família, também representam amadurecimento – um rito de passagem para os jovens, que buscam independência e realização.

As tramas traçadas vão se cruzando e movimentando pessoas, coisas e sentidos. Em seus movimentos, construíram conhecimentos: partem com seus saberes tradicionais e, nos novos lugares, adquirem outros. As vias e ruas que antes assustam tornam-se “*caminho de roça*”, e assim vão criando ciências. Criam-se circuitos de ajudas e combinados entre os lugares. As coisas se movem como recursos enviados e mercadorias, presentes que vão e que chegam. São lugares distantes geograficamente, com tempos distintos, mas ligados, conectados e em constante “*lá e cá*”.

Essas saídas e movimentos não retiram desses sujeitos suas identidades enquanto vazanteiros e quilombolas. Eles permanecem ligados ao lugar, e isso é expresso de diferentes

maneiras e em muitos relatos: quando lembram que aqueles que foram ainda são vazanteiros e quilombolas, independentemente de onde estejam ou com quem se casaram; ou quando reconhecem quem é de dentro, a partir dos costumes e vivências compartilhadas.

Dentre suas andanças, eles também estão no movimento da luta, revelando a importância e o desejo latente de conseguirem as titulações de seus territórios. É sobre *“aprender a andar sozinho”* e *“saber andar”*.

Seus movimentos e mudanças ao longo dos tempos, revelam os processos que enfrentam. Esses vazanteiros e quilombolas estão em constante movimento, se articulam e conectam de formas complexas. As mobilidades fazem parte do modo de vida, do sistema tradicional, de um movimento que era livre e respeitoso com o rio, que moldava os ambientes, ofertava os alimentos em forma de peixes e terras fertilizadas. Mas essa liberdade foi invadida, as formas de viver foram violadas e ao longo dos anos perderam áreas coletivas, de lagoas, de matas, de vivências. Assim, foram assistindo os ambientes se deteriorarem pelas grilagens de terras e outras formas de encurralamento.

Nos tempos de hoje, até os encantados vão saindo, deixando de aparecer, denunciando as grandes afetações que o rio e a natureza vêm sofrendo. Sua ausência indica o quanto o padrão de “desenvolvimento” proposto tem causado e intensificado desequilíbrios. Vivemos a emergência das mudanças climáticas, que assolam as vidas de humanos, não humanos e encantados. São as práticas dos Povos e Comunidades Tradicionais que, em contraste, contribuem para a sustentabilidade socioambiental, e demonstram o quanto esses saberes devem ser mais valorados.

No início desta pesquisa, encontrei pessoas fragilizadas pela pandemia, que os atingiu de diferentes maneiras, inclusive em suas lutas, pelas dificuldades de se articularem. Mas, apesar dos desafios, os vazanteiros e quilombolas continuam em movimento, buscando resistir. Movimentam-se em coletividade, tanto os que precisaram sair para outros lugares quanto os que permanecem, se articulando em busca da regularização fundiária, da soberania das comunidades e do respeito ao modo de vida tradicional. Vivendo nas margens e ilhas e para além das margens e ilhas, os quilombolas e vazanteiros do Médio São Francisco, se mobilizam nas lutas e sentidos.

Finalizo esta tese com a consciência de que muitos ainda serão os movimentos, e que os enfrentamentos perduram e se atualizam. Nos últimos anos, a região da pesquisa vem sofrendo com o avanço do estabelecimento de Usinas de Energia Fotovoltaica, que aparecem como incógnitas e temores sobre seus efeitos: receios de que, essa região, que já convive com altas temperaturas, possa ser ainda mais afetada, juntamente com as dúvidas sobre a proteção dos

territórios tradicionais. Esse fato abre caminho para futuras pesquisas, que denunciem essas situações e se dediquem a problematizar os consensos em torno da descarbonização e transição energética, quando estes são impostos sem respeito e justiça climática.

Fica aqui registrado a importância da criação de uma regulamentação efetiva que reconheça a legitimidade e assegure a proteção dos territórios ocupados tradicionalmente, dentro das diversas identidades autoatribuídas; da demarcação de áreas da união, voltadas para a regularização fundiária dos territórios das comunidades vazanteiras e a regularização fundiária dos territórios tradicionais, entre eles os do Quilombo de Praia, do Quilombo da Lapinha, da Comunidade de Pau Preto e da Ilha de Pau de Légua. Que o Estado passe a desempenhar seu papel de apoio a essas comunidades – e não mais como institucionalizador de violências e constrangimentos.

Na fluidez do Sistema Vazanteiro, me coloquei a caminhar, compreendendo a importância de *saber andar, lá e cá*, e dos saberes que circulam entre os diferentes lugares. Este estudo apontou para os desafios enfrentados pelas Comunidades, mas, principalmente, para as resistências que se fazem no movimento, na articulação, nos giros de conhecimentos e na atualização do modo de vida, para que ainda permaneça.

Narrando sobre suas histórias, nas risadas diante do estranhamento dos costumes dos outros lugares, nas lágrimas provocadas pelas saudades, nas boas e nas difíceis lembranças, me senti compartilhando de sentimentos semelhantes, do estar longe de casa, mas ainda estar lá, de deixar e levar muitas coisas e de construir novas também.

Carlos Drummond de Andrade, em seu poema, diz: “quando vim da minha terra, não vim, perdi-me no espaço, na ilusão de ter saído. Ai de mim, nunca saí. Lá estou eu, enterrado”. Essa foi a certeza que tive com meu estudo: o afastamento geográfico não representa separação. Por entre diferentes lugares, seguem trilhando, encurtando distâncias, intrincando seus saberes e costumes, fortificando o território, a identidade e o Sistema Vazanteiro.

Termino estas linhas reconhecendo que os conhecimentos aqui refletidos só foram possíveis graças aos muitos especialistas com quem convivi – vazanteiros e quilombolas que compartilharam seus saberes e que permanecem nos movimentos da luta, seguindo seus caminhos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Pressão do agronegócio se junta a preconceito em novo antiambientalismo**. Folha de São Paulo, São Paulo, dez. 2018. Ilustradíssima. Disponível em: <https://bit.ly/2BkhMLh>. Acesso em: 20 de agosto de 2024.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Refugiados do desenvolvimento”: Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **TRAVESSIA** - Revista Do Migrante, (25), 30–35. 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 6, N. 1, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. A invenção da migração. In: **RELATÓRIO FINAL do Projeto Emprego e Mudança Sócio-econômica no Nordeste**: vol. 1. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ, 1977. Manuscrito.

ALMEIDA, J. S. S. E.; UDRY, M. C. F. V (org.). **Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil**. 1ed. Brasília: editora Técnicas, 2019, v. 3.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. NARRATIVAS AGRÁRIAS E A MORTE DO CAMPESINATO. In: **Ruris**, v.1, n.2, p.157-186, 2007.

ANAYA, F. C.; ESPIRITO SANTO, M. M.; BARBOSA, R. S.; OLIVEIRA, Daniel C.. **De Gentes, Plantas e Bichos**: diversidade e conservação nas Matas Secas do Norte de Minas. 1. ed. Montes Claros: Unimontes, 2014. 68p.

ANAYA, F. C.; OLIVEIRA, C. L.; THE, Ana. P. G.; DAYRELL, C. A.. COMUNIDADES TRADICIONAIS VAZANTEIRAS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - MG. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, (Org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. 1ed. São Paulo: SBPC, 2022, v. 16, p. 127-164.

ANAYA, Felisa Cançado. **De encurralados pelos parques a vazanteiros em movimento**: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

ARAÚJO, Ana Flávia Rocha de. **Memória Migrante**: Vidas Entrelaçadas na rota do Norte para o Triângulo em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2024.

ARAÚJO, Ana Flávia Rocha de. **Por caminhos de águas e terras**: o processo migratório de pescadores artesanais no sertão nortemineiro. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2016.

ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Nas margens do São Francisco**: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Pau de Léguas. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros-MG, 2009.

BARBOSA, Rômulo Soares. Mineração no Norte de Minas Gerais: Tensões e Conflitos Pelo Acesso e Uso da Água. **Revista Desenvolvimento Social**, n. 11/01, p. 43-50, 2014.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFFENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: editora Fundação da Unesp, 1998.

BATISTA, Elicardo Heber de Almeida. **Entre trânsitos permanentes e permanências transitórias**: estudo sobre a reprodução social de famílias rurais pobres em Itinga, Minas Gerais, Brasil. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, 2016.

BECKER, Olga Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; et al. **Explorações geográficas**: Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Brasil, 1997, p. 319-367.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRAGA, Antonio Mendes da Costa. O Que Se Leva, O Que Se Traz: Fluxos Migratórios e Fluxos de Mercadorias entre o Interior do Piauí e a Cidade de São Paulo. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (org.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. In: **Revista Sociedade e Cultura**, Vol. 10, n.1, p. 11-27. 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de e MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela/Editora Paz e Terra, 2004: 121-132.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Comunidade, Território e Complexo Florestal Industrial**: o caso de Vereda Funda. Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, 2006.

CERQUEIRA, Ana Carneiro. **O Povo Parente dos Buracos**: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

COMERFORD, John Cunha. **“Como uma família”**: sociabilidade, reputações e territórios de parentesco na construção do sindicalismo rural na Zona da Mata de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Antropologia Social”, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

COMERFORD, John Cunha. Onde está a “comunidade”? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o “rural” e o “urbano”. In: **Ruris (Campinas)**, v. 8/2, p. 7-29, 2014a.

COMERFORD, John Cunha. Vigiar e Narrar: sobre formas de observação, narração e julgamentos de movimentações. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, Vol. 57, Nº. 2, p. 107-142, 2014b.

COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos**: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 293 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

COSTA, João Batista Almeida. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos**: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos. 210 f, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília: Brasília, 1999.

COSTA, João Batista Almeida. **Mineiro e Baianos**: englobamento, exclusão e resistência. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Natureza e populações Tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. In: **Revista Verde Grande**. Montes Claros: Unimontes /SEMMA vol. 1, n.3, 2005. p. 8-47.

COSTA, Laís Pereira. “**MIGRANTES ERRANTES**” AS TRAVESSIAS NO QUILOMBO BURITI DO MEIO. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais Bacharelado) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2016.

COSTA, Laís Pereira. **OS HERDEIROS DA MIGRAÇÃO**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2023.

COSTA, Pedro Henrique Mourthé de Araújo. **Andanças, movimentos e luta quilombola no Norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2021.

COTRIM, Aline de Sá; BRUM, Alex Guedes. As contribuições da Escola Sociológica de Chicago para os estudos migratórios e seus reflexos na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950. In: **Faces da História**, Assis/SP, v.9, n.1, p. 305-330, jan./jun., 2022.

DAINESE, Grazielle Cristina. **Chegar ao Cerrado Mineiro**: hospitalidade, política e paixões. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARO, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. (Coleção TRANS)

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O Mito da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec. NUPAUB/USP, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2001.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**: o sistema das castas e suas implicações. Trad. Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento**: Guia para o Conhecimento como Poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 1999. 276 p. (Coleção Estudos; 53).

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de. **"Do seu lugar para o lugar dos outros"**: A migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de. **"Uma mais uma é sempre mais que duas"**: configurações e dinâmicas das redes sociais das domésticas migrantes. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social /PPGDS, 2019.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Deslocamentos, Desigualdades e Violência do Estado. In: **CIÊNCIA E CULTURA**, v. 67, p. 20-24, 2015.

FELDMAN-BIANCO, Bela; SANJURJO, Liliana. L.; SILVA, Douglas Mansur da. Migrações e deslocamentos: balanço bibliográfico da produção antropológica brasileira entre 1940 e 2018. In: **REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - BIB**, v. 93, p. 1-58, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: **Revista de Cultura Vozes**, 2001.

FLORES, Sara María Lara (org.). **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. México: Conacyt e Miguel Ánghel Porrúa, 2010.

FONSECA, Gildete Soares. **Migrações da Mesorregião Norte de Minas/MG**: análises o censo demográfico de 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia Tratamento da Informação Espacial. Pontifícia Universidade Católica de Minas -PUC-Minas, 2015.

FOOTE-WHITE, William. **Sociedade de Esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder**: entrevista com Celso Furtado / entrevistadores: Maria da Conceição Tavares, Manoel Correia de Andrade e Raimundo Pereira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **O Sul**: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero, 1990. (Pensamento Antropológico).

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GELLERT, Paul K.; LYNCH, Barbara D.. Mega-projects as displacements. In: **International Social Science Journal**, 55(175), 15-25. 2003.

GODINHO, Victória Pinho e. **“A vida ispinicada”**: O Processo de Deslocamento de Famílias Atingidas por Barragens. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros. 2018.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **Devir Quilombola na Terra do Santo**: a tessitura de um mundo composto. 1. Ed. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2023.

GOMES, Flávio dos Santos. “Quilombos no Rio de Janeiro no Século XIX”. In: Reis, J.J e Gomes, F.S. (Orgs.). **Liberdade por um fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. Pgs. 263-290.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A Morada da Vida**: Trabalho Familiar Entre Pequenos Produtores do Ne do Brasil. RIO DE JANEIRO - BRASIL: PAZ E TERRA, 2013. v. 1. 164p.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: RJ Vozes, 2015. (Coleção Antropologia)

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEE, Everett. S. **A Theory of Migration**. Demography, Seattle, v. 3, n. 1, p. 47-57, Jan. 1966.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. In: **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.17 n.49, Jun. 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARCUS, George Emmanuel. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 95-117, 1995.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: **Revista NERA**. Presidente Prudente: Ano 11, nº. 12, pp. 57-67, jan.-jun./2008.

MARTINS, Carlos. B. C. O legado do Departamento de Sociologia de Chicago (1920-1930) na constituição do interacionismo simbólico. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 217-239, 2013.

MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília : Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MONTANARI, Massimo. **Comida como Cultura**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

MOURA, Margarida Maria. **Os Deserdados Da Terra**. APGIQ; 2ª edição, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa**. In: RATTTS, Alex (org.). Editora: Ubu Editora; 1ª edição, 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. In: RATTTS, Alex (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da Integração: os remeiros do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

NIXON, Rob. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Harvard University Press, England: 2011.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Antropologia). Brasília – DF: UNB, 2009.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **Mana. Estudos de Antropologia Social**, 4(1). Rio de Janeiro, 1998.

OLIVEIRA, Lucas Vinícius Rocha De. **"O Ir e Vir"**: Trajetória de mulheres trabalhadoras norte-mineiras através das redes sociais na migração. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2018.

OLIVEIRA, Maria Eduarda Souza. **“SÓ NÃO TENHO SAUDADE DO MEU SOFRIMENTO”**: histórias de uma mulher migrante no sertão Norte Mineiro. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2023.

PAULA, A. M. N. R.; CRISÓSTOMO, Adinei Almeida; ANAYA, F.C. et al. **Boletim Informativo 'Articulação Vazanteiros em Movimento'** - Projeto de Pesquisa: Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central, 2019. (Boletim Informativo).

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Integração dos migrantes no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais**: “A Esperança de Melhoria de Vida”. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2003.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **TRAVESSIAS** - Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2009.

PIRES, Maria Cecília Cordeiro. **“A PRECISÃO FAZ IR LONGE”**: Migração e Desenvolvimento em Comunidade Rural do Sertão Norte Mineiro. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2019.

PIRES, Maria Cecília Cordeiro. Do desenvolvimento ao não envolvimento: dinâmicas de vida e resistência no mundo rural Norte Mineiro, o caso da Comunidade do Touro. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 15, n. 36 Jul., p. 112-139, 3 jul. 2020.

PIRES, Maria Cecília Cordeiro. **PROCESSO MIGRATÓRIO EM PORTEIRINHA-MG**: “enquanto eu tiver vida e saúde”. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2016.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais**: do “indizível” ao “dizível”. Texto datilografado, s/d. 26 p.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. 93º ed.

RAVENSTEIN, Ernest G. **The laws of migration**, *Journal of the Royal Statistical Society*, Vol. 48, Part II, 1885.

RODRIGUES, Luciene. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

RODRIGUES, Luciene. Potencial da Agricultura Irrigada como Indutora do Desenvolvimento Regional: o caso do projeto Jaíba no Norte de Minas Gerais. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 2 p. 206-232, abr-jun., 2001.

RODRIGUES, Mauro Toledo Silva. **Sertão de Preto**: As representações identitárias e territoriais em uma comunidade quilombola. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2013.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SANCHES, Maria Clara Souza. **ESPAÇOS E AUSENTES**: processo migratório em Canaã dos Carajás-PA. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Da produção de subsistência à agricultura moderna** - socialização e preparação para o trabalho no Projeto Jaíba. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2003.

SANTOS, Lilian Maria. **“NEM TÃO ESCRAVOS, MAS TAMBÉM NEM TÃO LIBERTOS”**: A memória no processo de luta e resistência na defesa do lugar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social /PPGDS, 2020.

SANTOS, Thaís Dias Luz Borges. **CHEGADAS E PARTIDAS NO SERTÃO NORTE-MINEIRO**: As migrações 'temporárias' em Barra do Pacuí e Sagrada Família. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Montes Claros. 2012.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: Brutalidade e complexidade na economia global. Editora: Paz & Terra; 1ª edição, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. **A Migração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Daniel Rocha. **REFÚGIO EM TRÂNSITO: Um Estudo sobre a Política de Interiorização para Refugiados Venezuelanos em Montes Claros (MG) entre 2019 e 2021.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2022.

SILVA, Douglas Mansur Da. Da migração aos deslocamentos. E de volta às migrações. In: 31a. Reunião Brasileira de Antropologia, 2018, Brasília-DF. In: **Anais da 31a. Reunião Brasileira de Antropologia.** Brasília-DF: Associação Brasileira de Antropologia, 2018. v. 1. SILVA, Igor Luan Souza. **REDES DE MIGRAÇÃO: O IR E VIR NA BUSCA POR TRABALHO.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2021.

SILVA, Juliana de Jesus Alves. **Migrações Internas e desigualdades regionais.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2016.

SIMMEL, Georg. O ESTRANGEIRO. In: **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção.** Vol. 4. nº 12, 2005.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 29-62.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Candice Vidal e; GUEDES, André Dumans (org.). **Antropologia das mobilidades.** Brasília : ABA Publicações, 2021.

SOUZA, Carla Nadinne. **“O CORAÇÃO FICA DOENDO, PORQUE LÁ NASCI E CRIEI... MAS TIVE QUE SAIR, O JEITO FOI SAIR”:** A Desestruturação dos Modos de Vida e o Processo de Migração Forçada de Atingidos pela Mineração Riacho dos Machados. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2020.

SOUZA, Carla Nadinne. **ENTRE IDAS E VINDAS, A AUSÊNCIA:** O Processo Migratório vivido por Mulheres Norte-Mineiras. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2017.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e Produção de Sentidos no Cotidiano.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

TARRIUS, Alain. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants. In: **Annales de la Recherche Urbaine**, n. 59-60, 1996. Disponível em: <http://1libertaire.free.fr/Tgv03.html>. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

TEIXEIRA, Jaqueline da Silva. **“PRA LÁ E PRA CÁ”:** O SENTIDO DO LUGAR E DO MIGRAR ENTRE JOVENS RURAIS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2020.

VAINER, Carlos B.. Estado e migrações no Brasil: Anotações para um a história das políticas migratórias. In: **TRAVESSIA - revista do migrante**, [S. l.], n. 36, p. 15–32, 2000. DOI: 10.48213/travessia.i36.741. Disponível em: <https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/741>. Acesso em: 1 abril de 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília (DF): UnB, 1994.

WEITZMAN, Rodica. **Entre a roça e a cidade** - um processo de invenção de práticas alimentares e agrícolas. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

WHITAKER, Dulce. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: **Sociologia rural. Questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau-SP: Letras à Margem, 2002.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. A Comida como Linguagem. In: **Revista Habitus**. Vol.11, Goiânia, Editora da PUC/Goiás, 2013.

WOORTMANN, Klass. “Com Parente não se Neguceia. O Campesinato como Ordem Moral”. In: **Anuário Antropológico/87**, Brasília, Ed. UNB, 1990a.

WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. jan./jun. 1990b.

SITES E DOCUMENTOS CONSULTADOS

“Barco com refugiados que naufragou na Grécia tinha 100 crianças a bordo”. **Disponível em:** <https://veja.abril.com.br/mundo/barco-com-refugiados-que-naufragou-na-grecia-tinha-100-criancas-a-bordo>. **Acesso em:** 20 de junho de 2023.

“Biblioteca do IBGE – Rio São Francisco”. **Disponível em:** <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=446973&view=detalhes>. **Acesso em:** 14 de junho de 2023.

“Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais”. **Disponível em:** <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencaon169-pl.pdf>. **Acesso em:** 20 de fevereiro de 2023.

“Decreto n.º 4.887/2003 (Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos)”. **Disponível em:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. **Acesso em:** 20 de fevereiro de 2023.

“Decreto n.º 6.177/2007 (Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais)”. **Disponível em:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm. **Acesso em:** 20 de fevereiro de 2023.

“Decreto n.º 6040/2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais)”. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. **Acesso em:** 20 de fevereiro de 2023.

“Decreto nº 23.688, de 12 de julho de 1984 - RURALMINAS (REVOGADA)” **Disponível em:** <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/23688/1984/>. **Acesso em:** 11 de março de 2024.

“Decreto nº 27.418, de 05 de outubro de 1987”. **Disponível em:** <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/27418/1987/>. **Acesso em:** 11 de março de 2024.

“Decreto nº 39.953, de 08 de outubro de 1998”. **Disponível em:** <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/39953/1998/>. **Acesso em:** 11 de março de 2024.

“Decreto nº 39.954, de 8 de outubro de 1998”. **Disponível em:** <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/39954/1998/>. **Acesso em:** 11 de março de 2024.

“Decreto nº 41.479, de 20 de dezembro de 2000”. **Disponível em:** <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/41479/2000/>. **Acesso em:** 11 de março de 2024.

“Decreto nº 47.574, de 27 de dezembro de 2018”. **Disponível em:** <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/47574/2018/>. **Acesso em:** 11 de março de 2024.

“Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890”. **Disponível em:** <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. **Acesso em:** 20 de fevereiro de 2023.

“Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970”. **Disponível em:** <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=1106&ano=1970&ato=e9aIzaU1UMjRVT57b>. **Acesso em:** 20 de fevereiro de 2023.

“Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970”. **Disponível em:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1110.htm. **Acesso em:** 20 de fevereiro de 2023.

“Distrito de Irrigação de Jaíba”. **Disponível em:** <https://www.dij.org.br/historico/>. **Acesso em:** 11 de março de 2024.

“Etapas do Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba”. **Disponível em:** <https://www.dij.org.br/layout/>. **Acesso em:** 10 de fevereiro de 2024.

“Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974”. **Disponível em:**

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=837537&filename=LegislacaoCitada%20PL%2041/2011. **Acesso em:** 11 de março de 2024.

“Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – Bacias do Rio São Francisco”.

Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br>. **Acesso em:** 14 de junho de 2023

“Portaria nº 89 de 15 de abril de 2010 da Secretaria do Patrimônio da União (CPU)

(Disciplina a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais)”. **Disponível em:**

https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/PORTARIA_SPU_89_2010_TAUS_comunidade_stradicionais.pdf. **Acesso em:** 20 de fevereiro de 2023.

“Retirantes, C. Portinari, 1944. Acervo MASP”. **Disponível em:**

<https://masp.org.br/busca?search=retirantes>. **Acesso em:** 15 de março de 2023.

“Sistema de Áreas Protegidas do Projeto”. **Disponível em:**

<https://www.ief.mg.gov.br/w/sistema-de-areas-protegidas-do-projeto-jaiba-completa-20-anos->. **Acesso em:** 11 de março de 2024.

